

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO — UNIRIO  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM MEMÓRIA SOCIAL  
LINHA DE PESQUISA MEMÓRIA E PATRIMÔNIO

CAROLINA DELLAMORE BATISTA SCARPELLI

**MARCAS DA CLANDESTINIDADE: MEMÓRIAS DA DITADURA  
MILITAR BRASILEIRA**

RIO DE JANEIRO

2009

CAROLINA DELLAMORE BATISTA SCARPELLI

**MARCAS DA CLANDESTINIDADE: MEMÓRIAS DA DITADURA  
MILITAR BRASILEIRA**

Dissertação apresentada como pré-requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Memória Social pelo Programa de Pós-Graduação em Memória Social da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Estudos Interdisciplinares em Memória Social.

Orientadora: Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Joana D'Arc  
Fernandes Ferraz

Rio de Janeiro

2009

S286 Scarpelli, Carolina Dellamore Batista.  
Marcas da clandestinidade : memórias da ditadura militar brasileira / Carolina Dellamore Batista Scarpelli, 2009.  
236f.

Orientador: Joana D'Arc Fernandes Ferraz.  
Dissertação (Mestrado em Memória Social) – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.

1. Brasil – Política e governo – 1964-1985. 2. Ditadura – Brasil.  
3. Bra-  
sil – História – 1964-1985. 4. Ativistas políticos. 5. Memória –  
Aspectos  
sociais. 6. Clandestinidade – Aspectos Sociais. I. Ferraz, Joana

CAROLINA DELLAMORE BATISTA SCARPELLI

Dissertação apresentada como pré-requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Memória Social pelo Programa de Pós-Graduação em Memória Social da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Estudos Interdisciplinares em Memória Social.

Orientadora: Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Joana D´Arc  
Fernandes Ferraz

---

Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Cecília Maria Bouças Coimbra - UFF

---

Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Regina do Rego Monteiro de Abreu – PPGMS/UNIRIO

---

Prof. Dr. José Ribamar Bessa Freire – PPGMS/UNIRIO

---

Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Joana D´Arc Fernandes Ferraz (Orientadora) – PPGMS/UNIRIO

Rio de Janeiro, \_\_\_ / \_\_\_ / 2009.

Dedico esse trabalho

Ao Grupo Tortura Nunca Mais/RJ.

Aos tantos brasileiros que “ousaram lutar, ousaram vencer”,  
acreditaram e ainda acreditam que o mundo pode ser diferente.

## Agradecimentos

À minha Mãe, grande mulher!!! Lutadora, exemplo de tudo pra mim, de tudo em mim.

Ao meu Pai (*in memoriam*), a ausência mais presente que eu pude sentir.

Ao Fred, grande incentivador de tudo isso. Pela paciência, carinho e respeito ao meu tempo.

Ao meu Irmão, Dudu, querido amigo, mesmo nos silêncios de muitas horas me diz tanta coisa.

À Joana, minha querida “des’orientadora”, com seu espírito inquieto e provocativo tornou-se amiga, companheira, sugerindo, questionando, estimulando.

À Cecília Coimbra, Regina Abreu e Samantha Quadrat pelas importantes contribuições e provocações na banca de qualificação.

Aos professores do PPGMS, em especial José R. Bessa por transformar suas aulas em uma verdadeira experiência de troca.

Ao G-8, em especial às irmãs, companheiras: Fafá, Marcinha, Leiloca!! Sonhamos, rimos, choramos...

Ao Marcelo, que um dia me pegou dormindo com o livro de Nietzsche no peito e sempre me raptava em momentos críticos. Consegui, amigo!!!

Aos Amigos queridos da Casa da Cultura, os que ficaram e os que se foram, pelo apoio e cumplicidade, em especial ao Anderson, grande responsável por minhas idas e vindas.

Às queridas Elisa e Carina, por dividirmos angústias e boas risadas, e pela leitura cuidadosa num momento de total desamparo.

Aos amigos do mestrado, em especial à Ana Cretton e Letícia, amigas de fé, irmãs camaradas.

Ao Grupo Tortura Nunca Mais do Rio de Janeiro, especialmente Cecília Coimbra, Victória Grabois e Jane Quintanilha Nobre de Mello. Grandes mulheres essas!!! Me ensinaram o valor da luta em tempos tão sombrios e que muitas vezes na vida precisamos “*endurecer pero sin perder la ternura jamás*”.

À minha eterna professora Mônica Eustáquio Fonseca, que mesmo sem saber tem grande responsabilidade neste caminho trilhado.

Ao Nélio, professor de português de tempos longínquos, colocou em minhas mãos a primeira biografia do *Che* que li.

À minha prima Iolanda e à amiga Juliana pelas transcrições das entrevistas.

À minha prima Cristine, por aguentar sempre com bom humor as minhas crises na reta final, e pela leitura atenta e revisão do trabalho.

Aos entrevistados

Álvaro Cavalcante, Ana Amélia Gadelha Lins Cavalcante, Gilse Cosenza, Jussara Ribeiro de Oliveira, Antônio Roberto, José Maurício Gradel, Flora Abreu e Elio Ramires, obrigada por compartilharem um momento da vida de vocês comigo, embora muitas vezes tenha sido tão doloroso remexer no baú de memórias.

À CAPES e ao povo brasileiro que me possibilitou estudar com bolsa, viabilizando o projeto de pesquisa. Espero poder contribuir e dar um retorno à sociedade.

*“E também rastejais comigo  
pelos túneis das noites clandestinas  
sob o céu constelado do país  
entre fulgor e lepra  
debaixo de lençóis de lama e de terror  
vos esgueirais comigo, mesas velhas,  
armários obsoletos gavetas perfumadas de passado,  
dobrais comigo as esquinas do susto  
e esperais esperais  
que o dia venha*

*E depois de tanto  
que importa um nome?”*



## RESUMO

A vida militante clandestina é uma experiência ainda pouco estudada e permeada de silêncios. O objetivo do trabalho é analisar as diferentes faces da clandestinidade e as marcas deixadas por essa experiência vivida por militantes políticos de oposição à ditadura militar. A partir dos testemunhos, analisamos o que é tornar-se um clandestino e como foi viver na clandestinidade. Como os sujeitos envolvidos enfrentaram o novo cotidiano, os novos hábitos. De que maneira a clandestinidade interferiu e ainda interfere na subjetividade dos indivíduos que a vivenciaram. E ainda como esses sujeitos reconstroem as suas relações sociais na vida clandestina e quando saem dela. Também examinamos que tipos de relação esses indivíduos estabeleceram com suas memórias, através das cartas, objetos, seu acervo acumulado durante o período em que ficaram clandestinos, lembranças/documentos, vestígios de um passado traumático. Para a análise dessas subjetividades marcadas pela experiência da clandestinidade, o testemunho tornou-se peça fundamental para sua compreensão. Pensando na possibilidade de nos aproximarmos das representações que esses sujeitos fizeram e fazem do período, optamos pelo uso da história oral temática como metodologia de pesquisa. A partir dos depoimentos e da literatura de testemunho, percebemos que a experiência da clandestinidade é muito heterogênea, vivida em função de uma série de singularidades, que vão desde traços de personalidade de cada indivíduo até às circunstâncias específicas da época. Percebemos também que estudar a ditadura militar a partir da clandestinidade contribui para inscrever outros sujeitos na memória social, desvelando silêncios e fornecendo elementos para a luta contra o esquecimento e para que esse passado não se repita.

**PALAVRAS-CHAVE:** clandestinidade – ditadura militar – memória

## ABSTRACT

The clandestine militant life still is an experience rarely studied and surrounded by silence. The aim of this work is to analyze the different sides of clandestinity and the scars left by this experience lived by political militants against military dictatorship. From testimonies, we analyzed how is becoming a clandestine and how was to live in the clandestinity. How the involved people dealt with the new routine, the new habits. How the clandestinity interfered and still does in the subjectivity of those who lived in it. Furthermore, how those people rebuild their social relationships in the clandestine life and when they get out of it. We also examined what types of relationship those people established with their memories, through letters, objects, their things compiled during the period when they were clandestines, tokens/documents, traces of a traumatic past. In order to analyze those subjectivities highlighted by the experience of the clandestinity, the testimony became the cornerstone to its comprehension. Thinking about the possibility of getting closer to the representations those people figured out and still do of that time, we chose the use of the storytelling as research methodology. From the testimonies and the reading of them, we noticed that the experience of clandestinity is very heterogeneous, lived through a series of singularities that come from traces of personality to the circumstances of the time. We also noticed that study the military dictatorship from the clandestinity contributes to insert other people in social memory, revealing silences and providing elements to a battle against the forgetfulness and so that this past cannot be repeated.

**KEY WORDS:** clandestinity – military dictatorship – testimony

## Lista de Abreviaturas

**AI's** – Atos Institucionais  
**Ala** - Ala Vermelha do Partido Comunista do Brasil  
**ALN** – Ação Libertadora Nacional  
**AP** - Ação Popular  
**APERJ** – Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro  
**BNM** – Brasil Nunca Mais  
**CACO** – Centro Acadêmico Cândido Oliveira  
**CAP** – Colégio de Aplicação  
**CBA's** – Comitês Brasileiros pela Anistia  
**CENIMAR** – Centro de Informações da Marinha  
**CIEM** – Centro Integrado de Ensino Médio  
**COLINA** – Comando de Libertação Nacional  
**CORRENTE** – Corrente Revolucionária de Minas Gerais  
**DCE** – Diretório Central dos Estudantes  
**DEOPS** – Departamento Estadual de Ordem Política e Social  
**DOI-CODIs** - Destacamentos de Operações de Informações - Centros de Operações de Defesa Interna  
**DOPS** – Departamentos de Ordem Política e Social  
**ELN** – Ejército de Liberación Nacional  
**ESDI** – Escola Superior de Desenho Industrial  
**FNFi** – Faculdade Nacional de Filosofia  
**GTNM/RJ** – Grupo Tortura Nunca Mais do Rio de Janeiro  
**IPM** – Inquérito Policial Militar  
**IUPERJ** – Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro  
**JEC** – Juventude Estudantil Católica  
**JUC** – Juventude Universitária Católica  
**MIR** – Movimiento de Izquierda Revolucionaria  
**MLN (Tupamaros)** – Movimiento de Liberación Nacional  
**MNR** – Movimento Nacionalista Revolucionário  
**MOLIPO** – Movimento de Libertação Popular  
**MR-26** – Movimento Revolucionário 26 de março  
**MR-8** – Movimento Revolucionário 8 de outubro  
**OBAN** – Operação Bandeirantes  
**ORM-PO** – Organização Revolucionária Marxista-Política Operária  
**PCB** – Partido Comunista Brasileiro  
**PCBR** – Partido Comunista Brasileiro Revolucionário  
**PCdoB** – Partido Comunista do Brasil  
**PCR** – Partido Comunista Revolucionário  
**POLOP** – Política Operária  
**PORT** – Partido Operário Revolucionário Trotskista  
**PRT-ERP** – Partido Revolucionario de los Trabajadores - Ejército Revolucionario del Pueblo  
**PT** – Partido dos Trabalhadores  
**PUC** – Pontifícia Universidade Católica  
**SNI** – Serviço Nacional de Informações  
**STM** – Superior Tribunal Militar  
**UDN** – União Democrática Nacional  
**UEE** – União Estadual dos Estudantes

**UESE** – União Espírito-Santense de Estudantes  
**UFMG** – Universidade Federal de Minas Gerais  
**UNE** – União Nacional dos Estudantes  
**VPR** – Vanguarda Popular Revolucionária

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b>	<b>14</b>
Trajectoria pessoal – Vozes do passado	14
Construindo o objeto	16
Revisão da Literatura sobre o tema	20
Traçando caminhos	23
<b>1. CLANDESTINIDADE E MEMÓRIA SOCIAL: O QUE LEMBRAR, O QUE ESQUECER?</b>	<b>30</b>
1.1- Clandestinidade e clandestinos: destino de muitos	31
1.2- Memória e Esquecimento: o que lembrar, o que esquecer	41
1.3- Dimensões do silêncio	53
<b>2. A DITADURA MILITAR BRASILEIRA (1964-1985): MEMÓRIAS E HISTÓRIAS</b>	<b>60</b>
2.1- <i>“Coitada daquela gente que acreditou, Marchando, por minha família, pedindo a Deus”</i> : visões do golpe	61
2.2- <i>“... Com seu faro de dobermann”</i> : Repressão e Terror de Estado	71
2.3- <i>“Se mandar calar mais eu falo...”</i> : A retomada e a desforra	78
2.4- <i>“É preciso estar atento e forte, Não temos tempo de temer a morte”</i> : Imersão na luta armada	89
<b>3. TORNAR-SE CLANDESTINO</b>	<b>105</b>
3.1 - O nome e o como	105
3.2- A Integração na Produção	122
3.3- Trancado no aparelho	143

<b>4. MARCAS DA CLANDESTINIDADE</b>	<b>151</b>
4.1- Clandestinidade e Subjetividades	151
4.2- Incidentes de percurso, amores e desejos clandestinos	155
4.3- A família do clandestino	169
4.4- Destinos traçados: Filhos Clandestinos (Os filhos dos filhos deste solo...)	178
4.5- O disfarce	189
4.5.1- Largando a minissaia	192
4.6- Pontos e Sinais	196
4.7- Territórios de memória	202
4.7.1- <i>“Se tivermos sorte, haverá alguém lá para abrir a porta...”</i>	202
4.7.2- No museu da memória	211
4.8- Teatro clandestino	221
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	<b>226</b>
<b>Referências Bibliográficas</b>	<b>230</b>

# Introdução

## Trajatória Pessoal – Vozes do Passado

*“Mas ainda é tempo de viver e contar  
Certas histórias não se perderam”.*  
Carlos Drummond de Andrade

“No tempo da ditadura é que era bom!”. Sempre ouvi meu pai dizer isso. Sobre a ditadura não guardo nenhuma lembrança, mas essa foi uma frase que me marcou. O que lembro são alguns *flashes* já do chamado processo de “redemocratização”, na década de 1980; por exemplo, a notícia da morte de Tancredo Neves, dada pela repórter Glória Maria, depois Fafá de Belém cantando o Hino Nacional. Na vida cotidiana, uma coisa que me marcou foi o fato de minha mãe estocar alimentos em minha casa; comprava sacos e sacos de arroz, feijão, leite e outras coisas. E nessa época, ouvia falar de José Sarney e da grande inflação que o Brasil enfrentava.

Já na adolescência, gostava de ouvir a história que meu pai contava sobre seu irmão, cujo apelido era “Alemão”, e com quem convivi pouco, infelizmente, devido à sua morte quando eu ainda era pequena. Meu tio, dizem, adorava Fidel e guardava em casa livros de Lênin, Marx e de outros. Minha avó, desesperada após o golpe de 1964, fez um buraco no quintal de casa e enterrou todos os livros e documentos comprometedores.

Foi assim em minha época de 2º grau, hoje Ensino Médio, de 1996 a 1998. Com quinze anos, li a biografia de Che Guevara e fiquei apaixonada por aquele homem tão corajoso, que tinha largado tudo por um ideal. Em 1998, estimulados por alguns professores, eu e outros estudantes da minha escola participamos das comemorações em torno dos trinta anos de 1968. Fomos a um ciclo de palestras na Faculdade de Direito da UFMG e lá ouvimos relatos de pessoas que tinham participado do movimento estudantil, algumas haviam sido presas e barbaramente torturadas, e havia também familiares de mortos e desaparecidos pela ditadura. Saímos de lá querendo fazer alguma coisa, e em nosso espaço talvez tenhamos feito.

Pesquisamos em revistas e jornais de época, na Biblioteca Municipal, para montarmos uma exposição para nossa feira de cultura daquele ano. Convidamos Gilse Cosenza, presa política e ex-militante da Ação Popular, para falar a toda escola sobre sua experiência no

período da ditadura e o que a ditadura tinha feito com os sonhos de tantos jovens. Passados dez anos, a reencontrei, e ela foi uma das minhas entrevistadas, discorrendo sobre sua experiência na clandestinidade.

Também escrevemos uma peça de teatro inspirada na música de Caetano Veloso, que se chamava “É proibido proibir!”. Foi assim que fizemos nossa própria comemoração de 1968, inclusive sem ter ideia de que nossa cidade, Contagem, havia sido palco, juntamente com Osasco, da maior greve operária do período da ditadura militar.

Entrei na PUC-MG, para a faculdade de História, em 1999. Em projeto de Iniciação Científica, orientado pela professora de História da Arte, Mônica Eustáquio Fonseca, desenvolvi o projeto “Vanguardas Artísticas: a arte *pop* em Belo Horizonte 1960/70”, com o objetivo de analisar as artes plásticas nas décadas de 1960 e 1970. Essa professora foi fundamental em minha formação acadêmica e em minha vida. Mais tarde, soube que ela tinha sido militante do PCdoB e presa política, e é irmã de Adriano Fonseca Fernandes Filho<sup>1</sup>, também militante do Partido Comunista do Brasil, um desaparecido político da Guerrilha do Araguaia<sup>2</sup>.

Depois de formada fui dar aula. Uma coisa que me incomodava era que os alunos, tanto do Ensino Fundamental como do Ensino Médio, não sabiam nada sobre a história recente do nosso país, incluindo o período da ditadura militar. No que depender do currículo escolar e dos livros didáticos de maneira geral, continuarão sem saber.

A História Contemporânea, marco tradicional na historiografia, é colocada no currículo como matéria de estudo somente no último ano do Ensino Fundamental, antiga 8ª

---

<sup>1</sup> Nasceu em Ponte Nova, MG, no dia 18 de dezembro de 1945, filho de Adriano Fonseca e de Zely Eustáquio Fonseca. No final de 1970, início de 1971, já vivendo na clandestinidade, se colocou à disposição do PCdoB para fazer o trabalho militante no campo. Em função disso, foi para o Araguaia, incorporando-se ao Destacamento B, cujo comandante era Oswaldo Orlando da Costa – o Oswaldão. Tinha, nessa época, 23 anos de idade. Adriano Fonseca Filho foi ferido em combate no dia 28 ou 29 de novembro de 1973, está desaparecido desde então. Disponível em: <http://www.torturanuncamais-rj.org.br/>. Acesso em: 15/12/2008.

<sup>2</sup> Desde o final da década de 1960, o PCdoB iniciou a implantação de quadros na região do Rio Araguaia, entre os atuais estados do Tocantins, do Pará e do Maranhão. Escolhida como área adequada ao surgimento de um futuro “Exército Popular”, fixaram-se, primeiro, militantes com treinamento na China: Oswaldo Orlando da Costa, João Carlos Haas Sobrinho, André Grabois, José Humberto Bronca e Paulo Mendes Rodrigues. Entretanto, como ressalta o BNM (1986): “Com a escalada repressiva desencadeada pelo Regime Militar após o AI-5, o PCdoB acelerou o deslocamento de militantes para essa “área estratégica”, contando para tanto principalmente com lideranças estudantis obrigadas a viver na clandestinidade por força da perseguição policial”. (p.98). Em abril de 1972, os órgãos da repressão descobriram a presença do PCdoB na região do Araguaia e deslocaram imensos contingentes do Exército para operações de cerco que prosseguiram até 1974. O partido constituiu então as “Forças Guerrilheiras do Araguaia”, obtiveram algumas vitórias obrigando o Exército a mudar suas estratégias militares. Entretanto, o desfecho dos combates foi favorável às tropas governamentais. Cerca de sessenta e quatro militantes identificados, combatentes do Araguaia, figuram na lista de mortos e desaparecidos políticos da ditadura militar, conforme o *Dossiê dos Mortos e Desaparecidos*, editado em 1995.



série, e no 3º ano do Ensino Médio. Nessas duas séries, o professor deve percorrer todo o século XX com seus alunos; normalmente as ditaduras militares na América Latina estão entre os últimos tópicos a serem abordados. Acaba-se o ano letivo sem que este momento seja estudado com profundidade. Falar sobre a ditadura militar nas escolas depende muito mais de uma vontade do professor em abordar o tema do que de um programa educacional, e mesmo na Universidade onde estudei, percebi que o tema é pouco pensado e problematizado nas aulas.

Nesse sentido, mesmo não tendo sido protagonista nesses vinte e um anos de ditadura militar, não sendo familiar de morto ou desaparecido político, não tendo em minha família ninguém atingido, preso, torturado, etc., sinto-me profundamente afetada por esses acontecimentos. Afetada pela memória ou pelas disputas de memórias, pelos esquecimentos e, principalmente, pelo silêncio em relação a esse período.

Sinto que minha geração encontra-se em um momento privilegiado. Vivemos um período ímpar, em que grande parte dos protagonistas dos acontecimentos das décadas de 1960 e 1970 vem demonstrando uma necessidade de inserção de suas falas no espaço público. De acordo com Joana D’Arc Fernandes Ferraz (s/d) ao analisar essas memórias, vivemos, atualmente, em um período do “querer saber”, de emergência de grupos que lutam pela afirmação de outras memórias. Além disso, aponta que as novas gerações vêm questionando a memória construída oficialmente.

Também para Carlos Fico (2004), este é um momento em que se processa uma mudança geracional, sendo cada vez mais frequente que pesquisadores do tema não tenham ideias preconcebidas em relação à época, propiciando o surgimento de novas perguntas e indagações. E é em virtude de novas interpelações, ou inquietações e vivências, novos achados e ângulos de abordagem, que a memória se faz e se refaz.

Dessa forma, chego a esse projeto de mestrado, buscando compreender a memória social produzida acerca da ditadura militar no Brasil, as lembranças, os esquecimentos e os silêncios, configurando assim um campo de pesquisa bastante fecundo.

## **Construindo o Objeto**

No Brasil, a radiografia dos atingidos pela repressão política durante a ditadura ainda não está concluída. Torna-se de extrema urgência a abertura dos arquivos do Serviço Nacional

de Informações (SNI), das Forças Armadas, Exército, Marinha e Aeronáutica, além dos Arquivos Estaduais dos Departamentos de Ordem Política e Social (DOPS)<sup>3</sup> e dos Destacamentos de Operações de Informações - Centros de Operações de Defesa Interna (DOI-CODIs)<sup>4</sup>, bem como os da Polícia Federal e do Serviço Secreto da PM/RJ (a chamada P2), que ainda encontram-se fechados, para que possamos ter uma noção mais precisa dos atingidos.

Até o momento, os dados e pesquisas mostram que cerca de 50 mil pessoas foram presas somente nos primeiros meses de ditadura<sup>5</sup>; milhares de pessoas passaram pelos cárceres por motivos políticos; em torno de 10.000 exilados; 4.862 cassados; 245 estudantes expulsos das universidades por força do decreto 477<sup>6</sup>; foram 707 processos judiciais por crimes contra a segurança nacional de 1964 a 1979; desses processos, constam 7.367 denunciados, 6.385 indiciados, 2.183 testemunhas, perfazendo um total de 17.420 pessoas atingidas; quatro condenações à pena de morte, - não consumadas -; 130 pessoas foram banidas do território nacional; 6.592 militares punidos<sup>7</sup>. Além disso, cerca de 20 mil presos foram submetidos à torturas físicas e há um número incalculável de mortos em manifestações

---

<sup>3</sup> Atualmente, encontram-se abertos os arquivos do DOPS de São Paulo, Pernambuco, Paraná, Rio de Janeiro e Minas Gerais, sendo que esse último havia sido declarado incinerado pela Secretaria de Segurança Pública do estado; entretanto foi aberto em 2004. Criado durante o Estado Novo, o Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) tinha como objetivo controlar e reprimir movimentos políticos e sociais contrários ao regime no poder. Durante a ditadura militar, esses departamentos tornaram-se centros de tortura. Entretanto, de acordo com Marcos Luiz Bretas (1997), a “organização de uma polícia política pode ser incluída na redefinição do papel do Estado que começa a ocorrer a partir da Primeira Guerra, e as primeiras medidas nesta direção já vinham sendo tomadas, mas foram as revoltas militares que forneceram o contexto apropriado para o crescimento do novo departamento”. (p.25). O autor aponta que, se de início os esforços eram no sentido de controlar os protestos operários, com a criação de uma seção política e social na Secretaria de Polícia do Distrito Federal, quando o movimento anarco-sindicalista atingiu seu auge com as greves de 1917-1918, posteriormente, uma tarefa maior seria atribuída à polícia política: a inquietação militar. BRETAS, Marcos Luiz. *Polícia e Polícia Política no Rio de Janeiro dos anos 1920*, *Revista do Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, n.3, p.1-62, out.1997.

<sup>4</sup> Criado em 1970 pela ditadura militar, o Destacamento de Operações de Informações-Centros de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI) surgiu a partir da Operação Bandeirante (OBAN); tinha como objetivo coordenar e integrar as ações dos órgãos de combate às organizações armadas de esquerda. Cada estado tinha o seu DOI, subordinado ao CODI, que era o órgão central. Os DOI reuniam, sob um único comando, o do Exército, militares das três Armas e integrantes das Polícias Militares Estaduais, Polícia Civil e Federal, Corpo de Bombeiros.

<sup>5</sup> ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e oposição no Brasil (1964-1984)*. Petrópolis, Vozes, 1984, p.59. De acordo com a autora, essa estimativa foi feita com base em entrevistas com pessoas que tiveram acesso às listas de presos políticos comunicadas à imprensa ou à defesa. Antônio Callado, Márcio Moreira Alves, ambos jornalistas do *Correio da Manhã*; Modesto da Silveira, advogado, atuante na defesa de presos políticos; Hélio Silva, historiador; Pery Bevilacqua e Euclides Zerbini, generais, e o filósofo e jornalista Alceu Amoroso Lima, são alguns exemplos. Consta que o *Jornal Correio da Manhã* publicava diariamente listas de pessoas presas; somente no mês de maio, 1655 prisioneiros foram citados.

<sup>6</sup> O Decreto-lei 477, de 26 de fevereiro de 1969, define infrações disciplinares praticadas por professores, alunos, funcionários ou empregados de estabelecimentos de ensino público ou particulares, e estabelece as punições.

<sup>7</sup> Essas informações foram sistematizadas em ARQUIDIOCESE de São Paulo. *Brasil: Nunca Mais*. Petrópolis, Vozes, 1985, a partir de pesquisa do Projeto Brasil Nunca Mais em processos políticos formados pela Justiça Militar entre 1964 e 1979.

públicas; incontáveis reformas, aposentadorias e demissões do serviço público por atos “discricionários”<sup>8</sup>.

Em relação aos mortos e *desaparecidos* políticos, segundo dados do livro *Direito à Memória e à Verdade*, lançado em 2007, pela Secretaria Especial de Direitos Humanos, consta que a Comissão Especial de Mortos e Desaparecidos Políticos<sup>9</sup> tenha encerrado, no final de 2006, uma longa primeira etapa de suas atividades. Analisando, investigando e julgando processos relativos aos 339 casos de mortos e desaparecidos apresentados, que se somam a outros 136 nomes já reconhecidos no próprio Anexo da Lei nº 9.140/95<sup>10</sup>, totalizando 475 pessoas mortas e desaparecidas pelo regime militar; quanto aos camponeses assassinados, os números passam da casa dos mil<sup>11</sup>. Em relação aos clandestinos, dificilmente será possível quantificar as pessoas que passaram por essa situação, e sabe-se que a maior parte dos militantes passou por essa experiência em algum momento de suas vidas.

Essas listas e esses dados continuam em aberto, pois temos a certeza que há ainda muito a saber sobre o número de atingidos, principalmente se levarmos em conta os efeitos da ditadura nas gerações seguintes.

Sendo assim, falar sobre a ditadura militar, que atingiu o Brasil entre os anos de 1964 e 1985, nos leva a pensar para além do golpe que a instaurou. Tão importante quanto revisitar esse acontecimento e seus efeitos imediatos, está a análise das subjetividades<sup>12</sup> atingidas e/ou modificadas a partir daí, bem como aquelas que foram massacradas, seviciadas pelo regime através de práticas atrozes como a tortura.

A ditadura militar trouxe a tortura, assassinatos, execuções sumárias, desaparecimentos, prisões, exílio, clandestinidade, entre outros. Todas essas práticas atingiram sobremaneira as subjetividades de indivíduos que se opunham ao regime e a seus

---

<sup>8</sup> GORENDER, Jacob. *Combate nas trevas. A esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada*. 3.ed., São Paulo, Ática, 1987, p.270.

<sup>9</sup> A Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos (CEMDP) foi instituída pela Lei nº 9.140/95, de dezembro de 1995.

<sup>10</sup> COMISSÃO Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos / Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos. *Direito à memória e à verdade*: Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2007. p.27.

<sup>11</sup> Esses dados fazem parte do *Dossiê dos mortos e desaparecidos políticos a partir de 1964*, São Paulo, IMESP, 1996. p.37. Consta que os levantamentos dessas mortes foram feitos pela Comissão Pastoral da Terra (CPT), que registrou 1.781 assassinatos de camponeses, de 01 de abril de 1964 a 31 de dezembro de 1993, sendo que desses casos, somente 29 foram a julgamento, e em apenas 14 houve condenações. O Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST) registrou 1.188 assassinatos de 1964 a 1986.

<sup>12</sup> Para análise da subjetividade, utilizaremos o conceito de Félix Guattari & Sueli Rolnik (2007), segundo o qual a subjetividade é produzida por instâncias individuais, coletivas e institucionais, cujos componentes envolvem elementos que se manifestam através da família, da educação, da arte, da religião, do corpo, do meio ambiente e do poder.

familiares, imprimindo marcas nas memórias desses sujeitos. Entretanto, não será abordado aqui o conjunto dessas práticas. O foco será a clandestinidade dos militantes políticos que faziam oposição ao regime.

Apesar de considerarmos o marco cronológico de vigência do regime ditatorial como sendo de 1964 a 1985, para o presente trabalho não poderemos nos prender a esse marco temporal, tendo em vista que a vida clandestina para algumas pessoas se prolongou para além do fim oficial da ditadura. Mesmo para aqueles que voltaram à legalidade, quando da anistia, muitas marcas permaneceram até os dias de hoje.

É preciso ressaltar que a vida militante clandestina é uma experiência ainda pouco estudada e permeada de silêncios. Grande parte dos militantes passou pela clandestinidade em algum momento de suas vidas, alguns mergulharam a fundo nessa experiência. Indivíduos trocaram de nome, de documentos pessoais e alguns até mesmo de rosto; afastaram-se das famílias, amigos e profissão, deixaram suas casas, suas roupas e objetos.

A clandestinidade política transformou-se numa alternativa para muitos militantes de esquerda. Para alguns foi a possibilidade de continuar no país combatendo o regime militar e lutando para fazer a revolução, para outros foi a única forma de se proteger da repressão.

Tenho percebido, ao longo dessa pesquisa, que passados mais de quarenta anos do golpe de 1964, indivíduos que viveram a experiência da clandestinidade quase não falam sobre isso, ou muitas vezes há uma tentativa de simplificação dessa experiência, que se para alguns foi positiva, para muitos foi tão traumática<sup>13</sup> quanto o exílio ou a prisão.

Maria Auxiliadora de Almeida Cunha Arantes (1999) foi clandestina, e em seu livro sobre a clandestinidade na Ação Popular, afirma acerca dessa memória:

Alguma coisa colou-se, como uma pele, sobre sua pele e seu coração. A clandestinidade se juntou à sua memória, como uma névoa. (...) Falar sobre clandestinidade é difícil, parece um sonho contado. O que parecia, na época irreal, contado parece simples, comum. (p.83).

Talvez essa fala de Maria Auxiliadora explique, pelo menos em parte, o silêncio desses indivíduos. Nesse sentido, cabe a problematização: por que a experiência da clandestinidade transformou as memórias desses sujeitos em algo também clandestino?

---

<sup>13</sup>Compreendemos o conceito de trauma como o resultado da passagem por uma vivência sem experimentá-la – sem ser capaz de integrá-la emocional ou mentalmente, conforme assinala Geoffrey Hartman, inferindo sobre o conceito de trauma em Freud. (2000: 222). In: FERRAZ, Joana D'Arc Fernandes. *Os Desafios da Preservação da Memória da Ditadura no Brasil*. Texto apresentado no congresso da ANPOCS em 2006.

Por isso, torna-se fundamental analisar as diferentes faces dessa experiência, e as marcas da clandestinidade vividas por militantes políticos de oposição à ditadura militar. Pretendemos identificar, a partir dos testemunhos, o que é e como é tornar-se um clandestino, e como foi viver na clandestinidade, o novo cotidiano e os novos hábitos; se a clandestinidade interfere e como interfere na subjetividade dos indivíduos que a vivenciaram, como esses sujeitos reconstróem suas relações sociais, afetivas e familiares na experiência da vida clandestina e quando saem dela. Como se dá a reintegração na volta à “normalidade”, e que marcas essa experiência deixou na memória.

Outra reflexão que vai colaborar para a análise será a discussão de como as categorias “lembrança”, “esquecimento” e “silêncio” foram construídas na memória social brasileira em relação à ditadura militar, a partir da experiência da clandestinidade.

E, por último, também examinaremos que tipos de relação esses indivíduos estabelecem com suas memórias da clandestinidade, através das cartas, dos objetos, do seu acervo acumulado durante o período em que ficaram clandestinos ou também os vestígios materiais que tiveram que destruir. E como essas lembranças/documentos constituem parte importante do patrimônio referente ao período da ditadura militar brasileira.

### **Revisão da Literatura sobre o tema**

Em pesquisa prévia sobre os estudos existentes acerca do tema, pude constatar que pouca coisa havia sido produzida sobre a clandestinidade no Brasil. Uma obra que se tornou referência sobre o tema é a tese de doutorado *O Pacto re-velado: psicanálise e clandestinidade política*, de Maria Auxiliadora de Almeida Cunha, lançada como livro em 1999. O objetivo da autora nesse livro foi abordar a clandestinidade da Ação Popular, a partir de uma análise psicanalítica, sob o olhar de Freud. Trabalhou com testemunhos e construiu sua interpretação a partir deles; escolheu ex-militantes que viveram dez anos ou mais na clandestinidade e que passaram pela experiência de “integração na produção”, uma proposta da Ação Popular.

Em *Memórias do Silêncio: Busca e Espera no Brasil Autoritário* (2000), de José Gerardo Vasconcelos, o autor tem como objetivo analisar, através de estudo comparativo, dois grupos de militantes que atuaram no Brasil autoritário nas décadas de 1960/70: o clandestino e o desaparecido. Para o autor, esses dois grupos analisados revelam polos que serviram de

sustentáculos aos ideais revolucionários dos militantes de esquerda no período da ditadura militar. O clandestino “encarna o ideal vivo de militância e o morto/desaparecido vivifica na alma heroica a realidade de um ser que é agora inquestionável e, ao mesmo tempo, incorpora no seu próprio corpo o ideal do herói”. (p.12). O capítulo 2 do livro, denominado “Memória apagada e memória riscada: o militante clandestino escreve o outro nome”, é o que mais interessa para essa pesquisa. Seu propósito é analisar a memória na clandestinidade, e o que conduziria muitos jovens a levar uma vida clandestina.

Uma obra importante para o trabalho foi também o livro *Mulheres, militância e memória* (1996), de Elizabeth F. Xavier Ferreira. A autora analisa treze depoimentos de mulheres que militaram no período da ditadura militar, buscando entremear com a discussão de geração e gênero, além de analisar três experiências vivenciadas por essas mulheres: a clandestinidade, a tortura e a prisão. Dentre as entrevistadas, apenas uma não tinha sido clandestina, e mesmo as outras não descrevem essa experiência, preferindo falar sobre a tortura e a prisão; demonstração de que essa experiência foi extremamente difícil para essas militantes. Passa pela questão das mudanças de nome, de identidade, do gênero na luta armada e na clandestinidade, bem como as relações amorosas e afetivas. Não aprofunda determinados aspectos, mas nos dá importantes indícios sobre essa experiência.

Outras análises sobre a clandestinidade não chegam a ocupar capítulos inteiros de livros. No volume quatro da *História da vida privada no Brasil: contrastes da intimidade contemporânea*, Maria Hermínia Tavares de Almeida e Luiz Weis (1998), até por não ser o foco pretendido, dedicam dez páginas ao tema da clandestinidade dentro do capítulo “Carro-zero e pau-de-arara: o cotidiano da oposição de classe média ao regime militar”. Essa parte, intitulada “Na clandestinidade, os rituais do isolamento”, aborda a forma como o mundo particular se modifica e é preterido quando o sujeito faz a opção de integrar-se aos partidos e aos movimentos políticos proibidos, e que naquele contexto, “Mais cedo ou mais tarde, a participação se tornava sinônimo de existência clandestina”. (p.376). Os autores também discutem sobre a questão da segurança, o convívio forçado com pessoas desconhecidas que originaram relações amorosas, amizades e desafetos, e a relação do clandestino com a cidade, que se tornava extremamente importante para seu deslocamento, para sua segurança e da organização.

Marcelo Ridenti, no capítulo “Luta, conspiração e morte”, do livro *O Fantasma da Revolução Brasileira* (1993), dedica oito páginas ao que ele chama de dinâmica da clandestinidade. O autor discute a opção pela clandestinidade rigorosa e pela luta armada generalizada, a partir de 1969, e aponta que a dinâmica da luta política clandestina e da

transformação dos militantes em “revolucionários profissionais” tem raízes na teoria do Partido em “Que fazer?”, de Lênin, como forma de resistência na Rússia Czarista. Também demonstra que ainda não foi possível quantificar aqueles que atuaram clandestinamente.

Encontrei trabalhos sobre a clandestinidade política em outros países, como o livro *A Sombra: Estudo sobre a clandestinidade comunista*, de José Pacheco Pereira (1993), que tem como objetivo discutir os conceitos de clandestino e clandestinidade, buscando inclusive o sentido etimológico da palavra, bem como caracterizar a vivência clandestina daqueles que pertenciam e/ou colaboravam com o Partido Comunista Português (PCP) nos tempos da ditadura salazarista<sup>14</sup>. Portugal, nesse contexto, possui uma experiência muito peculiar em relação à clandestinidade comunista. Em poucos países europeus se gerou um longo processo de quarenta e oito anos de uma vida clandestina com tão fortes conotações simbólicas. Dela resultou um número considerável de testemunhos e um tipo de produção literária quase autobiográfica, em grande parte desconhecida do público em geral, mas consumido nos círculos familiares e próximos daqueles que passaram pela vida clandestina e, de um modo mais geral, na área de influência do Partido Comunista Português.

O livro *Desde las sombras: Una historia de la clandestinidad comunista (1973-1980)*, de Rolando Álvarez (2003), analisa os anos de clandestinidade experimentados pelo Partido Comunista do Chile de 1973 a 1980. Segundo o autor, o caráter terrorista assumido pela ditadura chilena deu origem a um certo tipo de clandestinidade específica e desconhecida até aquela data, gerando uma mudança na linha política do Partido a partir de 1980. O autor também afirma que a clandestinidade se constituiu como a única maneira viável encontrada pelo Partido Comunista do Chile para resistir aos métodos da repressão ditatorial. Muito interessante é o Capítulo V – “El dispositivo clandestino y la tipología de los militantes clandestinos” - , em que Rolando Álvarez apresenta as normas, regras e medidas de segurança, e como se organizou o trabalho clandestino, evidenciando as práticas que devem ser aplicadas pelos militantes na vida cotidiana, exigindo um forte controle interno e externo.

Também tive acesso a um exemplar da Revista *Lucha Armada*, número 10, cujo artigo da Mariana Tello Weis (2007), intitulado “*La sociedad del secreto: memorias sobre la lucha armada*”, trata da militância clandestina na Argentina e as reconstruções simbólicas dos militantes do PRT-ERP (Partido Revolucionario de los Trabajadores – Ejército Revolucionario del Pueblo). Aborda os diversos níveis de clandestinidade, dependendo da posição hierárquica do militante dentro da organização, as mudanças de nome e os efeitos na

---

<sup>14</sup> Este livro encontra-se disponível para consulta no Real Gabinete Português de Leitura do Rio de Janeiro.

identidade do sujeito, bem como as rupturas originadas por essa mudança com a vida habitual a partir da entrada na atividade política, e as marcas existentes até hoje nos sujeitos que passaram por essa experiência<sup>15</sup>.

Com certeza essas fontes bibliográficas contribuíram no sentido de ajudar a pensar vários aspectos da vida clandestina.

## Traçando Caminhos

*Que se libere o que está reprimido e se exprima o inexprimível. Por isso mesmo a história oral tem uma função propriamente política de purgação da memória, de “luto”.*  
(Etienne François, 2006, p.12).

Para a análise dessas subjetividades marcadas pela experiência da clandestinidade, o testemunho torna-se extremamente importante, senão peça fundamental para sua compreensão. Pensando na possibilidade de nos aproximarmos das experiências e representações que esses sujeitos fizeram e fazem do período, optei pelo uso da história oral como metodologia de pesquisa.

Essa metodologia foi utilizada primordialmente por historiadores, e agora encontra adeptos em outras ciências como a Antropologia e a Sociologia. Foi impulsionada a partir da década de 1960 e surgiu como a interação entre narradores, estudiosos e a tecnologia, pois se tornou viável a partir da utilização do gravador. Seu objetivo é nos aproximar da história vivida e trabalhar o depoimento como fonte de pesquisa passível de crítica e análise, como qualquer outro documento dito tradicional.

A história oral suscita, dessa maneira, novos objetos e uma nova documentação, além de propiciar uma relação original de confiança, trocas e muitas vezes cumplicidade, entre o pesquisador e os sujeitos, e ainda, o compromisso de retorno dos testemunhos à comunidade, acentuando seu caráter público.

---

<sup>15</sup> Por essa indicação, agradeço imensamente a Graciela Daleo, ex-presca política, professora da Cátedra Livre de Direitos Humanos da Universidade de Buenos Aires, que tão amavelmente fez uma lista bibliográfica contendo trabalhos memorialísticos e de análise que abordavam o tema da clandestinidade durante a ditadura militar na Argentina. Essa revista tem o objetivo de debater o desenvolvimento da luta armada na Argentina, inclusive temas considerados tabu, e que até então permaneceram fora da cena pública.



No Brasil, embora introduzida na década de 1970, a história oral experimenta uma expansão mais significativa a partir da década de 1990. Contudo, muitos trabalhos com esta metodologia carecem de uma análise mais consistente das entrevistas. Devemos explorar o potencial teórico-metodológico que as entrevistas suscitam, bem como discutir a utilização das fontes, sua condição de produção e seus problemas.

A partir dos depoimentos realizados e de conversas informais com ex-militantes, além da leitura da literatura de testemunho<sup>16</sup>, pude perceber que a clandestinidade tem várias nuances. Existem militantes que ficaram um tempo curto na clandestinidade e logo foram presos. Há os que permaneceram clandestinos durante toda a ditadura ou até a anistia; há aqueles que ficaram clandestinos até conseguir sair do país, outros que permaneceram na clandestinidade mesmo depois que a ditadura acabou e há ainda aqueles que estão clandestinos até os dias de hoje<sup>17</sup>. Desses, vários se deslocaram para o trabalho nas fábricas ou no campo.

Para a pesquisa, cujo objetivo foi ter uma visão mais ampliada no que tange à orientação política pessoal em relação à clandestinidade, buscamos pessoas de várias organizações. Também buscamos pessoas que ficaram clandestinas por mais de seis meses. Não que os indivíduos que tenham passado menos tempo clandestinos não tenham sofrido com isso, ou não possam contribuir, mas algumas pessoas viveram profundamente esta experiência, na medida em que tiveram que mudar de identidade, abandonar as famílias, construir outras, deixar casa, profissão e viver muitos anos nessa nova condição.

Dessa forma, na análise dos depoimentos de pessoas que passaram pela clandestinidade, procuro recuperar significados e representações construídas por esses sujeitos em relação a essa experiência, o que possibilitará novas informações agregadas às versões já construídas. Isso possibilitará também a inserção de representações próprias desses sujeitos no espaço público, ampliando a discussão sobre as dimensões e imbricações das categorias lembrança, memória e esquecimento na construção da memória social referente ao período da ditadura militar.

---

<sup>16</sup> Segundo Márcio Seligmann-Silva (2005) a literatura constituiu-se como um canal privilegiado para a realização do testemunho, posto que “ela nos ensina a jogar com o simbólico, com as suas fraquezas e artimanhas” (p.74). E busca estabelecer caminhos que levam ao real e dessa forma ela pode também testemunhar, já que possui recursos de transposição da oralidade e da gestualidade. Esse tipo de trabalho de memória foi feito, no âmbito alemão, em torno da Segunda Guerra Mundial e da *Shoah*, e na América Latina, o ponto de partida foram as experiências da ditadura, da exploração econômica, da repressão às minorias étnicas e às mulheres e que dará origem ao conceito de *testimonio*, a partir da década de 1960 e também ao gênero literário de *testimonio* ou literatura de testemunho.

<sup>17</sup> O Grupo Tortura Nunca Mais/RJ recebeu um e-mail no final de 2007 em que o remetente dizia estar acompanhando as conquistas dos processos de reparação e perguntava: “como saio da clandestinidade?”.

Devido ao objeto de pesquisa e a problemática decorrente dele, optamos por utilizar a História Oral Temática. Segundo Verena Alberti (2005):

Sua escolha é adequada para o caso de temas que têm estatuto relativamente definido na trajetória de vida dos depoentes, como, por exemplo, um período determinado cronologicamente, uma função desempenhada ou o envolvimento e a experiência em acontecimentos ou conjunturas específicos. (p.38).

Ou seja, as entrevistas temáticas levam em conta a especificidade do que se está pesquisando e versam prioritariamente sobre a participação do entrevistado no tema escolhido. Contudo, mesmo sendo uma entrevista temática, ela terá como eixo a biografia do entrevistado, sua vivência, sua experiência.

Para isso, foi elaborado um pequeno questionário, com perguntas que na maior parte do tempo serviram mais como orientação, deixando o entrevistado o mais livre possível para contar sua história e sua experiência na clandestinidade. Cuidou-se também de anotar no caderno de campo, detalhes da entrevista, como local onde foi feita, se tinha outra pessoa por perto, observações e impressões durante e depois da entrevista. A avaliação sobre essa experiência e os sentimentos decorrentes dela também constituem parte importante para a análise.

Trabalhei aqui com oito entrevistas de pessoas que passaram pela clandestinidade. Dessas, cinco foram realizadas no Rio de Janeiro. A primeira entrevistada, Jussara Ribeiro de Oliveira, era pertencente ao Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR), mas foi para a clandestinidade com a ajuda da Política Operária (POLOP), tornou-se operária no ABC paulista, ficando clandestina de janeiro de 1970 a 1978.

Ana Amélia Gadelha Lins Cavalcante passou pelo Partido Operário Revolucionário Trotskista (PORT) e mudou de organização posteriormente, entrando para a clandestinidade já na Ala Vermelha do Partido Comunista do Brasil (PCdoB), em 1971. Voltou a usar seu nome verdadeiro somente em 1990.

Flora Abreu era da Ação Popular (AP), viveu clandestina durante dois anos e nove meses, entre 1969 e 1972, no subúrbio do Rio de Janeiro; depois partiu para o exílio, retornando ao Brasil com a Lei de Anistia.

Álvaro Lins Cavalcante Filho, irmão de Ana Amélia, era também da Ala Vermelha do PCdoB; reside atualmente em Brasília, mas como estava de passagem pelo Rio de Janeiro, consegui realizar a entrevista. Clandestino de julho de 1969 a 1980, viveu dois anos trancado em um “aparelho” em São Paulo, realizando ações armadas, depois foi para o Rio de Janeiro,

onde se integrou na produção, trabalhou em fábrica até 1984, quando já usava o nome verdadeiro.

José Maurício Gradel, militante da Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), iniciou sua militância no Comando de Libertação Nacional - COLINA. Vivenciou a clandestinidade de “aparelho” durante dois anos; parte para o exílio na Argentina em 1971 e volta ao Brasil definitivamente em 1994. Com ele, conheci um dos “aparelhos” em que viveu e o local onde trocaram o Embaixador alemão de carro por ocasião do seu sequestro, ambos no Bairro de Santa Teresa, no Rio de Janeiro.

Dois depoimentos foram feitos em Belo Horizonte, com ex-militantes da Ação Popular (AP); Gilse Cosenza e Antônio Roberto. Gilse foi, posteriormente, para o PCdoB, enfrentando a clandestinidade nas duas organizações, de maio de 1968 até a decretação da Lei de Anistia em 1979. Gilse teve suas ações monitoradas até a década de 1990, veio a saber disso ao solicitar a documentação produzida pela repressão para requerer a reparação.

Antônio Roberto ficou clandestino de 1967 a 1969, deixou a militância no início da década de 1970.

E por último, Elio Ramires Garcia, cuja entrevista foi realizada via internet. Militante do PCdoB, foi clandestino de setembro de 1966 até a anistia, reassumiu sua identidade somente em junho de 1983, no Espírito Santo. Fez treinamento militar na China.

É importante ressaltar que todos os entrevistados autorizaram a utilização de seus nomes verdadeiros na dissertação, pois acreditamos que a história e os estudos da memória social têm um papel político, e dar nomes aos sujeitos que participaram dos eventos da época contribui para desvelar silêncios e esquecimentos e inscrever uma outra memória acerca da ditadura militar.

Outra coisa que contribuiu para a construção do objeto e a escolha dos caminhos foi a minha participação nas reuniões semanais do Grupo Tortura Nunca Mais/RJ e nas demais atividades realizadas pelo grupo, a partir de abril de 2007<sup>18</sup>.

O Grupo nasceu em 1985, por iniciativa de ex-presos políticos e familiares de mortos e desaparecidos políticos, e desde então se tornou importante referência na luta pelos direitos humanos no cenário nacional. Muitas histórias foram ouvidas nessas reuniões, contatos foram feitos, anotações e observações no caderno de campo, escolhas e indicações de quem

---

<sup>18</sup> O Grupo Tortura Nunca Mais/RJ se reúne toda segunda-feira, a partir das 19 horas, desde 1985, ano de sua fundação.

entrevistar. Jussara Ribeiro de Oliveira, por exemplo, minha primeira entrevistada<sup>19</sup>, conheci quando ela participava das reuniões do Fórum de Reparação e Memória do Estado do Rio de Janeiro, que ocorria na sede do Grupo Tortura Nunca Mais do Rio de Janeiro<sup>20</sup>.

Terminada a entrevista, imediatamente ela telefonou para sua amiga, Ana Amélia, também clandestina no ABC Paulista, com quem consegui marcar a segunda entrevista, já sozinha. Por sua vez, ela me colocou em contato com seu irmão, Álvaro Lins Cavalcante Filho, que estava de passagem pelo Rio de Janeiro, e que também foi clandestino, trabalhando em fábricas do Rio e atuando posteriormente na reestruturação do movimento sindical. Jussara também foi responsável por me colocar em contato com José Maurício Gradel.

Cheguei à Flora Abreu após a leitura do livro *Rabo de Foguete*, do Ferreira Gullar, em que ele dedica trinta e oito páginas à sua vida na clandestinidade, e inclusive afirma claramente o quanto essa experiência foi traumática. Ele fala também sobre o exílio e cita nomes de pessoas com as quais conviveu na Argentina. Um nome em especial me chamou atenção. Era de uma das fundadoras do Grupo Tortura Nunca Mais/RJ, e isso me suscitou a questão: se Flora foi exilada, será que havia passado pela clandestinidade antes? Ela realmente tinha sido clandestina antes de ir para o exílio com sua família.

Os depoimentos de Belo Horizonte se deram em outro contexto. A primeira entrevistada, Gilse Cosenza, eu já conhecia. Tinha ouvido seu depoimento por ocasião das comemorações dos 30 anos de 1968, lido um livro sobre sua história de militância e agora a oportunidade e o desejo de entrevistá-la se fazia muito presente. Não sabia como encontrá-la, mas como tinha informações sobre sua ainda atual militância no PCdoB de Belo Horizonte, fiz esse caminho. Fui até a direção central do partido e consegui seu número de telefone. Ela me deu várias sugestões e contatos de outras pessoas interessantes para entrevistar e que também tinham passado pela clandestinidade. A partir daí cheguei até o Antônio Roberto. Este foi uma surpresa para mim, pois não tinha ideia da sua militância política no período da ditadura.

Por último, Elio Ramires, cujo contato foi feito a partir de um mini-curso ministrado pela Prof<sup>a</sup> Joana, minha orientadora, em Colatina/ES, sobre a ditadura militar, do qual Elio participou.

---

<sup>19</sup> Essa primeira entrevista foi realizada juntamente com minha orientadora.

<sup>20</sup> O Fórum de Reparação e Memória do Estado do Rio de Janeiro reúne atingidos pela violência perpetrada por agentes do Estado do Rio de Janeiro durante a ditadura militar.

Dessa forma, criou-se uma rede de relações que possibilitou o contato com protagonistas do período estudado, e que se tornou bastante rica, por serem pessoas tão diferentes e com experiências bem distintas.

Considero que a necessidade e a importância de registrar e trabalhar com os depoimentos orais se deve também à dispersão da documentação oficial sobre o movimento político que esses sujeitos protagonizaram. Além disso, o fato de essas pessoas terem ficado na clandestinidade, ou seja, saírem da cena legal, ou entrarem para a legalidade com outra identidade, dificultou a ação da polícia, bem como a produção de documentos oficiais sobre elas.

Além das fontes orais, utilizarei, como aponta a metodologia da história oral, fontes complementares, como documentos pessoais dos entrevistados, seu acervo pessoal como cartas, carteiras de identidade, entre outros<sup>21</sup> e fontes bibliográficas sobre o período. Outra fonte importante a ser considerada no presente trabalho é a literatura de testemunho; para isso selecionamos as seguintes obras: *O que é isso companheiro?* (1980) de Fernando Gabeira, *Rabo de Foguete* (1998) de Ferreira Gullar, *Tirando o Capuz* (2004) de Álvaro Caldas, *Abaixo a ditadura: o movimento de 68 contado por seus líderes* (2008) de José Dirceu e Vladimir Palmeira.

A seleção das obras a serem utilizadas foi feita com base no foco de interesse principal que é a clandestinidade, dessa forma escolhi livros que abordassem essa experiência e sua complexidade. Foram destacados trechos que evidenciavam como esses sujeitos viam e viviam a clandestinidade. Seus sentimentos, anseios, medos, solidão. Suas memórias e interpretações do período, já que essa produção é marcada por uma elaboração do presente em relação ao passado<sup>22</sup>.

Esta dissertação de mestrado é dividida em quatro capítulos. No primeiro, analisarei como as memórias produzidas acerca da ditadura militar são conflituosas e constituem um

---

<sup>21</sup> A ampliação cada vez maior da utilização de documentos como diários íntimos, anotações, cartas, fotos, entre outras coisas, encontrados nos arquivos pessoais de escritores, artistas, políticos ou pessoas comuns, por historiadores e demais pesquisadores, “se prende a uma revalorização do indivíduo na história e, por isso, a uma revalorização da lógica de suas ações” (GOMES, 1997, p.4), pautadas em intenções e escolhas, bem como ao interesse pela pesquisa do cotidiano, que busca enfatizar sentimentos, hábitos e comportamentos. In: GOMES, Angela de Castro, Nas malhas do feitiço: o historiador e os encantos dos arquivos privados. *Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n.19, 1997, p.1-9.

<sup>22</sup> É preciso ressaltar que toda seleção pressupõe escolhas que em última instância pode ser ou parecer arbitrária, pois ao escolher algumas deixamos outras não menos importantes de fora. Contudo, acrescento que seria impossível fazer um levantamento completo e leitura de todas as obras de literatura de testemunho produzidas até o momento, considerando a escassez de tempo para conclusão de um trabalho de mestrado e a profusão de livros deste gênero nos últimos anos. Outro ponto sobre a literatura de testemunho que gostaria de destacar é o fato de que as mulheres pouco escreveram sobre essas memórias, a maioria dos livros sobre o tema é de autoria masculina.

campo de disputas políticas e simbólicas. Proponho também a reflexão sobre as categorias memória, esquecimento e silêncio, e como essas categorias se conjugam na construção da memória social sobre esse período. Para isso, serão utilizados os seguintes autores como principal aporte teórico: TODOROV (2000), YERUSHALMI (1998), JELIN (2002), GAGNEBIN (2006), POLLAK (1989; 1992), ORLANDI (2007).

No segundo capítulo, ganha relevo a análise do contexto da ditadura militar, procurando analisar alguns aspectos do período, que vão desde a origem do golpe às principais ações dos governos militares; os efeitos dessas ações na sociedade civil, mais especificamente na parcela que se opunha ao regime militar, a partir de depoimentos desses protagonistas.

O capítulo três enfoca, a partir dos depoimentos, literatura testemunho e documentos pessoais dos militantes clandestinos, a experiência da clandestinidade.

No capítulo quatro, será analisado o viver clandestino em vários dos seus aspectos, as escolhas feitas, as renúncias, as subjetividades produzidas e/ou modificadas, as relações afetivas e familiares. As diferenças entre integrar-se na produção e viver trancado em um aparelho. E como os clandestinos reconstróem suas relações sociais na clandestinidade e quando saem dela.

É importante ressaltar aqui que os testemunhos foram peças fundamentais para a análise dessa experiência, sendo base inclusive, para a construção das categorias presentes na divisão do terceiro e quarto capítulos, conforme pode ser visto no sumário.

Pretendo também refletir na forma como esses sujeitos se relacionam com suas memórias da clandestinidade, suas lembranças/documentos, vestígios de um passado traumático, cujos registros contribuem para pensar a relação do sujeito com a memória social referente à ditadura militar, um passado que ainda não passou.

“A consideração do âmbito subjetivo da experiência humana é parte central do trabalho desse método de pesquisa histórica”. (FRANÇOIS, 2006, p.16). São territórios de memórias materializados em relatos, ninguém passa impunemente pela experiência da luta armada, da prisão, da tortura, do exílio ou da clandestinidade. Essas vivências deixam marcas, muitas vezes indelévels, nas subjetividades desses indivíduos, e conseqüentemente marcam também as memórias, as falas, os gestos, os silêncios, as representações que esses sujeitos constroem de si mesmos e da experiência vivida.

# Capítulo 1

*“Este é o local, o dia, o mês, a hora.  
O jornal ilustrado aberto em vão.  
No flanco esquerdo, o medo é uma espora  
fincada, firme, imperiosa. Não  
espero mais. Porquê esta demora?  
Porquê temores, suores? Que vultos são  
aqueles, além? Quem vive ali? Quem mora  
nesta casa sombria? Onde estão  
os olhos que espiavam ainda agora?  
O medo, a espora, o ansiado coração,  
a noite, a longa noite sedutora,  
o conchego do amor, a tua mão...*

*Era o local, o dia, o mês, a hora.  
Cerraram sobre ti os muros da prisão”.*

Daniel Filipe - O Viajante Clandestino<sup>23</sup>

## CLANDESTINIDADE E MEMÓRIA SOCIAL: O QUE LEMBRAR, O QUE ESQUECER?

Neste capítulo faremos um breve relato sobre a história da clandestinidade e como ela se constituiu como parte integrante da cultura política do século XX. Discutiremos os conceitos de memória, esquecimento e silêncio e analisaremos como as memórias produzidas acerca da ditadura militar são conflituosas e constituem um campo de disputas políticas e simbólicas. Nesse sentido, algumas questões nos inquietam: Que memórias são essas? Por que e para que lembrar? Como lembrar e para quem? Além disso, qual o significado do esquecimento e do silenciamento? E ainda, como a lembrança, o esquecimento e o silêncio se conjugam na construção da memória social do período da ditadura militar.

---

<sup>23</sup> Daniel Filipe nasceu em Cabo Verde. Ainda criança se mudou para Portugal. Combateu a ditadura salazarista. Morreu em 1964.

### **1.1- Clandestinidade e clandestinos: destino de muitos**

Falar em clandestinidade nos remete a tempos longínquos da história da humanidade. Onde há poder, há contestação e há resistência. E muitas vezes, indivíduos que vivem à margem do sistema estabelecido são levados a atuarem secretamente ou fazem a opção pela clandestinidade. Dessa forma, “A utilização do segredo e de técnicas clandestinas e a existência de seitas e grupos secretos com fins conspirativos ou propagandísticos acompanham toda a história política e religiosa ocidental”. (PEREIRA, José Pacheco, 1993, p.21).

Voltemos, por exemplo, à história antiga, período em que os cristãos eram obrigados a se reunir clandestinamente em catacumbas para professarem a sua fé; foram perseguidos pelos romanos, jogados em prisões e aos leões no circo romano. A perseguição se prolongou até a conversão do Imperador Constantino ao cristianismo.

Sociedades e clubes secretos, lojas e seitas pulularam na Europa da Idade Média. Surgiram nesse período diversas ordens religiosas, com rituais que somente os iniciados conheciam e participavam. Reuniões conspirativas, esconderijos em castelos e fortalezas, enigmas a decifrar, criavam uma aura de mistério que foi retomada na literatura romântica do século XIX, em que a figura do cavaleiro medieval destemido, o clima de segredo, perigo e sedução entusiasmavam os corações das damas. Cavaleiros da Ordem dos Templários, Ordem Rosa Cruz, a Maçonaria, entre outras sociedades secretas, ainda existem e até hoje permeiam de mistérios o imaginário coletivo.

As chamadas revoluções burguesas do século XVIII também são moldadas numa trama de segredos e conspiração. A Revolução Francesa, por exemplo, é articulada secretamente pelo chamado Terceiro Estado, que no plano político lutava por maior participação nas decisões do Estado, fim dos privilégios do clero e da nobreza e por igualdade civil.

A Rússia do século XIX também conheceu de perto uma verdadeira cultura da conspiração. Nesse contexto surge o movimento anarquista, que ao longo de sua história foi duramente perseguido e obrigado a atuar clandestinamente, organizando-se a partir de células clandestinas, editando e distribuindo jornais e panfletos, e mobilizando os trabalhadores para as greves.



Para José Pacheco Pereira (1993), contudo, foi o movimento revolucionário comunista que consolidou a clandestinidade como parte integrante de uma cultura política<sup>24</sup> do século XX, mais especificamente com Lênin e o Partido Bolchevique. A clandestinidade sempre existiu, entretanto Lênin a torna parte integrante do projeto revolucionário. Dessa forma, a “clandestinidade comunista tornara-se assim mais um modo de vida e política do que um instrumento funcional para atingir determinados fins revolucionários ou resultar inevitavelmente da repressão ao partido comunista”. (p.11).

É claro que a repressão era um fator que poderia agravar ou apressar a entrada do integrante do partido na clandestinidade. Contudo, o militante sempre chegaria, em algum momento de sua militância, a agir na clandestinidade, já que ela é tida como parte fundamental de sua atuação política, principalmente até o período anterior à Segunda Guerra Mundial.

Lênin e “(...) o partido bolchevique foram os verdadeiros fundadores da moderna clandestinidade, que, após a vitória de 1917, foi transportada da experiência especificamente russa para os partidos comunistas de todo o mundo através da Internacional Comunista”. (p.26). A clandestinidade é assim deslocada do terreno dos atos violentos e ilegais pontuais para a essência da atividade política do partido comunista. O sucesso da Revolução Russa inclusive é atribuído à estrutura organizativa dos bolcheviques que se dava no plano da clandestinidade.

O próprio Lênin trata as questões relativas à clandestinidade comunista em “Que fazer?” (1979). Critica o trabalho aberto de militantes e chama essa prática de “trabalho artesanal”. Para ele, a falta de planejamento e de um plano sistemático de ação torna as lideranças um prato cheio para a polícia, levando-as certamente à prisão.

O plano sistemático de ação é entendido e apregoadado por Lênin como sendo a organização da atividade clandestina que é por ele chamada também de “hábitos clandestinos”, ou seja, a clandestinidade é mais do que uma forma de fazer política, é uma forma de vida, constituindo parte da cultura política comunista. Nesse caso, a falta dos

---

<sup>24</sup> Entendemos cultura política como um conceito plural que busca “... compreender as motivações dos actos dos homens num momento da sua história, por referência ao sistema de valores, de normas, de crenças que partilham, em função da sua leitura do passado, das suas aspirações para o futuro, das suas representações da sociedade, do lugar que nele têm e da imagem que têm da felicidade”. (BERSTEIN, Serge, A Cultura Política. In: RIOUX, Jean-Pierre; SIRINELLI, Jean-François (Dir.). *Para uma História Cultural*. Lisboa: Editorial Estampa, 1998. p.363). E ainda consideramos a partir das formulações do autor citado que a cultura política nasce como uma resposta da sociedade face aos seus grandes problemas; além disso, ela é um fenómeno individual e coletivo, já que ao mesmo tempo em que é interiorizada pelo indivíduo, determinando as motivações para o ato político, a cultura política é também partilhada por grupos inteiros.

“hábitos clandestinos” aliada à falta de firmeza poderia, para Lênin, levar à desconfiança dos operários em relação aos comunistas.

Outro ponto interessante levantado por Lênin diz respeito à luta sindical e à luta revolucionária. O caráter da luta sindical seria diferente do caráter da luta revolucionária, entretanto a primeira é um valioso auxiliar da agitação política e da organização revolucionária. O papel dos sindicatos seria o de empreender a luta econômica contra a exploração dos patrões e do governo. E ainda,

(...) A organização de operários deve ser, em primeiro lugar, sindical; em segundo lugar, deve ser o mais ampla possível; em terceiro lugar, deve ser o menos clandestina possível (...). Pelo contrário, a organização de revolucionários deve englobar, antes de tudo e sobretudo, pessoas cuja profissão seja a actividade revolucionária (...). Necessariamente, esta organização não deve ser muito extensa, e é preciso que seja o mais clandestina possível. (p.158).

Sendo assim, em uma organização ampla, a clandestinidade rigorosa é impossível, visto que esse tipo de atividade exige muito mais preparação do que a necessária para participar na luta econômica. Para Lênin,

(...) O único princípio de organização sério a que se devem subordinar os dirigentes do nosso movimento deve ser o mais severo secretismo, a mais severa selecção dos filiados, e a preparação de revolucionários profissionais. Estando reunidas essas qualidades, estará assegurada uma coisa mais importante do que a “democracia”, a saber: a plena e fraternal confiança mútua entre os revolucionários. (1979, p.178).

Nesse contexto, Pacheco (1993) divide a clandestinidade comunista em duas fases: a primeira seria a da Internacional Comunista e a segunda fase do pós-Segunda Guerra Mundial. A partir daí ele considera que a fundação da Internacional Comunista, em 1919, transforma a história da clandestinidade. Considera que é através da Internacional Comunista que a experiência organizativa clandestina dos bolcheviques ultrapassa as fronteiras russas e, no quadro de uma organização internacional apoiada por recursos da União Soviética, conhece novos desenvolvimentos não só técnicos como teóricos. As vinte e uma condições de adesão, aprovadas no 2º congresso da Internacional Comunista de 1920, obrigavam todos os partidos que nela se quisessem filiar a possuir uma organização ilegal<sup>25</sup>. Consideravam que somente a organização clandestina seria capaz de cumprir no momento certo seu dever para com a revolução, e que os comunistas não podiam aderir à legalidade burguesa contra a qual lutavam. A imposição à clandestinidade era uma forma de educação política dos membros do

---

<sup>25</sup> Sobre a Internacional Comunista ver mais detalhes em: PEREIRA, José Pacheco. 1993, p.35.

partido, ao mesmo tempo em que promovia a dissuasão da crença na legalidade burguesa. A atividade clandestina, antes esporádica, torna-se permanente e parte integrante da política dos partidos comunistas espalhados pelo mundo.

No período anterior à Segunda Guerra Mundial ocorreram algumas mudanças nas diretivas em relação à clandestinidade, a partir de uma luta interna no Partido Comunista Soviético e na própria Internacional. Criam-se várias estruturas clandestinas: a dos partidos comunistas nacionais, ligada à Internacional, e outra dos próprios órgãos de segurança e dos serviços de informação soviéticos.

Ressalta-se também nesse período a existência de outro tipo de clandestinidade. O regime nazista dá origem a uma vida na clandestinidade em função da sobrevivência. Muitos judeus perseguidos se viam obrigados a esconderem-se em sótãos, porões e em outros lugares dos mais diversos, como forma de tentar sobreviver à perseguição nazista<sup>26</sup>. O exílio também foi um recurso muito utilizado.

O período da Segunda Guerra Mundial conheceu uma generalização da atividade clandestina, tanto nos países diretamente envolvidos com o conflito, quanto nos países considerados neutros. “Nunca nenhum conflito internacional assistiu a uma utilização tão sistemática com objetivos bélicos de actividades secretas realizadas no interior dos países inimigos ou ocupados e a nível mundial”. (PEREIRA, 1993, p.43). Foram criados serviços secretos e de espionagem de toda ordem, cujos tentáculos atingiam diversos setores da sociedade.

No contexto da Guerra Fria, esse tema da clandestinidade tornou-se tabu para os grandes partidos comunistas europeus que participavam dos governos do pós-guerra e que tentavam demonstrar legitimidade e se firmar como partidos distantes das marcas do totalitarismo. As atividades clandestinas entraram em um período de obscuridade. Suas ações passam a ser associadas à espionagem e aos serviços secretos, tornando-se isoladas. Dessa forma, os partidos comunistas, em especial nos Estados Unidos, no período da *caça às bruxas*, passam a negar veementemente qualquer atividade que não seja legal.

---

<sup>26</sup> Esse foi o caso, por exemplo, de Anne Frank, que morou no anexo de uma fábrica durante vinte e cinco meses com seus pais, sua irmã e mais quatro pessoas. Um cotidiano difícil, em que o medo e a tensão eram constantes. Deviam manter silêncio absoluto durante o dia, só podiam andar de cócoras, descalços, ficar sentados e sussurrar, já que a fábrica continuava funcionando normalmente, e apenas uma escada e uma estante os separavam do resto do armazém. O esconderijo foi descoberto no dia 4 de agosto de 1944, e os clandestinos levados para uma prisão em Amsterdã. Anne foi separada de sua família e morreu em Auschwitz. FRANK, Anne. *O Diário de uma jovem*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1988. Assim como a família de Anne, outros judeus vivenciaram a experiência da clandestinidade e também do exílio como forma de tentar sobreviver à perseguição nazista.

A clandestinidade também marcou as lutas pela independência na África e na América Latina. Na África, por exemplo, o Congresso Nacional Africano (CNA), organização fundada em 1912 na África do Sul e da qual Nelson Mandela tornou-se principal liderança, realizava ações armadas clandestinas; o próprio Mandela deixou a África do Sul na clandestinidade em 1961, para uma viagem pelo continente que incluía treinamento militar na Argélia. De volta à África do Sul, manteve-se clandestino, levando uma vida de constantes fugas da polícia até ser preso em 1962<sup>27</sup>. Na clandestinidade também agia a Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO) e outras organizações que lutaram pela independência no continente Africano.

A América Latina também foi marcada pela cultura política da clandestinidade. A introdução e difusão dos ideais da Revolução Francesa em alguns países de América do Sul, bem como a organização das lutas pela independência se deu clandestinamente. Na Guatemala, por exemplo, “já em 1813 se registram reuniões secretas no Convento de Belém, dirigidas por um indígena, o Dr. Tomás Ruiz, com a participação de importantes civis e militares. Estes descobertos e desbaratados em 21 de dezembro do mesmo ano”. (POMER, 1981, p.33). Assim, também se organizaram outros movimentos pela independência nos demais países da América Latina, e ao longo do século XX os movimentos revolucionários, como a Revolução Mexicana e a Revolução Cubana em 1959.

Nas décadas de 1960 e 1970, os países do Cone Sul foram atingidos por golpes de Estado e ditaduras militares. Dessa forma, organizações revolucionárias nascidas antes desses processos ou outras surgidas já nesse contexto de repressão política passaram a atuar clandestinamente ou, em outros casos, seus militantes mantinham uma fachada legal enquanto praticavam ações clandestinas.

O caso da Argentina é analisado por Mariana Tello Weiss (2008), que estudou os exemplos do PRT-ERP<sup>28</sup> e dos Montoneros<sup>29</sup>. Segundo a autora, essas estruturas organizativas contavam com “subgrupaciones, “políticas” y “militares”, estas últimas

---

<sup>27</sup> Informações disponíveis em: [www.forumafrika.com.br/personalidades\\_politica\\_mandelaPP.html](http://www.forumafrika.com.br/personalidades_politica_mandelaPP.html). Acesso em 20/08/2008.

<sup>28</sup> O Partido Revolucionário dos Trabalhadores (PRT) foi criado em 1965 e seu objetivo se constitui em organizar a classe operária para a luta pelo socialismo. O PRT, através, principalmente, da figura de Santucho, funda em 1970 o Exército Revolucionário do Povo (ERP) como uma necessidade para alcançar seus objetivos, acreditando que para isso era “necesario construir simultaneamente un partido proletario, un ejército popular y un frente de liberación”, combinando o desenvolvimento das forças insurgentes no campo com as revoltas nos centros urbanos. Disponível em: <http://www.lafogatadigital.com.ar/santucho/msantucho.pdf>, pesquisa realizada em 5 de outubro de 2008. Outros textos e documentos sobre o PRT-ERP e a vida de seu principal líder, Mario Roberto Santucho, assassinado pela ditadura na Argentina, podem ser encontrados no site citado.

<sup>29</sup> O *Movimiento Peronista Montonero* foi criado em 1970 a partir da junção entre grupos católicos e grupos de esquerda de Juan Domingo Perón. Os montoneros esperavam que Perón voltasse do exílio na Espanha franquista e transformasse a Argentina em uma “pátria socialista”.

relacionadas “con el ejercicio de la violencia y consiguientemente clandestinas”. (p.26). O PRT-ERP era formado por um partido e por um exército, sendo este último subordinado às decisões do partido. No caso dos Montoneros havia as chamadas frentes legais ou agrupações de massas que se diferenciavam de suas “formaciones especiales” ligadas à “Tendencia Revolucionaria del Peronismo”. Nas duas organizações os militantes realizavam atividades políticas que incluíam ações armadas<sup>30</sup>. Havia, assim, uma separação entre a vida legal e o exército revolucionário, mas o militante participava das duas esferas da organização.

No Chile, após o golpe de estado de 1973, que depôs Salvador Allende, a clandestinidade atingiu os partidos e organizações atuantes. Rolando Alvarez (2003), em relação à clandestinidade do Partido Comunista Chileno, ressalta que o estudo acerca dessa experiência tem sido desdenhado. Contudo, esse estudo torna-se importante, pois a experiência da clandestinidade traz consigo a configuração de um novo tipo de militante, obrigado a abandonar a vida política pública<sup>31</sup>.

Além disso, o autor afirma que o caráter terrorista da ditadura foi importante para moldar de maneira determinante o perfil da militância clandestina, que inclusive irá incidir sobre a mudança na linha política do Partido Comunista Chileno a partir de 1980. Sendo assim,

Desde nuestra óptica fue justamente en la fase 1973-1980, cuando, forzado por durísimos golpes represivos, que hablaban de la insuficiencia por parte de los comunistas para internalizar la rigurosidad que demandaba la clandestinidad bajo la dictadura terrorista, emergió – o “nació” – un nuevo tipo de comunista. El trauma que significaron estos golpes dados especialmente el año de 1976, fueron fundamentales para los cambios que vendrían más adelante: nuevas definiciones políticas y una “profesionalización” de la vida clandestina. (ALVAREZ, 2003, p.12).

Ainda no Cone Sul, uniram-se em uma “Junta de Coordinación Revolucionaria”, em 1974, o Movimiento de Liberación Nacional (Tupamaros) do Uruguai<sup>32</sup>, o Movimiento de la

---

<sup>30</sup> Mais informações sobre a estrutura dessas organizações ver: WEIS, Mariana Tello. “La sociedad del secreto: memorias sobre la lucha armada”. In: *Revista Lucha Armada*, n. 10, 2007. p.26-27.

<sup>31</sup> Esse breve levantamento, principalmente em relação à clandestinidade no Cone Sul, foi feito a partir de bibliografia a que tivemos acesso. Com toda certeza esse tema mereceria uma atenção especial, pois ainda existe muito a pesquisar sobre a experiência da clandestinidade vivenciada por militantes políticos no Cone Sul.

<sup>32</sup> De acordo com José Pedro Cabrera Cabral (2007:158), em 1962, formou-se o embrião organizacional que deu lugar ao surgimento do MLN. De distintos grupos e partidos de esquerda – não comunista –, os integrantes da nascente organização conhecida como *El Coordinador* somaram à participação de socialistas, anarquistas, integrantes do *Movimiento Izquierda Revolucionario* – MIR e do *Movimiento Revolucionario Oriental* – MRO. Seu principal objetivo era a defesa do movimento popular contra a repressão policial e os grupos fascistas, muito ativos no Uruguai desde o início de 1960. Também buscavam oferecer apoio a setores combativos na luta de massas, mediante enfrentamentos radicais, iniciando, assim, a transição para a luta armada. (CABRAL, José

Izquierda Revolucionaria (MIR) do Chile<sup>33</sup>, o Ejército de Liberación Nacional (ELN) da Bolívia<sup>34</sup> e o Ejército Revolucionario del Pueblo (ERP) da Argentina. Em sua primeira declaração como Junta, apresenta-se e se dirige aos operários, camponeses pobres, aos pobres da cidade, aos estudantes e intelectuais, aos indígenas; enfim, aos milhões de trabalhadores explorados “de nuestra sufrida patria latinoamericana”<sup>35</sup>.

No manifesto, afirmam ser esse um importante passo para concretizar um dos principais ideais do comandante Che Guevara e que esse passo seria produto da sentida necessidade de “unir nuestros pueblos en el terreno de la organización, de unificar las fuerzas revolucionarias frente al enemigo imperialista, de librar con mayor eficacia la lucha política e ideológica contra el nacionalismo burgués y el reformismo”<sup>36</sup>.

A Junta funcionaria assim como uma resposta clara ao “inimigo”, que não seria dada senão pela luta armada, que ao se iniciar, rapidamente se transformaria em fator de polarização, agitação e, por fim, de derrota do inimigo como afirma a declaração da Junta. A luta armada seria assim a única possibilidade de tornarem-se vitoriosos. Mas para isso não desconsideravam outras formas de organização que viessem a contribuir, quais sejam: “la legal y la clandestina, la pacífica y violenta, económica y política, convergiendo todas ellas con mayor eficacia en la lucha armada, de acuerdo a las particularidades de cada región y país”<sup>37</sup>.

No discurso da Junta Coordinadora Revolucionária fica claro que a luta clandestina é parte da luta empreendida contra o inimigo. Entretanto, para algumas dessas organizações que compunham a Junta, como o ERP da Argentina, a mesma organização manteria uma vida

Pedro Cabrera. Trajetória do Movimento de Libertação Nacional – *Tupamaros* –, 1962-1973: algumas questões de identidade e poder. In: *Estudios Ibero-Americanos*. PUCRS, v. XXXIII, n. 2, p. 156-171, dezembro 2007).

<sup>33</sup> Organização marxista-leninista surgida em 15 de agosto de 1965 no Chile. Na declaração de princípios, aprovada no congresso de fundação da organização, afirmam: “El MIR rechaza la teoría de la “vía pacífica” porque desarma políticamente al proletariado y por resultar inaplicable ya que la propia burguesía es la que resistirá, incluso con la dictadura totalitaria y la guerra civil, antes de entregar pacíficamente el poder. Reafirmamos el principio marxista-leninista de que el único camino para derrocar el régimen capitalista la insurrección popular armada”. O MIR ainda existe no Chile e é bem atuante; mais informações e documentos podem ser encontrados em: [http://chile-mir.org/index.php?option=com\\_content&task=view&id=22&Itemid=37](http://chile-mir.org/index.php?option=com_content&task=view&id=22&Itemid=37). Pesquisa realizada em 5 de outubro de 2008.

<sup>34</sup> O Exército de Libertação Nacional (ELN) da Bolívia foi uma organização político-militar criada por Ernesto Che Guevara para levar a guerrilha ao continente americano. Seu líder Inti Peredo participou da guerrilha deflagrada nas selvas bolivianas, juntamente com Che Guevara; foi assassinado em 1969 por órgãos de repressão da Bolívia.

<sup>35</sup> Trecho retirado da declaração da Junta Coordinadora Revolucionária, publicado na íntegra na revista Che Guevara Nº 1, de novembro de 1974, disponível também no site “Archivo Chile”, do Centro de Estudios “Miguel Enríquez”, CEME: <http://www.archivo-chile.com>, p.2.

<sup>36</sup> idem.

<sup>37</sup> ibidem, p.7.

legal ao mesmo tempo em que o exército revolucionário se organizava e atuava de maneira clandestina.

Suas propostas não foram muito longe; um ano antes o golpe já havia atingido o Chile e a repressão violenta aos revolucionários foi sentida inclusive pelo MIR, que perdeu grande parte dos seus quadros. Dois anos depois aconteceria o golpe na Argentina, iniciando um duro processo ditatorial. Na Bolívia e no Uruguai não foi diferente. Assim, os líderes da Junta foram assassinados, muitos deles figuram na lista de desaparecidos de seus respectivos países até os dias de hoje, como é o caso de Mario Roberto Santucho<sup>38</sup>.

Não podemos deixar de mencionar a existência atual de movimentos que se utilizam da clandestinidade, como o Movimento Zapatista nos Chiapas, no México, através do “Comité Clandestino Revolucionário – Comandancia General de Ejército Zapatista de Liberación Nacional”<sup>39</sup>, cuja aura de mistério povoa o imaginário acerca da verdadeira identidade do Subcomandante Marcos.

Também no Brasil, diversos movimentos e revoltas foram tramados clandestinamente; é o que aponta Maria Glória Gohn (1995) em seu trabalho sobre as lutas sociais no Brasil. A autora afirma que no Brasil, até o século XIX, foi bastante comum a construção de lutas por meio de grupos que atuavam na clandestinidade, como seitas e ligas, e que os maçons também se enquadrariam nesta categoria. Este fato se explicaria pelo grau de organização dos problemas e conflitos sociais da época.

Toda a tensão e jogo entre as forças existentes até o século XIX tinham duas formas de manifestação: “a irrupção abrupta de motins e revoltas; e a deflagração de movimentos por meio de conjurações, nas tênues organizações existentes, justamente as ligas, uniões e seitas”. (p.157). Entretanto, as dificuldades de comunicação e as difíceis condições do próprio meio geográfico, tornavam essas revoltas extremamente vulneráveis, sendo comuns os atos de delação entre os próprios participantes dessas sublevações.

A Conjuração Mineira (1789) é um exemplo que ilustra bem a argumentação da autora. Na sublevação da elite mineira, todo o movimento foi tramado clandestinamente, em

---

<sup>38</sup> Algumas pesquisas apontam que a Junta teria sido alvo da Operação Condor e outros vão mais além, afirmando que a Operação Condor teria surgido para reprimir a Junta. A questão é que esse tema carece de trabalhos mais aprofundados.

<sup>39</sup> O movimento foi deflagrado na região dos Chiapas em 1994, entretanto, estava sendo organizado há pelo menos dez anos, conforme informação do Subcomandante Marcos em entrevista concedida ao Jornal L’unitá em 4 de janeiro de 1994. Na entrevista, o Subcomandante afirma o caráter clandestino da organização zapatista: “- No tenemos ninguna relación con ningún tipo de organización abierta. Nuestra organización es exclusivamente clandestina y armada”. Esse texto pode ser lido na íntegra no site <http://palabra.ezln.org.mx/>, pesquisa realizada em 30 de janeiro de 2009.

reuniões secretas nas casas dos conjurados; até mesmo uma senha fora criada para que soubessem quando começar a agir: “Tal dia é o batizado!”. A conjuração foi delatada e os conspiradores descobertos; Cláudio Manuel da Costa foi preso e assassinado, entretanto as autoridades divulgaram que ele havia cometido suicídio; Tiradentes também foi morto<sup>40</sup>.

Podemos ir mais além no tempo, pois é sabido que outros movimentos já do período republicano no Brasil, no final do século XIX e início do século XX se organizaram também de forma clandestina. Destacamos sobre o tema a atuação do movimento anarquista, que como afirma Jaime Cubrero (1997): “É preciso não esquecer que o movimento específico anarquista não é público, é clandestino. O Estado jamais daria autorização para combater o Estado”<sup>41</sup>.

Tanto o movimento anarquista quanto o Partido Comunista, principalmente depois da Insurreição Comunista em 1935, foram perseguidos pelo Estado no Brasil. Seus líderes foram presos, torturados, e alguns assassinados pela polícia política de Filinto Müller. Luís Carlos Prestes, um dos líderes da Intentona, passou nove anos na prisão; depois de solto entra novamente para uma longa temporada de clandestinidade que marcou também a atuação do Partido Comunista, até 1946; volta à legalidade por um breve período e em 1947 é novamente colocado na ilegalidade, assim permanecendo até o final da ditadura militar em 1985.

Com o golpe civil-militar<sup>42</sup> de 1964, partidos políticos de esquerda e organizações revolucionárias, como por exemplo, PCB - Partido Comunista Brasileiro, AP - Ação Popular, ORM-PO/POLOP - Organização Revolucionária Marxista/Política Operária, PCdoB - Partido Comunista do Brasil e PORT – Partido Trotskista, existentes até então, passaram a ser perseguidos pela ditadura militar e foram levados para a clandestinidade. Assim também, as organizações revolucionárias criadas depois do golpe, como a VPR - Vanguarda Popular Revolucionária, Ala Vermelha do PCdoB, a COLINA - Comandos de Libertação Nacional, o

---

<sup>40</sup> Outros são os exemplos de revoltas no período colonial, como a Conjuração do Rio de Janeiro, a Conjuração Baiana, a Revolta dos Suassuna, etc. Em relação à Conjuração do Rio de Janeiro, dentre os documentos citados pelos *Autos da Devassa*, estão os Estatutos Secretos da Sociedade Literária do Rio de Janeiro. O item 1 do Estatuto ilustra bem o caráter secreto do que era discutido na Sociedade Literária do Rio de Janeiro: “1. A boa fé e o segredo, de modo que ninguém saiba do que se tratou na sociedade”. (Trecho de documento disponível em: AQUINO, Rubim Santos Leão de (et all). *Sociedade Brasileira: Uma história através dos movimentos sociais*. 4. ed. Rio de Janeiro: Record, 2001, p.353). Outras revoltas marcarão o século XIX, como a Confederação do Equador, a Cabanagem, dentre outras.

<sup>41</sup> Entrevista de Jaime Cubrero, grande articulador do movimento anarquista no Brasil, concedida à José Maria Carvalho Ferreira, da Revista Utopia. Morreu em maio de 1998, aos 70 anos de idade. A entrevista na íntegra pode ser encontrada em: <http://www.nodo50.org/insurgentes/textos/brasil/08cuberoentrevista.htm>, pesquisa realizada em 5 de outubro de 2008.

<sup>42</sup> Utilizaremos o conceito de golpe civil-militar para falar do golpe de 1964, a partir da tese de René Dreifuss (1981) sobre a participação decisiva de segmentos da sociedade civil no movimento que derrubou o governo institucional de João Goulart.



PCBR - Partido Comunista Brasileiro Revolucionário, ALN – Ação Libertadora Nacional, entre outras, surgiram já na condição de clandestinas. Quase todas envolvidas com o processo de luta armada. Essa se constituiu como a única forma de luta possível em um contexto de repressão política.

Poderíamos aqui em páginas e mais páginas traçar a experiência clandestina de diversas outras organizações ou a utilização dela como instrumento para a organização de movimentos ou mesmo para a sobrevivência. Contudo, não pretendemos traçar uma história da clandestinidade ou das organizações clandestinas, das sociedades secretas e dos perseguidos, pois não se trata do objetivo dessa dissertação.

Esse preâmbulo teve apenas a intenção de dar uma ideia de que tornar-se clandestino é um produto de perseguições de várias ordens ou de necessidades, ou ainda parte da cultura política tecida em determinado período da história, vivenciada por pessoas e grupos em diversos contextos históricos. Devemos considerar que a clandestinidade deve ser definida por conjunturas específicas, por questões próprias de cada época e lugar.

Nesse sentido, consideramos que a cultura política da clandestinidade comunista originada no século XX produzirá, conseqüentemente, uma memória social acerca dessa experiência, onde se conjugam lembranças, esquecimentos e silêncios.

O estudo da clandestinidade vivida por militantes políticos de oposição à ditadura militar no Brasil torna-se relevante, pois possibilita desvelar aspectos de uma experiência que atingiu inúmeros indivíduos, originando também memórias clandestinas, produzindo marcas atemporais trazidas por muitos desses indivíduos, marcas que permaneceram como lembrança, como silêncio ou como trauma<sup>43</sup>.

As memórias dos militantes de esquerda, opositores do regime ditatorial, não são memórias homogêneas, elas são também polifônicas, possuem nuances, cores e matizes diferentes. A clandestinidade política não foi vivida da mesma maneira por todos os militantes, a forma como essa experiência atingiu e produziu subjetividades é também única e peculiar, e se reflete nas falas, nos gestos, nos não-ditos, nos ditos pela metade, nos silêncios e também nos esquecimentos. Por isso, torna-se importante discutir as dimensões da memória social, suas lembranças, esquecimentos e silêncios e como estes são construídos e constituem parte de um campo de disputas políticas.

---

<sup>43</sup> Discutiremos esse conceito no próximo item.

## 1.2- Memória e Esquecimento: o que lembrar, o que esquecer

*“Quem pode dizer como arde, só arde em lume brando”.*

(Petarca)

O que falamos quando falamos em memórias da ditadura militar? Que memórias são essas? Por que e para que lembrar da ditadura? Como lembrar e para quem? Além disso, qual o significado do esquecimento e do silenciamento relativo a esse período? E ainda, como a lembrança, o esquecimento e o silêncio se conjugam na construção da memória social acerca da ditadura militar.

A memória é um campo de disputas políticas, onde o embate entre lembrança e esquecimento está sempre presente. O que lembrar e o que esquecer, ou a quem interessa manter determinadas lembranças ou conservar na escuridão do esquecimento outras tantas, são questões importantes para serem problematizadas, tendo em vista o permanente jogo de forças entre memória e poder. Nesse sentido,

Onde há poder, há resistência, há memória e há esquecimento. O caráter seletivo da memória implica o reconhecimento da sua vulnerabilidade à ação política de eleger, reeleger, subtrair, adicionar, excluir e incluir fragmentos no campo do memorável. (CHAGAS, Mario, 2003, p.141).

O campo do memorável é assim marcado pela seletividade da memória, seja de maneira consciente ou inconsciente. Nem tudo fica guardado. Escolher o que lembrar e o que esquecer é antes de tudo uma ação política. E por mais que a memória pareça num primeiro momento um fenômeno individual, algo relativamente íntimo, próprio da pessoa, Maurice Halbwachs (1990) sublinha que a memória deve ser entendida também, ou, sobretudo, como um fenômeno coletivo e social, ou seja, como um fenômeno construído coletivamente e submetido a flutuações, transformações, mudanças constantes. Entretanto, essas flutuações e mutabilidades da memória, tanto individual quanto coletiva, têm limitações. Na maioria das memórias existem marcos ou pontos relativamente imutáveis, ou seja, determinados períodos da vida ou certos fatos conservam algo de invariante.

A memória é, portanto, um fenômeno construído, e essa construção em nível individual, como considera Michael Pollak (1992), é resultado de um verdadeiro trabalho de organização. O mesmo se dá em relação à memória social; a memória não é algo dado a priori, mas construída por sujeitos e grupos, em função de preocupações pessoais e políticas

do presente. Contudo, no plano social essa construção ocorre, na maioria das vezes, de maneira consciente.

Outro papel importante da memória está no fato de ela reforçar o sentimento de pertencimento.

La memoria tiene entonces un papel altamente significativo como mecanismo cultural para fortalecer el sentido de pertenencia y a menudo para construir mayor confianza en sí mismos (especialmente cuando se trata de grupos oprimidos, silenciados y discriminados). (JELIN, Elizabeth, s/d. p.98)<sup>44</sup>.

A construção da identidade social não é um fenômeno que deva ser compreendido como essência de uma pessoa ou de um grupo, é antes um fenômeno que se produz em referência aos outros, em referência aos critérios de reconhecimento, e que se faz por meio de negociação ou de conflitos com o “outro”.

Se é possível o confronto entre a memória individual e a memória dos outros, isso mostra que a memória e a identidade são valores disputados em conflitos sociais e intergrupais, e particularmente em conflitos que opõem grupos políticos diversos. (POLLAK, 1992, p.5).

Nesse sentido, a memória pode tanto agregar, unir, quanto desunir o grupo ou produzir conflitos.

Além de ser seletiva, fenômeno construído, a memória é também fragmentada, sendo o trabalho de organização sempre parcial. O que dá sentido à memória, em última instância, é a relação que se estabelece entre o passado e o presente. O passado descontínuo é organizado a medida em que fragmentos de lembranças, pedaços de fatos, falas e cheiros ganham sentido a partir de uma necessidade ou desejo do presente.

O esquecimento também pode ser um elemento negociável e fonte de conflito e, juntamente com a memória, constitui parte do jogo de poder e resistência, e como assinala Tzvetan Todorov (2000), interagindo de forma dialética num movimento de conservação/supressão. Considerando que o restabelecimento integral do passado é algo impossível, a memória é seletiva por natureza, algumas reminiscências são selecionadas e conservadas, outras imediata ou progressivamente são marginalizadas e logo esquecidas.

---

<sup>44</sup> JELIN, Elizabeth. Exclusión, memorias y luchas políticas. *Cultura y transformaciones sociales en tiempos de globalización*. Disponível em: [www.bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/mato/jelin.pdf](http://www.bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/mato/jelin.pdf), p.91-110. Acesso em: 10 out.2007.

Mas esse processo não é estático, se transforma ao longo do tempo histórico. Modificações nos cenários políticos, a entrada de novos atores sociais e as mudanças nas sensibilidades sociais inevitavelmente implicam transformações nos sentidos do passado, como afirma Elizabeth Jelin (2002:69). Coisas que em algum momento foram selecionadas podem ser esquecidas e o contrário também é possível; esquecimentos emergem em determinados momentos e em outros se tornam memória, tanto no plano individual como no social.

Assim como as memórias, o esquecimento é usado ou pode ser usado para determinados fins. Esquecer algo não é apenas um não recordar; o esquecimento pode ser conveniente a nós ou aos outros.

Outro aspecto dessa discussão é em relação ao esquecimento coletivo. Para Yosef H Yerushalmi (1998),

un pueblo “olvida” cuando la generación poseedora del pasado no lo transmite a la siguiente, o cuando ésta rechaza lo que recibió o cesa de transmitirlo a su vez, lo que viene a ser lo mismo. La ruptura en la transmisión puede producirse bruscamente o al término de un proceso de erosión que ha abarcado varias generaciones. Por el principio sigue siendo el mismo: un pueblo jamás puede “olvidar” lo que antes no recibió. (YERUSHALMI, p.17-18).

Para esse autor, uma sociedade não pode esquecer aquilo que não lhe foi transmitido. Uma sociedade só se lembra quando um passado é transmitido às gerações contemporâneas através do que Yerushalmi (1998) chamou de “los canales y receptáculos de la memoria”, e quando esse passado torna-se carregado de sentido.

Lo que llamamos olvido en el sentido colectivo aparece cuando ciertos grupos humanos no logran – voluntariamente o pasivamente, por rechazo, indiferencia o indolencia, o bien a causa de alguna catástrofe histórica que interrumpió el curso de los días y las cosas – transmitir a la posteridad lo que aprendieron del pasado. (p.18).

Sendo assim, o esquecimento se dá quando uma geração possuidora do passado ou do conhecimento do passado não o transmite às novas gerações, impossibilitando inclusive que traumas sejam superados e que atrocidades não voltem a acontecer.

Por sua vez, Friedrich Nietzsche (2002) vai dicotomizar a memória e o esquecimento. Para ele, não existem lembranças “boas” ou “más”. A memória sempre teria uma feição negativa, carregando consigo todo o peso da dívida, da culpa, e estaria associada a uma escravidão. Já o esquecimento, ou melhor, o chamado esquecimento ativo, é positivo na medida em que é ele que detém a possibilidade criadora e afirmadora da vida. O

esquecimento também traz em si a capacidade da “digestão psíquica”, nos ajudando a assimilar o vivenciado. Digerir e assimilar garantem esse aspecto positivo do esquecimento; entretanto, algumas experiências são tão traumáticas que há uma dificuldade em digerir e assimilar. O esquecimento é impossibilitado e o processo de lembrar torna-se extremamente doloroso e ressentido, apesar de necessário.

Instaura-se uma luta interna e externa contra o esquecimento. E segundo Gagnebin (2006:101), se essa luta é necessária, é porque não só a tendência a esquecer é forte, mas também há a vontade, o desejo de esquecer. Há um esquecer natural, feliz, necessário à vida, dizia Nietzsche. Mas existem também outras formas de esquecimento duvidosas: não saber, saber mas não querer saber, fazer de conta que não se sabe, denegar, recalcar. Sendo assim, entraríamos na dimensão de outra imposição, sairíamos da memória imposta e cairíamos no esquecimento imposto.

Um exemplo dessa tentativa de impor o esquecimento pode ser visto na história recente do Brasil. O período do final dos anos de 1970 e toda a década de 1980, após a decretação da anistia e o fim da ditadura, foi marcado pela tentativa de construção de uma memória reconciliadora. Juntamente com a anistia, tenta-se decretar o esquecimento e acusa-se de revanchistas aqueles que falam, aqueles que não esquecem. Por outro lado, Elizabeth Jelin aponta que

Las aperturas políticas, los deshielos, liberalizaciones y transiciones habilitan una esfera pública y en ella se pueden incorporar narrativas y relatos hasta entonces contenidos y censurados. También se pueden generar nuevos. Esta apertura implica un escenario de luchas por el sentido del pasado, con una pluralidad de actores y agentes, con demandas y reivindicaciones múltiples. (JELIN, 2002, p.42).

Ao mesmo tempo em que a promulgação da Lei de Anistia vem criar uma situação de conciliação e há uma tentativa de silenciar as atrocidades da ditadura, de outro lado a abertura política possibilita a emergência de outras vozes, narrativas e relatos que até o momento não encontravam seu espaço de inserção na cena pública e, mais do que isso, não encontravam a escuta. É nesse contexto que o livro “O que é isso companheiro?”, de Fernando Gabeira, é lançado e se torna um sucesso de vendas com grande alcance de público<sup>45</sup>. Assim também

---

<sup>45</sup> “O que é isso, companheiro?”, de Fernando Gabeira, foi escrito no exílio; sua primeira edição data de 1979, sendo já lançado em contexto diferente de “Em Câmera Lenta”. Logo se transformou em um verdadeiro clássico do romance-depoimento brasileiro. Segundo algumas estatísticas, são mais de 250.000 exemplares vendidos, em mais de 40 edições.

“Em Câmera Lenta”, de Renato Tapajós<sup>46</sup> e “Os Carbonários”, de Alfredo Sirkis<sup>47</sup>, os três lançados na mesma época, pós-abertura e pós-lei de anistia.

Denise Rollemberg (1999), em seu trabalho sobre o exílio, aponta que em 1979,

O exílio rapidamente entrou na moda. Mas não era só isso. Havia um interesse dos que ficaram em saber o que não viveram. As autobiografias se multiplicavam e vendiam. Algumas foram Best Sellers. As reportagens sobre os exilados tornaram-se freqüentes, a maior parte tentando criar versões conciliatórias, onde se estimulavam os relatos folclóricos, pitorescos, os casos divertidos. (...) De súbito, passou a ser uma glória ter um exilado familiar, ou amigo ou, ao menos, um convidado para o jantar. (ROLLEMBERG, 1999, p.16).

Ela mesma, que se debruçou como pesquisadora a estudar o período da ditadura militar, diz que o primeiro livro que leu sobre o tema foi “O que é isso, companheiro?”, de Fernando Gabeira, e que ela se perguntava como tudo aquilo que ele relatava no livro tinha acontecido e ninguém dizia nada e a sua geração naquele momento também nada sabia.

Afora o relato dos exilados que voltavam ao Brasil, surgem outros testemunhos, autobiografias de pessoas que vivenciaram outras experiências e que aos poucos foram aparecendo e recompondo, ainda que de maneira fragmentada, um mosaico do que foi a ditadura e seus efeitos.

Elizabeth Jelin (2002), quando discute a questão do testemunho, aponta que são exatamente os processos de abertura política e transições que habilitam a esfera pública, e assim ela pode incorporar novas narrativas e relatos, até então contidos ou censurados. Mas esses momentos de transição não se dão de maneira apaziguada, pelo contrário, estabelece-se um cenário de luta pelos sentidos do passado.

Não se trata apenas, como aponta Jelin (2002), de fenômenos ligados ao mercado, o chamado “boom do testemunho e das biografias”, mas também temos que considerar as complexas buscas de sentidos pessoais e de reconstrução de tramas sociais. Uma tentativa de reconstituir as experiências da prisão, da vida na clandestinidade, narrativas de tortura, sentimentos de medo, impotência, raiva, perseguição, as esperanças e também as experiências

---

<sup>46</sup> “Em Câmera Lenta”, primeiro romance/depoimento sobre a guerrilha no Brasil, foi escrito dentro da prisão no Carandiru durante o ano de 1973, sendo publicado em 1977, em virtude da dificuldade de encontrar uma editora que se interessasse em publicá-lo. Por causa do livro, Tapajós foi preso no DOPS e permaneceu dez dias incomunicável. O livro foi considerado “instrumento de guerra revolucionária” pelas forças repressivas e sua distribuição e venda foram proibidas.

<sup>47</sup> “Os Carbonários”, de Alfredo Sirkis, começou a ser escrito em fins de 1977, no exílio, e concluído ainda em Portugal, em 1979, pouco antes da Anistia. Foi lançado no Brasil pela editora Global, em 1980. Sucesso imediato, permaneceu na lista de livros mais vendidos durante dois anos e meio, recebendo o Prêmio Jabuti de 1981.

de enfrentamento e resistência. Além disso, de maneira geral, existe “...un propósito político y educativo: transmitir experiencias colectivas de lucha política, así como los horrores de la represión, en un intento de indicar caminos deseables y marcar con fuerza el “nunca más””. (JELIN, 2002, p.95).

Já os anos de 1990 trazem uma outra memória. Se por um lado há uma busca por se refletir nos meios acadêmicos sobre o golpe e seus efeitos, por outro estreia na Rede Globo a minissérie *Anos Rebeldes*, em que “Situações maniqueístas e absolutizadas se apresentam ao telespectador”, conforme chama a atenção Maria Aparecida de Aquino (2001)<sup>48</sup>. Ela ainda aponta que em *Anos Rebeldes* há uma divisão entre aqueles que se engajaram e aqueles que não se engajaram, e ao final, o “engajado” admite que a composição *Sabiá*, de Chico Buarque e Tom Jobim, era muito superior à *Pra não dizer que não falei das flores*, de Geraldo Vandré, ambas alvos de acaloradas discussões entre os jovens do final dos anos 60. Ele aceita, portanto, que neste caso, a “alienada” tinha razão. Nesse caso, será que a minissérie está dizendo somente do passado? Sabemos que não. Mais do que somente representar o passado, a minissérie também fala do presente. *Anos Rebeldes* aborda a luta contra o regime ditatorial como um sonho pueril de jovens estudantes da classe média e endossa a ideia de que, no final, quem não se engajou é que estava certo.

É preciso considerar que a produção cinematográfica e a produção para a televisão, ainda que se volte para a representação de um fato passado (a ditadura militar instaurada na década de 1960 e que perdurou durante vinte e um anos, por exemplo) têm como referencial ou ponto de partida o momento presente, remetendo a questões relacionadas ao período de elaboração das imagens. Isso implica dizer que mesmo fazendo referência a outra temporalidade, o filme, as minisséries e outros programas de televisão podem nos dizer muito sobre a sociedade e o tempo nos quais foram produzidos.

Também, na década de 1990, foi decretada a Lei 9.140, de 5 de dezembro de 1995, chamada Lei dos Desaparecidos, que se por um lado representou um avanço, de outro ainda mantém a ideia da conciliação; seu texto é bem claro em relação a esse objetivo. Em nenhum momento o texto da Lei faz qualquer referência ou alusão à responsabilização do Estado pelas torturas, assassinatos e desaparecimentos. Pelo contrário, o Art.2º deixa claro qual o objetivo deste dispositivo legal: “a aplicação das disposições desta Lei e todos os seus efeitos orientar-

---

<sup>48</sup> A autora também faz uma análise sobre o Programa Você Decide que foi ao ar na Rede Globo na década de 1990, intitulado “Sangue no Araguaia”. A história do programa mostrava um ex-guerrilheiro do Araguaia, que sobreviveu por ter se fingido de morto e foi obrigado a viver desde então na clandestinidade, com o seguinte conflito: receber ou não os 130 mil reais referentes à indenização, já que seu nome consta na lista de mortos e desaparecidos políticos.

se-ão pelo princípio de reconciliação e de participação nacional, expresso na Lei n. 6.683, de 28 de agosto de 1979 – Lei de Anistia”.

Observemos as palavras utilizadas: “reconciliação” e “participação nacional”, princípios que já haviam sido negociados em 1979, pelos militares, na articulação da transição. Dezesesseis anos depois, Fernando Henrique Cardoso, presidente civil, eleito pelo voto direto, retoma esses princípios como forma de abrandar sua decisão, atender à pressão dos familiares de mortos e desaparecidos, bem como evitar a indisposição com as Forças Armadas. Conforme declarou em 1995, ao ser questionado sobre o tema por Pierre Sané, Secretário-Geral da Anistia Internacional: “é um passado complicado de remexer, que incomoda muitos setores”<sup>49</sup>. Hoje, trinta anos após a promulgação da lei de anistia, muita coisa ainda precisa ser revista, e essa é uma luta de toda a sociedade brasileira.

O fato é que no caso brasileiro, passados mais de vinte anos do fim da ditadura militar, as feridas e cicatrizes permanecem expostas. Como assinala Joana D’Arc Fernandes Ferraz (s/d), a memória política desse período é permeada por silêncios, esquecimentos e até mesmo falsificações, cuja consequência mais grave é a conservação de um projeto de nação que não encontra no passado o eixo de luta para o seu futuro e traz no seu bojo o questionamento de qual democracia temos e de qual democracia queremos.

Assassinatos sem explicações ou punições, desaparecidos políticos cujos corpos não foram entregues aos familiares, torturadores soltos exercendo cargos públicos. Não há como não nos indignarmos com o posicionamento político em relação a esse passado que mesmo após quase trinta anos da Lei da Anistia, continua praticamente intocável. Ou quando o Ministro do Superior Tribunal Militar (STM) e general da reserva Valdesio Guilherme de Figueiredo vem a público numa entrevista ao Jornal O Globo<sup>50</sup> defender o coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra, dizendo que ele “apenas torturou e que não consta que ele tenha matado ninguém”, como se isso pudesse eximi-lo de alguma coisa. Ou ainda quando o mesmo general Valdesio, ao ser perguntado sobre os familiares que reclamam da falta de informações sobre a localização das ossadas de desaparecidos, responde:

A reivindicação é muito justa. Por outro lado, se alguém tinha a obrigação de fazer sepultura de quem morreu, eram os guerrilheiros. Os militares que morreram no

---

<sup>49</sup>Paiva, Marcelo Rubens. “Nós não esquecemos”. In: Janaína Teles (Org.). *Mortos e Desaparecidos políticos: reparação ou impunidade?*. São Paulo: Humanitas/ USP, 2000. p.45-49. Marcelo, como filho de desaparecido político, relata esse caso com muita indignação e expõe a resposta de Pierre Sané ao Presidente Fernando Henrique: “É extremamente decepcionante”. Esse texto de Paiva foi publicado originariamente na Revista *Veja*, São Paulo, 10 de mai.1995.

<sup>50</sup>Entrevista concedida a Evandro Éboli, para o Jornal O Globo, Caderno Prosa & Verso, 7 abri. de 2007. p.3.



combate não estão desaparecidos. Estes têm seu lugarzinho lá, arrumadinho. Agora, se largaram o cara no meio do mato para a onça comer, é problema deles, não é das Forças Armadas. O que já se gastou de dinheiro atrás de osso!

É claro que o general Valdesio conhece a história, sabe o que se passou na Guerrilha do Araguaia, que os guerrilheiros numericamente inferiores foram massacrados pelas Forças Armadas. Palavras amenizadoras como “ele só torturou” ou falsificações como a afirmação de que os guerrilheiros é que teriam deixado os corpos de seus companheiros para a “onça comer”, são tentativas deliberadas de construir ou reforçar a memória oficial. Assim, temos que a memória é, por excelência, um campo de disputas políticas.

Hay una lucha política activa acerca del sentido de lo ocurrido, pero también acerca del sentido de la memoria misma. El espacio de la memoria es entonces un espacio de lucha política, y no pocas veces esta lucha es concebida en términos de la lucha “contra el olvido”: *recordar para no repetir*. (JELIN, 2002, p.9, grifo da autora).

Em relação a esse período, o espaço da memória como espaço de lutas políticas, traz um entrave entre uma memória construída, para ficar na chamada história oficial e apagar qualquer tentativa de se construir uma outra história, e a busca por parte de outros atores sociais pelo desvelamento do silêncio, luta contra o esquecimento para que esse passado não se repita.

Isso pode ser observado principalmente a partir do final dos anos de 1990 e no início dos anos 2000. Como afirma Ferraz (2007a: 65), temos vivido no Brasil e na América Latina diferentes frentes contra o “esquecimento” que a memória oficial tentou silenciar; haja vista o número crescente de produções cinematográficas<sup>51</sup> sobre o período da ditadura militar e uma vontade ou necessidade das pessoas que viveram nessa época de falarem sobre suas experiências. É também expressiva a quantidade de trabalhos acadêmicos com esta temática<sup>52</sup>.

---

<sup>51</sup> São exemplos de alguns filmes produzidos ou exibidos nesse período: Zuzu Angel (dir. Sérgio Resende), Cabra-Cega (dir. Toni Ventura), Araguaya – a conspiração do silêncio (dir. Ronaldo Duque), Batismo de Sangue (dir. Helvécio Ratton), Corte Seco (dir. Renato Tapajós), Hercules 56 (dir. Silvio Da-Rin), O Balé da Utopia (dir. Marcelo Santiago), Operação Condor (dir. Roberto Mader), Vlado, 30 anos depois (dir. João Batista de Andrade), Clandestinos (dir. Patricia Morán), Os Desafinados (dir. Walter Lima Jr), entre outros.

<sup>52</sup> Carlos Fico (2004) em artigo publicado na Revista Brasileira de História ressalta também o crescente interesse por estudos relativos à ditadura militar, principalmente no que se refere à cultura, a valorização da subjetividade, do cotidiano, das mentalidades. O autor cita um levantamento realizado pelo Grupo de Estudos sobre a ditadura militar da UFRJ, que registrou que entre 1971 e 2000 foram produzidas 214 teses de doutorado e dissertações de mestrado sobre a história da ditadura militar e que esses números tendem a crescer. Não há um levantamento mais recente, mas com toda certeza esse interesse tem crescido, principalmente depois das discussões em torno dos 40 anos do golpe em 2004. Em seu livro, o mesmo autor apresenta um riquíssimo guia bibliográfico sobre a época.

Parece hoje estar incorporada na luta das lideranças dos movimentos pró-direitos humanos e justiça a memória deste passado de opressão e o discurso de que há uma continuidade entre as iniquidades do passado ditatorial e a democracia formal de hoje. Há um apelo para o fim do esquecimento. (FERRAZ, 2007a, p.65)

Nesses casos, como assinala Ferraz (2007b), lembrar é resistir, é impedir que o tormento ganhe força, é enfrentar um vazio. Em outros casos, lembrar é entrar no túmulo, é sucumbir, é permitir que fatos, gestos e horrores penetrem nos mais misteriosos recônditos de nossa mente. Em outros casos, por mais que seja difícil e doloroso, o ato de lembrar nos remete às dores, mas igualmente às superações dessas dores, transpõe o sofrimento e funciona como um ato político<sup>53</sup>. Assim também a história assume “el papel de producir conocimiento crítico que puede tener un sentido político”. (JELIN, 2002, p.67).

Sabemos que não existe uma única versão sobre o passado. Nesse sentido cabe-nos retomar a discussão sobre história e memória, não para estabelecer uma dicotomia entre uma e outra, mas entendendo que essas noções possuem limites e provocam tensões, e é essa tensão produtiva que vem gerando novas abordagens em relação à concepção de história e de memória. Muito mais do que noções polarizadas, elas passam a ser pensadas como noções complementares:

... o estudo recente está marcado por situações, nas quais a história subverteu a memória e a memória subverteu a história. Isso não sugere apenas uma contradição ou paradoxo, mas sobretudo uma tensão útil que contribuiu para que os historiadores focalizassem a problemática da própria memória coletiva. (FRISCH, 2006, p.77).

Elizabeth Jelin (2002) também considera que é na tensão entre uma e outra, história e memória, que é possível fazer as perguntas mais interessantes, criativas e produtivas para reflexão. Nessa tensão, memórias muitas vezes silenciadas ou esquecidas ressurgem, suscitando a escrita de novas histórias, contribuindo para divulgar as memórias de indivíduos e grupos que foram excluídos ou marginalizados das narrativas históricas anteriores e muitas vezes oficiais.

Em síntese, não há uma maneira única de pensar a relação entre história e memória. São múltiplos os tipos de relação possíveis de ser estabelecidos. Contudo, é preciso entender que memória não é idêntica à história.

---

<sup>53</sup> “Por que lembrar? Para que lembrar? Dilemas sobre a Ditadura Militar Brasileira”, trabalho apresentado pela autora no XXIV Simpósio Nacional de História (ANPUH) realizado entre os dias 15 e 20 de julho de 2007 - UNISINOS - São Leopoldo/RS.

La memoria es una fuente crucial para la historia, aun (y especialmente) en sus tergiversaciones, desplazamientos y negaciones, que plantean enigmas y preguntas abiertas a la investigación. En este sentido, la memoria funciona como estímulo en la elaboración de la agenda de la investigación histórica. Por su parte, la historia permite cuestionar y probar críticamente los contenidos de las memorias y esto ayuda en la tarea de narrar y transmitir memorias críticamente establecidas y probadas. (JELIN, 2002, p.75).

Dessa forma, reforçamos que a memória por si mesma não constitui a história; existe uma diferença entre a operação histórica e a história vivida. A memória é matéria-prima da história, não tem um compromisso com fontes e regras, com o chamado *metiér* de uma disciplina; já a história é uma disciplina e tem um compromisso com a crítica. “A operação histórica envolve a combinação de um lugar social, de práticas científicas e de uma escrita”. (CERTEAU *apud* FERREIRA, 2006, p.200).

Torna-se necessário problematizar esse ponto, na tentativa de questionar como determinadas lembranças ficam cristalizadas ou se modificam ao longo do tempo, e como a historiografia cumpre um papel em relação a isso, reforçando ou refutando memórias e esquecimentos em detrimento de outros e também produzindo determinadas lembranças e silêncios.

Não se trata apenas de entender as dimensões da memória coletiva no contexto da história, “mas sobretudo de entender como a historização formal e autoconsciente vem se transformando numa dimensão cada vez mais importante do como lembramos o passado e entendemos sua relação com a vida e a cultura contemporâneas”. (FRISCH, 2006, p.79).

Sobre essa questão, Alessandro Portelli (2006), em seu trabalho acerca do “massacre de Civitella”, argumenta que tanto a memória como o luto não são um núcleo compacto e impenetrável para o pensamento e a linguagem, mas um processo moldado (“elaborado”) no tempo histórico. Isso fica claro quando percebemos as mudanças nos testemunhos de pessoas atingidas pela ditadura militar brasileira, ou o surgimento de depoimentos de pessoas que até então não conseguiam falar sobre o assunto. Torna-se possível vislumbrar como as memórias acerca desse período se configuram e vão se modificando ao longo do tempo.

Pensar as dimensões da memória social, com suas lembranças, esquecimentos e silêncios construídos pela ditadura militar é enfrentá-la em toda sua complexidade. Para isso é

preciso considerar que o golpe civil-militar seguido da instauração de uma ditadura produziu uma “situação-extraordinária”<sup>54</sup>.

A ação violenta do Estado impetrada com o objetivo de segregar e neutralizar setores da sociedade que pudessem questionar a nova ordem imposta levou vários indivíduos a vivenciar situações-limite como a prisão, a tortura, o desaparecimento, o exílio e a clandestinidade, provocando novas configurações de identidades sociais e de subjetividades. Diante do desmembramento da ordem do mundo cotidiano, cultural e político em que esses indivíduos estão imersos, o rompimento com o mundo social onde aprenderam a se mover, a se relacionar, a viver, questionamo-nos como e porque os indivíduos deram conta dessas situações-extremas.

Esse processo de reformulação do espaço, construção de novas relações sociais, o aprendizado de novas línguas, de formas culturais e políticas, como afirma Ludmila Catela (2001), faz com que as pessoas se confrontem com novos códigos e formas de pertencimento, e isso gera uma constante reflexão sobre si mesmo e sobre os outros.

Essas reformulações e reflexões se revelam na maneira como esses indivíduos lidam com a memória referente ao período da ditadura militar, tendo em vista que a situação-limite produz marcas nas vidas, nas subjetividades desses sujeitos, marcas que se revelam como trauma nas lembranças, nos esquecimentos e nos silêncios acerca desse passado. Trauma compreendido como “(...) ferida aberta na alma ou no corpo”, produzido “por acontecimentos violentos, recalcados, ou não, mas que não conseguem ser elaborados simbolicamente, em particular sob a forma de palavra, pelo sujeito”. (GAGNEBIN, Jeanne Marie, 2006, p.110).

Nesse sentido, elaborar o trauma implica colocar uma distância entre o passado e o presente, de modo que se possa recordar o que ocorreu, mas ao mesmo tempo reconhecer a vida presente e os projetos futuros, saindo da repetição traumática. Nessa perspectiva de elaboração do passado, o que se coloca é a questão acerca do tipo de memória que os indivíduos atingidos pela ditadura, grupos sociais e o Estado escolhem e os usos que se fazem dela.

Podem optar por um uso “literal”, como assinala Todorov (2000), recuperando todos os fatos e personagens envolvidos com a situação traumática e os acusando. Esgotando a memória em si mesma, como um evento que não pode ser comparado a outros, o uso literal

---

<sup>54</sup> Entendemos “situação-limite” ou “situação-extraordinária” como algo que provoca inéditas ações perante o imprevisível, situações para as quais não fomos preparados, socializados, iniciados. Quebrando a ordem naturalizada do mundo habitual, o grupo social deve adaptar-se a um contexto novo e redefinir sua identidade e suas relações com os outros grupos. (POLLAK, 1990, *apud* CATELA, 2001, p.24).

converte, em última instância, “en insuperable el viejo acontecimiento”, fazendo com que o presente permaneça submetido ao passado, na repetição traumática. Podem, por outro lado, optar também por um uso “ejemplar” da memória, o que “permite utilizar el pasado con vistas al presente, aprovechar las lecciones de las injusticias sufridas para luchar contra las que se producen hoy día...”. (TODOROV, 2000, p.32).

Pensar o passado de maneira “ejemplar” permite compreender situações novas do presente, sacrificando a singularidade do ocorrido, dando espaço para leituras plurais sobre o passado, tendo em vista que a memória é polifônica e polissêmica. Várias vozes e vários sentidos se entrelaçam na ciranda da memória social. Não há uma narrativa unívoca, e mesmo quando se tenta produzir a narrativa única, as vozes dissonantes em algum momento aparecem e lembranças até então silenciadas aparecem no espaço público.

As memórias da clandestinidade, foco do nosso estudo, é um exemplo claro do quanto ainda existe de silêncio na memória social acerca da ditadura militar. A vida militante clandestina é uma experiência ainda pouco estudada e é sabido que grande parte dos militantes passou pela clandestinidade em algum momento de suas vidas. Alguns mergulharam a fundo nessa experiência, rompendo com a ordem do mundo social em que viviam; trocaram de nome, de documentos pessoais e alguns até mesmo de rosto; afastaram-se das famílias, amigos e profissão, deixaram suas casas, suas roupas e objetos.

A questão é que muitas vezes a memória de uma experiência tão singular como a da clandestinidade, a exemplo do exílio ou mesmo da prisão, se dilui em meio a uma tentativa de enquadramento das memórias acerca desse período. 33

A fronteira entre o dizível e o indizível, o confessável e o inconfessável, separa, (...), uma memória coletiva subterrânea da sociedade civil dominada ou de grupos específicos, de uma memória coletiva organizada que resume a imagem que uma sociedade majoritária ou o Estado desejam passar e impor.

Distinguir entre conjunturas favoráveis ou desfavoráveis às memórias marginalizadas é de saída reconhecer a que ponto o presente colore o passado. Conforme as circunstâncias, ocorre a emergência de certas lembranças, a ênfase é dada a um ou outro aspecto. (POLLAK, 1989, p.6).

As memórias de indivíduos que viveram na clandestinidade deixam aos poucos de ser também clandestinas. Percebíamos antes, em conversas informais, falas do tipo “ah, eu não fui preso” ou “não fui torturado”, como se essa condição estabelecesse uma espécie de hierarquia das experiências vividas durante a ditadura militar. Não queremos aqui diminuir ou menosprezar a dor de ninguém, ou propor uma nova hierarquização; pelo contrário, o que queremos é analisar cada experiência como única e singular para o indivíduo que a vivenciou.

Nesse sentido, os relatos da clandestinidade aparecem como algo também relevante em termos de experiência desse período. Logo, como assinala Pollak (1989):

há uma permanente interação entre o vivido e o aprendido, o vivido e o transmitido. E essas constatações se aplicam a toda forma de memória, individual e coletiva, familiar, nacional e de pequenos grupos. O problema que se coloca a longo prazo para as memórias clandestinas e inaudíveis é o de sua transmissão intacta até o dia em que elas possam aproveitar uma ocasião para invadir o espaço público e passar do "não-dito" à contestação e à reivindicação... (P.6-7).

E em virtude de novas interpelações, ou inquietações e vivências, novos achados e ângulos de abordagem, a memória se faz e se refaz. A memória, mais do que de lembranças, é constituída por esquecimentos, omissões e silêncios. Identificamos que as memórias da clandestinidade se fazem mais de silêncios, e nesse sentido torna-se importante analisar como esses processos de silenciamento acontecem em determinados contextos.

### 1.3- Dimensões do silêncio

*“... porque o silêncio, a ausência de sinais, é por vez um sinal, mas ambíguo, e a ambigüidade gera inquietude e suspeição”.* (Primo Levi, 1990, p.51).

Tão importante quanto estudar o conteúdo das memórias que registramos, é estudar os processos da rememoração. Nesses processos estão contidas as lembranças, o esquecimento e o silêncio. Ao explorarmos o fértil campo da memória, procuramos explorar as relações entre reminiscências individuais e coletivas, entre memória e identidade, ou entre entrevistador e entrevistado, além de buscarmos o significado do silêncio e de “não-ditos”, cuja interpretação demonstra a riqueza do trabalho com a memória.

O silêncio tem razões bastante complexas de serem analisadas. Muitas vezes, lembranças traumatizadas ou traumatizantes esperam anos pelo momento propício para serem expressas. Essas lembranças, mesmo não sendo publicadas ou publicizadas para um grande número de ouvintes, permanecem vivas, muitas vezes sendo transmitidas oralmente de uma geração a outra dentro do grupo silenciado. Entretanto, Pollak (1989) argumenta que

o longo silêncio sobre o passado, longe de conduzir ao esquecimento, é a resistência que uma sociedade civil impotente opõe ao excesso de discursos oficiais. Ao mesmo tempo,

ela transmite cuidadosamente as lembranças dissidentes nas redes familiares e de amizades, esperando a hora da verdade e da redistribuição das cartas políticas e ideológicas. (p.5).

Pollak (1989) esclarece ainda que essa oposição memória oficial x memória subterrânea não remete necessariamente a uma oposição entre Estado dominador e sociedade civil. Muitas vezes essa oposição entre memórias se dá nas relações entre grupos minoritários e sociedade que os engloba. Essas colocações de Pollak demonstram a diferença existente entre esquecimento e silêncio.

Esquecer pode ser algo espontâneo e sadio se pensarmos no esquecimento ativo proposto por Nietzsche (2002), fonte de criatividade e de afirmação da vida, guardião da ordem psíquica. Pode ser também um direito como afirma Todorov (2000); para ele, as pessoas têm o direito de decidir se querem esquecer. É claro que se pensarmos na vivência de uma situação-limite, de um trauma, o desejo de esquecer somente não basta, muitos precisam de ajuda para esquecer o que lhes atormenta. Mas Todorov completa dizendo que a recuperação do passado é indispensável, o que não significa que o passado tem que reger o presente; pelo contrário, o presente fará do passado aquilo que preferir. Seria assim de uma ilimitada crueldade rememorar continuamente os processos mais dolorosos da vida de uma pessoa; todos têm o direito de esquecer.

O silêncio pode vir a ter consequências muito mais cruéis do que o esquecimento, porque pode impedir, por exemplo, que futuras gerações busquem explicações para acontecimentos traumáticos do passado. “Evidentemente, não é do silêncio em sua qualidade física de que falamos aqui, mas do silêncio como sentido, como história (silêncio humano), como matéria significante”. (ORLANDI, Eni Puccinelli, 2007, p.68). Nesse sentido, a relação dito/não-dito pode ser contextualizada sócio-historicamente, em particular em relação ao que chamamos o “poder dizer”.

Eni Puccinelli Orlandi (2007) chama a atenção ainda para a existência de uma política do silêncio que se subdivide em: silêncio constitutivo, o que nos indica que para dizer é preciso não dizer (uma palavra apaga necessariamente as “outras” palavras); e o silêncio local, que se refere à censura propriamente, ou seja, aquilo que é proibido dizer em uma certa conjuntura.

A censura como parte dessa política do silêncio constitui-se assim como uma interdição do dizer que funciona da seguinte forma: proibem-se certas palavras para se proibirem certos sentidos.

A ditadura militar, dessa forma, criou um discurso, tratou de construir sentidos que servissem ao regime, a começar pela própria data e denominação do evento que colocou os militares no poder. Os militares elegeram o dia 31 de março para marcar a data da “revolução”, já os opositores do regime instaurado fazem questão de demarcar o 1º de abril como data do “golpe” militar que expulsou João Goulart do poder.

Escolher entre uma data ou outra, uma nomenclatura ou outra, não é apenas uma questão de gosto. Essa escolha diz muito sobre qual história ou memória tratar ou privilegiar, e ainda o que se deseja silenciar. As datas e eventos são suportes de memória, e essas escolhas têm a ver com o que determinados grupos querem marcar em seus discursos. Evidentemente que comemorar o aniversário da “revolução” no dia 1º de abril, considerado no imaginário popular o “dia da mentira”, poderia fazer com que a “revolução” se tornasse motivo de piada.

Nos anos seguintes, a comemoração do aniversário do golpe foi oficializada e ganhou os espaços públicos, as ruas. Em 1974, por exemplo, em comemoração aos dez anos do golpe, o governo organizou uma semana de festa cívica, com desfiles, palestras, concursos escolares, missas e um pronunciamento do presidente general Ernesto Geisel em cadeia nacional.

É importante ressaltar que houve também “comemorações” daqueles que faziam oposição à ditadura militar, mas elas foram silenciadas. O movimento estudantil elegeu o dia 1º de abril para comemorar, além do dia 28 de março para lembrar a morte do estudante Edson Luís, assassinado em 1968. Construiu assim datas e “contra-datas” para opor-se às comemorações oficiais, sendo alvo constante da ação policial. Entretanto, essas comemorações/contestações não apareciam, demonstrando que houve um silenciamento sobre a existência dessas vozes dissonantes<sup>55</sup>.

Somente em 1984, no vigésimo aniversário, em meio a uma crise econômica e crescente mobilização popular pelas eleições diretas para presidente, o general João Figueiredo, pela primeira vez não usou a palavra “revolução”; falou em “movimento de março de 1964”, citou a anistia e anunciou emenda que previa eleições diretas para 1989. Neste momento, o espaço político é maior e os movimentos sociais ganham as ruas na luta pelas *Diretas Já!*. O regime estava desgastado e a crise econômica não deixava lugar para que aparecessem as vozes defensoras das benesses da “revolução” de vinte anos atrás. O próprio presidente João Figueiredo, último general no poder, pede para que o esqueçam e sai pela

---

<sup>55</sup> Conforme consta em levantamento feito por Alessandra Carvalho e Ludmila Catela (2002), no arquivo da Polícia Política – APERJ. Elas encontraram panfletos e cartazes do movimento estudantil convocando para manifestações.



porta dos fundos do Palácio da Alvorada; a comemoração é usada pelos movimentos sociais para reivindicar eleições.

Outro exemplo dessa forma de silêncio apontado por Eni Puccinelli Orlandi (2007) é a denominação “Nova República”, no Brasil, atribuída ao regime que se seguiu à ditadura militar. Ela considera que ao “nomear-se assim esse período, apagava-se o fato de que o que tínhamos tido antes era uma ditadura”. (ORLANDI *apud* ORLANDI, 1987, p.74). “Podemos dizer, generalizando, que toda denominação apaga necessariamente outros sentidos possíveis, o que mostra que o dizer e o silenciamento são inseparáveis: contradição inscrita nas próprias palavras”. (ORLANDI, 2007, p.74).

Nesse sentido, a demarcação de datas e eventos, as nomenclaturas e suas comemorações têm relação com as políticas de memória empreendidas e conseqüentemente com a política do silêncio. Como afirmou Mario Chagas (2003), “processos de mudança política e social favorecem a resignificação e a proliferação de novas imagens, palavras, sons e objetos vários, com o fito de ocupar, no imaginário social, o lugar dos velhos signos” (p.146), e isso faz parte das lutas políticas e ideológicas.

Michael Pollak (1989) aponta duas razões para o silêncio: uma razão política e uma razão pessoal. Para explicitar essas razões o autor cita o caso dos deportados na França. Num primeiro momento, em seu retorno os deportados encontram a escuta, a sociedade estava interessada em saber o que se passou, mas rapidamente todas as energias se voltaram para a reconstrução do pós-guerra; esse fato exauriu a vontade de ouvir. Assim, em 1945, se produziu o esquecimento da deportação, levando ao silenciamento do testemunho. Essa seria a razão política; a razão pessoal estaria no fato de os pais quererem poupar seus filhos de crescerem na lembrança de suas feridas abertas. A segunda razão decorre da primeira e em última instância torna-se também uma escolha política. Assim, já que os deportados não encontram espaço para seu testemunho na sociedade, e por sua vez não encontram a possibilidade de amenizar a dor e o trauma vividos ou transformá-los em fala, acabam em alguns casos preferindo o silêncio também no espaço familiar.

Pollak (1989) nos chama atenção para o fato de que para conseguir relatar seus sofrimentos, uma pessoa precisa antes de tudo encontrar uma escuta. É como se uma coisa se interpenetrasse na outra. A escuta como parte integrante do testemunho e o testemunho somente possível a partir da escuta.

A escuta transforma quem ouve em testemunha do testemunho, que significa segundo Ferraz (2007), participar com o narrador de toda a experiência da fala. É seguir em seu caminho, chorar e sorrir com ele. É recuperar, junto com ele, algo que nenhum dos dois sabe o

que é e nem como recuperar. É sentir, no dia seguinte ao relato, uma enorme angústia, e também um profundo respeito pelo que o outro passou.

Assim como no exemplo de Pollak (1989) sobre os deportados, também podemos pensar na ditadura militar brasileira, e na decretação da Lei de Anistia em 1979. Para aqueles que foram presos, barbaramente torturados, ou para os familiares de quem foi assassinado ou desaparecido, a anistia veio como condição para o silenciamento e a tentativa de esquecimento. Houve uma tentativa de conciliar e silenciar, e quem ousasse falar era tido como revanchista. A redemocratização do país organiza a memória, o esquecimento e o silêncio, a sociedade pós-ditadura não queria mais ouvir falar sobre o assunto; afinal, diriam alguns, para que remexer nessas lembranças dolorosas?

Ainda nessa perspectiva da política do silêncio, temos que a ditadura construiu um discurso acerca dos militantes para que eles não significassem fora de certos sentidos. Ou seja, os militantes que faziam oposição à ditadura passaram a ser chamados de “terroristas” ou “subversivos”, além disso, foi criada uma campanha para a denúncia desses indivíduos.

A política do silêncio também foi largamente utilizada pelo governo nos desaparecimentos de militantes. O Estado desapareceu com vários opositores, não se responsabilizou e não se responsabiliza por isso, a política do silêncio permanece. E a luta das famílias, iniciada na metade dos anos de 1970, pelo esclarecimento das mortes e desaparecimentos políticos ocorridos durante a ditadura militar se estende até os dias de hoje. Muitas vezes essas mortes apareciam nos jornais e eram explicadas como tendo acontecido depois de troca de tiros com a polícia, ou seja, dizia-se isso para apagar outros sentidos<sup>56</sup>. Dessa forma, “a política do silêncio se define pelo fato de que ao dizer algo apagamos necessariamente outros sentidos possíveis, mas indesejáveis, em uma situação discursiva dada”. (ORLANDI, 2007, p.73).

O fato é que os restos mortais da maioria desses indivíduos não foram encontrados e as circunstâncias de suas mortes não foram esclarecidas. Como comprovam diversos documentos localizados nos arquivos dos DOPS (Departamento Estadual de Ordem Política e Social), muitas vezes essas pessoas eram enterradas com nomes falsos, um ato deliberado de

---

<sup>56</sup> As versões divulgadas pela imprensa da época eram baseadas em notas oficiais oferecidas pelos órgãos da repressão e eram sempre quatro: suicídio, morte por atropelamento, fugas da prisão ou tiroteio. Aos poucos, essas versões foram sendo desmontadas. A partir da análise de laudos de necropsia, fotos cadavéricas, perícia local e outros documentos por legistas e peritos sérios descobriu-se que em vez de “suicídio” e “mortes por atropelamento” eram assassinatos sob tortura; em vez de “fugas da prisão” eram desaparecimentos forçados e em vez de “tiroteio”, eram execuções à queima-roupa. Disponível em: [www.dhnet.org.br](http://www.dhnet.org.br). Acesso em: 15/12/2008.

ocultação de cadáveres, pois as autoridades sabiam a verdadeira identidade dos mortos<sup>57</sup>. Mais um indício que reafirma a política do silêncio empreendida pela ditadura militar e que ainda perdura<sup>58</sup>.

O silêncio assim, “não é o vazio, ou o sem-sentido; ao contrário, ele é o indício de uma instância significativa”. (ORLANDI, 2007, p.68). Algumas vezes esse silêncio é quebrado apenas dentro do grupo ao qual pertencem os atingidos pelo trauma, em outros casos nem mesmo assim é possível revelar essas memórias silenciadas, pois para isso é necessária a escuta e nem sempre existe essa escuta ou indivíduos estão preparados ou dispostos a ouvir. Em alguns casos, certas memórias demoram anos e até mesmo gerações para saírem do silêncio e serem narradas.

Orlandi (2007) ainda considera que quando se trata do silêncio, não há marcas formais, mas pistas, traços; e é por fissuras, rupturas, falhas, que ele se mostra fugazmente. Sendo assim, o silêncio também é memória e há memória também no silêncio. O silêncio dos clandestinos vai aos poucos se revelando. Nas falas, nos gestos, nos objetos, como a caixa onde Jussara guardou as cartas trocadas com o pai quando era clandestina e que nunca teve coragem de ler; no espaço revisitado do “aparelho” em que José Gradel viveu em Santa Teresa e no qual, durante quarenta anos, nunca tinha voltado. O silêncio se revela também na profusão de textos autobiográficos acerca do período, como tentativa de sair do silêncio produzido pela censura.

Escrever evidencia uma relação particular com o silêncio. “A escrita permite o distanciamento da vida cotidiana, a suspensão dos acontecimentos. Ela permite que se signifique em silêncio”. (ORLANDI, 2007, p.82). Traduz dessa forma, como assinala Idelber Avelar (2003), uma vontade de reminiscência, de não colocar o ponto final, de não silenciar, de não esquecer ou, ao contrário, de produzir um esquecimento ativo. Ela ainda possibilita chamar “a atenção do presente a tudo o que não se realizou no passado, recordando ao presente sua condição de produto de uma catástrofe anterior, do passado entendido como catástrofe”. (AVELAR, 2003, p.238). E nesse sentido, o testemunho, seja a partir da história

---

<sup>57</sup> A pesquisa nesses arquivos foi realizada por familiares dos mortos e desaparecidos políticos, juntamente com os Grupos Tortura Nunca Mais, organizados em uma Comissão. Também foram realizadas pesquisas nos arquivos do IML em São Paulo, Rio de Janeiro e Pernambuco; nos arquivos do Instituto de Criminalística Carlos Éboli; nos documentos do Projeto Brasil: Nunca Mais e também na imprensa. Em relação aos arquivos do DOPS, só foi possível pesquisar os de Pernambuco, Paraná, Paraíba, São Paulo e Rio de Janeiro; no caso do DOPS de Minas Gerais, segundo autoridades governamentais daquele estado, os arquivos foram incinerados e não puderam ser consultados. A sistematização das pesquisas originou o “Dossiê de Mortos e Desaparecidos Políticos a partir de 1964”, onde também foram reunidos depoimentos, conversas e troca de correspondência de ex-presos políticos com parentes e amigos.

<sup>58</sup> A Guerrilha do Araguaia também foi algo por muito tempo silenciado.

oral ou da literatura de testemunho, torna-se território de memória privilegiado para analisar as memórias e as marcas da ditadura militar.

Felizmente, a memória não é estanque, ela se desloca, se interroga e é interrogada; o silêncio, assim como o esquecimento, não é definitivo. Elizabeth Jelin (2002) argumenta que o tempo das memórias não é linear, cronológico ou racional. Os processos históricos ligados às memórias de passados conflitantes têm momentos de latência, de aparente esquecimento ou silêncio. Quando novos atores sociais ou novas circunstâncias se apresentam, o passado é re-significado e aos poucos cobra uma divulgação pública.

Mas há ainda um longo caminho a ser percorrido em termos de direito à memória e à justiça, já que o posicionamento e as disputas políticas do presente estão implicados na forma como se lida com o passado.

Nesse sentido, torna-se necessário, além de entender o contexto do presente que possibilita o surgimento de outras vozes na cena pública, voltar ao passado, revisitar o contexto que produziu esses silêncios sobre a clandestinidade. Para isso, discutiremos no próximo capítulo o contexto da ditadura militar, analisando alguns aspectos do período que vão desde a origem do golpe às principais ações dos governos militares; os efeitos dessas ações na sociedade civil, mais especificamente na parcela que se opunha ao regime militar, bem como alguns aspectos da clandestinidade. Utilizaremos, para isso, das entrevistas realizadas como ferramenta privilegiada para mapear permanências e rupturas num contexto marcado por uma “situação-limite” e que levou indivíduos à clandestinidade.

## Capítulo 2

*“Memória de um tempo onde lutar  
Por seu direito  
É um defeito que mata  
São tantas lutas inglórias  
São histórias que a história  
Qualquer dia contará ...”*

(Gonzaguinha – Pequena memória para um tempo sem memória)

### **A DITADURA MILITAR BRASILEIRA (1964-1985): MEMÓRIAS E HISTÓRIAS**

Nesse capítulo, discutiremos o contexto da ditadura militar, procurando analisar alguns aspectos do período que vão desde a origem do golpe às principais ações dos governos militares; conjugando a isso as entrevistas, na tentativa de entender como essas ações foram vistas e sentidas pela sociedade civil, mais especificamente a parcela que se opunha ao regime militar, assim também já apresentaremos aqui alguns aspectos da clandestinidade.

Década de 1960. Anos conturbados. Os militares no poder e, nas ruas, o desejo de mudanças. Contra a repressão do regime, ansiando por uma nova sociedade e por um novo homem, surgem movimentos de contestação em todas as esferas sociais. Alguns fatos marcam esses anos: a morte de Ernesto Che Guevara e seus ecos exaltados em cartazes, bandeiras e pichações; a luta de Martin Luter King por direitos iguais entre negros e brancos norte-americanos; as manifestações contra a guerra do Vietnã; maio de 1968 na França; Primavera dos Povos em Praga; os hippies ‘paz e amor’; os homossexuais; as mulheres com suas minissaias e a pílula trazendo novas propostas de vida afetiva. Comunistas, luta armada, tropicália, *Arena canta Zumbi*, guerrilha artística. Foi assim que os *passageiros da utopia* embarcam na década de 1960...

## 2.1- “Coitada daquela gente que acreditou, Marchando, por minha família, pedindo a Deus”: visões do golpe

*“Coitada daquela gente que acreditou  
Marchando, por minha família, pedindo a Deus  
Vai ter que rezar novamente ao São Salvador  
Pois a redentora prece, pariu Mateus  
Mateus a muito matou e manteve a dor  
E fez chover quando era pra manter sol  
E trouxe o sol quando era só pra chover  
E não teve nem um pouquinho de simanco!”.*  
(Gonzaguinha – Fábrica dos sonhos)

O golpe de 1964 marcou vidas e memórias. Muitos tentaram resistir, foram para as Universidades, fizeram vigílias, foram para os centros das cidades, fizeram passeatas. Mas foram derrotados ou se sentiram derrotados, pelo menos nesse primeiro momento. A esperada resistência organizada e armada não ocorreu.

Álvaro Caldas (2004), jornalista e escritor, nessa época estudante<sup>59</sup> e militante do PCB, relata que na véspera do golpe os estudantes estavam desorientados e sem saber o que fazer para resistir. Mesmo assim, concentraram-se na antiga Faculdade Nacional de Filosofia, no Rio de Janeiro, a FNFi<sup>60</sup>.

... era na FNFi que eu estava, na véspera do 1º de abril de 64, junto com os estudantes que pretendiam resistir ao golpe, enquanto as palavras do Partido eram ainda de confiança no dispositivo militar do presidente Jango Goulart (...). A Faculdade estava agitada, as salas de aula tomadas para reuniões onde se discutia o que fazer naquele momento. Para nós, resistir era possível e para tanto devíamos nos preparar. Não havia forma de articular esse desejo com qualquer forma de resistência organizada: o presidente e seu ministério já estavam em retirada enquanto as tropas que saíram de Minas, iniciando o movimento golpista, aproximavam-se da divisa do Estado. (CALDAS, 2004, p.192).

Após um acidente com um estudante da faculdade, baleado involuntariamente por outro que manejava um revólver, os estudantes foram obrigados a evacuar o prédio. Partiram da FNFi em passeata até o Centro Acadêmico da Faculdade de Direito. Quando chegaram lá,

---

<sup>59</sup> Álvaro Caldas nesse período estava fazendo faculdade, mas já exercia a profissão de jornalista. Era casado e teve sua primeira filha na clandestinidade.

<sup>60</sup> CALDAS, Álvaro. *Tirando o Capuz*. 5ª ed. rev. ampl. Rio de Janeiro: Garamond, 2004. O autor relembra nessa passagem que meses antes, em dezembro de 1963, vários estudantes da FNFi, inclusive ele, haviam ocupado o prédio da faculdade e fechado o portão principal para impedir a entrada do então governador da Guanabara, Carlos Lacerda, que havia sido escolhido por uma minoria para ser o paraninfo de uma turma de jornalismo. A ocupação só terminou depois que o presidente do Diretório negociou a evacuação do prédio em troca da suspensão da solenidade. Nessa ocasião os estudantes foram protegidos pelo Exército.

o CACO já estava ocupado por uma multidão de estudantes. De uma das janelas, Álvaro Caldas vê um homem que protestava ser baleado, enquanto bombas de gás lacrimogêneo entravam pelas outras janelas, provocando muita correria. Depois de algumas horas de resistência no interior do prédio, aguardando alguma notícia favorável de fora, “... a liderança do movimento reconheceu que permanecer naquele isolamento era inútil e ainda poderia facilitar a prisão em massa de todos”. (CALDAS, 2004, p.193). Assim atenderam a uma ordem do Exército para fazer uma retirada pacífica e em grupos, com a garantia de que não haveria prisões<sup>61</sup>.

Álvaro Caldas vai assim tecendo o novelo de suas memórias e nos envolvendo no clima da véspera do 1º de abril. Ao voltar para casa, na Praia do Flamengo, Álvaro vê pela janela do ônibus o prédio da UNE, símbolo de resistência do movimento estudantil, pegando fogo. “Para mim, não estavam destruindo apenas a UNE: o incêndio levava também toda uma fase de formação política e aprendizado jornalístico, queimando um jornal que ajudei a criar, o Movimento, minha primeira experiência jornalística independente”. (CALDAS, 2004, p.194).

Entretanto, o que acabou de vez com suas ilusões sobre uma possível resistência naquela noite, véspera do golpe de 1º de abril de 1964, foi ouvir no rádio a voz de Carlos Lacerda, governador do antigo Estado da Guanabara, comemorando a vitória da “revolução” e anunciando as primeiras prisões: “Desliguei o rádio (...) com a sensação de que o mundo desabava. Um golpe dado sem nenhuma reação, o tal dispositivo do Jango não existia. Dormi derrotado”. (CALDAS, 2004, p.195-196). Assim como Álvaro Caldas, outros também dormiram com a sensação de derrota; pode ser que muitos não tenham dormido, tenham passado a noite em discussões e reuniões políticas tentando entender o que aconteceu.

Gilse Cosenza, vice-presidente do DCE da PUC-Minas desde 1963, e que depois fez parte do Diretório Acadêmico do curso de Serviço Social, relata o que aconteceu no dia do golpe em Belo Horizonte:

Fui pra PUC, Serviço Social, e ao chegar lá, de imediato, eu passava a pertencer à JUC, eu era caloura, chegando à Universidade vem o Golpe Militar, fui pega de surpresa. Eu me lembro que nós estávamos chegando na faculdade, no dia 1º de Abril, e aquela coisa, né? Militar, tanque, cachorro no meio da rua, tudo proibido, o Golpe, e nós falamos: “quê que nós vamos ficar fazendo na escola? Não tem sentido não uai, nós não

---

<sup>61</sup> Cecília Coimbra, presidente do Grupo Tortura Nunca Mais/RJ, também esteve presente nesse episódio. Certa vez, em reunião do GTNM/RJ, Cecília relatou o ocorrido e a participação decisiva de Ivan Cavalcanti Proença, que na época era militar, que negociou com os estudantes e evacuou o prédio sem violência.

podemos aceitar isso, nós temos que resistir, nós não podemos deixar eles tomarem conta do país com esse golpe armado que anda mais pra trás ainda, nós queremos é pra frente, nós queremos resistir. Mas vamos resistir como? Nós não temos armas, nós não estamos organizados para resistir”. Aí decidimos: “vamos sair da escola, vamos para a Praça Sete, porque lá deve ter alguém para nos orientar, para dar arma, para organizar a gente”. E saímos. E foi interessante porque nós viemos naquela passeata de estudante da PUC para a Praça Sete, quando nós chegamos lá, estava chegando gente do Instituto de Educação, Faculdade de Medicina, o povo da UFMG, todo mundo com a mesma idéia: “vamos para a Praça Sete procurar alguém que distribua armas que nos oriente para nós resistirmos de forma armada a esse golpe<sup>62</sup>”.

Dessa maneira, eles chegaram à Praça Sete, na Avenida Afonso Pensa, no centro de Belo Horizonte. Ela continua o relato dizendo que estudante tinha muito, mas não tinha ninguém distribuindo arma, o que tinha era muito militar armado e mandando: “Circular, circular”. Assim como no Rio de Janeiro, ninguém apareceu em Minas Gerais para organizar uma possível resistência e nem distribuir armas.

O ano de 1964 é considerado por Caio Navarro de Toledo (1984) um marco divisor e uma referência obrigatória em qualquer avaliação sobre o passado recente. Marcelo Badaró Mattos (2008) completa apontando que em função da relevância desse momento para a construção da memória sobre o Brasil por parte de uma geração ainda viva e de seus descendentes, podemos dizer que o governo Goulart e o golpe de 1964 constituem-se hoje como marco inicial para a nossa História do Tempo Presente.

Depois da renúncia do presidente Jânio Quadros, seu vice, João Goulart, que naquele momento estava em viagem diplomática à China comunista, enfrenta grandes dificuldades para assumir o governo ao voltar para o Brasil, embora a constituição brasileira fosse clara quanto à sucessão presidencial.

A Constituição de 1946 não deixava dúvidas sobre o procedimento a seguir no caso de vagar a presidência. O artigo 79 declarava simplesmente que o vice-presidente substitui o Presidente. Apesar desta clara disposição, o problema da posse de Goulart levantou imediatamente um violento debate. (SKIDMORE, 1982, p.252).

Diante desse ensaio de tentativa de golpe dos ministros militares, formou-se uma ampla coalizão política em defesa da legalidade, liderada por Leonel Brizola. Para contemporizar, o Congresso adotou a chamada “solução de compromisso”, decretando a emenda constitucional que substituíu o sistema presidencialista por um sistema parlamentarista no país, impondo uma série de limites aos poderes do presidente da República.

---

<sup>62</sup> Entrevista realizada pela autora no dia 07 de abril de 2008, com Gilse Cosenza, em Belo Horizonte.



Entretanto, no início de 1963, Goulart recupera seus plenos poderes presidenciais por meio de um plebiscito que, com dois terços de votos favoráveis, restaura o presidencialismo no Brasil. Lança seu Plano Trienal, que tinha como objetivo o controle inflacionário, reformas de base e diminuição das desigualdades sociais. As reformas de base consistiam em reformas agrária, eleitoral, universitária e constitucional. No famoso comício do dia 13 de março de 1964, uma sexta-feira, Goulart, em um discurso de três horas, anuncia as primeiras desapropriações de terras e a nacionalização das refinarias de petróleo.

Mesmo com plenos poderes, o clima é de contestação e mobilização social, com a constante ameaça de golpe. “Jango” passa a ser pressionado por todos os segmentos da sociedade: seus aliados de esquerda pressionam pela realização das promessas, a população com reivindicações de toda a natureza e os setores militares, industriais e agrários temendo a investida comunista.

É importante ressaltar que já ocorria no Brasil a produção de uma subjetividade anticomunista. Como afirma Cecília Maria Bouças Coimbra, pelo menos “... desde os anos 50 se constituiu a figura do comunista como “traidor da pátria”. Essa subjetividade é cada vez mais produzida no decorrer desta década e na seguinte”. (COIMBRA, 1995, p.5). O fantasma do comunismo tornara-se uma ameaça e rondava as famílias brasileiras.

O autor Rodrigo Patto Sá Motta (2004) também concorda com essa tese, ele defende que o “anticomunismo teve uma importância nos eventos de 1964, maior do que normalmente se aceita”. (p.292). Considera ainda o argumento anticomunista como principal elemento do discurso que levou ao golpe de 1º de abril. A idéia de que os comunistas poderiam dominar o país, foi a principal justificativa para a derrubada de Goulart. Mas havia outros argumentos em pauta, como o problema da corrupção ou a recusa das reformas pelos conservadores; os proprietários de terra, por exemplo, estavam bastante preocupados com o programa Aliança para o Progresso, que pressupunha a reforma agrária.

Entretanto, Rodrigo Motta (2004) vai mais além, no tempo, quando se trata de pensar a produção de uma subjetividade anticomunista.

... o anticomunismo não deve ser visto apenas como desdobramento da guerra fria, mas como fenômeno presente no imaginário social e no debate político brasileiros desde os anos 1920. Um imaginário anticomunista no Brasil já havia se cristalizado antes da Segunda Guerra, tendo como evento-chave ou marco fundador a “Intentona Comunista”. (MOTTA, 2004, p.294).

O impacto da Insurreição Comunista de 1935 foi enorme sobre a opinião conservadora. Afinal, tratou-se de uma tentativa armada dos comunistas de tomarem o poder,

a qual, uma vez bem-sucedida, poderia ter provocado grandes transformações na organização social brasileira<sup>63</sup>. No entanto, por mais que Motta (2004) considere o anticomunismo como o eixo central dos discursos e representações dos grupos favoráveis ao golpe, isso não implica dizer que o motivo principal da coalizão golpista fosse combater o comunismo. “Isso significa afirmar que alguns atores políticos efetivamente manipularam ou “industrializaram” o anticomunismo no contexto do golpe.” (p.293).

Dessa forma, desde o início de março de 1964, setores da classe média, da burguesia e parte da Igreja Católica em diversas capitais realizaram as conhecidas “Marchas da Família com Deus pela Liberdade”, tendo como carro chefe a bandeira do anticomunismo. Além da defesa da propriedade, da família, da fé e da moral, pediam também a saída do presidente do governo. Essas marchas serviram para demonstrar o descontentamento de alguns setores e “criar um clima sócio-político favorável à intervenção militar, bem como de incitar diretamente as forças armadas ao golpe de Estado”. (SAES *apud* TOLEDO, 1984, p.100).

Na madrugada de 31 de março de 1964, o general Mourão Filho saiu com suas tropas de Juiz de Fora (MG) em direção ao Rio de Janeiro. Em 1º de abril instaurou-se o golpe civil-militar, com o avanço de tropas de várias partes do país, a deposição e o exílio de João Goulart.

O golpe contou com o apoio de parte da sociedade civil, setores da classe média, da Igreja Católica e do “empresariado através de seus partidos, entidades de classe e aparelhos ideológicos”. (TOLEDO, 2004, p.37). Além disso, teve também o apoio externo, vindo dos Estados Unidos, disposto a dar respaldo político, econômico e militar à derrubada de João Goulart e à instauração de ditaduras militares na América Latina<sup>64</sup>.

Chamado de golpe civil-militar pela primeira vez por René Dreifuss (1981) em sua tese de doutorado, o golpe de 1964 é analisado e o autor comprova, a partir de farta documentação, a participação decisiva de segmentos da sociedade civil no movimento que derrubou o governo institucional de João Goulart. A pesquisa de Dreifuss teve grande impacto

---

<sup>63</sup> “A comoção tornou-se ainda maior quando a imprensa começou a divulgar indícios, encontrados pela polícia, da participação de um grupo de estrangeiros ligados à Internacional Comunista”. (MOTTA, Rodrigo Pato Sá. O anticomunismo militar. In: *1964-2004: 40 anos do golpe – Ditadura Militar e Resistência no Brasil*. Rio de Janeiro: 7 letras, 2004.p.290-305. p.294).

<sup>64</sup> O treinamento de militares latino-americanos na Escola das Américas é exemplo disso. Essa Escola foi criada em 1946 no Panamá, e em 1983 foi transferida para Fort Benning, na fronteira da Geórgia e do Alabama, nos Estados Unidos. Seu objetivo era formar militares estadunidenses e latino-americanos num sistema de intercâmbio. Em 1993, a escola divulgou sua relação de formandos, chocando o mundo pela quantidade de soldados envolvidos em casos de torturas, homicídios e golpes de Estado, principalmente na América Latina. Esses dados e a lista completa de alunos e instrutores da Escola das Américas, incluindo militares ligados aos órgãos de repressão no período da ditadura militar no Brasil, estão disponíveis em: <http://www.dhnet.org.br/denunciar/tortura/escola/analise.html>. Pesquisa realizada no dia 10 de abril de 2008.

e foi bastante divulgada, na mídia e no meio acadêmico. Entretanto, apesar de concordarmos com a tese de Dreifuss sobre a participação decisiva de setores da sociedade civil na condução do golpe, isso não se observou na continuidade do regime.

Segundo Dreifuss (1981), esses setores que teriam apoiado o movimento assumiram um lugar igualmente relevante no regime instaurado. Contudo, o que se observa é que pela primeira vez na história do Brasil, as Forças Armadas, conforme aponta Florestan Fernandes (1997), romperam com uma tradição secular: assumiram o poder de fato, restringindo a atuação dos civis e não devolvendo de imediato o poder a eles, ainda que contassem com forte sustentação civil-militar. Sendo assim, Fernandes considera os civis como “auxiliares de segunda categoria”. (p.143).

O caminho percorrido no 1º de abril de 1964 foi incomum, porém, dentro da moldura histórica convencional e da associação indissolúvel (até aquele momento) entre as elites das classes dominantes civis e militares. Esse padrão, aliás, é genérico e tem vigência tanto nos países centrais quanto na periferia. O que escapou da rotina e causou estupefação foi o deslocamento dos civis para as posições atribuídas pelos líderes militares e que estes se apossaram abertamente da hegemonia do poder “institucional”, procurando salvar as aparências da “normalidade democrática”. (FERNANDES, 1997, p.142).

No entanto, se por um lado é possível reconhecer as relações de identidade de segmentos da sociedade – não exclusivos das classes dominantes – com o projeto político que se tornara vitorioso em 1964, por outro lado o movimento que derrubou o governo institucional foi repudiado por parte da sociedade civil.

É assim que tanto Álvaro Caldas quanto Gilse Cosenza decidem, após o golpe, que a luta deveria ser feita de outra forma. Caldas passa a fazer parte da Dissidência do PCB e depois integra-se ao PCBR - Partido Comunista Brasileiro Revolucionário, outra dissidência do PCB<sup>65</sup>. Gilse sai da JUC e entra para a AP - Ação Popular.

O golpe de 1964, segundo Caldas (2004), pegou sua geração – que começou a fazer política por volta de 1963 – descobrindo encantada o marxismo-leninismo, mudando radicalmente as formas de pensar e ver o mundo, brigando com a família e entrando para o Partido. O Partido ou Partidão, como era chamado, era o PCB, que até 1964 conservava inteira a sua força de atração, e que

---

<sup>65</sup> De acordo com Marcelo Ridenti (1993): “As principais cisões do PCB, nas bases da cúpula, foram as capitaneadas pelo líder Carlos Marighella, que criaria a Ação Libertadora Nacional (ALN), e pelo dirigente Mário Alves, que daria origem ao Partido Comunista Brasileiro Revolucionário”. (p.28).

nos parecia uma máquina de dimensões insondáveis e capaz de tudo e até de fazer a cabeça do presidente João Goulart, conduzindo-a para onde bem entendesse. A virada de 64 foi o primeiro confronto com essa máquina, o primeiro momento de reflexão mais profundo e provocou um desapontamento e uma perda de confiança irrecuperáveis. (CALDAS, 2004, p.190).

Essa perda de confiança no PCB, veio do fato de o Partido assistir ao golpe civil-militar sem nenhuma resistência. As suas palavras de ordem foram até o último instante de confiança no dispositivo militar do presidente João Goulart. Outra questão que viria a ser questionada era a defesa de um caminho pacífico para o socialismo.

O PCB acreditava que o desenvolvimento capitalista era de interesse de todo o povo, assim caberia uma aliança entre a classe operária, os camponeses e a burguesia nacional em uma Frente Única contra o imperialismo. “Em consequência, o recurso à força cedeu às lutas eleitorais, à valorização das instituições políticas existentes, ao caminho pacífico para as transformações da sociedade brasileira”. (REIS FILHO, 1990, p.23).

Tanto Jacob Gorender (1987) como Marcelo Ridenti (1993) consideram que o PCB não soube lidar com a derrota, tampouco foi capaz de fazer autocrítica à sua atuação política antes e no momento do golpe. Isso provocou a maior luta interna da história do Partido e “*um desapontamento e perda de confiança irrecuperáveis*”.

Entretanto, é preciso considerar que a crítica à linha pacífica do PCB já havia provocado uma primeira cisão no Partido, ainda em 1962, liderada por João Amazonas, Maurício Grabois e Pedro Pomar, dando origem ao Partido Comunista do Brasil (PCdoB), que sustentava a necessidade da via armada para a luta revolucionária. Assim que “No ambiente da esquerda pós-golpe, quando o divisor de águas se tornou a questão da luta armada, o PCdoB se valorizou por ter sido a favor dela desde seu surgimento em 1962”. (GORENDER, 1987, p.107).

Elio Ramires, que no primeiro semestre de 1960 se filiou ao Partido Comunista do Brasil, o PCB, atuava na organização de base de Jaburuna, Vila Velha, ES. A partir de 1961, passa a fazer parte da entidade secundarista, a UESE (União Espírito-Santense de Estudantes), ao mesmo tempo em que atuava como ativista sindical comerciário, sendo eleito para integrar a diretoria do Sindicato dos Comerciários, em 1963. “Perdi dois mandatos com o golpe de abril. Após o golpe, prossegui na atividade junto ao já reorganizado PCdoB, ocupando a função de Secretário-Geral (corresponderia atualmente à função de Presidente)”<sup>66</sup>. O relato de

---

<sup>66</sup> A entrevista de Elio Ramires foi feita via internet. As perguntas respondidas foram entregues no dia 13 de dezembro de 2008 por e-mail. Seguiram-se conversas pelo “bate-papo” do MSN sobre as perguntas e respostas do questionário.

Elio é interessante, pois ele fala de uma reorganização do Partido Comunista, e não da criação de um novo partido<sup>67</sup>.

Assim como Álvaro, Gilse também se sentiu decepcionada, indignada, revoltada; inclusive são esses os sentimentos que a fizeram desacreditar na JUC (Juventude Universitária Católica), entidade católica a qual ela era ligada.

... então foi aquela decepção, a partir desse momento eu sai de lá, dia 1º de abril, revoltada, indignada, e fui procurar um contato, porque só a JUC já não me bastava, a JUC era uma coisa doce, católica, eu queria algo que me organizasse politicamente para enfrentar uma ditadura, e eu via que a JUC não era isso, não dava conta disso<sup>68</sup>.

A militância política de Gilse começa na JEC - Juventude Estudantil Católica, setor secundarista da Ação Católica, lutando pelas reformas de base, no período João Goulart, e em especial pela reforma da educação. Nessa época, ela aponta que uma das lutas era pelo direito de acesso à educação, pois, em Belo Horizonte, por exemplo, apenas duas escolas públicas ofereciam o ensino médio: o Instituto de Educação, com vagas limitadas, e o Estadual Central. Em suas palavras: - “só duas! o resto ninguém estudava. A maioria estava fora da escola. Então, a grande luta era pelo acesso à educação (...) a gente saía nas passeatas pelo direito à educação, e acabávamos nos juntando com os favelados, pelo direito à moradia e ao saneamento básico”.

É também nessa época, que ela e outros estudantes da JEC começam a dar aulas de alfabetização nas favelas utilizando o método de Paulo Freire.

(...) começamos a dar aula e aí juntamos com a luta deles, pelo direito à moradia, saneamento, saúde e educação para eles também. Através deles a gente tomou conhecimento da luta pela reforma agrária, boa parte vinha do campo. Já começamos a discutir no curso secundário a questão da terra e da reforma agrária e assumimos a luta pela reforma agrária também, né? E com os operários na luta contra arrocho salarial, pelos direitos dos trabalhadores<sup>69</sup>.

---

<sup>67</sup> Em 1961 foram publicados o Programa e os Estatutos do Partido Comunista Brasileiro e uma entrevista de Luís Carlos Prestes anunciando o encaminhamento desses documentos ao Tribunal Superior Eleitoral para fins de registro legal do partido. Para Gorender (1987), “ao substituir “do Brasil” por “Brasileiro”, pretendia-se obviar uma das alegações da cassação judicial de 1947, a de que o PCB não era um partido *brasileiro*, mas a Seção do Brasil da Internacional Comunista”. (p.33). O TSE mais uma vez negou o registro, por outro lado, alguns militantes do partido argumentaram que o Comitê Central havia renegado o partido fundado em 1922 e criado um partido revisionista. Foi então articulado um protesto assinado por centenas de militantes, liderados por João Amazonas, Mauricio Grabois e Pedro Pomar. Em 1962, reuniu-se a Conferência Nacional Extraordinária do Partido Comunista do Brasil, consumava-se a cisão e formalizava-se a existência de dois partidos comunistas no Brasil. O PCdoB se proclamou o mesmo partido fundado em 1922 e reorganizado em 1962.

<sup>68</sup> Entrevista realizada pela autora no dia 07 de abril de 2008, com Gilse Cosenza, em Belo Horizonte.

<sup>69</sup> idem.

Depois Gilse entra para a Universidade e passa a fazer parte da JUC. Entretanto, com o golpe, ela busca contato com a Ação Popular (AP).

Então procurei contato e no dia 1º de abril de 64, entrei para a Ação Popular, que acabava de se tornar clandestina, entende? Enquanto ela foi legal eu não era da Ação Popular, eu era da Ação Católica (risos), no momento que veio o golpe eu senti que eu precisava de uma organização que me desse condições de enfrentar uma ditadura, e entrei para Ação Popular em 1º de abril de 1964. Aí fizemos o seguinte, não tem arma, não dá para enfrentar de forma armada, vamos enfrentar, descobrir como que a gente enfrenta aqui com o movimento estudantil, então começamos aprender a fazer o movimento estudantil clandestino, né? Fazia reuniões de madrugada nas casas, não era mais reuniões abertas, porque também tudo passava a ser considerado crime. Tudo era subversão, e fomos aprendendo a fazer esse tipo de luta, já enquanto movimento estudantil<sup>70</sup>.

Apesar de Gilse ter ingressado na Ação Popular somente após o golpe militar de 1964, a AP, nascida em 1962, como organização autônoma, já estava desde essa época implantada principalmente no movimento estudantil, onde manteve a diretoria da UNE e de outras entidades durante os anos 60. Inclusive a proposta de constituição da AP como movimento político independente surge no interior da própria Juventude Universitária Católica (JUC).

Antônio Roberto, também pertencente à JUC e posteriormente à AP, chega a Belo Horizonte aos dezenove anos. De formação católica, tinha inclusive estudado no seminário de Diamantina, em Minas Gerais. Tão logo passa no vestibular, se aproxima da JUC. Antônio Roberto assinala que já neste momento a JUC possuía uma linha bastante definida de esquerda, “lutava contra o Imperialismo, o americano na época, e pelas causas populares, e por uma sociedade mais justa”. Continua ele:

... nessa aproximação com o pessoal da JUC eu me ingressei na JUC, posteriormente ou concomitantemente alguns membros da JUC faziam parte de uma, de um partido, vamos chamar assim, né? De um partido revolucionário chamado Ação Popular, a AP. Quer dizer, era um grupo, um grupo revolucionário chamado AP, que tinha como mentor principal, inicial o Betinho. Então foi essa minha aproximação com a luta política, aí ao mesmo tempo, eu pertencia a JUC e pertencia a AP, então foi como eu entrei. Que eu entrei de um apelo cristão, um apelo católico, né?<sup>71</sup>.

Na fala de Antônio Roberto fica clara a orientação da AP, que apesar de ter uma linha de esquerda definida, ainda mantinha o apelo cristão, católico. Muitos militantes atuaram de maneira concomitante na JUC e na AP, pelo menos até 1963, ano do I Congresso da AP, chamado Congresso de Fundação.

---

<sup>70</sup> Entrevista realizada pela autora no dia 07 de abril de 2008, com Gilse Cosenza, em Belo Horizonte.

<sup>71</sup> Entrevista realizada pela autora no dia 04 de abril de 2008, com Antônio Roberto, em Belo Horizonte.

Marcelo Ridenti (1993) aponta que em 1964 a AP defendia a criação de uma alternativa política que não fosse capitalista nem comunista, inspirada num humanismo cristão mesclado com influências da Revolução Cubana, ainda que já tivesse desatado seus vínculos orgânicos com a JUC.

Outros dois grupos atuantes em 1964 eram: a POLOP (ou ORM-PO, Organização Revolucionária Marxista – Política Operária) e o Partido Operário Revolucionário Trotskista (PORT). Ressalta-se que a POLOP e AP tinham certa força no início da década de 1960, como alternativa à política do PCB.

A POLOP nasce em 1961, contestava as ideias reformistas e propunha a luta armada para implantação do socialismo. Era contra qualquer tipo de aliança com a burguesia nacional, pois esta era integrada aos imperialistas e aos latifundiários. A POLOP, segundo Daniel Aarão Reis Filho (1990), tinha como principal proposta constituir um movimento operário independente da tutela das classes dominantes; além disso, considerava o Brasil maduro para o socialismo. Segundo Gorender (1987: 127), a POLOP chegou a se articular para preparação de focos guerrilheiros ainda em 1964, o que ficou conhecido como “Guerrilha de Copacabana”, contudo, agentes do CENIMAR infiltrados estouraram os aparelhos e prenderam os militantes em julho de 1964, o que leva vários militantes da POLOP para o exílio e para a clandestinidade.

O PORT foi um grupo trotskista pequeno, fundado em 1953. Reunia alguns estudantes, militares de baixa patente e trabalhadores. Conseguiu certa projeção por adotar uma postura bem à esquerda do PCB. Foi duramente atingido pela repressão depois do golpe de 1964 e se caracterizava pela condenação à luta armada. Seu principal líder era J. Posadas, pseudônimo do argentino Homero Cristali.

Além das organizações de orientação marxista, havia outras vinculadas a um projeto que podemos definir como nacionalista de esquerda. Dentre elas estão o Movimento Revolucionário 26 de Março (MR-26), o Movimento Revolucionário 21 de Abril (MR-21), o Movimento da Ação Revolucionária (MAR), a Frente de Libertação Nacional (FLN), a Resistência Armada Nacional (RAN, antes denominada Movimento Independência ou Morte - MIM) e o Movimento Nacional Revolucionário (MNR), cujos integrantes iniciaram as articulações da Guerrilha do Caparaó. Entretanto, todos os militantes foram presos em 1967, sendo que um deles, Milton Soares de Castro, o único civil a participar da guerrilha, foi assassinado sob tortura durante interrogatórios em Juiz de Fora/MG. “A raiz comum desses agrupamentos foram as mobilizações em prol das Reformas de Base, as agitações

desenvolvidas entre as bases das Forças Armadas e, principalmente, as articulações vinculadas ao nome de Leonel Brizola (...). (BNM, 1986, p.109).

Destaca-se também a atuação das Ligas Camponesas principalmente no Nordeste, onde lutavam pela realização da Reforma Agrária, cujo líder principal era o advogado e deputado federal Francisco Julião, fundador do Movimento Revolucionário Tiradentes, por volta de 1962. “Fugido de Brasília desde o golpe, mas preso em junho, Julião conseguiu *habeas-corpus*, em outubro de 1965, quando tentou manter-se clandestino. Não conseguindo, exilou-se no México”. (ROLLEMBERG, 1999, p.66).

## 2.2- “... Com seu faro de dobermann”: Repressão e Terror de Estado

*“Se vives nas sombras, freqüentas porões  
Se tramas assaltos ou revoluções  
A lei te procura amanhã de manhã  
Com seu faro de dobermann”  
(Chico Buarque - Hino de Duran)*

O general Castelo Branco é o primeiro a assumir o poder e dá início à decretação de Atos Institucionais. Atos estes que delinearão as práticas do regime instaurado. É importante destacar que apesar dos Atos Institucionais (AI), a Constituição é formalmente mantida, assim como o funcionamento do Congresso. Aliás, como ressalta Boris Fausto (2001:257), essa seria uma das características do regime militar brasileiro, já que

... embora o poder real se deslocasse para outras esferas e os princípios básicos da democracia fossem violados, o regime quase nunca assumiu expressamente sua feição autoritária. Exceto por pequenos períodos de tempo, o Congresso continuou funcionando e as normas que atingiam os direitos do cidadão foram apresentadas como temporárias<sup>72</sup>.

O Ato Institucional nº1 inaugurou uma série de medidas que passaram a ser correntes durante todo o regime, chegando ao extremo com a imposição do AI-5, em 13 de dezembro de 1968.

---

<sup>72</sup>FAUSTO, Boris. *História Concisa do Brasil*. São Paulo: Edusp, Imprensa Oficial, 2001. p.257. O AI-1 foi decretado no dia 09 de abril de 1964, com vigência até 31 de janeiro de 1966. À exceção do AI-5, todos tinham um período de vigência.



De acordo com Maria Auxiliadora de Almeida Cunha Arantes (1999), já em 1964 é formado o primeiro grande Inquérito Policial Militar (IPM) para apurar atividades do Partido Comunista Brasileiro – PCB. Por esse IPM, oitocentos e oitenta e nove brasileiros foram indiciados.

Consta no *Dossiê de Mortos e Desaparecidos a partir de 1964* (1996), que os seguintes militantes foram colocados na clandestinidade logo após o golpe militar: Alex de Paula Xavier Pereira e Iuri Xavier Pereira, irmãos, ambos do PCB e depois ALN, passaram a ser perseguidos juntamente com o restante da família e por isso são obrigados a entrar para a clandestinidade; também estão na lista Hécio Pereira Fontes (PCB-ALN); Lincoln Cordeiro Oest (PCdoB); Manuel Raimundo Soares (MR-26); Pedro Jerônimo (PCB); Pedro Ventura Felipe de Araújo Pomar (PCdoB); André Grabois do PCdoB e seu pai Maurício Grabois (PCB-PCdoB), cuja primeira clandestinidade data de 1948, entra agora com toda a família; Armando Teixeira Frutoso (PCB-PCdoB); David Capistrano da Costa (PCB); Gilberto Olímpio Maria (PCB-PCdoB); Hiran de Lima Pereira (PCB); Itair da Silva Veloso (PCB); João Carlos Haas Sobrinho (PCdoB); Mário Alves de Souza Vieira (PCB-PCBR); Orlando Momente (PCB-PCdoB); Sidney Fiz Marques dos Santos (PORT); também Carlos Marighella (PCB-ALN), clandestino em 1948 e novamente levado à clandestinidade em 1964.

Destaca-se que no caso do PCB em especial, em toda sua existência, o Partido viveu apenas três curtos períodos de legalidade: “os dois primeiros na década de 20 e o terceiro no final da Segunda Guerra, quando caiu a ditadura do Estado Novo”. (BNM, 1986, p.91). Entre 1947 e 1948, o registro do Partido é cassado novamente pelo governo Dutra. O V Congresso do PCB, realizado em setembro de 1960, aponta como tarefa imediata a conquista da legalidade, tanto que para isso o Partido busca se adequar juridicamente, mudando inclusive a sua designação de Partido Comunista do Brasil para Partido Comunista Brasileiro. “Em janeiro de 1962 o PCB anunciava ter conseguido 60 mil assinaturas pelo seu registro legal”. (REIS FILHO, 1990, p.28). O registro não veio, pois o golpe civil-militar chegou primeiro, empurrando o PCB a um duro período de clandestinidade.

O mesmo destino de vida clandestina compulsória, segundo o livro *Brasil Nunca Mais* (1986), haveria de marcar todas as organizações de esquerda surgidas a partir da década de 1960.

Houve cassação de mandatos e suspensão de direitos políticos de vários parlamentares e governadores. Boris Fausto (2001) assinala que no Congresso Nacional, cerca de “cinquenta parlamentares tiveram o mandato cassado. Dos quarenta deputados em uma primeira lista, o PTB vinha na frente, com dezoito deputados; nenhuma cassação atingiu a UDN”. (p.258-

259). Dentre os nomes que tiveram direitos políticos suspensos figuram os de Jango, Brizola, Jânio e Juscelino.

Os Inquéritos Policiais Militares também foram levados a todas as universidades brasileiras. Houve invasão da Universidade de São Paulo pelas tropas do Exército, intervenção militar na Universidade Federal de Minas Gerais, invasão e prisão de professores e alunos na Universidade de Brasília, além de reformulação de currículo e desmantelamento da universidade, cujo projeto teve a liderança de Darcy Ribeiro, Ministro da Educação no período de Goulart. Como ressalta José Ribamar Bessa Freire:

Foi criado dentro da Universidade um clima de terror, desfavorável ao confronto de idéias e à busca do conhecimento, como resultado, de um lado, da repressão externa desencadeada pelos governos federal e estadual, e de outro, da repressão interna originada num conjunto de medidas elaboradas pelas próprias autoridades universitárias. (2007, p.3)<sup>73</sup>.

Além disso, um IPM “para apurar o envolvimento de lideranças estudantis é formado na 2ª Auditoria da Marinha, no Rio, contra centenas de jovens vinculados à UNE, um processo que foi arquivado sem chegar à fase de julgamento”. (ARANTES, 1999, p.49). A UNE – União Nacional dos Estudantes – é dissolvida e passa a atuar na clandestinidade, sofrendo também um incêndio criminoso em sua sede na Praia do Flamengo, no Rio de Janeiro, ainda no 1º de abril.

A instalação de Inquéritos Policiais Militares (IPMs) desencadeou as perseguições aos adversários do regime, prisões e torturas. Tornaram-se uma fonte de poder para o grupo de coronéis designados para chefiar ou coordenar as investigações. Serviram também a interesses políticos locais. “Certos políticos da UDN, que frequentemente perdiam as eleições, passaram a valer-se do recurso de acusar seus adversários políticos de atividades “subversivas”, envolvendo-os em algum IPM para eliminar a concorrência indesejada”. (ALVES, 1984, p.57).

Os IPMs não tinham qualquer fundamentação judicial; quem estabelecia as regras eram os próprios coronéis. O testemunho da “opinião pública” também era suficiente para provar as atividades subversivas, que justificavam a punição. Maria Helena Alves Moreira (1984) cita exemplo de um professor de Goiás que foi acusado de subversão por participar de atividades do centro acadêmico, e uma dona de casa, também de Goiás, por ter feito viagem à Rússia e por andar em companhia de comunistas. Era também garantia de culpabilidade os

---

<sup>73</sup> FREIRE, José Ribamar Bessa. *Faltam convidados para a festa dos 40 anos*. Rio de Janeiro: 2007. 6 p. Mimeo. Artigo publicado originalmente em *UERJ em questão*. Ano II, nº 9. Novembro de 1990, pp.4-5.

laços de família. O funcionário público Mauro Campos Neto foi considerado comunista de nascimento, pois aprendeu tudo com seu pai que sempre militou no PC. A simples acusação num IPM bastava para desencadear uma série de perseguições que podiam incluir prisão e tortura<sup>74</sup>.

Foi feita uma verdadeira varredura, ruas eram bloqueadas e as casas eram submetidas a buscas de pessoas cujos nomes estivessem nas listas previamente preparadas. Antônio Roberto, que em 1964 era vice-presidente da União Estadual dos Estudantes (UEE), e que tinha assumido o comando da entidade porque o presidente teve que se afastar por causa do golpe, fala sobre essas listas em sua entrevista:

... eu morava na sede da UEE aqui, na época de estudante lá tinha lugar e quando teve o golpe nem as roupas, as coisas, os documentos, essas coisas, eu pude pegar, porque aí já tinha soldados na porta e tal. A gente continuou ainda tentando uma vida normal, quer dizer, com certos cuidados, porque cada dia aparecia uma lista, tinha uma famosa lista de quem ia ser preso, fulano vai ser preso, fulano é isso, fulano foi preso, aí você já começa a ver os colegas que estão presos etc. Então a gente ainda ia à faculdade, mas o cerco foi aumentando, aí sim a gente passou a atuar clandestinamente, começamos todo um trabalho de clandestinidade, primeiro com uma semi-clandestinidade, aparecia em público e ia, mas corria, e que foi piorando cada vez mais<sup>75</sup>.

É provável que essas listas tenham provocado a ida de muitos militantes de movimentos sociais e de partidos políticos para a clandestinidade, assim como aconteceu com Antônio Roberto.

Nessa época eram tantos os acusados, que locais de prisão tiveram que ser improvisados. “O Estádio do Maracanã no Rio de Janeiro, e embarcações da Marinha (...) foram transformadas em gigantescas prisões”. (ALVES, 1984, p.60). O Estádio Mestre Ziza, no Complexo Caio Martins, em Niterói, também serviu de prisão no pós-golpe e o mesmo ocorreu em outros estados, além dos quartéis do Exército e da Polícia Militar. Inclusive data de 1964 as primeiras denúncias de tortura e maus-tratos a presos políticos. Portanto, a tortura começou nos quartéis e delegacias do país bem antes do AI-5, em 1968.

A questão é que tortura sempre existiu, tornou-se “instrumento rotineiro nos interrogatórios sobre atividades de oposição ao regime, especialmente a partir de 1964”. (BNM, 1986, p.53). Entretanto passou a ser aplicada de forma institucionalizada e sistemática a partir de 1968, ganhando certa sofisticação nos métodos aplicados para torná-los mais

---

<sup>74</sup> Esse e outros casos que comprovam a falta de critério do IPMs são analisados por ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e Oposição no Brasil (1964-1984)*. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1984. p. 57-60.

<sup>75</sup> Entrevista realizada pela autora no dia 04 de abril de 2008, com Antônio Roberto, em Belo Horizonte.

eficientes.

Ocorreram expurgos da chamada “burocracia civil”; vários funcionários públicos acusados de terem vínculos com o período anterior foram sumariamente demitidos da máquina pública e dos ministérios, de acordo com os dados colhidos por Maria Helena Moreira Alves (1984). Também houve expurgos e punições no interior das Forças Armadas, principalmente de marinheiros<sup>76</sup> e sargentos. Isso porque, como ressaltou Jacob Gorender (1987), desde 1962, os subalternos das Forças Armadas tornaram-se um novo elemento presente nas campanhas antiimperialistas e populares. Em 1963, por exemplo, são registrados vários movimentos de protesto no interior das Armas, protagonizados por sargentos e fuzileiros navais em Brasília, sargentos do Exército e da infantaria de São Paulo e os marinheiros e fuzileiros navais do Rio de Janeiro. O objetivo da perseguição a esses subalternos era fazer valer os padrões hierárquicos e evidenciar quem eram os novos detentores do poder.

No campo houve repressão violenta às Ligas Camponesas do Nordeste brasileiro, além de intervenções em sindicatos rurais e urbanos e a prisão de vários de seus dirigentes.

A Lei de Greve foi aprovada, tornando quase impossível fazer qualquer manifestação. O fim da estabilidade no emprego, a “Lei do Arrocho salarial” e o aumento na exploração dos trabalhadores faziam parte de política de controle do Estado. “(...) Atenção especial seria dada pela repressão a qualquer movimento de classe operária em seus locais de trabalho, ou nos bairros. Fábricas, portos, ferrovias, aeroportos, minas e bairros operários passaram a ser atentamente vigiados”. (GIANNOTTI, 2007, p.184). Tudo isso com claro objetivo de dismantelar os movimentos sociais tão atuantes nesse período e evitar que eles se organizassem contra o golpe.

Outras medidas vieram. Criação do SNI (Serviço Nacional de Informações)<sup>77</sup>, que “tinha como principal objetivo coletar e analisar informações pertinentes à Segurança Nacional, à contra-informação e à informação sobre questões de subversão interna”. (FAUSTO, 2001, p.259). A extinção dos partidos políticos em 1965, com o AI-2, desafiou a oposição e desarticulou as coalizões para as eleições do mesmo ano.

Esse conjunto de medidas repressivas para garantir o controle do Estado sobre diversas áreas da sociedade, segundo Maria Helena Moreira Alves (1984), era chamado pelo codinome

---

<sup>76</sup> Ressalta-se que “A marinha figura como Arma que sofreu o maior número de processos punitivos. (...) Trata-se de um reflexo do grau mais avançado de organização política que suas bases alcançaram, principalmente após a criação em 1962, da Associação de Marinheiros e Fuzileiros Navais do Brasil”. (BNM, 1986, p.120).

<sup>77</sup> Seu principal idealizador e primeiro chefe foi o General Golbery do Couto e Silva.

“Operação Limpeza”. O objetivo era “eliminar quaisquer núcleos potenciais de oposição política, econômica e social. Com tais iniciativas, lançou também as primeiras bases econômicas e coercitivas do novo Estado”. (ALVES, 1984, p.78). Essas iniciativas estão amparadas na Doutrina de Segurança Nacional. Criada pelos Estados Unidos no período da Guerra Fria, passaria a orientar suas relações com o resto do mundo. A nova doutrina anunciava a disposição dos Estados Unidos em “conter” toda e qualquer manifestação de avanço do comunismo internacional, intervindo, inclusive, militarmente para garantir a permanência ou deposição de governos que julgassem ameaçar seus interesses. “Assim, apoiando-se nos setores confiáveis da classe dominante” (PADRÓS, Enrique, 2008, p.147) da América Latina, considerada sua principal área de influência, “os EUA estimularam a adoção da idéia de que havia uma “guerra interna” a ser enfrentada” (PADRÓS, 2008, p.147) e um inimigo “interno a ser combatido”. Foi a partir daí que se fundamentaram os princípios da Doutrina de Segurança Nacional no Brasil e alguns dos seus subprodutos, como por exemplo, o Serviço Nacional de Informações (SNI)<sup>78</sup>.

Nesse sentido, o Estado passa a utilizar o recurso do terror, e a intensidade desse recurso está diretamente relacionada à dimensão da percepção da ameaça a que se veem expostos os setores dominantes.

Ou seja, enquanto parte integral da luta de classes, o objetivo do terror de Estado tem propósitos políticos específicos: derrotar os movimentos populares organizados, destruir projetos de mudança do *status quo* da propriedade, da relação capital-trabalho e/ou da distribuição da riqueza social e destruir as instituições políticas e sociais democrático-representativas. (PADRÓS, 2008, p.153).

Para o autor, a essência da análise sobre o Terror de Estado não está na comprovação da utilização indiscriminada da tortura ou da censura. Deve-se amparar a análise na compreensão da abrangência, da multiplicidade e da complementação das iniciativas repressivas que não se reduzem à violência física. O terror de Estado em sua dinâmica, “respeitando as especificidades, se mostrou abrangente, prolongado, indiscriminado, retroativo, preventivo e extraterritorial”. (PADRÓS, 2008, p.154-155).

O autor explica essas categorias, que como podemos ver, ajudam a interpretar a “Operação Limpeza”, realizada pela repressão no Brasil, e a instauração do terror de Estado. Nesse sentido, para Padrós (2008), a dinâmica do terror de Estado é: *abrangente*, porque

---

<sup>78</sup> A Doutrina de Segurança Nacional foi formulada dentro da Escola Superior de Guerra, por uma geração de militares brasileiros que frequentaram cursos militares norte-americanos depois da Segunda Guerra Mundial.

nenhum setor da sociedade permaneceu imune às ações repressivas ou esteve livre de constantes ameaças; *prolongada* visto que suas modalidades foram aplicadas, sempre que necessárias, até o final de cada uma das ditaduras, e seus efeitos se projetaram no período posterior e em gerações seguintes; *indiscriminada*, porque a ação repressiva contra a população não teve limites. O conceito de “inimigo interno” foi usado de maneira flexível, permitindo incorporar “novos subversivos”, num processo sem fim, confirmando que, na escolha de alvos, inexistiram limites ideológicos, profissionais, religiosos, de classe ou de idade.

A dinâmica também foi *retroativa*, já que após o combate de alvos prioritários como comunistas, guerrilheiros e outros esquerdistas, muitas vezes ligados ao governo anterior ao regime militar, como foi no caso do Brasil, “desenvolveu-se uma prática de vasculhar, no passado das pessoas, suas simpatias políticas, a existência de militância sindical ou estudantil, ou qualquer outra atitude que colocasse em questão a fidelidade ao novo regime”. (p.154). Em alguns casos, como relatado acima, até mesmo laços de parentesco tornava-se justificativa para abertura de IMP ou alguma espécie de intimidação. *Preventiva*, porque gerou a chamada “cultura do medo”. O medo das punições e de ser tachado de “subversivo”, contribuiu para fomentar a passividade, a alienação, a indiferença e o silêncio, além de se tornar uma forma de combater as correntes de solidariedade aos perseguidos políticos. E *extraterritorial*, visto que o braço da violência estatal se estendeu para além das fronteiras nacionais, através de “esquemas repressivos binacionais ou da sofisticada coordenação repressiva formatada na Operação Condor<sup>79</sup>, as comunidades exiladas foram ameaçadas, perseguidas, alvo de infiltrações e brutalmente atingidas”. (p.154-155).

A partir dessa radiografia sobre a dinâmica da aplicação do chamado terror de Estado nas ditaduras latino-americanas, feita por Enrique Padrós (2008), consideramos que no Brasil, a classe dominante não mediu esforços para legitimar o governo instituído pelos golpistas. Isso se dá já em 1964, com repressão aos movimentos sociais e eliminação das formas de

---

<sup>79</sup> A Operação Condor se reuniu pela primeira vez em 1975, em Santiago do Chile, a convite de Manuel Contreras, chefe da DINA, Polícia Política do Chile. O objetivo da reunião era oficializar a cooperação entre os órgãos de repressão do Cone Sul. Foi batizada com esse nome por ser o Condor a maior ave de rapina da América do Sul. Essa cooperação foi bastante eficiente, incluindo aí a participação do Brasil, que mesmo não enviando representantes para as reuniões, contribuiu com sequestros, prisões, torturas e desaparecimentos de cidadãos do Cone Sul em território brasileiro. Da mesma forma brasileiros foram presos, torturados, mortos ou desapareceram nos países vizinhos, o que evidencia que o voo do Condor era rápido e eficiente e alcançava longas distâncias.

organização popular, buscando assim salvaguardar o regime instaurado<sup>80</sup>.

### 2.3- “*Se mandar calar mais eu falo...*”: A retomada e a desforra

*“Se me der um beijo eu gosto  
Se me der um tapa eu brigo  
Se me der um grito não calo  
Se mandar calar mais eu falo...”*  
(Gonzaguinha – Recado)

Mandaram calar, mas a oposição falou. No início sussurrou, procurando na clandestinidade rearticular a luta. Mas aos poucos, as vozes foram de novo sendo ouvidas. O movimento estudantil voltou às ruas e as Organizações clandestinas iniciaram suas ações armadas; nascem as oposições sindicais. Cantores e músicos protestaram nos festivais, artistas no palco, e os cineastas do Cinema-Novo levaram para as telas seu projeto de conscientização e a crítica ao regime. Como apontou Gorender (1987):

Este desbarato momentâneo não destruiu a esquerda. O corpo de ativistas não teve senão perda parcial. Algumas centenas de políticos, sindicalistas e professores tomaram caminho do exílio. Em uns tantos casos, sem motivação que não a do pânico. Uma parte dos militantes cessou a atuação política, ao menos momentaneamente. Mas a maioria se pôs a procura de articulação na clandestinidade. O anseio pela desforra se tornou sentimento mais acirrado. (GORENDER, 1987, p.70).

Assim como muitos deixaram a militância política nessa época, outros tantos a iniciaram nesse período. Muitos estudantes entram para as Organizações de luta armada nesses anos de reestruturação da oposição. Além disso, muitas Organizações surgem nesse período, a partir de “rachas” e discordâncias nos partidos até então existentes.

Com os ânimos exasperados pelo anseio da desforra, a radicalização ganha terreno. É nesse momento que se dá o acirramento das diferenças ideológicas dentro do PCB.

---

<sup>80</sup> Em relação à cultura, Roberto Schwarz, no livro *Cultura e Política*. São Paulo: Paz e Terra, 2005, originariamente escrito entre 1969 e 1970, para um público francês, aponta que “para surpresa de todos, a presença cultural da esquerda não foi liquidada” (p.7) com o golpe civil-militar. “... em 1964, (...), grosso modo, a intelectualidade socialista, já pronta para prisão, desemprego e exílio, foi poupada. Torturados e longamente presos foram somente aqueles que haviam organizado o contato com operários, camponeses, marinheiros e soldados. Cortadas naquela ocasião as pontes entre o movimento cultural e as massas, o governo Castelo Branco não impediu a circulação teórica ou artística do ideário esquerdista que, embora em área restrita, floresceu extraordinariamente”. (p.9). A repressão no campo da cultura viria com a decretação do AI-5 em fins de 1968.

A Dissidência do Partido, que começa a se gestar logo após o golpe de 1964, rompe definitivamente com o PCB nos anos de 1966/67, fazendo opção pela luta armada para se chegar à revolução socialista e derrubar a ditadura militar. Surge também, a partir da Dissidência, a chamada Corrente Revolucionária, liderada por Mário Alves e Jacob Gorender, que expulsos do partido por suas críticas, criam o Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR). É nessa época que Jussara Ribeiro de Oliveira inicia sua militância política.

...os primeiros contatos que eu tive com a esquerda foi em 65 quando eu entrei na faculdade. Vinha um cara, um militante super secreto do PC, encontrava com a gente tipo cinco horas e treze minutos (risos), uma pessoa super secreta. Falava um monte de coisa pra gente lá da faculdade e aí passava um livro tipo “A Mãe” do Gork, uns livros de socialismo realista, bem stalinista. Aí eu lia e ficava assim: “\_ gente”, eu ficava: “\_ não é possível que isso exista”. Eu nem dormia de noite de tão perturbada que eu ficava com aqueles livros babacas de realismo socialista. Isso foi em 65, 66, 67 quando o movimento estudantil começa a retomar, né?<sup>81</sup>.

É interessante como aparece na fala da Jussara o estereótipo do comunista, um homem “super secreto” do qual nada se sabia e que se encontrava com os estudantes para fazer formação política em horários inusitados, o que aumentava a aura de mistério em torno desse secreto militante. Como a memória é sempre presente, ou seja, partimos das interrogações de hoje para reconstituir o passado, percebemos na fala de Jussara uma crítica em relação ao “stalinismo”; entretanto, é preciso considerar que a produção de subjetividades ou “de territórios singulares”, como assinala Cecília Coimbra, estava muito marcada “pelo stalinismo e rigidez vigentes na época e que serão radicalizados pela geração 68”. (1995, p.6). Nas falas dos entrevistados aparece esse traço; os jovens eram muito rígidos consigo mesmos e com os outros. E não tinha “meio do caminho”, havia que se tomar uma posição, ou se era a favor da revolução ou contra ela, ou se era contra a ditadura ou a favor dela.

Outra parte importante da formação política de Jussara, ainda em 1965, se deu na travessia da Barca Rio-Niterói. Ela e mais dois rapazes, um que morava em Niterói e outro que morava no Rio, travavam discussões intensas e intermináveis durante essa travessia: “... a gente atravessava de barca Rio-Niterói várias vezes, eu levava ele em Niterói e ele me trazia

---

<sup>81</sup> Entrevista realizada pela autora no dia 05 de outubro de 2007, com Jussara Ribeiro de Oliveira, no Rio de Janeiro.



pro Rio e a discussão nunca terminava (risos), nunca terminava, era uma coisa, como é que se diz é... (pausa) intensa”<sup>82</sup>.

Formação política em lugares inusitados e reuniões clandestinas eram a tônica do momento. A oposição tinha que ser cautelosa, já que todos (a vizinha, o porteiro, o dono do bar) passavam a ser suspeitos ou delatores em potencial. Antônio Roberto também fala da ocorrência de reuniões nos lugares mais inusitados, como em cinemas, durante a projeção de filmes:

... a gente ia aperfeiçoando, quantas vezes recados foram passados de uma pessoa para outra dentro do cinema, às vezes até uma reunião já aconteceu, com duas pessoas dava, enquanto o filme está passando, a gente conversa, está tudo escuro não tem ninguém, ali, normalmente longe de onde tem muita gente, tem umas cadeiras mais vazias então a gente conversava: “vamos fazer tal coisa assim, assim”<sup>83</sup>.

As primeiras manifestações de que Jussara participa acontecem após a derrota da Guerrilha do Caparaó, na FNFi, e tinham como palavra de ordem a seguinte frase: “liberdade para o professor Boiteux”, que era um apoio urbano da guerrilha. Ela começa militando na Corrente Revolucionária, dissidência do PCB formada no Rio de Janeiro sob a liderança de Mario Alves, com forte base na Faculdade Cândido Mendes, e acaba por integrar o PCBR. Ao ser perguntada sobre o porquê da escolha pelo PCBR, Jussara responde:

Foram circunstâncias. Dentro da minha faculdade o PCBR era muito forte, tinha uma proposta de luta armada, mas tinha proposta de partido também. Comecei militando na Corrente e fiquei no PCBR. Dizer pra você que eu tinha conhecimento de todas as linhas e escolhi uma, era exagerar o desconhecimento. Não existia isso. A gente fechava com uma e defendia aquela até a morte. Nada prestava além daquilo. Mas acho que a questão do partido também era importante pra mim, não só a questão da luta armada<sup>84</sup>.

Outra Organização revolucionária clandestina que surge nesse período é a Ação Libertadora Nacional - a ALN. Carlos Marighella, membro do Comitê Central do PCB, funda a Organização em 1967, depois de romper publicamente com o “Partidão”. A ALN colocava em primeiro lugar o princípio da ação revolucionária, que significava luta armada, guerrilha.

---

<sup>82</sup> Entrevista realizada pela autora no dia 05 de outubro de 2007, com Jussara Ribeiro de Oliveira, no Rio de Janeiro.

<sup>83</sup> Nesse momento da entrevista, acontece algo inusitado: ao relatar as reuniões realizadas no cinema, Antônio Roberto se pega cochichando comigo e exclama: “... nossa, está gravando e eu estou falando baixinho igual na época (risos)”. Isso evidencia como algumas marcas ficaram na subjetividade do entrevistado. Sem perceber, Antônio Roberto é surpreendido, mais de 40 anos depois, com um modo de agir desenvolvido pelos militantes para burlar a repressão instaurada pela ditadura militar.

<sup>84</sup> Entrevista realizada pela autora no dia 05 de outubro de 2007, com Jussara Ribeiro de Oliveira, no Rio de Janeiro.

“Para Marighella, o desenvolvimento da organização viria da ação, isto é, da violência revolucionária, jamais dos debates teóricos”. (RIDENTI, 1993, p.39).

Quem também começa sua militância, em 1966, é Ana Amélia Gadelha Lins Cavalcante<sup>85</sup>. Recém saída de um colégio de freira, vai para um colégio maior, o CIEM, Centro Integrado de Ensino Médio, em Brasília. Segundo ela, foi tomando consciência política, lendo, conhecendo o marxismo e participando de movimentos dentro do âmbito do colégio, no Grêmio Estudantil. O CIEM era um colégio ligado à Universidade, de horário integral, e para entrar era necessário fazer uma espécie de vestibular. Os alunos faziam complementação de estudo à tarde na Universidade, “então a gente tinha esse contato também com o pessoal mais velho, a gente via a luta do pessoal na Universidade e isso ajudava a gente a tomar consciência política também”<sup>86</sup>.

Por fazer uma greve em protesto contra a expulsão de um colega do colégio, seu grupo foi também expulso, em 1967: “fui expulsa do colégio e isso aí foi cada vez me empurrando mais pra também radicalizar a minha atuação. Eu acabei sendo expulsa três vezes”<sup>87</sup>.

Depois de ser expulsa do CIEM, Ana Amélia vai para o colégio Elefante Branco, em Brasília, de onde é expulsa em 1968:

Foi na época das grandes passeatas e eu participava das assembléias, aí expulsaram um grupo lá, e eu tava no meio também. (...) e, em 69, quando eu passei pra Universidade, pra fazer arquitetura eu fui expulsa com o decreto 477, aí eu só fiquei dedicada mesmo à atuação política, porque eu não estudava, não podia estudar, três anos proibida de estudar, aí a gente fazia um movimento assim de esclarecimento da população, participava de passeata, e aí eu entrei em um partido político<sup>88</sup>.

Assim como Ana Amélia, vários estudantes foram expulsos pelo decreto-lei 477, de 26 de fevereiro de 1969, que definia as penas para aquilo que fosse considerado “infração disciplinar”; no caso de alunos, previa a seguinte punição: “II - Se se tratar de aluno, com a pena de desligamento, e a proibição de se matricular em qualquer outro estabelecimento de ensino pelo prazo de três (3) anos”<sup>89</sup>.

Proibidos de estudar, muitos estudantes adentraram cada vez mais na vida militante. Contudo, é preciso considerar que essa situação apresenta nuances. A ditadura, pelo decreto

---

<sup>85</sup> Entrevista realizada pela autora no dia 09 de outubro de 2007, com Ana Amélia Gadelha Lins Cavalcante, no Rio de Janeiro.

<sup>86</sup> idem.

<sup>87</sup> idem.

<sup>88</sup> idem.

<sup>89</sup> BRASIL. Presidência da República. Decreto-Lei n. 477, de 26 de fevereiro de 1969. *Pedagogia em Foco*, Rio de Janeiro, 2003. Disponível em: <<http://www.pedagogiaemfoco.pro.br/heb07a.htm>>. Acesso em: 01/07/2008. O decreto-lei 477 foi revogado pela Lei n° 6.680, de 1979.

477, tinha claro objetivo de minar a militância política das lideranças estudantis nas Universidades. Entretanto, em determinado momento, muitos estudantes fazem mesmo a opção de abandonar os estudos, pois a militância passara a consumir todas as horas e energias, tornara-se inconciliável com a vida cotidiana. A vida era a Organização e o projeto de mudança da sociedade.

Álvaro Cavalcante também estudou no CIEM e, assim como a irmã Ana Amélia, foi expulso no último ano do segundo grau, atual Ensino Médio. “Eu fui expulso junto com mais vinte, acho que vinte e sete colegas, por causa de briga, luta contra o autoritarismo de um padre que era diretor da escola”<sup>90</sup>. Mesmo assim fez vestibular para Física em 1968, passou, mas foi afastado em 1969, também pelo decreto-lei 477. Nessa época já militava na Ala Vermelha do PCdoB.

O primeiro partido a que Ana Amélia se integra é o PORT.

Primeiro eu fui mais radical, porque era pra eu ser freira aí tinha que ir pra outro lado né? Aí eu virei Trotskista. Chamava Partido Operário Revolucionário Trotskista (PORT) e meu irmão já era de outra e eles me achavam assim “*a radical*”. Depois eu acabei rompendo com esse partido. Eu vi que realmente era muito radical<sup>91</sup>.

O radicalismo ao qual ela se refere está muito ligado às fortes críticas que sofreu de seus companheiros, por sua condição social, de classe média alta. O fato de seu pai ser deputado e de ter uma empregada em casa fazia seus companheiros de partido ficar indignados. Ela também ficava com a consciência pesada porque não lavava seu prato depois de comer. Cansada das críticas, acaba saindo do PORT. Outro fator que ela considera que motivou sua saída foi,

...porque a teoria deles era muito boba, tinha umas bobagens, o cara chamava Posadas que era quase assim um Deus, sabe? Tinha que acreditar em tudo que o homem falava, aí eu me afastei e entrei no partido que meu irmão já era, (...) a Ala Vermelha do PCdoB.<sup>92</sup>

Ana passou a achar as teorias da PORT “bobas”, e se recusava a acreditar cegamente nas coisas que o principal líder da Organização, Posadas, falava. Ao que tudo indica, algumas ideias de Posadas eram consideradas excêntricas, como pode ser visto nessa passagem do

---

<sup>90</sup> Entrevista realizada pela autora no dia 22 de outubro de 2007, com Álvaro Lins Cavalcante Filho, no Rio de Janeiro.

<sup>91</sup> Entrevista realizada pela autora no dia 09 de outubro de 2007, com Ana Amélia Gadelha Lins Cavalcante, no Rio de Janeiro.

<sup>92</sup> idem.

livro *Brasil Nunca Mais* (1986): “Afora as excentricidades dos textos de Posadas” (p.108), a linha política da PORT se caracterizava pela condenação da luta armada, a defesa do papel desempenhado pela União Soviética, em discordância com as opiniões de outros grupos trotskistas do mundo e a propaganda em favor de uma saída “peruana” para o processo político brasileiro.

Ana faz questão de frisar que a Ala era uma dissidência do PCdoB, que já era uma dissidência do PCB. “A gente era a favor da luta armada (pausa), da guerrilha sabe? (pausa) Nosso ídolo era Che Guevara, a gente gostava do Mao-Tsé-Tung”. O uso de termos que indicam plural, como “*nós*” e “*a gente*”, evidencia o caráter coletivo das preferências e maneiras de pensar. Não era apenas um gosto pessoal, era o gosto de uma geração, de seus companheiros, ainda que pesassem as diferenças ideológicas de alguns.

A dissidência do PCdoB, referida por Ana Amélia em sua entrevista, deu-se muito em função da demora na preparação de uma resistência armada ao golpe civil-militar, o que levou a críticas e cisões nesse pequeno partido. Entre 1966 e 1967, surge o Partido Comunista Revolucionário (PCR) no Nordeste e a Ala Vermelha do PCdoB, chamada apenas de ALA, no Centro e Sudeste.

É importante ressaltar que nenhuma Organização existente antes de 1964 saiu incólume depois do golpe civil-militar. Todas irão passar por cisões e/ou processos de reestruturação da linha política. E por serem ilegais, passam a atuar e a se articular na clandestinidade.

É nesse momento que a AP redefine sua atuação; “radicaliza a atuação no movimento de massas, especialmente o estudantil, a direção da AP constata a precariedade do seu embasamento teórico e se sente atraída pela luta armada”. (GORENDER, 1987, p.112). Seus dirigentes estabeleceram relações com Pequim e criticaram o foquismo<sup>93</sup>. A aceitação da estratégia da guerra popular prolongada e do maoísmo levou a AP a rejeitar o imediatismo da luta armada e a atração pelas ações expropriatórias<sup>94</sup>. Essa decisão, porém, segundo Ridenti (1993), afasta parte da Organização que buscava as linhas leninistas e guevaristas e militantes que trocam a AP por grupos que realizavam ações armadas urbanas.

---

<sup>93</sup>Segundo Marcelo Ridenti (1993:45), dentre as Organizações no Brasil que se apresentavam como assumidamente “foquistas”, estavam somente a DI-RJ (MR-8) e os COLINA. A ideia do foco previa três etapas: a instalação do grupo guerrilheiro em área rural de difícil acesso, a conquista do território e incorporação dos camponeses na guerrilha e a última, que era a ofensiva revolucionária para a tomada de poder. Essas ideias inspiravam-se na experiência da Revolução Cubana.

<sup>94</sup> “... Daí que no histórico da organização não consta nenhuma acusação judicial de participação em assaltos a agências bancárias, seqüestros e atos do gênero (o atentado do Recife permaneceu com autoria não identificada).” (GORENDER, 1987, p.113).

A POLOP também sofre desmembramentos. Um em Minas Gerais, que deu origem aos Comandos de Libertação Nacional (COLINA), e outro em São Paulo, cuja fusão com o Movimento Nacionalista Revolucionário (MNR) dará origem à Vanguarda Popular Revolucionária (VPR). Posteriormente ocorrerá uma fusão entre o COLINA e a VPR.

José Maurício Gradel chegou ao COLINA através do contato com uma moça da Organização. O grupo do COLINA no estado do Rio de Janeiro era bem pequeno; formado por Gradel e a moça de quem ele fala, mas não diz o nome, do Rio, e três pessoas de Niterói.

E era muito engraçado porque nós cinco éramos o movimento estudantil do Rio. Mas era, funcionava sim. E era uma época interessante. (...) Era uma coisa muito de: “Não interessa se na minha Organização tem 300 pessoas e na sua tem duas, a gente tá trabalhando juntos, tentando fazer alguma coisa, e havia um nível de equidade bastante legal” (...). E era muito engraçado porque éramos apenas dois, mas a nossa Organização tinha um peso nacionalmente<sup>95</sup>.

José Gradel começou a militar no movimento estudantil no chamado Secundário (atual Ensino Médio). Fez o Colégio de Aplicação, colégio considerado politizado. De acordo com Gradel, ele e alguns colegas do CAP, no final do secundário já tinham ficha no DOPS, eram perseguidos, pois havia um controle do CAP, o DOPS fazia levantamentos na porta da escola pra ver com quem os estudantes conversavam. Depois fez o vestibular para Economia e passou, começou a militar no movimento universitário. Por exigência e necessidade da Organização, fez vestibular para outras universidades também. Passou pra Filosofia e para ESDI - Escola Superior de Desenho Industrial.

Foi expulso com o decreto 477, saiu da faculdade e foi trabalhar como tradutor na Standart Elétrica. Procurado pelo Exército na empresa, Gradel viu-se diante de um dilema: “Como eu não podia estudar e não podia trabalhar só me restava uma coisa a fazer, que era militar mais integralmente. Aí eu comecei a participar de ações armadas, etc”<sup>96</sup>. Nessa época ele ainda mantinha seu nome verdadeiro.

Gradel ressalta que mesmo atuando no movimento estudantil, a prática do COLINA seguia a linha militarista<sup>97</sup>, ou seja, apregoava a necessidade imediata de implantação da luta

---

<sup>95</sup> Entrevista realizada pela autora no dia 06 de novembro de 2008, com José Maurício Gradel, no Rio de Janeiro.

<sup>96</sup> *idem*.

<sup>97</sup> O termo militarista, segundo Jacob Gorender “recebeu entre as esquerdas o significado de predomínio da tendência para a luta armada imediata. Organizações esquerdistas *militaristas* eram aquelas que adotavam formas de luta e de propaganda armada e desprezavam as formas de luta de massas”. (1987, p.83). Ao contrário dos militaristas, outra linha, chamada de massista porque realizava trabalho de massa, buscava organizar e mobilizar os movimentos sociais e tinha como principal objetivo o “recrutamento de novos quadros e simpatizantes...”. (REIS FILHO, 1990, p.127). É importante ressaltar que a partir do AI-5 o trabalho de massas torna-se praticamente inviável frente às condições de repressão.

armada. Dessa forma ele atuava na parte de segurança das manifestações, ajudava a organizar as passeatas, a defesa e o ataque contra a polícia, fazia manuais de como proceder na passeata, como se defender de gás lacrimogêneo,

a gente é que dizia onde parar os ônibus pra fechar as ruas, coisas assim, era a nossa especialidade, digamos. Isso, obviamente, me levou mais rapidamente pra uma prática armada. Mas não éramos loucos militaristas. No movimento estudantil, a gente tinha a mesma visão de participar, convencer as pessoas, fazer propaganda, só que éramos poucos, éramos dois. Depois foram aparecendo obviamente alguns aliados até que cresceu um pouquinho, mas sempre fomos um grupo pequeno<sup>98</sup>.

Concomitante às cisões, “rachas” e crises ideológicas das Organizações clandestinas, está a retomada das ruas pelos estudantes. Para isso, cria-se diversas maneiras de se manifestar. Gilse aponta que aos poucos foram aprendendo a fazer comícios relâmpago em feira, nas portas de fábrica, tudo cronometrado. Aprendem também a correr da polícia, usar estratégias para não serem presos com facilidade. “E fomos treinando e aumentando nossos conhecimentos desses métodos de fazer coisas relâmpagos e sumir antes que eles nos pegassem...”, ela conclui<sup>99</sup>.

Na medida em que a repressão crescia, o movimento estudantil foi aprendendo a fazer reunião clandestina, como aborda Gilse: “Olha, a gente foi aprendendo, né? A gente se reunia sempre clandestinamente na casa de um, na casa de outro, de madrugada. Fazia os planos e fomos aprendendo a como fazer isso”<sup>100</sup>. Também foram desenvolvendo outras maneiras de organizar as passeatas. Antes os estudantes saíam em uma única passeata e com isso acabavam apanhando da polícia; passaram a burlar a repressão saindo com várias passeatas, de pontos distintos da cidade. Também começaram a planejar as passeatas de acordo com as ruas que eram contramão, avançavam no meio do trânsito e o deslocamento da polícia ficava impedido pelo engarrafamento.

Outros recursos utilizados nas passeatas foram a bolinha de gude e o coquetel molotov. Além de ser usada para fazer os cavalos escorregarem, a bolinha de gude se transformou em uma arma, como ressalta Gilse:

se a gente acertasse na testa, acertasse em um policial, era uma arma, então a gente treinava com latinha, nas árvores, nos quintais das casas para ter pontaria com as bolinhas, que era a única arma que nós tínhamos diante da metralhadora deles, dos cachorros, nós tínhamos bolinha de gude, né? E aí começamos a quarar o chão de

---

<sup>98</sup> Entrevista realizada pela autora no dia 06 de novembro de 2008, com José Maurício Gradel, no Rio de Janeiro.

<sup>99</sup> Entrevista realizada pela autora no dia 07 de abril de 2008, com Gilse Cosenza, em Belo Horizonte.

<sup>100</sup> idem.

bolinha de gude, que fazia escorregar os cavalos, os cavalos caíam e a gente ia embora pra outra rua<sup>101</sup>.

Os estudantes aprenderam também a fabricar o coquetel molotov. Quando a infantaria e os policiais se aproximavam, o coquetel era jogado, criando uma barreira de fogo que possibilitava o deslocamento dos estudantes para outras ruas, fazendo com que a manifestação ganhasse tempo.

nós descobrimos que a gente podia dar uma paralisada neles, né? Os cavalos não entravam no fogo, e eles também tinham dificuldade, porque quando nós estávamos em determinado ponto, se eles vinham, nós criávamos uma barreira de fogo enquanto a gente se deslocava para outros lados, outros lugares, então nós começamos a aprender a nos defender. E fomos ficando um pouquinho mais espertos além de só apanhar. Agora, eles também começaram a atirar, aí é que está (risos), começaram a atirar para valer.<sup>102</sup>

As manifestações e os confrontos entre polícia e estudantes foram ficando cada vez mais violentos, a exemplo da chamada “semana sangrenta”, no centro do Rio de Janeiro<sup>103</sup>.

A primeira grande manifestação estudantil contra a ditadura, que inaugura uma série de outras passeatas pelo Brasil, aconteceu em Belo Horizonte, em 1966. Gilse, nessa época dirigente do DCE da PUC, relata como se deu a organização da passeata:

... em 66, há um bocado de tempo que não tinha uma manifestação grande estudantil, a repressão proibiu tudo, nós aqui nos juntamos, o DCE da PUC e o DCE da UFMG, e decidimos o seguinte: “vamos quebrar esse negócio, vamos fazer o seguinte: a gente junta os dois DCEs, vamos lá no DOPS e a gente pede licença para uma manifestação silenciosa e pacífica, sem nenhum caráter político, uma caminhada de calouros, muito mais assim teatral, né? E a gente se arruma para chegar lá e dá o conteúdo que deve ter”<sup>104</sup>.

Os dirigentes dos dois DCEs foram então ao DOPS, levaram seus documentos e se responsabilizaram pelo evento, uma caminhada cultural de calouros. Fizeram então o planejamento da passeata. Os estudantes saíram do Instituto de Educação, com apito, gente pintada e enfeitada. Levaram os cartazes e as faixas enroladas no corpo, debaixo de roupa e dentro de carrinhos de picolé<sup>105</sup>. O combinado era que ao chegarem ao Parque (Parque

---

<sup>101</sup> Entrevista realizada pela autora no dia 07 de abril de 2008, com Gilse Cosenza, em Belo Horizonte.

<sup>102</sup> idem.

<sup>103</sup> Ficou conhecida dessa forma, pois foi uma semana de passeatas de estudantes com violentos confrontos com a polícia no centro do Rio de Janeiro.

<sup>104</sup> Entrevista realizada pela autora no dia 07 de abril de 2008, com Gilse Cosenza, em Belo Horizonte.

<sup>105</sup> Os carrinhos de picolé aos quais Gilse se refere eram de vendedores ambulantes que acompanhavam a caminhada cultural de calouros e que nesse dia, deixaram seus carrinhos vazios para que os estudantes pudessem colocar os cartazes: “... os nossos amigos que vendiam picolé com aqueles carrinhos, acompanhavam sempre vendendo bala e picolé, eles deixaram vazio, não venderam nada, deixaram vazio, encheram com as nossas

Municipal, na Avenida Afonso Pena, no Centro de Belo Horizonte), seria dado um sinal com o apito e a passeata efetivamente começaria. Entretanto, a polícia apareceu e reprimiu a passeata com violência:

... quando chegou ali no meio do Parque, o sinal dado com apito, todo mundo tirou as faixas, os carrinhos se abriram e nós começamos e aparecemos com as faixas e cartazes. Começamos o grito de guerra de “abaixo a ditadura”, “abaixo o imperialismo”, “queremos liberdade”, “direito a educação”, e vai por ai a fora, né? Claro que a repressão veio pesada e começou o espancamento e nós começamos a correr pela Afonso Pena, apanhamos muito, né? Então entramos para Igreja São José para nos proteger, subimos aquela escadaria porque achamos que eles não teriam coragem de espancar a gente dentro da Igreja, e entramos para a Igreja. Mas eles entraram atrás e continuaram a espancar a gente dentro da Igreja, aí vieram os padres da Igreja São José, fizeram uma barreira de mãos dadas na frente deles e falaram: Na casa de Deus não!<sup>106</sup>

Muitos estudantes ficaram machucados, e no dia seguinte fizeram a “passeata do silêncio”, saíram em protesto juntamente com seus pais, familiares e professores. Gilse considera esse fato importante porque isso teria reanimado o movimento de massa, de rua, já que ocorreram diversas passeatas em solidariedade aos estudantes de Belo Horizonte. Vladimir Palmeira (1998), importante liderança do movimento estudantil do Rio de Janeiro, em seu livro de memórias, relembra que a primeira passeata de 1966, organizada logo no início do ano escolar, foi em solidariedade aos estudantes mineiros<sup>107</sup>.

A escalada do movimento estudantil acaba colocando em evidência várias de suas lideranças em diversas partes do país. Vladimir Palmeira (1998) aponta que por isso, nesse momento do movimento, passou a viver uma “espécie” de clandestinidade. “Digo ‘espécie’ porque minha proteção consistia apenas em dormir fora, não passava disso. Eu era clandestino em termos: a polícia me perseguia o dia inteiro, mas no fim da tarde me livrava deles e procurava dormir em lugares diferentes” (p.106), eles não tinham mandado e queriam apenas intimidar Vladimir.

Também José Dirceu (1998), liderança estudantil de São Paulo, nessa época já vivia semiclandestino, como ele mesmo caracteriza: “Já era semiclandestino, andava armado, com segurança, e dormia em vários lugares – quer dizer, não era mais uma pessoa de vida normal”. (p.109). Assim como Vladimir Palmeira e José Dirceu, outras lideranças estudantis vão aos poucos mergulhando na clandestinidade total.

---

faixas e foram acompanhando a nossa caminhada cultural de calouros”. Trecho de entrevista realizada pela autora no dia 07 de abril de 2008, com Gilse Cosenza, em Belo Horizonte.

<sup>106</sup>Entrevista realizada pela autora no dia 07 de abril de 2008, com Gilse Cosenza, em Belo Horizonte.

<sup>107</sup> DIRCEU, José; PALMEIRA, Vladimir. *Abaixo a ditadura: o movimento de 68 contado por seus líderes*. Rio de Janeiro: Garamound, 1998.



Em 1968, as mobilizações estudantis ganham ímpeto. O estudante Edson Luís é morto pela Polícia Militar durante um protesto no Rio de Janeiro contra o fechamento do Restaurante Calabouço, levando milhares de pessoas às ruas, na famosa Passeata dos Cem Mil.

Duas greves operárias tiveram repercussão nacional: a de Contagem-MG e a de Osasco-SP. Contaram com a participação das Organizações de esquerda na cúpula do movimento, como aponta Ridenti (1993), especialmente alguns grupos armados como o COLINA e a CORRENTE em Contagem, e a ALN e a VPR em Osasco; também receberam ajuda da AP.

Em Contagem, como ressalta Vito Giannotti (2007), a greve, apesar de vitoriosa, conseguindo os 10% de abono salarial reivindicados, provocou prisões e demissões de trabalhadores. Em Osasco, “vários operários foram suspensos, demitidos, perseguidos, aberta ou veladamente, enquanto os mais engajados viram-se obrigados a entrar para a clandestinidade, a fim de não serem presos”. (RIDENTI, 1993, p.186). A VPR esteve presente para oferecer refúgio a esses sindicalistas de Osasco, que foram jogados na clandestinidade. Alguns de seus líderes decidiram militar na Organização.

Em dezembro, no governo de Costa e Silva, é decretado o AI-5, o mais severo dos Atos, abrindo novo ciclo de cassações, perda de direitos políticos, expurgos do funcionalismo, atingindo intelectuais e professores universitários. O AI-5 colocou o Congresso Nacional em recesso, estabeleceu a censura dos meios de comunicação, suspendeu direitos individuais e “oficializou” a tortura. Na sequência, vieram a cassação de mandatos legislativos, a aposentadoria compulsória de artistas, professores e intelectuais, a prisão, tortura e morte de líderes estudantis e militantes políticos, a invasão de universidades, a censura às obras de arte, e o exílio.

Doente, Costa e Silva afasta-se do governo. Uma intensa luta pela sucessão se seguiu. Uma Junta Militar formada pelos ministros Aurélio de Lira Tavares (Exército), Augusto Rademaker (Marinha) e Márcio de Sousa e Melo (Aeronáutica), em uma manobra política, assume o poder até a nomeação do próximo general-presidente. Dois meses foram suficientes para a instituição da Emenda Constitucional nº1, que legalizou o arbítrio e os poderes totalitários da ditadura. Várias medidas são incorporadas à Constituição. Além disso, estabelece que o presidente poderia baixar medidas (decretos-leis) que valeriam imediatamente. São adotadas penas de morte e banimento do território nacional, tornando ainda mais duras as punições previstas na Lei de Segurança Nacional.

O resultado de todo esse arsenal de Atos, decretos, cassações e proibições, pós-AI-5, segundo o livro *Brasil: Nunca Mais* (1986) “foi a paralisação quase completa do movimento popular de renúncia, resistência e reivindicação, restando praticamente uma única forma de oposição: a clandestina”. (p.62).

Contudo, ao analisar a clandestinidade é preciso considerar que várias Organizações eram marxistas-leninistas. Isso significava que a ideia da clandestinidade estava colocada, tendo em vista que o próprio Lênin, como foi discutido anteriormente, falava sobre a necessidade de se ter um partido legal e uma estrutura clandestina ligada a ele que conduziria o processo revolucionário. A questão que se coloca depois do golpe civil-militar e mais fortemente pós-AI-5, é que não havia possibilidade de atuação política de partidos legais.

#### **2.4- “É preciso estar atento e forte, Não temos tempo de temer a morte”: Imersão na luta armada**

*“Atenção ao dobrar uma esquina  
Uma alegria, atenção menina  
Você vem, quantos anos você tem?  
Atenção, precisa ter olhos firmes  
Pra este sol, para esta escuridão  
Atenção  
Tudo é perigoso  
Tudo é divino maravilhoso.”*  
(Caetano Veloso – Divino Maravilhoso)

Militantes de Organizações de esquerda entram, principalmente a partir do final de 1968 e início de 1969, numa fase de completa “imersão na luta armada”, para utilizar uma expressão de Jacob Gorender (1987). Ou seja, cessadas as possibilidades de ações de massas diante do fechamento completo da ditadura militar, após a decretação do AI-5, as Organizações de esquerda concluíram que o comprometimento com a luta armada se confirmou como a opção mais acertada. Nesse sentido, mergulhadas na clandestinidade, não havia outra resposta possível senão a do combate pelas armas, conclui Gorender (1987). Contudo, Maria Paula Araújo considera que

(...) a opção pela luta armada não foi uma resposta ao endurecimento do regime; ela já vinha sendo discutida pela esquerda brasileira (assim como pela esquerda latino-americana) desde o início dos anos 1960. Mas é inegável que o AI-5 teve papel determinante na disseminação dessa opção entre os jovens estudantes e universitários, na medida em que tentava reprimir e bloquear as formidáveis energias surgidas ao longo

de toda a década de 1960 e, sobretudo, do ano de 1968. Coagida e limitada, a radicalidade experimentada por essa juventude canalizou-se para a ação armada. (ARAÚJO, 2008, p.269-270).

Seguiram-se ações confiscatórias para conseguir dinheiro que financiasse a revolução. Diversas Organizações realizaram ações armadas urbanas que iam desde assaltos de agências bancárias a expropriações de automóveis e armas.

Também em 1969, num ato de ousadia de Organizações de esquerda e desafio à ditadura, o Movimento Revolucionário 8 de outubro (MR-8) e a Ação Libertadora Nacional (ALN) sequestram o Embaixador dos Estados Unidos Charles Elbrick. Em troca da liberdade do Embaixador, as Organizações exigem a libertação de quinze presos políticos e ampla divulgação de um manifesto nos principais meios de comunicação.

Em relação aos sequestros, Denise Rollemberg (2003) considera que se transformaram em um recurso para libertar presos políticos ao mesmo tempo em que tinham um grande impacto, na medida em que tornava pública, no país e no exterior, a existência da luta armada e de presos políticos, que o governo negava reiteradamente. Contudo,

A ousadia destas ações invertia - ou aparentemente invertia - a correlação de forças entre repressão e guerrilha, criando a ilusão de que alguns guerrilheiros podiam “vencer” os que estavam no poder e as potências capitalistas, simbolizadas pelos diplomatas. (ROLLEMBERG, 2003, p.680).

Essa aparente inversão foi se transformando em um risco para os guerrilheiros, visto que em alguns momentos criou uma ilusão de que a vitória seria certa. Todas as exigências foram aceitas e cumpridas pelo governo. Seguiram-se outros sequestros de diplomatas por diferentes grupos, nem todos com o mesmo sucesso do primeiro. Depois de todas as ações dessa natureza, o destino certo dos militantes que participavam dos sequestros era a “geladeira”, ou seja, sair imediatamente de circulação, por tempo indeterminado, mergulhar na clandestinidade total, levando os guerrilheiros a um maior isolamento.

Ao mesmo tempo em que as Organizações iam aperfeiçoando suas táticas de ação, a repressão do governo também aumentava. “As Forças Armadas se preparam seriamente para combater qualquer espécie de revolta popular contra o regime”. (BNM, 1986, p.72).

Dessa forma, a necessidade de integração das forças de repressão já existentes deu origem, de maneira “oficiosa”, à Operação Bandeirantes (OBAN), em São Paulo, cujo quadro funcional foi preenchido por oficiais das três armas (Exército, Marinha e Aeronáutica), além de delegados, investigadores, polícia política do Estado, polícias civil e federal e pessoal

burocrático da Secretaria de Segurança. A OBAN contou com financiamento de empresas brasileiras e multinacionais como a General Motors, Ford, Ultragás, entre outros.

Devido ao “êxito” da OBAN, ela passa a integrar o organograma legal, por decreto do presidente Médici, e começa a funcionar sob a sigla DOI-CODI, Destacamento de Operações de Informações – Centro de Operações de Defesa Interna, e em escala nacional, comandado por um oficial do Exército.

... surgiu em janeiro de 1970, significando a formalização, no Exército, de um comando que englobava as outras duas Armas. (...) Dotados de existência legal, comandados por um oficial do Exército, providos com dotações orçamentárias regulares, os DOI-CODIs, passaram a ocupar o primeiro posto na repressão política e também na lista de denúncias de violação aos Direitos Humanos. (BNM, 1986, p.73-74).

Em São Paulo, o DOI-CODI foi comandado pelo major Carlos Alberto Brilhante Ustra, entre 1970 e 1974<sup>108</sup>. O surgimento dos DOI-CODI não elimina a atuação do Departamento de Ordem Política e Social (DOPS), de âmbito estadual, e da Polícia Federal que prosseguem no trabalho de repressão. O DOPS de São Paulo, por exemplo, destaca-se pela atuação do delegado Sérgio Paranhos Fleury e de sua equipe de investigadores, que além de torturar e matar nas dependências do DOPS, eram também integrantes do conhecido “Esquadrão da Morte”. O delegado Sérgio Paranhos Fleury ficou famoso por comandar a operação que assassinou o líder da ALN, Carlos Mariguella, em 1969.

Também em Minas Gerais os órgãos de repressão foram eficientes<sup>109</sup>. Gilse conta sua passagem pela penitenciária de mulheres de Santa Teresa, em Belo Horizonte. Passou três meses na solitária, só era retirada para ser interrogada sob tortura.

e foi aquele terror, né? O que milhares de brasileiros vivem quando abria aquela porta hermeticamente fechada com a barra de ferro, a gente já sabia, eram eles que estavam vindo buscar a gente pra torturar. Eles estavam usando de tudo para tentar extrair da gente as informações que eles pudessem confirmar o restante, pegar o resto que tivesse, né? Então era tortura física, lá tinha espancamento, pau de arara, choque elétrico, tortura pessoal, tortura sexual, estupro, tudo e tortura psicológica, né? Eles usavam, prendiam e

<sup>108</sup> Em 2008, Criméia Alice Schmidt de Almeida, Maria Amélia Almeida Teles e César Augusto Teles entraram com uma ação civil declaratória contra o coronel reformado, Carlos Alberto Brilhante Ustra. O juiz Gustavo Santini, da 23ª Vara Civil do Tribunal de Justiça de São Paulo, julgou procedente a ação, representando um avanço na luta pela memória e pela justiça em relação aos crimes cometidos no período da ditadura militar no Brasil.

<sup>109</sup> Marcelo Araújo Paixão, que confessou ter torturado mais de trinta pessoas no período da ditadura militar, foi um dos que torturou Gilse Cosenza e Elio Ramires. O Jornal *O Tempo*, de 04/12/2008, trouxe a notícia de que nove deputados abriram representação contra Marcelo Paixão junto à Procuradoria Geral da República. O documento propõe que o ex-tenente faça o ressarcimento aos cofres públicos da União, caso as vítimas dele tenham sido indenizadas. A representação é um avanço quando se trata dos crimes da ditadura, entretanto nos faz também pensar em como os processos de Reparação moral, jurídica e financeira ainda precisam ser discutidos no Brasil.

torturavam pai de um, marido de outra, mulher de um, no meu caso eles queriam a minha filha na mão deles<sup>110</sup>.

Como aponta a fala de Gilse sobre a tortura sofrida, consideramos que somente o aperfeiçoamento dos aparelhos de repressão não é suficiente para explicar o êxito da repressão, este apenas foi possível no quadro social do isolamento e do uso sistemático da tortura. “A rápida vitória da repressão pode ser explicada por dois fatores: a ausência de identidade entre a sociedade e o projeto revolucionário, que levou ao seu isolamento; a tortura como recurso amplamente usado pelos órgãos oficiais para eliminação dos militantes”. (ROLLEMBERG 2003, p.66).

Sob o lema “Segurança e Desenvolvimento”, Emílio Garrastazu Médici assume a presidência no dia 30 de outubro de 1969, não sem antes ser travada uma luta interna pela sucessão presidencial. As especulações em torno de uma possível indicação do general Médici para substituir Costa e Silva surgiram desde o início da crise. Assim, aos primeiros sinais da necessidade de substituição do presidente, o comandante do III Exército, Médici, “surgira como o mais forte candidato, uma espécie de denominador comum, que, se não polarizava totalmente como a solução final para os setores militares, ao menos reunia o maior número de tendências no Exército”. (CHAGAS *apud* DIAS, 2008, s/p.). Embora desconhecido do grande público, Médici adquirira grande prestígio no meio militar por sua atuação à frente do SNI<sup>111</sup>.

Uma onda de prisões, assassinatos, torturas e desaparecimentos de opositores ao regime marca esse governo. Esse período ficou conhecido como “os anos de chumbo”, pelo verdadeiro clima de terror instaurado.

Concomitante a isso, há a implementação do chamado “milagre econômico”, que beneficiou a classe média urbana, aumentando seu poder de consumo através de financiamentos, enquanto operários continuavam excluídos. Obras faraônicas como a Ponte Rio-Niterói e a rodovia Transamazônica começaram a ser construídas<sup>112</sup>.

Isso gera contentamento e euforia, potencializados pela conquista do tricampeonato mundial de futebol e pela recuperação da auto-estima nacional. “Os ecos das comemorações pelos gols marcados no México pela seleção tricampeã mundial ressoariam mais altos e cobririam os gritos dos que estavam nas câmaras de tortura da Oban e dos Dói-Codis”. (REIS, 2004, p.133). O futebol foi utilizado como poderosa arma de propaganda ideológica. Nas

---

<sup>110</sup> Depois que Gilse saiu da prisão, ela volta para clandestinidade. Entrevista realizada pela autora no dia 07 de abril de 2008, com Gilse Cosenza, em Belo Horizonte.

<sup>111</sup>DIAS, Sônia. *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro*. Disponível em: [http://www.cpdoc.fgv.br/dhbb/verbetes\\_htm/3388\\_3.asp](http://www.cpdoc.fgv.br/dhbb/verbetes_htm/3388_3.asp). Acesso em: 10/10/2008.

<sup>112</sup> A rodovia Transamazônica nunca foi concluída.

residências, pela primeira vez, a Copa foi transmitida ao vivo pela televisão e nas ruas o povo explodia de alegria e cantava: “*Todos juntos, vamos / Pra frente Brasil*”.

Nesse contexto, o livro *Brasil Nunca Mais* (1986) aponta que

Os órgãos de segurança, sem respeitar limites da dignidade da pessoa humana, conseguem importantes vitórias na luta contra as organizações de luta política clandestina. Todos os resultados colhidos na pesquisa BNM confirmam as denúncias formuladas no período Médici, por entidades de Direitos Humanos, a respeito de torturas, assassinatos de opositores políticos, desaparecimentos, invasões de domicílio, completo desrespeito aos direitos do cidadão e inobservância da própria legislação criada pelo regime. É nesse período que a pesquisa constatou os mais elevados índices de torturas, condenações e mortes. (p.63).

É também nesse período de maior truculência da repressão que a tevê se torna a tela de projeção da propaganda política do governo. Como destacou Carlos Fico (2004), a televisão foi invadida por anúncios que destacavam os valores éticos e morais da democracia e as características do Brasil e dos brasileiros, como a alegria, o otimismo e a cordialidade, traços que nas campanhas publicitárias garantiam a singularidade do país e o levaria a tornar-se uma grande potência. Contraditoriamente, no período Médici, foram feitas campanhas que falavam de “amor”, como no slogan “O Brasil merece o nosso amor”; outros muito conhecidos dessa época eram: “Ninguém segura esse país” e “Brasil: ame-o ou deixe-o”.

Além dessas campanhas, é preciso destacar a imagem do país que era divulgado nos jornais e programas de tevê. Uma declaração de Médici sobre o Jornal Nacional, em março de 1973, evidencia essa relação da tevê, especificamente da Rede Globo, com o Estado:

Sinto-me feliz todas as noites quando ligo a televisão para assistir ao jornal. [...] Enquanto as notícias dão conta de greves, agitações, atentados e conflitos em várias partes do mundo, o Brasil marcha em paz, rumo ao desenvolvimento. É como se eu tomasse um tranqüilizante, após um dia de trabalho. (LIMA, 1985, *apud* RESENDE, 2007, p. 5).

E assim, os brasileiros viram **um** Brasil na tevê<sup>113</sup>. O Brasil construído pelo discurso da ditadura militar, de um país tranquilo que caminhava sem atropelos rumo ao desenvolvimento, pelo menos nas telas da televisão. Essa tranquilidade ganha cores, a partir de março de 1972.

A primeira transmissão em cores foi a do presidente Médici na Festa da Uva, no Rio Grande do Sul. Dessa forma, “a televisão brasileira assistiu e aplaudiu o ‘milagre econômico’

---

<sup>113</sup> Referência à música *Bye-bye Brasil*, de Chico Buarque, composta no final de década de 1970 para o filme de mesmo nome, de Cacá Diegues.

do país: uma apologia à modernização e formação de novos hábitos de um público consumidor”. (RESENDE, 2007, p. 5). Ao contrário de Fernando Barbosa Lima (1985, *apud* Resende, 2007, p.5), que definiu a tevê da ditadura como a tevê do “nada a declarar”, consideramos que a tevê brasileira declarou sim seu apoio ao projeto da ditadura militar, mostrando um “país que vai pra frente”.

Além disso, a tevê também mostrou os militantes políticos da luta armada e suas declarações de arrependimento em rede nacional. É importante dizer que essas declarações eram feitas após prisões e torturas sofridas por esses militantes. A utilização do arrependimento público tornou-se parte das ações da chamada “guerra psicológica” ou “Estratégia Psicossocial”, como apontou Maria Helena Moreira Alves (1984)<sup>114</sup>; da repressão na luta contra as Organizações armadas, bem como sua desmoralização diante da opinião pública.

Outra prática adotada pela repressão foi a de conhecer melhor “os inimigos da pátria”. Para isso, realizaram pesquisas com participação direta de profissionais da psicologia como aponta o estudo feito por Cecília Coimbra (1995). O objetivo era “retratar a juventude de classe média que entra para a clandestinidade e/ou luta armada”, e identificar “o perfil psicológico do “terrorista” brasileiro”. (p.198)<sup>115</sup>. Além disso, a autora aponta que como parte das subjetividades hegemônicas da época, havia o interesse de difundir para a sociedade e as famílias de classe média “a crença de que seus filhos estavam “desajustados”, “desequilibrados” emocional e socialmente e, portanto, “doentes”, precisando de tratamento” (p.203), culpabilizando as famílias “pelos transtornos que esses jovens trazem para a nação que quer “se desenvolver em ordem e em paz””. (COIMBRA, 1995, p.203).

---

<sup>114</sup> O General Golbery do Couto e Silva criou um organograma relativo à Segurança Nacional, no qual ele apresenta as quatro estratégias que o governo deveria seguir para a efetiva implantação da Política de Segurança Nacional. São elas: Estratégia Política, com o controle e a vigilância dos partidos políticos, do Legislativo, do Judiciário e do Executivo; Estratégia Econômica, a partir do controle salarial, combate à inflação e abertura ao capital externo; Estratégia Psicossocial, através do controle sobre os movimentos sociais, com busca e detenção em universidades, sindicatos, ligas camponesas e nos movimentos católicos de trabalhadores e estudantes e; Estratégia Militar, que consistia em fazer valer a hierarquia nas Forças Armadas, fazendo prevalecer os pontos de vista dos detentores do poder. Uma explicação pormenorizada dessas estratégias traçadas pelo general Golbery pode ser consultada em: ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e Oposição no Brasil (1964-1984)*. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1984. p.42-79.

<sup>115</sup> Segundo Cecília Coimbra (1995), a pesquisa da repressão foi feita com militantes políticos presos no Rio de Janeiro, no início dos anos de 1970. A primeira pesquisa foi sobre o nível de escolaridade e as causas que os levaram para a luta política, a segunda investiga os níveis sociais e de escolaridade dos presos políticos e a terceira sobre o perfil psicológico do “terrorista” brasileiro, todas elas com participação de psicólogos na elaboração dos questionários, aplicação e análise dos resultados. A autora também aponta que os resultados da pesquisa eram apresentados ao grande público como uma preocupação paternal do governo em ajudar esses jovens “desajustados” a se reintegrarem à sociedade. COIMBRA, Cecília Maria Bouças. *Guardiães da Ordem: uma viagem pelas práticas psi no Brasil do “Milagre”*. Rio de Janeiro: Oficina do Autor, 1995. Esse trabalho foi publicado a partir de sua tese de doutorado.

Em 1974, Ernesto Geisel assume a presidência com o objetivo de promover uma política de revigoramento do prestígio do regime, tendo em vista que o “milagre brasileiro” apresentava sinais de falência, agravado pela eclosão da crise do petróleo. É um governo com “gestos pendulares”, para utilizar a expressão do BNM (1986), mesclando atitudes que demonstravam certa liberalização, concedendo à oposição certo espaço pra se organizar, ao mesmo tempo em que mantinha funcionando em plena atividade os órgãos de repressão. Contudo, apesar desses “gestos pendulares”, o governo de Geisel era nitidamente autoritário. A forma como exerceu este autoritarismo é que é singular.

Em relação à repressão nesse período, percebe-se uma mudança de estratégia, ela passou a agir sem deixar vestígios, assim que “A partir do final do ano de 1973 e durante o ano de 1974, não houve vítimas do regime civil-militar na condição de mortos oficiais, somente desaparecidos”. (TELES (org), 2001, p.159)<sup>116</sup>. Ou seja, "para além do aparelho de repressão, das torturas, o Estado se utilizou do "desaparecimento" de pessoas por motivação política como a forma mais acabada de se absolver de responsabilidade em relação aos detidos." (GREENHALGH, 1987, p.109).

O indivíduo "desaparecido" perde seu nome, sua identidade civil, política, social. Perde também a possibilidade de ligação com seu passado. Essa situação,

torna penosa a inscrição dessa experiência na memória coletiva (...) porque deixa viva a morte dessas pessoas através da tortura que é a ausência de informações e de seus corpos. Aos seus familiares só é permitido lembrar sempre a ausência, reacendendo permanentemente o desejo de libertar-se de um passado que, no entanto, permanece vivo. (TELES, 2001, p.11-12).

E é na tentativa de libertar-se da tortura propiciada pela falta de informações e da chamada "morte continuada" iniciada na metade dos anos de 1970, que a luta das famílias pelo esclarecimento das mortes e desaparecimentos políticos, ocorridos durante a ditadura militar, se estende até os dias de hoje.

Além dos desaparecimentos forçados, outras ações violentas da repressão marcaram esses anos da chamada “distensão”, ações essas protagonizadas principalmente pelo DOI-CODI de São Paulo. A primeira morte em suas dependências, em consequência de torturas

---

<sup>116</sup> MORTOS e desaparecidos políticos: um resgate da memória brasileira. In: TELES, Janaína (Org.). *Mortos e Desaparecidos políticos: reparação ou impunidade?*. 2. ed. São Paulo: Humanitas/ USP, 2001. p.157-198. p.159. É importante explicar que esse texto foi originalmente publicado em 1996, como introdução ao livro “Dossiê de Mortos e Desaparecidos Políticos a partir de 1964” – organizado pela Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos, Instituto de Estudos sobre a Violência do Estado (IEVE) e Grupos Tortura Nunca Mais do Rio de Janeiro e Pernambuco e editado pela Imprensa Oficial do Estado de São Paulo -, e de acordo com nota da organizadora, foi modificado e atualizado para esta publicação.



sofridas, foi a do Tenente José Ferreira de Almeida, oficial da Polícia Militar de São Paulo, expulso da polícia juntamente com outros oficiais, acusados de dissidência.

O jornalista Vladimir Herzog teve o mesmo destino, no dia 24 de outubro. Ao ser intimado para interrogatório, apresentou-se ao DOI-CODI e morreu na mesma tarde. Sua morte gerou forte comoção popular, reunindo milhares de pessoas em uma missa realizada pelo Cardeal Dom Evaristo Arns na Catedral da Sé, em São Paulo. Entretanto, meses depois outra morte acontecia nas mesmas instalações do DOI-CODI, o metalúrgico Manuel Fiel Filho ,é encontrado morto em sua cela.

A versão oficial divulgada sobre as três mortes foi a de suicídio por enforcamento, quando se sabe que na verdade todos morreram em consequência das torturas sofridas nas dependências da 2ª divisão do Exército.

Em meados da década de 1970 a oposição desencadeia a luta pela anistia através do Movimento Feminino de Anistia e dos Comitês Brasileiros pela Anistia, CBAs, sua expressão mais avançada. No dia 9 de setembro de 1978 é realizado em Salvador o Encontro Nacional de Movimentos pela Anistia, que a partir daí lança a campanha pela Anistia Ampla, Geral e Irrestrita:

AMPLA - para todos os atos de manifestação de oposição ao regime; GERAL - para todas as vítimas dos atos de exceção e IRRESTRITA - sem discriminações e exceções. Neste sentido, assumimos esta bandeira, por ser ela a única que não discrimina ninguém e que devolve ao cidadão todos os seus direitos, sem limitações de qualquer espécie<sup>117</sup>.

Além disso, os CBA's "defendem os presos políticos que reagem às duras condições carcerárias com repetidas greves de fome, e ainda sistematizam denúncias sobre torturas, assassinatos e desaparecimentos políticos". (BNM, 1986, p.67).

Essa luta estendeu-se por vários segmentos da sociedade civil, que se mobilizou e tomou as ruas, repercutindo no parlamento, que a partir de 1978, produz vários projetos de lei sobre a anistia. Maria Paula Araújo (2004) define essa conjuntura como uma "queda de braço" entre o regime e o movimento de oposição; de um lado o projeto de abertura do governo e do outro a atuação de um movimento político de oposição que reunia amplos setores da sociedade, partidos políticos e organizações de esquerda que procuravam, senão implodir o projeto de abertura do governo, ao menos alargá-lo.

---

<sup>117</sup> Por ocasião das comemorações dos 20 anos da Anistia, a Fundação Perseu Abramo coletou e organizou material riquíssimo, além de uma série de depoimentos de mais de 50 protagonistas da luta pela Anistia. O material pode ser consultado em: <http://www2.fpa.org.br/portal/modules/news/index.php?storytopic=635>. Pesquisa realizada no dia 19 de abril de 2008.

Ressalta-se que a experiência da luta armada, em meados da década de 1970, havia sido derrotada política e militarmente, e nesse momento algumas Organizações de esquerda começam a rever seus projetos políticos e a se integrar na luta pela ampliação dos espaços de legalidade no cenário político. Fazia-se necessário “romper os limites da clandestinidade e tornar visível a oposição à ditadura”. (ARAÚJO, 2004, p.245).

Infelizmente a campanha e a luta pela “Anistia Ampla, Geral e Irrestrita” foi vencida pela “Abertura Lenta, Gradual e Segura” proposta pelo governo.

A escolha foi por uma saída coesa e uma transição negociada. Nesse sentido, o governo Geisel “articula a classe política via Congresso e retoma a autoridade nos quartéis, anunciando em 1978 o fim das cassações e dos banimentos, a volta do *habeas corpus* e o fim do AI-5”. (D’ARAÚJO, 2004, p.98). O governo tenta administrar as tensões sociais, tanto em relação à oposição quanto em relação aos militares de extrema direita, de modo a promover uma solução conciliadora e que ao mesmo tempo não desse à oposição o protagonismo do processo.

É o que aponta Elio Ramires em sua entrevista<sup>118</sup>. Para ele, que viveu na clandestinidade por anos, a anistia foi de natureza “estreita, parcial e restrita (com a exclusão dos acusados pelos chamados pela ditadura de crimes de sangue)”, como foi o caso de José Maurício Gradel, que não foi anistiado em 1979 por ter participado do sequestro do Embaixador alemão e de várias outras ações armadas, os chamados “crimes de sangue”. Como não recebeu a anistia, só pôde voltar ao Brasil pela primeira vez quando prescreveram as penas, por volta de 1982. A partir daí, passou a vir com os filhos de férias ao Brasil e somente em 1994 retorna definitivamente.

Além disso, Elio aponta que a estreiteza, parcialidade e restrição da lei de anistia está no fato de ter sido praticamente outorgada pelo poder militar ainda imperante, sem discussão, e ainda por ser autocomplacente, confundindo agentes da tortura e praticantes de assassinatos e outros crimes com a vítimas destes crimes<sup>119</sup>. Ele considera que a lei teve o relativo mérito de permitir a volta e legalizar a vinda dos que, como resultado da ação dos CBAs, já retornavam mesmo antes da Lei da Anistia.

Outro fator importante que ele levanta é que além dos exilados, “a anistia permitiu o retorno gradual de milhares de pessoas às suas atividades normais mesmo com a ação de grupos oriundos do “porão” e as sequelas de um longo período de ‘anormalidades’”. Esse

---

<sup>118</sup> A entrevista de Elio Ramires foi feita via internet, entregue no dia 13 de dezembro de 2008, por e-mail.

<sup>119</sup> A opinião de Elio Ramires é compartilhada por importantes juristas brasileiros, como Fábio Konder Comparato e Hélio Bicudo.

grupo a que Elio chama de “oriundos do porão”, na verdade não estava tão no porão assim; sabe-se que do porão a repressão passou para a sala de estar das delegacias e quartéis e que nesse período de transição ocorreram diversos atentados à bomba, sequestros, agressões de militares descontentes com o processo de abertura do regime. Por fim, ele considera o conteúdo da lei inaceitável pelo fato de que a anistia promoveu um auto-perdão. Era a própria ditadura se auto-anistiando.

Propunha algo como um perdão (sem reconhecimento de culpa) para todos os que tivessem praticado “crimes”, tanto por parte da resistência quanto por parte dos integrantes do aparelho de Estado. Este conteúdo é inaceitável pois que se trata de auto-perdão concedido pelo poder ditatorial ao se auto-anistiar e “perdoar” seus agentes criminosos. Essa é a minha compreensão da natureza política da anistia ainda que por ela não tenha sido pessoalmente beneficiado<sup>120</sup>.

Nesse primeiro momento a anistia contemplou somente os punidos por questões políticas entre os anos de 1961 e 1979. A lei não anistiava os chamados “crimes de sangue”, sequestros, mortes, por exemplo. Não considerava casos de perda de emprego, danos morais ou perdas de patente por motivos políticos. Também não contemplava a questão dos desaparecidos políticos. Ao longo dos anos a lei foi sendo revista por governos civis.

O último presidente-militar, general João Baptista Figueiredo, foi empossado no dia 15 de março de 1979, num quadro que combina crise econômica com abertura política e pressões democráticas. A Lei da Anistia é decretada, mas o “regime sobrevive”. Se por um lado os presídios políticos paulatinamente se esvaziam, os exilados retornam e os clandestinos voltam para a cena legal, por outro lado amplia-se a luta pela anistia; em função disso, “(...) líderes operários são perseguidos e mortos no campo e na cidade, sindicatos sofrem intervenção, mostrando os limites da “abertura” – mais voltada para as chamadas elites políticas do país e setores das classes médias do que para o povo trabalhador.” (BNM, 1986, p.68).

E assim se fez a abertura, com avanço quando o governo conseguia impor seus objetivos e com retrocessos quando se calculava que podia perder o controle. Lembre-se que em meio a tudo isso os atentados de direita continuaram. Foram cinco anos de bombas, seqüestros, invasões, ameaças, agressões, atingindo os mais diferentes alvos, que só findaram com o atentado do Riocentro em abril de 1981. (D’ARAÚJO, 2004, p.98)<sup>121</sup>.

---

<sup>120</sup> A entrevista de Elio Ramires foi feita via internet, entregue no dia 13 de dezembro de 2008, por e-mail.

<sup>121</sup> Os militares de linha dura continuaram com a repressão clandestina. Cartas-bomba são colocadas em órgãos da imprensa e da OAB (Ordem dos advogados do Brasil). D’ARAÚJO, Maria Celina. “Geisel e Figueiredo e o fim do regime militar”. (p.98). In: *1964-2004: 40 anos do golpe: ditadura militar e resistência no Brasil*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2004. p.93-104.

A transição brasileira caminhou sempre no meio termo, no meio do caminho, pelo menos no discurso, já que com certeza nessa negociação a balança sempre tendia a pender para o lado mais forte, de modo a evitar conflitos sociais e garantir direitos e privilégios dos que estavam no poder.

Nesse sentido, Flora Abreu<sup>122</sup> conta que mesmo percebendo que a luta pela anistia era uma luta limitada, que a lei era limitada, as pessoas que participavam do movimento pela anistia viam que aquilo também representava um avanço naquele momento. O fato de as pessoas serem anistiadas e poderem voltar para o Brasil, era visto como uma coisa positiva.

Para Flora, a anistia significou muita coisa. Ela inclusive voltou do exílio na Argentina antes da votação, mesmo correndo risco. Voltou em maio e a anistia foi votada somente em agosto de 1979. Na semana seguinte da sua volta, já estava participando de reunião do movimento pela anistia.

E a gente ia a todas as chegadas das pessoas, a gente estava lá no aeroporto, entendeu? Apesar de que eu voltei antes, mas também quando eu voltei tinha quase cem pessoas no aeroporto, entre familiares e amigos, estava todo mundo lá, porque tinha movimento de anistia, cada anistiado que chegava já se fazia uma festa, muitas pessoas chegaram antes da votação da lei, né? Porque a gente não tinha processo, não tinha nada, eu nunca fui presa, nunca fui condenada (risos), entendeu?<sup>123</sup>

A cena do retorno dos exilados se tornou clássica, embalada pela música “o bêbado e o equilibrista”; cada exilado que voltava era recebido com festa. Flora, mesmo tendo recebido o passaporte em dezembro de 1978, resolveu esperar um pouco mais para voltar, porque ela já tinha construído uma vida no exílio, e para voltar, por mais que fosse o seu desejo, seria preciso desfazer vida, trabalho, casa. “Porque a gente sempre onde chegava, eu procurava criar raízes, me fortalecer, viver! Porque muita gente rejeitava isso e aí é outro capítulo. O que é o exílio, né?(risos). Mas a gente procurava, onde chegava, fazer a mesma coisa que fizemos na clandestinidade, criar raízes”<sup>124</sup>.

Nesse sentido, o exílio, assim como a clandestinidade, poderia significar tanto uma experiência de “estranhamento e desenraizamento”, como afirma Rollemberg (1999), mas “também de descoberta de novas possibilidades, redefinindo visões de mundo, identidades”. (p.19), ou ainda o lugar da resistência, da continuidade da luta.

---

<sup>122</sup> Entrevista realizada pela autora no dia 31 de outubro de 2007, com Flora Abreu, no Rio de Janeiro.

<sup>123</sup> idem.

<sup>124</sup> idem..

Flora, tanto no exílio como na clandestinidade, buscava construir relações, criar raízes. Ela considera ainda que a vida na clandestinidade é mais fácil do que no exílio, porque “é tua língua, é tua cultura, você consegue muito mais coisas no teu país do que fora”<sup>125</sup>. Contudo, esse “conseguir muito mais coisas” é algo relativo. Nos depoimentos, aparece toda sorte de dificuldades enfrentadas pelos clandestinos; muitos militantes viveram trancados em aparelhos, procurados, ficavam impedidos de atuar; outros foram arrancados de seu meio, onde eram lideranças, para se tornarem anônimos em outros lugares do país; e há ainda aqueles que integrados na produção em fábricas ou no campo, não conseguiram ampliar politicamente.

É claro que não podemos generalizar. A clandestinidade teve outros pontos analisados. Nas entrevistas, muitos falam do aprendizado que foi conhecer outra realidade, que em condições normais nunca viveriam, e há aqueles que conseguiram, ainda que de maneira limitada, levar a luta adiante, criar laços, fazer amigos.

Na fala de Ana Amélia, aparece uma contradição quando ela pensa no que teria sido ir embora e no que foi ficar no Brasil.

Se eu tivesse ido pro exterior, com certeza eu teria feito altas relações e teria estudado, teria voltado com a capacidade de fazer alguma coisa mais legal, assim, intelectualmente, sabe? Isso é um lado, mas por outro lado, eu acho que a minha história também é legal, ter ficado aqui, ter querido ficar no Brasil.<sup>126</sup>

O interessante na fala dela é que, pensando em como teria sido se ela tivesse ido para o exílio, ela enumera o que teria feito, mas ao tratar do que foi ter ficado, ela diz apenas que foi “legal ter ficado”, ou “ter querido ficar”.

Entretanto, por mais que para alguns a experiência do exílio possa parecer positiva, é preciso considerar que assim como a clandestinidade, nem todos a vivenciaram da mesma maneira, muitos enfrentaram grandes dificuldades de adaptação fora do país. Além disso, o exílio dos anos 1960 e 1970 deve ser entendido como

uma tentativa de afastar e eliminar as gerações que contestavam, a partir de um projeto, a ordem política e/ou econômica identificada à ditadura militar. O slogan do governo Médici, “Brasil, ame-o ou deixe-o”, é emblemático. É preciso, portanto, compreendê-lo na mesma lógica da prisão política, dos assassinatos, da imposição à clandestinidade; como mais um esforço dos militares para controlar a liberdade de expressão e a manifestação intelectual; de destruição de toda criação contestatória e de uma

---

<sup>125</sup> Entrevista realizada pela autora no dia 31 de outubro de 2007, com Flora Abreu, no Rio de Janeiro.

<sup>126</sup> Entrevista realizada pela autora no dia 09 de outubro de 2007, com Ana Amélia Gadelha Lins Cavalcante, no Rio de Janeiro.

determinada experiência política. O exílio, em seu sentido mais amplo, seria, ao mesmo tempo, a emigração política, a cadeia e a clandestinidade vivida por muitos no Brasil. (ROLLEMBERG, 1999, p.47-48).

Ana Amélia passou vinte anos usando identidade falsa. A Lei de Anistia poderia ter sido o momento de ela voltar para o seu nome verdadeiro, mas não teve coragem. Ana diz que ainda não confiava muito, achava que o banco (Banco do Brasil) poderia mandá-la embora; com filhos pequenos, precisava do banco para sobreviver, não podia arriscar perder o emprego. “Eu fiquei tentada naquela época e fiquei com medo, na minha cabeça já podia tentar, entendeu?”<sup>127</sup>. Mas ela não tentou.

Ela aponta que a Lei de Anistia, além de propiciar a alegria de ver as pessoas voltando, também possibilitou o nascimento do Partido dos Trabalhadores.

O PT nasceu depois disso, né? O PT é uma junção do movimento de massa com os intelectuais de esquerda que chegaram. Não só o Lula, de vez em quando ele esquece, pensa que é só a luta operária, mas foi o casamento ali do pessoal que queria fazer a revolução<sup>128</sup>.

O PT, nessa época, representou efetivamente, para muitos militantes de esquerda que fizeram oposição a ditadura militar, o sentimento de que a luta tinha valido a pena e que era possível construir uma realidade diferente, talvez não mais com a luta armada como era pensada anos antes, mas através dos partidos políticos.

Gilse Cosenza, assim como Flora, considera que a anistia foi uma grande vitória. Na segunda metade da década de 1970, as principais bandeiras levantadas de acordo com Gilse eram: a anistia, a Constituinte livre e soberana e o fim dos atos e leis de exceção.

A anistia foi uma vitória, agora claro, eles quiseram dar uma rasteira na gente e enxertaram nessa vitória que eles não tinham como evitar, eles tinham de abrir a exceção da anistia porque eles estavam se arrebatando já, a ditadura, mas eles então botaram um contrabando lá dentro, junto conosco anistiar os torturadores, isso nos deu muito raiva é claro, pô, anistiar os torturadores não tinha nada a ver, mas de qualquer forma a anistia significou justamente um aumento da força do sentimento democrático no Brasil e de apoio fora do Brasil, e significou a volta dos exilados, a volta dos clandestinos e a conquista de algumas liberdades democráticas a mais, mesmo com esse contrabando que eles botaram. E, a partir daí, também, eles já não tinham mais a facilidade de prender, sair matando e tudo.<sup>129</sup>

---

<sup>127</sup> Segunda parte da entrevista realizada pela autora no dia 13 de novembro de 2008, com Ana Amélia Gadelha Lins Cavalcante, no Rio de Janeiro.

<sup>128</sup> *idem*.

<sup>129</sup> Entrevista realizada pela autora no dia 07 de abril de 2008, com Gilse Cosenza, em Belo Horizonte.

Gilse considera que a anistia concedida aos torturadores foi um “contrabando” que o governo colocou dentro da lei de anistia. Mesmo assim a considera uma vitória, no sentido de que a lei teria aumentado o sentimento democrático nas pessoas, ao mesmo tempo em que coibia a ação da repressão. Com a lei não havia mais a facilidade para os órgãos de repressão saírem prendendo e matando de maneira arbitrária como antes. Outra coisa que Gilse aponta é que a ditadura não tinha mais como se manter; segundo ela, “eles estavam se arrebrandando”, ou seja, a ditadura já estava tão desgastada que não haveria mais como manter o regime naqueles moldes, apesar de setores da chamada “linha dura” terem dificuldades de aceitar o fim da ditadura, o que redundou em atentados a bomba e assassinatos no contexto da abertura.

Ana Amélia evidencia um outro lado da anistia e do significado da clandestinidade. Ter sido clandestina a levou ao anonimato, ninguém sabia quem ela era, o que tinha feito, que fazia parte da mesma luta dos que estavam voltando.

sabe uma coisa que eu senti, (...), eu senti muita, assim, quando os exilados chegaram eu sabia que eles eram da minha turma, sabe? Aquela coisa, a minha turma chegando, mas ninguém me conhecia. Eu era clandestina tanto pra direita quanto pra esquerda. Ninguém sabia que eu era uma companheira, que eu tinha passado pelas mesmas coisas e eu não era daqui, porque eu era de Brasília, então eu sempre fiquei assim sem encontrar mais a minha tribo, sabe como?...<sup>130</sup>

Ana Amélia havia tornado-se clandestina, “tanto pra direita quanto pra esquerda”. Além disso, se sentia sozinha, como se não pertencesse a grupo algum. No banco em que trabalhava, “era um pessoal muito diferente assim, que não tinha tido essa experiência, eu fiz uma carreira ridícula de bancária, não tive um... não encontrei mais a minha turma, sabe?”<sup>131</sup>

Ela sentia como se tivesse ficado de fora daquele momento de festa na volta dos exilados, ela participava, mas ninguém a conhecia.

Como eu queria tá mais perto deles (pausa), eu me lembro que encontrei o Darcy Ribeiro na UFRJ, - porque às vezes eu sou meio metida -, então eu achava que o Darcy era meu amigo, sabe? Então eu falei: “oi Darcy”, ele era muito simpático, ele falou assim um pouquinho comigo, mas eu queria ser mais próxima deles<sup>132</sup>.

Assim como Ana Amélia, outros clandestinos que ficaram no Brasil tornaram-se anônimos de uma luta que havia sido derrotada, e os exilados que outrora foram considerados desertores, voltavam em 1979 com o seu lugar na memória restabelecido.

---

<sup>130</sup> Entrevista realizada pela autora no dia 09 de outubro de 2007, com Ana Amélia Gadelha Lins Cavalcante, no Rio de Janeiro.

<sup>131</sup> idem.

<sup>132</sup> idem.

Nos últimos anos do governo militar, a economia do Brasil apresenta vários problemas. A inflação era alta e a recessão também. Enquanto isso, a oposição ganhava terreno com o surgimento de novos partidos e com o fortalecimento dos sindicatos. Em 1984, surge o movimento “Diretas Já!”, em que se coadunavam políticos de oposição, artistas, jogadores de futebol e milhões de brasileiros pela aprovação da Emenda Dante de Oliveira, que garantiria eleições diretas para presidente naquele ano. Para a decepção do povo, a emenda não foi aprovada pela Câmara dos Deputados. E o último general-presidente, João Batista Figueiredo, saiu pelos fundos, sem inclusive repassar a faixa presidencial, pedindo a todos que o esquecessem.

Boris Fausto (2001:290) chama a atenção para a transição e afirma que essa teve a vantagem de não provocar grandes abalos sociais. Mas teve também a desvantagem de não colocar em questão problemas que iam muito além da garantia de direitos políticos à população. Seria inadequado dizer que esses problemas nasceram com o regime autoritário. A desigualdade de oportunidades, a ausência de instituições do Estado confiáveis e abertas aos cidadãos, a corrupção e o clientelismo são males arraigados no Brasil. Certamente esses males não seriam curados da noite para o dia, mas poderiam começar a ser enfrentados no momento crucial da transição.

O fato de que tenha havido um aparente acordo geral pela democracia, por parte de quase todos os atores políticos, facilitou a continuidade de práticas contrárias a uma verdadeira democracia. Desse modo, o fim do autoritarismo levou o país mais a uma “situação democrática” do que a um regime democrático consolidado. (FAUSTO, 2001, p.290).

E foi naquela “situação democrática”, construída para servir a determinados interesses, que se negociaram as fronteiras entre a memória e o esquecimento, assim como foi feito com a transição. Muitas práticas autoritárias permaneceram; Gilse mesmo foi perseguida até a década de 1990 e só veio a saber disso quando pôde ter acesso aos documentos produzidos sobre ela pela repressão.

eles continuaram a perseguir, mas mesmo assim com isso que eles fizeram mantinham vigilância, a vida das pessoas, mesmo depois da anistia, mas eles não tinham condições de fazer as barbaridades de antes, eles não tinham essa condição, agora eles continuaram, uma loucura, um absurdo (...). Quando a gente conquistou o direito de qualquer cidadão de pedir os materiais que a repressão tivesse sobre a gente, quando eu pedi na hora que vem o relatório, em anexo, no meu processo aí eu descobri lá que eles tinham me acompanhado passo a passo, coisas que eu já estava fazendo legalmente,



publicamente e eles acompanhando e registrando passo a passo até 1989, até depois da Constituinte, até a década de 90<sup>133</sup>.

Nesse sentido, vemos o quanto ainda temos que avançar no processo de consolidação da nossa democracia. São práticas autoritárias muito arraigadas na cultura política brasileira, e esse autoritarismo cria entraves inclusive na forma de lidar com a memória acerca do passado recente do nosso país. É preciso transpor essas fronteiras e pensar na memória dessa época não como oposição ao esquecimento, mas pensar “como a memória – e o esquecimento – podem se colocar a serviço da justiça”, nos libertando da prisão do passado e nos reconciliando com o presente<sup>134</sup>.

Trabalhando com a ditadura militar, estamos lidando com um passado que não passa. Entendemos assim as fronteiras das lembranças e do silêncio como algo tênue, e consideramos que o testemunho, seja na forma de entrevista através do trabalho com a história oral, seja através da linguagem da literatura-testemunho, é fundamental para descortinar memórias que até então não apareciam na cena pública. Ao mesmo tempo, o testemunho abre espaço para o reconhecimento de experiências diversas como a clandestinidade, tema ainda tão pouco analisado em relação à ditadura militar. É o que pretendemos fazer no capítulo seguinte: analisar, a partir dos relatos, a experiência da clandestinidade.

---

<sup>133</sup> Entrevista realizada pela autora no dia 07 de abril de 2008, com Gilse Cosenza, em Belo Horizonte.

<sup>134</sup> TODOROV, Tzvetan. Los Usos e los abusos de la memoria. Barcelona: Paidós Ibérica, 2000. p.59: “*Lejos de seguir siendo prisioneros del pasado, lo habremos puesto al servicio del presente, como la memoria – y el olvido – se han de poner al servicio de la justicia*”.

## Capítulo 3

*“É tempo de meio silêncio,  
de boca gelada e murmúrio,  
palavra indireta, aviso  
na esquina. Tempo de cinco sentidos  
num só. O espião janta conosco”.*  
Carlos Drummond de Andrade

### TORNAR-SE CLANDESTINO

Este capítulo pretende apresentar e discutir, a partir dos testemunhos, como é tornar-se um clandestino e como foi viver na clandestinidade, o novo cotidiano, os novos hábitos, tendo em vista que entrar para uma Organização significava sentir um mundo novo de referências afetivas, culturais e políticas. Analisaremos também o chamado “batizado conspirativo” e o sentido de receber um outro nome, abrir mão do convívio familiar, às vezes afetivo, em nome de uma causa ou da necessidade de proteger dirigentes e militantes da ação da repressão. E ainda, como se configuraram os tipos de clandestinidade; a integração na produção e a clandestinidade do “aparelho”, com suas diferenças e aproximações.

#### 3.1 - O nome e o como

Não foram poucos os clandestinos. Álvaro Cavalcante, ex-militante da Ala vermelha do PCdoB, ao ser perguntado sobre o número de militantes na clandestinidade, afirma que em 1972, em São Paulo, “todo mundo era clandestino, todo mundo sem documento”. Álvaro não

consegue precisar o número, mas afirma que “todos que estavam envolvidos com a luta armada estavam clandestinos”<sup>135</sup>.

Assim como Álvaro, José Gradel aponta que na época, entre 1969 e 1971, 90% das pessoas que ele conhecia já eram clandestinas. Das pessoas que atuavam na VPR, Organização da qual ele fazia parte, quase todo mundo era clandestino<sup>136</sup>. Talvez houvesse um ou dois que ainda estivessem usando seu próprio nome, vivendo em um lugar “legal”, porque conseguiram manter isso, tiveram sorte, ou conseguiram encaminhar para que as coisas ficassem assim. Contudo, esse não era o seu caso e nem o da maioria de seus amigos do movimento estudantil, que “eram clandestinos e pronto. E era melhor entender isso, porque se você achasse que não era, você ia perder um mês, um ano criando uma estrutura que ia cair, porque o seu nome tava lá e você era clandestino. Você achava que não, mas era”<sup>137</sup>.

Um contingente significativo de militantes de várias Organizações permaneceu no Brasil. Tornaram-se clandestinos com o objetivo de combater os militares e avançar o processo revolucionário, ou mesmo se protegerem da repressão. Esta era a orientação política de muitas Organizações de esquerda. Em documento do PCdoB, intitulado: “União dos brasileiros para livrar o país da crise, da ditadura e da ameaça neocolonialista”, datado de junho de 1966, por exemplo, seus dirigentes, ainda que considerassem que a luta aberta contra a ditadura era possível, não descartavam o uso da luta clandestina:

(...) Apesar do regime autoritário que impera no país, ainda há condições de utilizar formas abertas de atuação. Desfiles, comícios, greves, marchas contra a carestia, assembléias sindicais, paralisações parciais de trabalho têm sido usados pelos estudantes, trabalhadores e donas-de-casa. O emprego destes meios de luta estão relacionados com a situação política e as condições concretas de cada lugar.  
(...) É preciso utilizar também as formas de luta clandestina, tais como distribuição de volantes, pinturas murais, comícios-relâmpagos, demonstrações contra os espoliadores norte-americanos e resistência às violências policiais. (p.70)<sup>138</sup>.

Conforme assinalado na citação do documento, as lutas abertas estavam relacionadas com as “condições concretas”, e é preciso considerar que a partir de 1966 ocorre uma retomada dos movimentos de massa, os estudantes voltam às ruas, as greves nas fábricas

---

<sup>135</sup> Entrevista realizada pela autora no dia 22 de outubro de 2007, com Álvaro Lins Cavalcante Filho, no Rio de Janeiro.

<sup>136</sup> Conforme foi falado no capítulo anterior, Gradel começou a militar no COLINA e foi para VPR depois da junção dessas duas Organizações.

<sup>137</sup> Entrevista realizada pela autora no dia 06 de novembro de 2008, com José Maurício Gradel, no Rio de Janeiro.

<sup>138</sup> Esse e outros documentos das Organizações de esquerda da década de 1960/70 podem ser encontrados em: REIS FILHO, Daniel Aarão; SÁ, Jair Ferreira. *Imagens da Revolução: documentos políticos das organizações clandestinas de esquerda dos anos 1961 a 1971*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1985.

ganham fôlego. Mas isso não dura muito tempo; o AI-5 vem colocar um fim nessas manifestações abertas de descontentamento, restando apenas uma forma de fazer oposição: a clandestina.

Para Maria Auxiliadora Arantes (1999), cuja fala é de quem foi clandestina e de quem estudou posteriormente esse processo, “tornar-se clandestino e permanecer clandestino, durante 5 anos, 10 anos ou mais, foi mais do que uma alternativa de sobrevivência, envolveu uma escolha. Uma escolha que não era livre, porque era uma escolha dentro de uma situação de catástrofe política”. (p.129). Nesse sentido, continua a autora, não é necessário ser clandestino político na vigência de um regime democrático.

Compreende-se que essa não é uma escolha feita em condições favoráveis de luta política. Ao contrário, é feita exatamente em condições desfavoráveis, e por isso não é uma escolha livre no sentido pleno do termo. É uma escolha, no sentido político, determinada pela situação do país, de falta de liberdade, de censura, torturas, assassinatos; enfim, é determinada pela perseguição declarada pelo poder militar.

Entrar para a clandestinidade, além disso, torna-se uma decisão individual ou coletiva, dependendo da situação. Ou seja, isso depende do “pra que” e “por quê” se entra para a clandestinidade. Nos casos em que há a profissionalização do militante, podemos considerar que é uma situação discutida pela Organização, pois isso demanda criar uma infraestrutura para esse militante.

Tem gente que mais do que entrar pra clandestinidade, se profissionaliza, digamos. O cara... “queremos que você vá pra fábrica tal, trabalhar lá”. Pra isso, você vai ter que morar em um bairro operário, vai ter que mudar de nome... Então é uma decisão que se discute. Agora, se a minha foto aparece no jornal, eu já entrei pra clandestinidade. Só tenho que me preocupar com isso, mas ninguém discute. Todo mundo sabe quando José Gradel entrou pra clandestinidade. Têm fotos grandes minhas que provam isso, então...<sup>139</sup>

Para muitos não houve tempo para a discussão junto à sua Organização, o perigo tornou-se tão iminente que não havia alternativa e nem tempo para esperar uma decisão coletiva. O caso de Jussara representa bem essa variável; ela vai para o ABC paulista trabalhar como operária num contexto de queda do PCBR, não havia tempo nem pessoas para discutir o seu caso, tendo em vista que a maior parte dos militantes de sua Organização foi presa nesse período e os que não foram estavam clandestinos como ela.

---

<sup>139</sup> Entrevista realizada pela autora no dia 06 de novembro de 2008, com José Maurício Gradel, no Rio de Janeiro.

Outra variável importante de ser pensada em relação à clandestinidade é que nem todos os militantes entram para a clandestinidade para continuar a luta. Temos o exemplo de Francisco Soriano (2006), que depois da queda do PCBR é obrigado a ir para o interior da Paraíba, pois poderia morrer se continuasse no Rio de Janeiro. Com isso, vemos que essa experiência possui diferença. Não há como trabalhar com a ideia de que todos os clandestinos entraram para a clandestinidade para permanecer na luta política. Alguns, mesmo que quisessem continuar, não conseguiam, pois não podiam sair na rua, estavam tão visados pela repressão que precisavam ficar trancados nos chamados “aparelhos”. Outros realmente fizeram a opção de abandonar a luta contra a ditadura e entraram para a clandestinidade como uma forma de se proteger e fugir da perseguição. Nem por isso essa experiência deixa de ter importância dentro do contexto das marcas deixadas pela ditadura militar.

Há ainda aqueles casos em que tornar-se clandestino poderia ser nada mais do que a passagem ao anonimato, como também poderia, em última instância, ser visto como sinônimo de *status* ante a Organização e demais militantes. Antônio Roberto aponta que ser escolhido para se tornar clandestino era quase um privilégio dentro da Organização. “Porque o general ganha estrela, então quer dizer que eu sou tão combativo, eu tenho um papel tão preponderante na luta revolucionária que eu não posso estar público”<sup>140</sup>.

Um elemento importante a ser considerado é que independente da escolha ou do motivo que leva o militante à clandestinidade, essa passagem é sempre feita debaixo de forte tensão psicológica, sentimentos de confusão, perplexidade, insegurança, medo e porque não dizer, esperança.

Ana Amélia afirma que no seu caso teve outras opções, poderia ter saído do país se quisesse, mas decidiu ficar:

(...) não digo que foi uma opção pra ficar viva, porque eu podia ter ido para o exterior, podia ter ido tranquilamente, minha família tinha como me levar. Até as freiras do meu colégio queriam que eu fosse, elas eram dominicanas iam me levar com segurança pra um colégio na França. Não era pra não morrer não, nem era pra não ser presa, era pra não sair do Brasil, porque pra não ser presa também eu podia ir para o exterior, foi porque eu não quis sair, eu quis ficar (...) <sup>141</sup>.

Assim, restaram à militância poucas alternativas: sair do país ou permanecer nele. E é essa decisão que se apresentava a todos os que estavam implicados na luta política. Cair na

---

<sup>140</sup> Entrevista realizada pela autora no dia 04 de abril de 2008, com Antônio Roberto, em Belo Horizonte.

<sup>141</sup> Entrevista realizada pela autora no dia 09 de outubro de 2007, com Ana Amélia Gadelha Lins Cavalcante, no Rio de Janeiro.

clandestinidade, de início, era sair da cena legal. A orientação era “não se deixar pegar para não colocar em risco outras pessoas e a própria Organização. Eu só sei que se exigiu muito da gente, éramos muito duros conosco mesmos. O tempo todo tinha que tá vigilante, porque você podia levar outra pessoa a cair”<sup>142</sup>.

Nesse sentido, cumprir com as regras de segurança impostas pela Organização tornava-se parte fundamental das tarefas do revolucionário. No item “Melhorar os métodos e reforçar a vigilância”, de um documento do PCdoB, os dirigentes escrevem:

É preciso estar alerta diante do trabalho de sapa da reação, e obedecer rigorosamente as normas de trabalho conspirativo. Cada militante deve ser apenas o necessário. É grave falta revelar a outros camaradas assuntos que dizem respeito exclusivamente ao membro do Partido ou à organização partidária. (p.87)<sup>143</sup>.

Nas condições de clandestinidade em que se encontravam os comunistas, impunha-se o reforço da vigilância, pois a repressão passou a empregar os mais diferentes meios para obter informações e tentar desagregar as Organizações, bem como prender seus militantes.

A AP, também preocupada com a segurança, se debruçou sobre a questão, conforme aponta Lima e Arantes (1984), especialmente a partir de outubro de 1969, após a IV Reunião da Comissão Executiva Provisória.

Tendo em vista que o aparelho interno clandestino crescia com dificuldades para se manter e com isso gerava novos problemas de segurança, a grande questão discutida era como enfrentar a repressão. Para isso, a AP formulou novas orientações de trabalho. Houve um aprimoramento dos métodos de trabalho conspirativo.

Ninguém mais deveria ficar sabendo onde moravam outros companheiros da organização. Ninguém mais iria, portanto, em casas sob “campanas”. As articulações de rua passaram a ser meticulosamente planejadas, observadas. “Aparelhos” começaram a ser montados com rigor para abrigar as reuniões que o trabalho conspirativo exigia. Tomaram-se providências no sentido de melhorar a documentação do pessoal clandestino. As viagens passaram a ser controladas. Os contatos, mais espaçados no tempo. (LIMA; ARANTES, 1984, p.140).

---

<sup>142</sup> Entrevista realizada pela autora no dia 05 de outubro de 2007, com Jussara Ribeiro de Oliveira, no Rio de Janeiro.

<sup>143</sup> Documento do PCdoB intitulado: “União dos brasileiros para livrar o país da crise, da ditadura e da ameaça neocolonialista”. In: REIS FILHO, Daniel Aarão; SÁ, Jair Ferreira. *Imagens da Revolução: documentos políticos das organizações clandestinas de esquerda dos anos 1961 a 1971*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1985. p.87.

Apesar de essas medidas terem surtido efeitos positivos, não foram suficientes para impedir novas “quedas”. O resultado mais positivo de todo esse arsenal de medidas, na opinião de Lima e Arantes (1984), está no fato de o núcleo central da direção da AP nunca ter sido atingido.

Os militantes políticos pertencentes às Organizações declaradas ilegais, e por isso perseguidas pela polícia política e militar, tinham poucas alternativas se quisessem continuar sendo militantes políticos organizados.

Foi o que aconteceu com Jussara Ribeiro, clandestina de janeiro de 1970 a 1978. Sua entrada na clandestinidade se dá com a primeira grande queda do PCBR, Organização da qual ela fazia parte. Conhecia pessoas da POLOP, que deram cobertura para que ela suportasse aquele momento, afinal seus amigos e companheiros estavam sendo presos e torturados. Além disso, Jussara, que já havia sido presa duas vezes, uma no congresso da UNE, em Ibiúna, e outra em manifestação de rua do movimento estudantil, tinha agora um mandato de captura do CENIMAR para lhe pegar<sup>144</sup>.

Com a notícia do mandato de captura e como as quedas do PCBR não cediam, havia caído quase todo o movimento estudantil, surge a proposta de ir a São Paulo trabalhar no ABC paulista como operária; Jussara segue imediatamente pra lá. Ao ser questionada se achava que a clandestinidade tinha sido uma opção pra se manter viva, ela responde: “Olha eu não queria ser presa, eu acho que eu não tinha cacife pra ser morta (risos), mas eu podia ser presa, e a tarefa da gente naquela época era não se deixar pegar. E eu levava isso de não me deixar pegar a sério...”<sup>145</sup>.

Para não se deixarem pegar, Ana Amélia e Jussara seguem clandestinas para trabalhar como operárias em fábricas do ABC paulista. Isso se dá muito em função do importante papel desempenhando pelos trabalhadores dessa região de São Paulo, principalmente depois da greve de 1968, em Osasco, e pelo fato de os operários exercerem certo fascínio nos intelectuais da época, pois eram considerados a vanguarda do movimento revolucionário. Por outro lado, “a participação direta de estudantes em comissões de fábrica e sindicatos ajuda a

---

<sup>144</sup> Jussara nos passou a cópia da lista de estudantes presos no Congresso da UNE em Ibiúna/SP. Na lista, seu número é 471. Para cada estudante foi datilografado o nome completo, filiação, data de nascimento, cidade e profissão. Também aparece no documento fotos em tamanho 3x4cm de todos os estudantes, seguindo a mesma numeração da lista com os dados pessoais. Nesta época, Jussara estava no 4º período de Direito da Faculdade Cândido Mendes. A documentação produzida pela repressão encontra-se no setor intitulado “Secreto”, do Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, e só poder ser pesquisada com autorização prévia. É fornecido um formulário pelo próprio arquivo que deve ser assinado pela pessoa sobre a qual se deseja pesquisar, se esta for falecida alguém da família pode assinar a autorização.

<sup>145</sup> Entrevista realizada pela autora no dia 05 de outubro de 2007, com Jussara Ribeiro de Oliveira, no Rio de Janeiro.

fortalecer a dinâmica de retomada das mobilizações, apesar de toda a repressão da época”. (WEISSHEIMER, 2008, p.28).

Assim como Jussara Ribeiro, Álvaro Cavalcante foi da prisão à clandestinidade. Ele foi preso duas vezes, em 1968, por participação no movimento estudantil. Na primeira vez, passou quatro horas na cadeia e apanhou bastante; a segunda, em outubro de 1968, se deu quando ele e outros estudantes foram pra rua protestar contra as prisões de estudantes que participavam do Congresso da UNE, em Ibiúna/SP.

Em relatório oficial apresentado pela repressão à Seção de Investigação do DOPS sobre as atividades subversivas de diversos estudantes da Universidade de Brasília, aparece a seguinte citação sobre Álvaro:

ÁLVARO LINS CAVALCANTE FILHO, residente na SQ 105, Bloco G, Aptº 503, estudante da UnB. Este indivíduo na noite do dia 12 do mês em curso, usando indevidamente o alto falante de uma Paróquia situada na Av.L-2, denominada Santíssimo Sacramento fez críticas às autoridades e informou o público sobre a prisão dos estudantes que tomavam parte no Congresso da UNE em São Paulo. Este estudante foi preso na hora em que fazia o discurso. Prestou depoimento nesta Delegacia.<sup>146</sup>

A Organização da qual ele participava, a Ala Vermelha do Partido Comunista do Brasil, tinha orientado seus militantes a não ir ao congresso da UNE para estimular o aparecimento de novas lideranças, “então de fato foi todo mundo preso, ficou em Brasília mesmo só os militantes da Ala Vermelha”. Eles saíram para fazer um comício relâmpago para denunciar a prisão dos estudantes e o lugar escolhido para isso foi uma festa organizada por oficiais do Conselho de Segurança Nacional, o SNI; foram presos sete militantes na ocasião, inclusive Álvaro: “nós passamos quatro dias incomunicáveis, apanhamos bastante, mas não tinha a tortura institucionalizada ainda, todos menores de vinte e um, todos foram soltos, né?”<sup>147</sup>. Foi processado e chegou a ser condenado a um ano e meio de prisão; alguns anos depois a pena foi revogada pelo Superior Tribunal Militar.

No início de 1969, Álvaro Cavalcante teve sua prisão preventiva decretada, “... ficou a alternativa: ou me entregar, ou ir para o exterior, ou passar para clandestinidade”. Decidido pela terceira alternativa, entra para a luta armada aos vinte anos, vai para São Paulo, onde ficou de julho de 1969 a julho de 1971, numa atividade totalmente clandestina<sup>148</sup>.

---

<sup>146</sup> Álvaro Cavalcante nos passou uma cópia de todos os documentos produzidos sobre ele pela polícia política.

<sup>147</sup> Entrevista realizada pela autora no dia 22 de outubro de 2007, com Álvaro Lins Cavalcante Filho, no Rio de Janeiro.

<sup>148</sup> idem.



Também Álvaro Caldas, para não ser preso, entra para a clandestinidade. Depois de uma ousada apropriação de um banco na Avenida Brás de Pina, na Penha/RJ, pelo PCBR, seguida da prisão de um companheiro anunciada pelo noticiário da Rádio Jornal do Brasil e ouvida com apreensão por Álvaro na Redação da sucursal da Folha de São Paulo no Rio de Janeiro. Não teve dúvidas, limpou a gaveta de sua mesa no jornal, pegou mais detalhes da prisão com o repórter de polícia e partiu. Saltou direto para a clandestinidade. Passou rapidamente em casa, pois seu endereço era conhecido pelo companheiro preso<sup>149</sup>.

De novo em Copacabana, no Rio descontraído da Zona Sul. Tive tempo apenas de passar rapidamente em casa para avisar a Suely, que foi com Leonardo para a casa de sua mãe. Saio em direção a um ponto com dois companheiros, ainda de terno segurando o paletó com o polegar da mão direita por cima do ombro, vestindo pela última vez o uniforme de trabalho de jornalista. Vou pensando no impacto desta mudança, na dura e solitária vida clandestina que terei de enfrentar. Caminhando pela rua Cinco de Julho em direção à Barata Ribeiro à procura de um táxi, ia refletindo apreensivo que não teria mais volta: era largar tudo, jornal, apartamento, mulher e filhos, roupas, cachorro se tivesse, os livros, os discos, os amigos que não estavam nessa, enfim, era virar outro, mudar de nome, trocar de cara, de rua, de bairro. (CALDAS, 2004, p.168-169).

No relato, Álvaro demonstra como estava apreensivo com essa mudança. É interessante como ele descreve com detalhes esse percurso, nome de ruas pelas quais ele passou, como se quisesse se despedir do bairro onde mora e de tudo que lhe era mais caro, sua família, trabalho no jornal, até do cachorro, que não tinha, ele se lembra no momento da despedida.

Encontra-se com outros companheiros do PCBR e decidem rapidamente o que fazer, onde e com quem cada um dormiria até esperar a “poeira baixar”, e quem deveria ficar na “geladeira” por um tempo, ou seja, proibido de circular pelas ruas. Feito isso, seguem para o bar Garden, no Jardim de Alá, bairro da periferia do Rio de Janeiro, onde “(...) Com a sensação de que estava deixando o Álvaro para trás e mudando de identidade, tomei um chopinho gelado e saí dali para encontrar o Lúcio, que tinha finalmente despachado o caixote com as armas e o dinheiro”. (p.169). Dá-se início sua silenciosa viagem para a clandestinidade, juntamente com o companheiro que dividiria o mesmo apartamento-aparelho na Tijuca, pelo menos por uma breve temporada.

Toda a narrativa de Álvaro sobre sua ida para a clandestinidade é relatada com um enorme peso e desânimo, agravados pelo sentimento de frustração ao perceber que a ação do

---

<sup>149</sup> CALDAS, Álvaro. *Tirando o Capuz*. 5. ed. rev. ampl. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

PCBR não tinha sido de todo bem-sucedida e que outras quedas aconteceriam após aquela prisão.

Segundo José Pacheco Pereira (1993), “o comunismo moderno (...) gerou uma verdadeira cultura de clandestinidade”. (p.61). E esta cultura que percorre a história das Organizações é um dos fatores de identidade do mundo comunista, e o seu conhecimento é indispensável para compreender o comunismo do século XX.

Outra questão interessante levantada pelo autor é que, com dezessete anos, em tempos de guerra, ou no caso do Brasil, em tempos de ditadura, ninguém adere a um movimento revolucionário que é perseguido pelo governo a não ser que tenha sérios motivos<sup>150</sup>. E a decisão de fazer parte de uma Organização revolucionária nesse período implicava aceitar o que isso poderia significar: risco de prisão, a tortura, e em muitos casos a morte. Grande parte dos militantes de Organizações clandestinas no período da ditadura no Brasil era formada por jovens de vinte e poucos anos.

O revolucionário, como afirma Nechayev (*apud* Pereira, 1993, p.94), em seu Catecismo Revolucionário<sup>151</sup>, “não tem sequer nome”. Na realidade, após abandonar seu nome próprio ele passa a ter vários: o pseudônimo, usado dentro do partido (ou vários para diferentes escalões da Organização), e o nome falso, para ter uma identidade para o mundo exterior. “No entanto, o seu verdadeiro nome clandestino é o pseudônimo do partido”. (PEREIRA, 1993, p.94).

Era parte da prática clandestina também das Organizações de esquerda no Brasil a utilização de vários nomes: o chamado pseudônimo ou “nome frio”, que normalmente era escolhido para que o militante pudesse participar de reuniões em segurança e evitar que fosse identificado, e o nome falso, recurso que demandava uma logística clandestina para fabricar a identidade falsa.

Ana Amélia, ex-militante da Ala Vermelha do PCdoB, por exemplo, fala que foi embora de Brasília porque ficou difícil continuar vivendo lá. Inúmeras vezes ela chegava em casa e tinha um agente do DOPS em sua porta. Ela vai para São Paulo, mas ainda mantém seu nome verdadeiro até a prisão de um companheiro que poderia colocá-la em risco. Com essa prisão, a polícia começa a procurá-la:

---

<sup>150</sup> SILONE, Ignazio, *apud* PEREIRA, 1993, p.85.

<sup>151</sup> Sergey Genadievich Nechayev (1847, 1882). Filho de servos russos, envolveu-se em atividades políticas radicais quando fazia seus estudos em São Petesburgo. De lá, mudou-se para Genebra, onde conheceu Bakunin, o primeiro teórico anarquista a propor a revolução. Juntos, fizeram um texto que se tornaria famoso no meio estudantil radical da Europa daquele período (1869), o "Catecismo do Revolucionário", uma espécie de guia de luta para aqueles envolvidos com a revolução.

foi fechando cada vez mais o cerco, eu só tinha duas saídas, ou eu mudava de nome pra conseguir trabalhar no Brasil, ou eu ia pro Exterior e eu não queria, eu nunca quis ir pro Exterior, porque eu tinha medo de não conseguir voltar, eu gosto muito do Brasil, de samba, de tudo aqui e eu sei que ia sofrer muito no Exterior<sup>152</sup>.

A mudança do nome torna-se essencial para quem quer continuar na clandestinidade, para a própria segurança e da Organização, para conseguir trabalhar e se manter.

A clandestinidade, assim, pode ser entendida como uma consequência da interpretação da realidade, feita por alguns militantes de oposição, que decidiram permanecer no país para agir e lutar pela queda do regime militar e pela revolução. “(...) Eu acreditava que com meu nome mudado, ficando no Brasil, eu ia contribuir pra fazer a revolução, acreditei muito nisso, eu fui deixar de acreditar nisso em 73 e eu mudei de nome em 71”<sup>153</sup>.

Essa questão da mudança do nome aparece em outro depoimento. Gilse acreditava que com a mudança do nome seria possível enganar a repressão.

... foi publicado no jornal o nome de quem estava com prisão preventiva decretada, aí não teve jeito. Tinha terminado as provas, mas tinha que sumir mesmo, não dava para colar grau, receber diploma, nada disso (...). ... a primeira fase da clandestinidade nós achamos que dava para ser em Belo Horizonte mesmo, a gente achava que mudando o nome, e mudando (de bairro), a gente era de classe média, da centro-sul, se a gente fosse para periferia dava pra gente ficar, e nós desmontamos tudo por aqui, e fui morar lá na Gorete, Gorete na época, hoje está integrada na cidade, mas na época, Gorete era fora da cidade, era assim um fim de mundo, né?<sup>154</sup>

Como se vê nos dois depoimentos, havia uma interpretação talvez um pouco apressada de que a mudança de nome em si seria suficiente para burlar a perseguição da repressão. No caso de Gilse, a mudança de identidade não impediu que ela fosse presa. Para alguns, realmente foi. Ana Amélia foi para São Paulo, para o ABC paulista, com outra identidade, conseguiu trabalho e não foi presa. Entretanto, Ana Amélia não apenas mudou de nome; ela se integrou na produção, construiu uma nova vida. Para outros militantes perseguidos, a mudança de nome se tornou uma forma rápida de ganhar tempo e se articular para ir para outros lugares, mudar de cidade e de estado.

Algumas vezes a mudança de nome, a utilização de identidade falsa, tinha um objetivo instrumental. Não era algo permanente, era feita para um determinado fim, como conseguir viajar para outra cidade ou estado, sem ser reconhecido numa possível barreira policial;

---

<sup>152</sup> Entrevista realizada pela autora no dia 09 de outubro de 2007, com Ana Amélia Gadelha Lins Cavalcante, no Rio de Janeiro.

<sup>153</sup> idem.

<sup>154</sup> Entrevista realizada pela autora no dia 07 de abril de 2008, com Gilse Cosenza, em Belo Horizonte.

posteriormente foi utilizada para que pessoas pudessem atravessar as fronteiras dos países vizinhos e conseguir exilar-se em local seguro.

As novas identidades aos poucos deixaram de ter um caráter instrumental e passaram a ser a própria garantia de sobrevivência do militante, pelo menos até que esse novo nome fosse identificado pela repressão e uma nova mudança devesse ser feita.

Assim como nos casos dos partidos comunistas analisados por José Pacheco Pereira (1993), também por aqui “O pseudônimo comunista não tinha outra função que não fosse identificar sem revelar e de *per si* não significava nada”. (p.94). Ou seja, o pseudônimo tinha uma função instrumental: proteger o militante. Em última instância não simbolizava nada, nem buscava traduzir através da escolha as qualidades pessoais do militante, como podem pensar alguns.

A escolha de “nome frio”, de acordo com os entrevistados, era normalmente aleatória. E para essa escolha não tinha muito segredo, muitos escolhiam nomes fáceis, como Maria ou João, nomes os mais comuns e os mais anônimos possíveis.

A gente botava nomes muito fáceis. Maria, Ana, Rosa, coisas bem simples, entendeu? (Pausa) Que não tivessem o menor risco, e a gente não tinha militância junto com outras pessoas conhecidas, por exemplo, eu e meu marido não íamos para uma mesma reunião. Para não ter o risco até de se conhecer, de usarem o mesmo nome, nada disso. Então eu estava numa reunião com pessoas que tinham os nomes que eu passei a conhecer, elas me conheceram, eu era Maria pra eles, pronto, eu era Maria o tempo todo, você assimila ali, entendeu?<sup>155</sup>

Em princípio, o próprio militante escolhia o nome a ser utilizado, tomando cuidado para que o “nome frio” não fizesse nenhuma referência a sua origem familiar, e também evitando participar de reuniões com pessoas conhecidas, que sabiam a sua identidade verdadeira. Havia casos também em que o partido ou os companheiros escolhiam os “nomes frios”. Após essa espécie de batizado, o militante deixava seu nome próprio para trás e passava a ser chamado pelo nome que constituía sua identidade social e política no partido ou Organização<sup>156</sup>. José Pacheco Pereira (1993) chama a escolha do pseudônimo como “batismo conspirativo”.

A mudança de nome em si já representa uma ruptura para os militantes, tendo em vista, como aponta Pierre Bourdieu (2006), que

---

<sup>155</sup> Entrevista realizada pela autora no dia 31 de outubro de 2007, com Flora Abreu, no Rio de Janeiro.

<sup>156</sup> De acordo com José Pacheco Pereira (1993), no Partido Comunista Português era costume utilizar pseudônimos masculinos para mulheres, com objetivo de esconder até mesmo o sexo da pessoa que utilizava o nome, entretanto, o contrário não acontecia, evidenciando o machismo no interior do partido.

(...) Por essa forma inteiramente singular de *nominação* que é o nome próprio, institui-se uma identidade social constante e durável, que garante a identidade do indivíduo biológico em todos os campos possíveis onde ele intervém como agente, isto é, em todas as suas histórias de vida possíveis. (p.186).

Seria assim, o nome próprio que asseguraria a constância através do tempo e a unidade através dos espaços sociais de diferentes agentes sociais, que são a manifestação dessa individualidade nos diferentes campos. O indivíduo, mesmo transitando de um campo social a outro teria a sua identidade assegurada pela constância que o nome próprio traz.

Bourdieu (2006) considera ainda o nome próprio como uma instituição, e assim sendo, observa-se que em diversos universos sociais, os deveres mais sagrados para consigo mesmo tomam a forma de deveres para com o nome próprio, que é também o atestado visível da identidade do seu portador através dos tempos e dos espaços sociais; o fundamento da unidade de suas várias manifestações e da possibilidade socialmente reconhecida de totalizar essas manifestações em registros oficiais.

Assim, o nome próprio é o suporte do que chamamos de estado civil, isto é, desse conjunto de propriedades (nacionalidade, sexo, idade, etc.) ligadas a pessoas as quais a lei civil associa efeitos jurídicos. É “produto do rito de instituição inaugural que marca o acesso à existência social, ele é o verdadeiro objeto de todos os sucessivos ritos de instituição ou de nomeação através dos quais é construída a identidade social”. (BOURDIEU, 2006, p.188).

Ou seja, o ato de por um nome próprio em uma pessoa, constitui o primeiro ritual de instituição, através do qual um indivíduo biológico passa a ter uma existência social. O nome próprio em nossa sociedade corresponde a uma identidade única, individual, que nos fala da história de uma linhagem, de uma família.

Entretanto, essas “certidões de atribuição”, analisadas por Bourdieu (2006), produzidas sob o controle do Estado, também são “designações rígidas”, isto é, válidas para todos os mundos possíveis do indivíduo, desenvolvendo uma verdadeira descrição oficial dessa espécie de essência social, transcendente às flutuações históricas, que a ordem social institui através do nome próprio; “... de fato, todas repousam sobre o postulado da constância do nominal que pressupõem todos os atestados de nomeação, bem como, mais genericamente, todos os atestados jurídicos que envolvem um futuro a longo prazo”. (BOURDIEU, 2006, p.186-188).

Como um “designador rígido”, pode ser considerado uma forma de imposição arbitrária que opera os ritos da instituição: a nomeação e a classificação introduzem divisões nítidas, absolutas, indiferentes às particularidades circunstanciais e aos acidentes individuais

no fluxo das realidades biológicas e sociais. Eis o motivo pelo qual o nome próprio não pode descrever propriedades sobre aquilo que nomeia. Em outras palavras, ele só pode atestar a identidade da personalidade como individualidade socialmente construída.

Nesse sentido, consideramos que o nome próprio e uma história são partes constitutivas do sujeito, um se relaciona ao outro. O nome aponta suas origens, suas raízes, conta uma história. E para parecer verdade, os clandestinos precisavam conjugar essa nova identidade a uma nova história e introjetá-las, para convencer os outros e si mesmos, não levantando suspeitas nos novos amigos e vizinhos. Entretanto, a criação dessa nova história só era necessária quando se tratava de uma mudança efetiva de nome, ou seja, de documentação.

No caso de Ana Amélia, a escolha do nome teve algo de muito peculiar, não foi uma escolha aleatória; o nome foi pensado, tem um significado para ela.

escolhi um nome que tem tudo a ver, um nome que é uma homenagem a uma babá minha que eu adorava, Rita, um dos sobrenomes de um avô meu e o outro sobrenome de outro avô pra não perder totalmente o vínculo e também pra eu não esquecer, porque eu podia esquecer (risos), aí eu botei assim, e os pais inventados também eram nomes assim de um tio pra eu não esquecer, a data de nascimento eu botei a data do aniversário da minha avó pra eu não esquecer, também rejuvenesci dois anos, porque era melhor arrumar emprego em fábrica com 18 anos e não com 20 como eu estava, e foi assim (pausa) que eu escolhi esse nome novo<sup>157</sup>.

Ana Amélia manteve o “Ana” antes de Rita para facilitar e não confundi-la. Além do significado pessoal do nome, ela pensou nesses detalhes que a ajudariam a não esquecer. Seu nome tinha uma história, e ela também tinha que ter. Vivendo numa casa pequena com uma amiga, também clandestina, elas trataram logo de pensar numa história caso fossem perguntadas. Diziam ser do Rio de Janeiro e que tinham ido para São Paulo trabalhar, pois lá era mais fácil de arrumar emprego; eram noivas e estavam juntando dinheiro para fazer o enxoval.

O caso de Ana Amélia coloca em evidência o fato de que “En la clandestinidad los militantes vivirían fluctuando entre las marcas de su pasado y el personaje que, inventado, permitiría su libertad y su supervivencia”. (WEIS, Mariana, 2008, p.29).

Jussara Ribeiro de Oliveira, por sua vez, morava com mais dois companheiros, um homem e uma mulher; dizia serem ela e o homem, marido e mulher, e que estavam abrigando a amiga por um tempo em sua casa. O casal dava aula particular, eram professores.

---

<sup>157</sup> Entrevista realizada pela autora no dia 09 de outubro de 2007, com Ana Amélia Gadelha Lins Cavalcante, no Rio de Janeiro.

Em relação ao nome, ela fala o seguinte: “Eu só era Jussara quando vinha ao Rio (risos), lá eu era... (silêncio). Maria Clara era meu nome e as pessoas falavam: ‘- mas Maria Clara não combina com você’ (risos). Eu dizia: ‘- é maluquice de mãe, né?’ (risos)”<sup>158</sup>. Jussara demorou a dizer que nome usava; somente ao final da entrevista ela menciona, mas somente o nome, não diz o sobrenome, talvez por não achar importante, ou por ser difícil lembrar-se desse período. Ela passou todo o tempo da clandestinidade como Maria Clara e, ao contrário de Ana Amélia, não teve um motivo especial para a escolha do nome, “naquele momento tinha uma certidão de idade legal, com dados compatíveis comigo, tipo idade, aí foi o que foi possível”.

José Maurício Gradel teve vários nomes, pelo menos uns três, ao longo de sua vida clandestina, e quando decidiu sair do Brasil, fez um especialmente pra viagem, “digamos, que não tivesse ligação, que já tivesse caído em alguma outra coisa ou que alguém já tivesse aberto assim, sei lá, “- o Gradel tá usando nome falso”, não sei se alguém sabia ou não. Então pra viagem a gente fez uma última vez”<sup>159</sup>.

Dividindo quarto com um companheiro de Organização, no Engenho Novo, é quando ele considera que entrou na clandestinidade mesmo. Diziam pra senhora que alugava o quarto que eram estudantes, em Niterói. E todos os dias enfrentavam uma rotina rigorosa e difícil. Como diziam serem estudantes, tinham que acordar cedo, guardar as armas em uma mala com uma fechadura boa, embrulhada em panos pra não fazer barulho. Saíam de casa sete horas da manhã e não podiam voltar até as oito horas da noite. Passavam o dia correndo riscos na rua, cobrindo “ponto”; quando não havia “ponto” tinham que permanecer na rua assim mesmo, pegavam o trem e iam até o final da linha ou então iam ao cinema e assistiam quatro vezes ao mesmo filme pra passar o tempo e poderem voltar pra casa.

Gradel continua sua análise sobre a quase missão que era ser clandestino profissional. “Toda essa vida, que as pessoas dizem que era uma vida romântica, não era. Era uma vida trabalhosíssima. (...) Todos dizem: “- ah, que coisa interessante”. Não é não. É uma coisa terrível, cansa muito fazer isso. É mês atrás de mês fazendo...”<sup>160</sup>. Essa situação tornava-se mais difícil porque era necessário fingir todo o tempo; Gradel tinha que fingir que ia trabalhar, saía pra fazer as ações, os levantamentos, cobrir os “pontos”, voltava na hora do

---

<sup>158</sup> Entrevista realizada pela autora no dia 05 de outubro de 2007, com Jussara Ribeiro de Oliveira, no Rio de Janeiro.

<sup>159</sup> Entrevista realizada pela autora no dia 06 de novembro de 2008, com José Maurício Gradel, no Rio de Janeiro.

<sup>160</sup> idem.

jantar e ainda precisava inventar uma história sobre como tinha sido seu dia, pois a dona dos quartos sempre queria saber as novidades.

Além disso, os militantes clandestinos tinham que lidar com as notícias de companheiros presos e mortos pela repressão que frequentemente apareciam nos jornais e na televisão. “Então é uma coisa que eu não gosto quando lembram dessa época como jovens românticos ilusos, ou se não, que vida boa, não trabalhavam, não faziam nada. É complicado a clandestinidade...”<sup>161</sup>.

Nesse sentido, ele faz uma distinção entre os clandestinos integrados e os profissionais. Para Gradel, uma coisa é ir com um nome falso para uma fábrica e ficar trabalhando lá. Você cria uma nova vida e constrói relações, faz amigos.

No nosso caso, com a nossa prática, não era assim. Inclusive, a gente precisava estar livre pra no dia seguinte assaltar um banco, se fosse o caso. Eu não podia ter um emprego. Então a gente tinha que manter uma história falsa com todo mundo. Quando você é clandestino, muda de nome e vai trabalhar em outro lugar, a tua história falsa é com a polícia, mas com os vizinhos você é outro cara, com outro nome, trabalha, todo mundo sabe onde você trabalha, toma chope junto sexta-feira à noite. A gente não tomava chope com ninguém.<sup>162</sup>

Essa fala de José Gradel evidencia a solidão em que vivia. É claro que naquele momento esses jovens estavam no olho do furacão, vivendo intensamente sua militância e acreditando que estavam no caminho certo para a revolução. Entretanto, é provável que esse sentimento de solidão de certa forma já os atingisse, pois eram jovens cheios de vida, de sonhos, e muitas vezes se viam obrigados a afastarem-se do convívio familiar, dos amigos. Outra coisa para a qual Gradel chama atenção é o excesso de romantismo com o qual é visto esse período e a vida que eles levavam. É como se ele quisesse mostrar, “olha, éramos jovens sim, mas trabalhávamos muito, era uma vida difícil”.

Álvaro Lins Cavalcante Filho<sup>163</sup> adotou Timóteo como “nome frio”, ou “nome de guerra”, expressão que ele também utiliza. Contudo, seu “nome frio” não era tão frio assim, um documento da 2ª Secção do II Exército encaminhando presos ao DOPS, datado de 13 de maio de 1971, aponta que a repressão conhecia seus nomes. Álvaro não foi preso, mas seu

---

<sup>161</sup> Entrevista realizada pela autora no dia 06 de novembro de 2008, com José Maurício Gradel, no Rio de Janeiro.

<sup>162</sup> *idem*.

<sup>163</sup> Entrevista realizada pela autora no dia 22 de outubro de 2007, com Álvaro Lins Cavalcante Filho, no Rio de Janeiro.



nome verdadeiro e seu “nome frio” são citados no documento da seguinte forma: “ÁLVARO LINS CAVALCANTE FILHO (“TIMÓTEO”)”<sup>164</sup>.

Além do “nome frio”, Álvaro utilizava identidade falsa, primeiro como Paulo Rodrigues Carvalho, nascido a 5 de maio de 1948, filho de Antônio de Souza Carvalho e Maria Rodrigues Carvalho<sup>165</sup>, depois Paulo Oliveira Tavares. Em relação aos dados usados nessa segunda identidade falsa, ele manteve sua idade e naturalidade do Ceará, “coloquei como cearense porque eu tinha que ter uma história, não dava pra dizer que era mineiro ou gaúcho, a cabeça não ajuda, e botei a data de nascimento próxima da verdadeira”<sup>166</sup>. Álvaro tenta imprimir um tom de humor em toda a entrevista, e ao que tudo indica, é algo próprio de sua personalidade.

...o Paulo Oliveira Tavares que foi o que durou mais tempo; nasceu 7 de fevereiro de 1950, eu acho, e eu nasci 1º de fevereiro de 1949, aí meu pai chamava Raimundo de Oliveira Tavares e minha mãe Maria Tereza de Oliveira Tavares, aí inventei, meu pai era pedreiro e minha mãe costureira, aí tinha que ter toda uma história.<sup>167</sup>

A identidade falsa assumida por Álvaro Cavalcante ganhou tanta importância em sua vida que até hoje quando ouve alguém chamando Paulo, ele automaticamente olha e atende. Muita gente no Rio de Janeiro que o conheceu nessa época ainda o chama de Paulo<sup>168</sup>. Há ainda aqueles que o chamam de Paulo Álvaro.

Ao ser perguntado como se deu a escolha do nome Paulo, ele responde fazendo referência à Bíblia. “Ah, Paulo, é bíblico. Paulo não era o general romano que se converteu para o catolicismo, viu a luz e tal? Era Saulo, virou Paulo, e eu gostei do nome, e tinha a história e tal, eu adotei”<sup>169</sup>. Álvaro ainda fala que não tem nenhum filho que se chama Paulo, mas seu irmão batizou o filho com esse nome, “ai dizem que o menino já nasceu até com o

<sup>164</sup> A cópia desse documento nos foi passada pelo próprio Álvaro. É em papel timbrado do Ministério do Exército e possui marca de carimbo escrito “reservado”. O assunto do referido documento é “Apresentação de presos”, e é do Chefe da 2ª Seção do II Exército ao Sr. Diretor do DOPS/SP.

<sup>165</sup> Esses dados estão na cópia da Certidão de Nascimento que Álvaro nos passou. É uma identidade falsa em uma certidão verdadeira. Foi emitida por um cartório do Estado de São Paulo.

<sup>166</sup> Entrevista realizada pela autora no dia 22 de outubro de 2007, com Álvaro Lins Cavalcante Filho, no Rio de Janeiro.

<sup>167</sup> Idem. Esses dados também aparecem na cópia da Certidão de Casamento de Álvaro Cavalcante, datada de 5 de janeiro de 1974, em que consta também sua profissão: operário. Álvaro se casou com Vilma no Distrito de São Mateus, em São João de Meriti, Rio de Janeiro, em regime de “Comunhão de Bens”. É importante ressaltar ainda que tanto Paulo Rodrigues Carvalho quanto Paulo Oliveira Tavares possuíam todos os documentos de uma pessoa “comum”, carteira de identidade, carteira de trabalho, título de eleitor, CPF, além de documento de identificação das empresas em que trabalharam. Paulo Rodrigues tinha até carteira de usuário da Biblioteca Nacional.

<sup>168</sup> Entrevista realizada pela autora no dia 22 de outubro de 2007, com Álvaro Lins Cavalcante Filho, no Rio de Janeiro. Em certo momento da entrevista até mesmo a autora o chama de Paulo.

<sup>169</sup> idem.

nome de guerra, o nome de guerra dele vai ser Álvaro (gargalhadas)”<sup>170</sup>. Seu outro irmão colocou o nome Álvaro no filho.

Mais do que marcar a vida de Álvaro, sua militância marcou também a vida familiar de maneira geral, o fato de os irmãos batizarem os filhos com “os nomes” de Álvaro é sintomático em relação a isso, seja como uma maneira de homenagear ou de dizer o quanto sentiram sua falta, já que ficavam tempos sem se verem. Álvaro fala ainda que dois amigos também colocaram seu nome nos filhos.

Em todos os exemplos o nome está sempre atrelado a uma história. O caso de Álvaro tem uma questão interessante, porque quando ele volta a “ser” o Álvaro, ou seja, quando assume seu nome verdadeiro, ele também teve que inventar uma história, pois não tinha referências profissionais pra conseguir emprego. Passou a contar que era dono de uma pequena oficina de retífica de motor em Brasília e que a oficina faliu, por isso não tinha referências de empregos anteriores. Ele dizia isso para conseguir fazer o teste na máquina, pois ali na prática não haveria problema, ele conseguiria passar, a questão era conseguir pelo menos a chance de fazer o teste.

Sendo assim, temos que “Según el grado de clandestinidad se modificaban progresivamente otras categorías estructurales de la cultura, como la de persona, materializada en el cambio del nombre propio”. (WEIS, 2008, p.27). A mudança de nome refletia, nesses casos, uma mudança radical no sentimento de pertencimento e em última instância significava a entrega quase total à causa, era parte de uma série de rituais que iam aos poucos introduzindo estes indivíduos em um novo mundo, com regras próprias.

A clandestinidade é então definida como um modo de vida, e não apenas como “a utilização de práticas de ocultação para realizar ações que, por motivos sociais, políticos ou religiosos, não podem ser feitos à superfície”. (PEREIRA, 1993, p.118).

Existe ainda uma classificação possível para a clandestinidade, que pode ser pensada a partir das entrevistas e da pesquisa realizada. Dentre as Organizações que adotaram a modalidade do clandestino integrado, que muda de identidade e vai trabalhar na fábrica como operário ou no campo como camponês, a AP foi a que seguiu a proletarização como parte fundamental de sua orientação política; outras Organizações que também pregavam a proletarização são a Ala Vermelha do PCdoB e o POR(T), só que em escala muito menor. Há ainda aquelas que deslocaram seus militantes para se integrar, mas de maneira muito pontual;

---

<sup>170</sup> Entrevista realizada pela autora no dia 22 de outubro de 2007, com Álvaro Lins Cavalcante Filho, no Rio de Janeiro.

somente por questões de segurança, quando continuar no local de origem representava um risco para o militante e para a Organização. O outro tipo de clandestinidade que aparece é a experiência de viver dentro de um “aparelho”, que também possui variantes interessantes a ser analisadas.

Algumas vezes essas experiências se misturam ou se entrecruzam; o integrado precisa criar uma fachada, socializar com a vizinhança e pode transformar sua casa em “aparelho”. Ocorre também do clandestino de “aparelho” precisar criar relações com os vizinhos, integrar-se não na produção, mas na vida local.

### 3.2- A Integração na Produção

A Ação Popular, Organização surgida em 1962 e com uma forte atuação no movimento estudantil, tornou-se alvo da repressão logo após o golpe de 1964. É nesse momento que a AP “entra” na clandestinidade. Torna-se proibida e perseguida pelos militares.

Os dirigentes e militantes, conforme o grau de repressão e de cerco policial, vão vivendo períodos inicialmente de clandestinidade parcial (semi-clandestinidade), depois de clandestinidade “plena”, mais rigorosa e restritiva para os “integrados na produção”. (ARANTES, 1999, p.36).

A partir de 1967, a Ação Popular dá início a um processo denominado *integração na produção*. Acreditava-se que esse era o meio para promover “a transformação ideológica dos militantes da AP, cuja maioria era de origem pequeno-burguesa”. (LIMA; ARANTES, 1984, p.70). Foi assim que militantes e dirigentes passaram a ir para as fábricas e para o campo para participar do trabalho junto aos trabalhadores rurais e aos operários, sendo que as primeiras iniciativas partiram de São Paulo e da Bahia, de acordo com Lima e Arantes (1984).

Jacob Gorender (1987) analisa que a diretiva de *integração na produção* da AP é um fenômeno derivado da simbiose cristão-maoísta. A motivação imediata veio do igualitarismo pregado pela Revolução Cultural, movimento deflagrado em 1966, que convulsionou a China e impressionou o mundo inteiro. O movimento visava eliminar a distância entre o trabalho intelectual e o trabalho manual. No caso da AP, há ainda a influência da experiência cristã dos chamados padres-operários. “Daí que a AP tomasse a diretiva de integração na produção,

obrigatória para todos os seus membros de origem pequeno-burguesa”. (GORENDER, 1987, p.114).

No segundo semestre de 1967 e em todo o ano de 1968, a política de “integração” foi intensamente aplicada, mas declinou a partir de meados de 1970, devido à luta interna travada na AP.

A greve de 1968 em Contagem, por exemplo, contou com a participação de militantes da AP que já estavam nesse processo de integração na produção. No caso de Antônio Roberto, nosso entrevistado, a sua atuação na greve foi bastante discreta, como ele mesmo afirma, mas é sabido que a AP esteve presente e fazia parte do Comando de Greve. Os líderes grevistas e o presidente do sindicato, Ênio Seabra, eram da AP. Duas questões que contribuíram para a participação discreta de Antônio Roberto foi que a greve coincidiu com o período em que ele estava saindo da Organização, e o outro fator era que para ele “pegava mal, eu, com cara de estudante, lá, no meio dos operários, então, quer dizer, a gente reunia e fica claro que tinha uma Organização revolucionária ai por trás”<sup>171</sup>. Mas mesmo assim ele teve que se reunir com o Comando de Greve, pois nesse momento havia pessoas do Comando Regional da AP presas, “só eu estava aqui, então eu tive que ir lá para orientar o pessoal da AP no que se referia à greve”<sup>172</sup>.

Nas cidades, a proletarização se dava também com os militantes morando em bairros mais pobres e trabalhando em fábricas. Antônio Roberto foi clandestino apenas em Belo Horizonte, e basicamente em bairros pobres como Lagoinha, Cachoeirinha, “e um pouco em Contagem. Quando a Mannesman e aquelas indústrias entraram num fervor maior grevista”<sup>173</sup>. Então, para facilitar, era melhor estar mais próximo. No caso de Antônio Roberto não houve exatamente uma integração na produção, pois ele não foi para a fábrica trabalhar. Passou a viver numa região pobre de Belo Horizonte, em um “aparelho” que servia de local de reuniões do Comando da AP, e isso fazia parte da ideia de proletarização da Organização.

Gilse também teve sua primeira experiência na clandestinidade vivendo em um bairro pobre e afastado do centro de Belo Horizonte; morou no bairro Gorete e começou a trabalhar na fábrica de tecidos da Renascença. Foi quando passou a se chamar Márcia e o marido Rodrigo. Ela deixa claro que o trabalho na fábrica era também pra ganhar um dinheiro que garantisse o sustento dos dois. Achava também que lá a repressão não ia descobri-los e que

---

<sup>171</sup> Entrevista realizada pela autora no dia 04 de abril de 2008, com Antônio Roberto, em Belo Horizonte.

<sup>172</sup> Idem. Além da atuação da AP, é preciso ressaltar a forte presença do Partido Comunista entre os operários, pois muitos eram filiados já há vários anos.

<sup>173</sup> Entrevista realizada pela autora no dia 04 de abril de 2008, com Antônio Roberto, em Belo Horizonte.

esta era uma forma de estar juntos com os operários e ajudá-los a se organizar para lutar contra a ditadura e por seus direitos. Rapidamente Gilse foi promovida dentro da fábrica, passou da tecelagem para a bobinadeira, um serviço menos pesado e mais refinado, segundo ela. Quando ia ser definitivamente contratada, estourou a notícia que a repressão estava indo nas fábricas atrás dos estudantes procurados.

(...) Eu ia ser contratada definitivamente, estava achando ótimo, estava recebendo um salário, além de ser uma operária mesmo, mas aí a repressão descobriu que os estudantes que estavam procurando tinham ido para a fábrica, os meninos tinha ido para a Cidade Industrial para as metalúrgicas, e nós as mulheres para as duas tecelagens Cachoeirinha e Renascença, e aí eles começaram ir para as fábricas com a foto da gente, não adiantava o nome frio...<sup>174</sup>

Uma coisa interessante na fala de Gilse é que num primeiro momento ela se coloca como externa aos operários, diz que “eles”, os estudantes, estavam indo para a fábrica organizar o movimento operário, a luta por direitos; já no segundo momento da fala, ela se coloca feliz por ter se tornado uma “operária mesmo”, evidenciando um processo de identificação.

A questão é que a repressão começou a fazer uma verdadeira varredura nas fábricas, principalmente em Contagem. Depois da greve, prendeu lideranças e passou a intimidar os operários. Diante dessa situação, Gilse e o marido não tiveram muita escolha, tornou-se um risco muito grande continuar em Belo Horizonte. Perceberam que tinham que sumir mesmo. Decidiram ir para o campo, virar trabalhadores rurais.

... então resolvemos que já que não dava para viver e lutar como operário, então que a gente fosse viver e lutar como trabalhador rural, que era mais difícil de achar gente, fizemos uns contatos com companheiros que estavam aqui, que tinham vindo do campo etc e tal, e fomos para a roça do município de Coronel Fabriciano, e fomos junto com esse companheiro, né? Para criar um núcleo lá, organizar os trabalhadores rurais na luta pelos seus direitos, eles trabalhavam lá num esquema de parceria, era meeiro, era uma exploração desgraçada.<sup>175</sup>

Novamente a fala é de quem vai para organizar os trabalhadores, muito comum nas Organizações que se colocavam como a vanguarda do movimento revolucionário. Outra coisa a ser observada é quando Gilse diz que era difícil achar quem quisesse ir para o campo, o que quebra um pouco com a ideia de que os militantes obedeciam à Organização a qualquer custo, e corrobora a informação dada por Lima e Arantes (1984), afirmando que a incorporação da proletarização na Ação Popular provocou a saída de muitos militantes.

---

<sup>174</sup> Entrevista realizada pela autora no dia 07 de abril de 2008, com Gilse Cosenza, em Belo Horizonte.

<sup>175</sup> *idem*.

No campo, de acordo com Lima e Arantes (1984), a orientação geral era para que se fizesse a “integração” na condição de camponês pobre (meeiro, rendeiro, posseiro, pequeno proprietário) ou assalariado rural, dependendo da região. Onde já existia um trabalho anterior, “a integração” e aproximação com os trabalhadores se dava de maneira mais fácil. Se a área, como eles designavam, era pioneira, a AP mandava geralmente duplas de homens, ou casais, que se fixavam perto umas das outras, muitas vezes sem conhecer previamente ninguém no lugar para onde iam.

Dessa forma, foi no movimento camponês que a Ação Popular acumulou maior experiência, estando presente e dirigindo a greve dos trabalhadores rurais da Zona da Mata de Pernambuco, a luta dos camponeses do Vale do Pindaré, no Maranhão, e a luta dos camponeses de Água Branca, em Alagoas, além de diversas lutas em outros estados do país. Segundo os mesmos autores, foram pelo menos trinta as frentes camponesas que a AP trabalhou nos seus onze anos de vida.

Além da AP, outras Organizações assumiram a proletarização. A Ala Vermelha e o POR(T), entretanto, a praticaram em escala muito menor. Dois dos entrevistados que pertenceram à Ala, entraram para a clandestinidade e foram para as fábricas. Álvaro Cavalcante foi para o Rio de Janeiro e Ana Amélia para o ABC paulista, por uma necessidade de segurança, já que eles estavam sendo perseguidos pela repressão.

Álvaro Cavalcante, da Ala, em 1971 era Paulo Rodrigues Carvalho; fez um curso de dois anos de Torneiro Mecânico no SENAI. Inicialmente, ficou trabalhando com pesquisa de mercado, já tinha trabalhado no censo do IBGE com um nome falso em São Paulo<sup>176</sup>. Viaja à Bahia a trabalho e depois volta para o Rio de Janeiro, onde no dia 20 de novembro de 1972, entrou para a fábrica.

... o primeiro emprego foi mais complicado porque minha documentação era falsa e eu preocupadíssimo eu passei a noite dobrando, e dobrando para ficar parecendo velho. Pisei muito, rasguei a pontinha, botei um durex, né? Para não ficar uma coisa, tudo falso, só tinha de verdadeiro a carteira profissional, mas o certificado militar, a certidão de nascimento, tudo era falso...<sup>177</sup>

Quando Álvaro fala que tudo era falso, menos a carteira profissional, é porque toda a documentação havia sido produzida pela Organização. E provavelmente apenas esse

---

<sup>176</sup> De acordo com dados da carteira de trabalho de Paulo Rodrigues Carvalho, “Álvaro”, trabalhou com pesquisa de mercado de 21 de novembro de 1969 a 29 de abril de 1971, e recebia NCr\$ 380,00 (trezentos e oitenta cruzeiros novos) de salário por mês.

<sup>177</sup> Entrevista realizada pela autora no dia 22 de outubro de 2007, com Álvaro Lins Cavalcante Filho, no Rio de Janeiro.

documento fosse verdadeiro, já que era comum às Organizações conseguir documentos verdadeiros e apenas substituir a foto por uma do militante, pois caso a polícia pegasse o documento e entrasse em contato com a fábrica, por exemplo, teria a confirmação que o dono da carteira trabalhava lá. Contudo, mesmo esse recurso tornava o documento falso.

Mesmo passando a noite dobrando e amassando os documentos para deixá-los com cara de mais velhos do que aparentavam, Álvaro sente muito medo de ser descoberto. Por sorte, devido à grande quantidade de homens na fila da fábrica para conseguir emprego, a responsável pelo Departamento de Pessoal pegou seus documentos rapidamente, anotou e devolveu, e para alívio de Álvaro, ela simplesmente chamou “o próximo” sem se dar conta de que se tratava de documentos falsos.

Álvaro relata que as condições de trabalho eram muito difíceis. Nos primeiros dois anos e meio trabalhava num horário que ele chama de “muito ingrato”, de meia-noite às seis da manhã, de segunda a sábado; tinha apenas as noites de domingo livres.

E domingo a noite ninguém faz nada, eu lembro muito indo para o trabalho sábado a noite, eu pegava às dez horas e sete e meia, oito horas eu estava pegando ônibus, todo mundo arrumando para ir para festa, para passear e a gente para virar a noite trabalhando<sup>178</sup>.

Trabalhou como operário até 1984, embora já estivesse usando seu nome verdadeiro desde 1981. Continuou como torneiro, e chegou à chamada elite da profissão. Começou como operador de torno-revólver e terminou como operador de máquinas operatrizes nível IV. E isso em sua profissão significava muito, a essa altura ele estava no grupo de elite da Yskawajima, que trabalhava com as máquinas maiores, que fazia motores para navio. Ganhava cerca de dez salários mínimos por mês, que ele considera um salário razoável até para os dias de hoje. Entretanto, mesmo estando na elite da profissão “... trabalhava muito, doze horas por dia, um mês de sete da manhã às sete da noite, e um mês de sete da noite às sete da manhã, ainda mais morava a quarenta quilômetros do trabalho, e era muito puxado, muito puxado”<sup>179</sup>.

Álvaro trabalhou somente em multinacionais. Seu primeiro emprego foi em uma empresa chamada Aeroquip Sulamericana, um grupo americano onde trabalhou durante dois anos e meio; foi contratado como torneiro revólver e recebia Cr\$ 1,50 (um cruzeiro e

---

<sup>178</sup> Entrevista realizada pela autora no dia 22 de outubro de 2007, com Álvaro Lins Cavalcante Filho, no Rio de Janeiro.

<sup>179</sup> *idem*.

cinquenta centavos) pela hora de trabalho. Depois se transferiu para uma fábrica de rolamentos japonesa da Seyko, que chamava Fábrica Brasileira de Rolamento, já como torneiro mecânico; ganhava Cr\$ 4,00 (quatro cruzeiros) por hora, ficou até agosto de 1973. Posteriormente, foi para uma fábrica francesa, que fazia válvulas, ficou apenas um ano; em seguida trabalhou para uma fábrica americana chamada TRW Michigan, onde passou a ganhar Cr\$ 21,00 (vinte e um cruzeiros) por hora<sup>180</sup>. Seu último emprego foi no estaleiro da Yskawajima.

Ao todo, trabalhou em fábrica durante oito anos de sua vida com identidade falsa, de novembro de 1972 a 1980. Após a anistia, a Organização resolveu que ele deveria continuar trabalhando como operário e assim permaneceu até 1984, mas já com seu nome verdadeiro.

Para Álvaro, essa experiência nas fábricas foi muito rica e importante, fizeram várias greves e ele conseguiu ampliar politicamente no trabalho a frente do sindicato. Ele cita como exemplo a greve de 1979, uma grande greve dos metalúrgicos no Rio de Janeiro e que foi iniciada por um telefonema. “... eu liguei do sindicato e disse: ‘- pode fechar a oficina aí, (inaudível), ‘- aqui ó, pessoal, avisa para o pessoal aí que foi decretado greve’, aí o contador lá de cima: ‘- o Ceará mandou dizer que pode parar’. Ceará era o nome de fábrica, né? Aí fechou”<sup>181</sup>.

Entretanto, o que Álvaro considera como primeira vitória dentro da fábrica foi uma coisa muito simples. Conseguiu fazer com que os operários se reunissem em grupos para fazer o lanche noturno, um dia um levava ovo, outro levava salsicha e no outro linguiça. Para ele, essa foi a primeira forma de organização e isso amenizava um pouco a difícil situação dos trabalhadores do noturno, inclusive a dele, pois assim se alimentavam melhor e gastavam pouco, além de compartilhar com os outros colegas. Posteriormente, já em outra fábrica, na TRW, costumavam fazer reunião de grupo de fábrica, discutiam dentro da cabine de controle. Era algo mais organizado até porque o contexto começava a favorecer, principalmente a partir do final da década de 1970, em que várias outras greves começaram a pipocar pelo país<sup>182</sup>.

É claro que o trabalho de organização no interior das fábricas levantava suspeitas, era o contexto de ditadura militar e qualquer trabalhador que tivesse um pouco mais de liderança ou projeção dentro das fábricas era visto com desconfiança. Em uma das fábricas em que

---

<sup>180</sup> Todos esses dados de salário e tempo de trabalho em cada empresa foram retirados da carteira de trabalho de Paulo Oliveira Tavares, e associados à entrevista de Álvaro.

<sup>181</sup> Entrevista realizada pela autora no dia 22 de outubro de 2007, com Álvaro Lins Cavalcante Filho, no Rio de Janeiro.

<sup>182</sup> Outras greves que pipocaram pelo país foram a dos metalúrgicos do ABC paulista; de Contagem; greve de professores, bancários; enfim, é um contexto em que o movimento dos trabalhadores ganhou novo fôlego.



Álvaro trabalhou, por exemplo, ele afirma que era clara a desconfiança do engenheiro responsável: “Na fábrica francesa, o engenheiro, ele olhava para mim com aquele olhar assim: ‘- esse cara não é metalúrgico de origem, esse cara aí’, porque conhece comunista francês, né? Ficava olhando para mim, encarando”<sup>183</sup>.

Ana Amélia, também já no ABC paulista, conta que foi difícil conseguir emprego, e que o primeiro lugar em que trabalhou foi numa fábrica de camisa para homens graças à indicação de uma moça com quem havia estudado no supletivo. Entretanto, foi mandada embora após um mês de trabalho porque se recusava a fazer hora extra, acreditando que essa prática tirava o lugar de alguém desempregado: “aí me mandaram embora assim de cara, sabe?”<sup>184</sup>.

Álvaro Cavalcante também fala sobre a hora extra nas fábricas; em tom de ironia ele afirma:

hora extra era democraticamente, se você não quisesse fazer hora extra não tinha problema não, você era demitido, era democrático (risos). Não tinha nenhum problema, não era obrigado a fazer não, ‘você não quer vir sábado não?’ ‘Não vem não, mas não precisa vir mais nunca’. (risos).<sup>185</sup>

Foi o caso de Ana Amélia, que foi mandada embora da fábrica e não conseguiu mais trabalhar na sua profissão, que era costureira industrial, curso que tinha feito no SENAI. Sua carteira de trabalho ficou “suja” por ter sido assinada por apenas um mês de trabalho. Depois disso se tornou tapadora de pasta Kollynos, trabalho sobre o qual não entra muito em detalhes.

Ela afirma ter se sentido decepcionada quando descobriu que a Ala estava planejando sequestro, assalto a banco, já que quando entrou nessa Organização acreditava que estavam preocupados em construir a revolução na massa e não em fazer a luta armada pura e simplesmente.

Quando o pessoal caiu, que eu vi que eles estavam mesmo era fazendo planejamento de sequestro, de assalto a banco e tudo, e o meu pedido de trabalhar na fábrica sempre era adiado, porque eles achavam perigoso. Eu acho engraçado porque fazer as ações não era perigoso, mas trabalhar na massa eles achavam que era perigoso. Aí eu fiquei

---

<sup>183</sup> Entrevista realizada pela autora no dia 22 de outubro de 2007, com Álvaro Lins Cavalcante Filho, no Rio de Janeiro.

<sup>184</sup> Entrevista realizada pela autora no dia 09 de outubro de 2007, com Ana Amélia Gadelha Lins Cavalcante, no Rio de Janeiro.

<sup>185</sup> Entrevista realizada pela autora no dia 22 de outubro de 2007, com Álvaro Lins Cavalcante Filho, no Rio de Janeiro.

decepcionada, porque eu queria mesmo era trabalhar educando as pessoas, abrindo a cabeça, conscientizando, e é o que eu faço até hoje.<sup>186</sup>

Apesar de seu tom irônico ao dizer que achava engraçado a Ala considerar o trabalho “de massa”, na fábrica, perigoso, sendo que realizava outras tarefas tão ou mais perigosas do que isso, é preciso considerar que a Organização tinha certa razão em ser reticente em relação a liberação de Ana para esse tipo de trabalho, pois a militância junto às massas poderia ser muito mais perigoso do que uma ação armada, já que colocava o militante em evidência e conseqüentemente criava um problema de segurança para a Organização. O trabalhador que se destacava na fábrica e se tornava uma liderança entre os demais, rapidamente era identificado e fichado, pois é sabido que a repressão contava com olheiros no interior das fábricas para vigiar e delatar atividades suspeitas.

Foram muitos os outros casos em que a clandestinidade integrada à produção tornou-se uma situação de emergência para os militantes. Como o caso de Jussara, que mesmo sendo militante do PCBR, partido que não optara pela proletarização, acabou indo para o ABC paulista trabalhar como operária em função da queda do seu partido e das prisões dos seus quadros. O risco iminente foi o que a obrigou a mudar de estado.

A primeira fábrica em que Jussara trabalhou foi a Oxford, uma fábrica de tintas que ficava em São Bernardo, São Paulo. Esse primeiro emprego foi um choque pra ela. De classe média, Jussara não sabia fazer nada, não sabia lavar roupa, cozinhar, e se vê diante de uma situação em que era necessário ter movimentos coordenados, pois trabalhava em linhas de montagem e qualquer erro comprometia o trabalho como um todo.

E algumas coisas me chocavam, né? Por exemplo, tinha que ir a um almoxarifado buscar, sei lá, um pacote com várias latinhas de tinta dessas menores, latinhas de tinta, aí era impossível trazer com os braços, aí falava assim: “- mas como que eu vou carregar isso?” Aí a pessoa do almoxarifado falava assim: “- bota na cabeça” (risos), pra mim era um choque botar qualquer coisa na cabeça que não fosse ideia (risos).<sup>187</sup>

Formada em direito, era intelectualizada, lia muito e de repente se vê obrigada a fazer serviço pesado, trabalho braçal em linhas de montagem, carregando muitas coisas que não eram suas ideias.

---

<sup>186</sup> Entrevista realizada pela autora no dia 09 de outubro de 2007, com Ana Amélia Gadelha Lins Cavalcante, no Rio de Janeiro.

<sup>187</sup> Entrevista realizada pela autora no dia 05 de outubro de 2007, com Jussara Ribeiro de Oliveira, no Rio de Janeiro.

Assim como Jussara se integrou na produção por uma questão de segurança, a AP, que tinha a proletarização como parte fundamental de sua ideologia, a partir de certo momento, principalmente pós-decretação do AI-5, foi obrigada a adotar essa prática como uma necessidade de segurança para seus militantes; diante da perseguição massiva da repressão, sair de seus estados de origem tornou-se imperativo para muitos. “Este foi um fator objetivo importante para o crescimento do número dos “deslocados”, que demandavam regiões distantes para se ‘integrar’”. (LIMA; ARANTES, 1984, p.113).

Um dos pontos negativos da proletarização é que em muitos casos ela se transformou em verdadeira pauperização da militância. Esse processo também é explicado pelo fato de muitos militantes, com a desestruturação das Organizações, perderem o vínculo com elas e acabarem não mais recebendo ajuda financeira para continuar o trabalho.

No caso da AP, Lima e Arantes (1984) analisam que a base de sustentação econômica da Organização sofreu também um pesado golpe provocado principalmente pelos constantes deslocamentos, muitas vezes de famílias inteiras, de sul a norte do país. As dificuldades de conseguir trabalho de pronto e as despesas para se instalar, se manter e resguardar a segurança oneravam cada vez mais a Organização, e na outra ponta diminuía as pessoas que davam base de apoio aos militantes por medo da repressão.

Diante desse quadro, muitos militantes passaram a viver em condições de total pobreza e, além disso, não conseguiam ampliar politicamente. Jussara mesmo foi morar “numa quase favela perto do ABC, entre o ABC e São Paulo, era quase favela, uma casa muito pobre com dois rapazes, um que já morreu e outro que é agrônomo veterinário atualmente”<sup>188</sup>. Ela faz questão de reforçar a condição de pobreza em que viviam os três.

Então nessa casa que era muito pobre, não tinha forro em cima, a casa era na telha direto, naquele frio de São Paulo, fazia muito frio e só tinha um cobertor na casa que eles deram pra mim, felizmente o feminismo (risos) ainda não era uma coisa (risos). Eles deram o cobertor pra mim e dormiam enrolados em jornal, era muito pobre, a gente era muito pobre nessa casa, todo mundo operário né? Eu, o B., que já morreu que era operário mesmo, ele vinha de Ação Católica, operário mesmo, e esse menino que era secundarista. A gente saía todo dia pra trabalhar e tentava articular, era muito difícil tudo, porque as pessoas tinham **muito** medo, né? A gente tentava ampliar politicamente, era uma dificuldade muito grande, mas a gente achava que tava fazendo a revolução e tava cada vez diminuindo mais.<sup>189</sup>

---

<sup>188</sup> Entrevista realizada pela autora no dia 05 de outubro de 2007, com Jussara Ribeiro de Oliveira, no Rio de Janeiro.

<sup>189</sup> idem.

Frio, péssimas condições de moradia e até fome, além das rupturas com familiares e amigos e meio social próprios da experiência clandestina, tornou-se a realidade desses jovens integrados à produção.

A situação de Jussara deixa seu pai muito preocupado, como pode ser visto em trecho de uma carta enviada por ele em 8 de junho de 1971:

Creio que já é tempo de voce se dedicar seriamente na luta pela subsistencia. Não qbr ser advogada, seja o que entender, mas a situação em que se encontra não deve continuar. Preciso ter com voce conversa objetiva, e espero que me procure aqui, ou diga onde possa en contra-la.

Tódes na casa de sua Mãe estão bons e enviam saudades e lembranças.

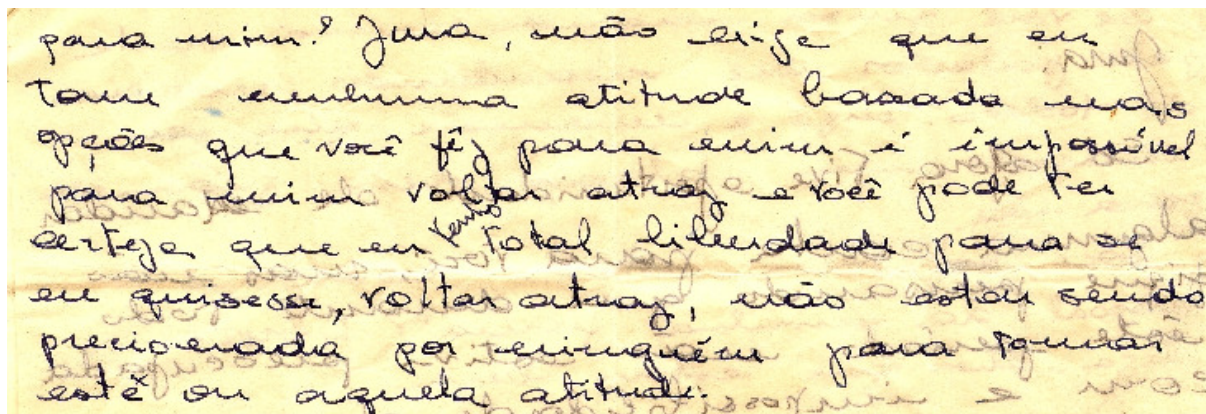
Beijos de seu pai,

Jussara tenta tranquilizar o pai dizendo que se encontra bem e que a opção feita é uma opção consciente<sup>190</sup>:

Fui sei que é uma frase boa  
dizer para você não se preocupar  
comigo, de toda a vida eu sou  
você o mais próximo de mim,  
é o que mais deve estar vendo  
a situação, mas talvez se eu disser  
para você que eu estou bem tanto  
física como psiquicamente não  
o seu de preocupar, ele  
você se lembra de uma vez  
que nós tivemos um dia a respeito  
das opções de vida, que as situações são  
diferentes das opções que você tinha feito

<sup>190</sup> Essas cartas fazem parte de um conjunto de outras, trocadas entre Jussara e o pai Jurandy, no período em que estava clandestina.

Na resposta de Jussara ao pai, fica claro o grau de afinidade entre os dois, ela é carinhosa e ao mesmo tempo firme em suas opiniões, e não estava disposta a voltar atrás no caminho que havia escolhido<sup>191</sup>.



É preciso considerar que, ao contrário de Jussara, que mesmo vivendo em completa pobreza opta por continuar lutando, a saída de muitos militantes das Organizações pode ser observada nesse contexto, e isso não causa espanto, pois era realmente uma vida muito difícil, associada ainda às constantes notícias de prisões, mortes e torturas de muitos militantes de oposição e à dificuldade de ampliação política, devido ao medo das pessoas. Mesmo assim, eles continuavam achando que estavam fazendo a revolução e Jussara, com a memória de hoje sobre o passado, analisa que na verdade as condições para a revolução estavam, ao contrário do que todos imaginavam, diminuindo.

Flora Abreu, por exemplo, militante da AP, se diz contrária a essa prática de proletarização que a AP adotou como método. Primeiro, argumenta que foi para a clandestinidade forçada, e não por opção própria. E que uma das discussões dentro da AP era que ela achava um absurdo ir para a fábrica se disfarçar de operária.

... eu não fui pra fábrica trabalhar, eu continuei trabalhando em pesquisa, trabalhando, no mundo que eu vivia, eu não fui pra uma fábrica trabalhar e me disfarçar de operária, eu achava isso um absurdo, eu achava errado isso”. Não acho que era por aí, por exemplo, eu trabalhava no IUPERJ, em pesquisa, eles achavam que eu devia parar e ir pro banco trabalhar! Eu não vou! Trabalhar, ser explorada, trabalhar oito horas, porque você tem seis horas de público, mais duas horas interna, sem poder dar atenção meus filhos, nem nada. Eu trabalho meio expediente, ganho mais do que isso e faço meu trabalho, não é por aí, não vou ganhar militantes para a revolução. Então era toda uma concepção de que lá você trazia os bancários, trazia os operários, eu não aceitava essas decisões, essa era umas das discussões, eu discordava disso.<sup>192</sup>

<sup>191</sup> O pai de Jussara se chama Jurandy, mas ela o chama nas cartas pelo apelido carinhoso de “Jura”.

<sup>192</sup> Entrevista realizada pela autora no dia 31 de outubro de 2007, com Flora Abreu, no Rio de Janeiro.

Flora considerava que seu trabalho de militância seria mais eficaz no meio em que ela vivia, e que trabalhando menos, sendo menos explorada, teria mais condições de atuar.

Ela e o marido trabalharam durante todo o tempo em que estiveram clandestinos. Nunca receberam ajuda da Organização para sobreviver. Ela, já formada no curso de História, trabalhou em vários lugares, no IUPERJ, em 1964, depois na editora Bloch. Trabalhou também numa pesquisa para o Estado da Guanabara sobre mobilidade social, em que era coordenadora de área. Deu aulas, mas logo percebeu que ser professora a expunha muito, aí parou. O marido trabalhou nas Enciclopédias Delta e Britânica.

Tomavam inúmeros cuidados com a segurança, não deixando que ninguém soubesse onde moravam; além disso, evitavam falar da família e davam o endereço da casa dos pais no trabalho.

Essa foi uma forma encontrada por Flora para tentar preservar o seu mundo, como ela mesma afirma. Tanto no sentido de tentar de alguma forma continuar fazendo o que gostava, trabalhar em algo que era importante para ela e tinha a ver com sua formação, como preservar a segurança de seus filhos e familiares. Flora também achava que trabalhar com pesquisa facilitava a sua militância na Organização, pois esse trabalho lhe dava uma certa mobilidade em relação a horários e deslocamentos, que eram constantes.

Posteriormente, a AP analisou que outra consequência dos deslocamentos de militantes e da constante mudança de lideranças regionais, além da financeira, foi “a quebra dos vínculos profundos que a organização tinha regionalmente” (LIMA; ARANTES, 1984, p.113); afinal liderança, conhecimento da realidade local e carisma não são coisas que simplesmente se transferem de uma pessoa pra outra. A clandestinidade e os deslocamentos nesse sentido podiam trazer uma quebra no trabalho de base feito há anos por algumas Organizações e partidos.

Da fábrica de tintas Jussara foi para uma fábrica de autopeças, trabalhava numa linha de montagem fazendo chave de ignição para automóveis Volkswagen. Era 1972, momento em que a derrota da esquerda armada ia se consolidando e os questionamentos e angústias de Jussara também cresciam. Ao mesmo tempo, havia grandes dificuldades de ampliar politicamente no interior das fábricas.

todo dia que eu ia pra fábrica só tinha manchete de jornal de gente morta, a Folha de São Paulo fazia manchetes terríveis e era muito duro pra mim trabalhar. Eu fiz amizade

na linha de montagem, mas não conseguia ampliar politicamente, o máximo que eu conseguia conversar era sobre comportamento, organizar politicamente não...<sup>193</sup>

Com dificuldades de ampliar politicamente, perguntamos a Jussara se ela conseguia se reunir com as operárias pelo menos para resolver problemas ou discutir questões cotidianas. Ela responde que era difícil, pois trabalhavam numa linha de montagem. E isso era outro fato que dificultava esse processo.

...você assistiu o “tempos modernos”? Era igualzinho, vinha uma peça aqui, outra acrescentava aqui, outra aqui, então eu, minha tarefa o dia inteiro na fábrica de autopeças que eu trabalhei, era botar graxa e botar duas molinhas numa peça mínima assim, porque mulher fazia mais trabalho delicado, né? e botava de novo na linha de montagem.<sup>194</sup>

Entretanto, algumas discussões eram pautadas, ainda que fosse difícil. A questão de ser mulher no meio operário, por exemplo, do respeito que tinha que haver do companheiro, do marido. Em relação a isso, Jussara afirma que

os homens operários daquela época, não sei se continuam, porque agora não travo esse tipo de discussão, eram pessoas muito duras com suas companheiras e mulheres. Eles as tratavam como pessoas que estavam ali e estavam ali pro resto da vida e não ia ter uma quebra naquela relação, era uma relação de dependência muito grande.<sup>195</sup>

Nesse sentido, vê-se a importância de trazer certos debates num meio tão machista, como Jussara aponta. É preciso lembrar que se tratava do ano de 1970, e algumas questões tinham emergido havia bem pouco tempo, como o movimento feminista, a pílula anticoncepcional, o amor livre, sexo antes do casamento, e muitas delas ainda eram consideradas tabu. Outra questão debatida junto às mulheres operárias dizia respeito ao aborto, pois como Jussara afirma, “as mulheres engravidavam e faziam abortos ilegais. Aí a gente conversava sobre a história da pílula. Isso era em 1970, tudo isso era muito recente”<sup>196</sup>.

Discutia-se também a questão da solidariedade entre as pessoas. E como elas trabalhavam em linha de montagem, uma dependia da outra, tinha que ser solidária até para amenizar o nível de exploração a que estavam submetidas. “Eram questões da vida mesmo. Um amigo meu perdeu um olho, então a gente fez uma vaquinha pra ele comprar uma prótese

---

<sup>193</sup> Entrevista realizada pela autora no dia 05 de outubro de 2007, com Jussara Ribeiro de Oliveira, no Rio de Janeiro.

<sup>194</sup> *idem*.

<sup>195</sup> *idem*.

<sup>196</sup> *idem*.

de vidro. Eram coisas do cotidiano e das mulheres daquela época”<sup>197</sup>. Entretanto, mesmo travando esses debates com as operárias, Jussara deixa clara sua insatisfação e afirma que isso não era o tipo de discussão que ela deseja e achava que devia fazer no interior das fábricas. Para ela, tudo isso era política, sem dúvida, “mas não era organizar em partido, não era organizar pra revolução, não era (...). Mas não com aquele objetivo que a gente queria, a gente queria tomar o poder, não íamos tomar o poder com esse tipo de atuação”<sup>198</sup>.

Em 1974, foi mandada embora da fábrica de autopeças, trabalhou um tempo breve em uma fábrica de fechaduras e finalmente seguiu para São Paulo, capital, onde conseguiu um trabalho de pesquisadora de mercado que ela chama de “trabalho de classe média”. Nesse momento ela ainda não tinha como exercer a advocacia, pois se considerava “fora da profissão”, sentia-se desatualizada e achava que não dava para pensar em voltar para uma profissão da qual ela tinha ficado tanto tempo fora. Tinha feito a graduação e não tivera tempo nem mesmo para conseguir a carteira da OAB, foi jogada na clandestinidade antes disso. Acabou trabalhando com pesquisa de mercado até 1978, quando vai embora para a Suíça.

Gilse, vivendo integrada no campo, começa a observar os diversos problemas e carências da região. Não havia médico, os camponeses não tinham nenhuma noção de higiene, de cuidado com as crianças e com a saúde. Antes de sair de Belo Horizonte em direção à Zona Rural de Coronel Fabriciano/MG, entretanto, Gilse conseguiu amostras grátis de remédio com o grupo da área de saúde da AP, comprou também o livro “As Plantas Curam” e partiu. Ao perceber esses problemas, ela, com a ajuda das pessoas do local, começa a estudar para reconhecer as plantas.

... olhava o nome e eles me ajudavam a reconhecer para fazer remédios com as plantas, e eu usava os remédios de amostra grátis que eu tinha levado para tratar as coisas, com isso num instante eu me integrei com o pessoal, e o pessoal passou a considerar a Dona Ceci, que logo logo se transformava em comadre Ceci...<sup>199</sup>

E já que não tinha médico, a comadre Ceci passou a tratar dos doentes, se tornou uma espécie de curandeira da região. “... então eu sarava as crianças, criança doente, pessoa doente (...), tudo eu que era chamada para ir atender, né? Então foi um negócio assim bacana entende?”<sup>200</sup>. Essa experiência marcou Gilse de uma maneira muito forte, pois ela se sentia

---

<sup>197</sup> Entrevista realizada pela autora no dia 05 de outubro de 2007, com Jussara Ribeiro de Oliveira, no Rio de Janeiro.

<sup>198</sup> *idem*.

<sup>199</sup> Entrevista realizada pela autora no dia 07 de abril de 2008, com Gilse Cosenza, em Belo Horizonte.

<sup>200</sup> *idem*.



útil para aquela comunidade. Ela estava aos poucos conseguindo levar algumas noções de saúde, de higiene, de cuidado com as crianças.

... era uma coisa ao mesmo tempo difícil, complicada, mas muito prazerosa ao mesmo tempo, por causa disso a gente se integrou com facilidade, e cada vez que eu ia tratava uma criança, a criança ficava boa, o pai da criança, a mãe da criança me dava uma galinha, uma vez me deu um porco, ai o outro quer me dá um cabrito, e porque eles não tinham dinheiro, raramente pegava em dinheiro, então eles me davam as coisas que eles tinham assim como agradecimento por eu ter curado o filho deles, etc e tal, então foi experiência assim muito rica sabe esse contato...<sup>201</sup>

Enquanto isso a curandeira comadre Ceci ia também aprendendo na prática sobre a vida dura no campo. Aprendeu a bater enxada, lavar roupa no rio, carregar bacia na cabeça, cozinhar no fogão à lenha. Foi assim que passou toda sua gravidez, inclusive sem consultar um médico, como as demais mulheres da região.

Já a integração de Álvaro Cavalcante teve um facilitador, que era o fato de sua esposa ser professora em duas escolas do bairro. Dessa forma ele deixava de ser visto como um estranho onde morava. No entanto, Álvaro aponta que o mais difícil foi a relação com a Igreja, que abriu uma perseguição declarada aos comunistas no bairro, muito em função do crescimento da influência da Organização na comunidade.

A perseguição anticomunista mesmo, na medida em que eles viram que a nossa influência junto à comunidade estava crescendo eles fizeram o possível para (inaudível) a gente, a Igreja dita progressista, né? Foi muito ruim, foi uma parte, que eu tenho uma péssima lembrança, colocar, tentar mobilizar o pessoal contra os comunistas, sabe? Fazer reunião contra os comunistas, ruim mesmo.<sup>202</sup>

A crítica de Álvaro à Igreja é antiga. Em carta enviada aos pais, datada de 12 de setembro de 1969<sup>203</sup>, ele afirma:

---

<sup>201</sup> Entrevista realizada pela autora no dia 07 de abril de 2008, com Gilse Cosenza, em Belo Horizonte.

<sup>202</sup> Entrevista realizada pela autora no dia 22 de outubro de 2007, com Álvaro Lins Cavalcante Filho, no Rio de Janeiro.

<sup>203</sup> Essa carta faz parte de um conjunto de outras cartas encontradas pela mãe de Álvaro por ocasião dessa dissertação. Álvaro e Ana Amélia fizeram uma seleção, identificaram as datas e nos encaminharam uma cópia de cada. Como partes da carta encontram-se ilegíveis, transcrevemos aqui o trecho citado: “Como sempre a Igreja manteve-se do lado do mais forte. Para ela o estado está acima de tudo e não importa a quem ele esteja servindo, e para quem ele está sendo usado para oprimir. Foi bastante corajosa a atitude deles. Mas eles superestimam as atuais forças do povo, talvez por (ilegível) sua fragilidade histórica...”.

Não achava que eles tivessem coragem para aceitar a pena de morte. Como sempre a Igreja manteve-se do lado do mais forte. Para ele o estado está acima de tudo e não importa a quem ele esteja servindo, e ~~para~~ quem ele está sendo usado para oprimir. Foi bastante desagradável a atitude deles, mas ele superestimava as <sup>atuais</sup> forças do povo, talvez por verem sua fragilidade histórica ~~na~~ a medida ~~de~~ ~~seus~~ ~~serviço~~.

Sua indignação tem um motivo muito forte: a decretação da pena de morte pela Junta Militar, que assumiu a presidência após afastamento de Costa e Silva. Permaneceu no poder por dois meses, tempo suficiente para incorporar essa medida ao rol de punições previstas na Lei de Segurança Nacional. Todas essas medidas foram apoiadas pelos setores conservadores da sociedade. Mesmo indignado, Álvaro acreditava “nas atuais forças do povo” para reverter o quadro de opressão que se estabeleceu com a ditadura militar, principalmente pós-AI-5.

Diante dessa conjuntura, a *integração na produção* se colocou como uma necessidade de proteger dirigentes e militantes das Organizações, já que o risco de prisão, tortura e assassinato era cada vez mais iminente, principalmente diante da repressão pós-decretação do AI-5. Dessa forma, deslocar-se, integrar-se, tornou-se uma necessidade de segurança do indivíduo e da Organização, ao mesmo tempo em que possibilitava em muitos casos a continuação do trabalho político. Essa prática política de integração com os trabalhadores serviu para conhecer os problemas locais e atuar na organização dos movimentos operário ou camponês, tinha também o objetivo de corrigir os chamados desvios “pequeno-burgueses”, transformando intelectuais e estudantes em “operários mesmo”.

Entretanto, Lima e Arantes (1984) apontam como importantes erros da “integração” na clandestinidade a generalização de um método que poderia e deveria ser empregado em caráter parcial, respeitando-se as aptidões, as possibilidades e o voluntariado; e a compreensão que se teve a época, de que “a integração na produção era a forma mais elevada de se integrar com as massas”. (p.117). Nesse sentido, é importante lembrar que muitos militantes foram obrigados a se integrar na produção; era uma tarefa da Organização e deveria

ser cumprida, e o não cumprimento poderia ser entendido como postura desviante e antirrevolucionária.

Organizações como o MR-8 e a VPR não adotaram essa política de proletarização em suas frentes. Em casos muito específicos, ou por questão de segurança, faziam esse tipo de deslocamento. Fernando Gabeira, militante do MR-8, por exemplo, depois de ficar um tempo trancado em um “aparelho” no Rio de Janeiro, após o sequestro do Embaixador dos Estados Unidos, tendo em vista que o cerco da repressão foi se fechando para os militantes do MR-8 e da ALN no Rio, e ainda diante da impossibilidade de continuar o trabalho da Organização no estado, é deslocado para São Paulo para começar um trabalho junto aos operários. Contudo, Gabeira vai como intelectual, e não como operário.

Em tom de ironia, de alguém que escreve já no contexto da anistia, momento em que há uma mudança em termos do que lembrar, o que esquecer e o que silenciar, ele aborda essa questão do contato com os operários, dizendo achar interessante a combinação que foi se dando – “um intelectual de Ipanema com metalúrgicos de São Paulo, radicalizados na luta contra o sistema”. (GABEIRA, 1980, p.142).

Aparentemente surgiram mil choques, mas a impressão que tive foi a de uma relação riquíssima. Os operários conheciam de sobra os grupos que falavam em proletarização, os jovens da classe média que cortavam o cabelo curto, botava uma calça mais larga, deixavam crescer uma costeleta, um bigode fino, e se declaravam também proletários. Quase todas as organizações se lançaram nessa aventura chamada proletarização, que era a tentativa de transformar seus intelectuais em proletários sem tirar nem por, incapazes de serem distinguidos no meio dos outros. (GABEIRA, 1980, p.142).

Gabeira chama a integração na produção de “aventura de proletarização”, o que de certa forma realmente foi. É claro que não foi algo gratuito, a ideia da integração estava embasada politicamente e tinha um propósito muito claro inspirado no maoísmo. “Os intelectuais eram obrigados a passar temporadas entre os operários e camponeses, vivendo e trabalhando como eles. Cortava-se a tendência à elitização através do nivelamento por baixo”. (GORENDER, 1987, p.114).

Mas a Organização da qual Gabeira fazia parte não adotou essa política naquele período. “Ficou bastante claro que era um intelectual e que estava ali para dar uma colaboração, aprendendo muitas coisas com eles, pois em quase tudo que íamos nos meter, de agora em diante, eles sabiam mais do que eu”. (GABEIRA, 1980, p.142). Contudo, mesmo criticando essa política, percebe-se no discurso de Gabeira um tom respeitoso em relação ao que os operários tinham para ensinar ao intelectual, próprio de uma época que bebia em teorias que colocavam os operários como a vanguarda do movimento revolucionário.

José Gradel, militante da VPR, ao ser perguntado se chegou a pensar em se deslocar pra se integrar em fábrica, ou no campo como clandestino nesse momento, responde ironicamente e categoricamente:

Olhos azuis, eu ia pra onde? Paraná? Santa Catarina? Fazer o quê? Eu não era um cara assim “eu vou pro campo”. Eu chego no campo e dizem assim “doutor”. Sabe, o que eu... Eu não posso pegar uma enxada, o meu pé ia ficar com a pele muito fininha. Mas eu sei lá, eu fui criado pra outra situação. Não era um lugar que... Se fosse nos Estados Unidos, eu poderia ir pra um outro estado, uma fábrica. Aqui havia poucas fábricas pra ir. E estavam sendo vigiadas todas. E se eu apareço em algum lugar, tem gente depois que diz “o idiota do Gradel foi pedir emprego numa fábrica tal”<sup>204</sup>.

Além disso, a VPR não tinha essa orientação de mandar os quadros para se integrarem. O que acontecia, de acordo com Gradel, é que quem podia, quem tinha alguma habilitação, perfil para isso, ia. Ou seja, quem era oriundo do campo foi mandado para área de campo, na Bahia, depois para o Vale da Ribeira. Então, havia duas situações na VPR:

(...) os caras que eram mandados pro campo, porque podiam passar por camponeses e os que eram mandados pro campo, porque não podia ficar na cidade mais, mas eles iam ficar clandestinos no campo também. Só na coluna, digamos. A nossa tese não era de comprar um sítio e de ficar morando no sítio, era um lugar que, com a mobilidade você podia manter... Bom, agora eu apito menos ainda nisso, mas na época se pensava assim. Agora eu, no meu caso, eu não tinha nenhuma característica que me fizesse facilmente ir trabalhar em uma fábrica ou ir pro campo, então eu achei melhor ir embora<sup>205</sup>.

Gradel viveu a experiência da clandestinidade em “aparelhos” no Rio de Janeiro. Quando essa situação tornou-se também impossível, foi para o exílio.

É nesse sentido que Álvaro afirma que teve que assumir essa vida. “... a ditadura era tão violenta que eu podia fazer o quê? Ou ficava clandestino como Paulo Oliveira morando na favela, no bairro muito pobre, né? Ou era preso, como muita gente foi”<sup>206</sup>. Fica claro aqui que mais do que uma opção, a clandestinidade tem a marca da necessidade. Era uma escolha em condições de desigualdades, era preciso assumir outra vida, a vida clandestina, ou ser preso como muitos militantes foram.

Álvaro aproveita a entrevista para fazer críticas a companheiros da época. Dá o exemplo de um companheiro que havia sido deslocado para a fábrica, mas acabou acertando

---

<sup>204</sup> Entrevista realizada pela autora no dia 06 de novembro de 2008, com José Maurício Gradel, no Rio de Janeiro.

<sup>205</sup> *idem*.

<sup>206</sup> Entrevista realizada pela autora no dia 22 de outubro de 2007, com Álvaro Lins Cavalcante Filho, no Rio de Janeiro.

com o avô em Milão para fazer um curso de especialização em metalurgia. Foi e disse que depois voltaria para trabalhar na fábrica. Não voltou mais.

... e outro chegou para mim e disse que era um absurdo porque mais de quinhentos brasileiros estavam em Argel, em Cuba, na Cidade do México, quinhentos, ou mil exilados que deviam estar aqui lutando, que ele iria para Paris para convencer o povo a voltar, pegou e não voltou, foi para Paris convencer, para dar duro no convencimento ele foi e gostou, e ficou lá<sup>207</sup>.

Muitos que ficaram clandestinos àquela época pensavam e ainda pensam que essa era a única alternativa para o “verdadeiro revolucionário”. E não deve ter sido uma decisão fácil sair do país, ir para o exílio era visto como uma espécie de deserção.

Como aponta Denise Rollemberg (1999) sobre o exílio, a esquerda armada, mesmo num quadro desfavorável, de impasse e massacre evidente, sobretudo a partir de 1970, teve enormes dificuldades de pensar a saída do país como um recurso disponível, viável e temporário, logo, como uma opção política. A ida para o exílio se colocava a partir de diferentes conjunturas. O militante podia ser expulso formalmente, banido, ou ser informalmente empurrado para fora, devido às perseguições e ameaças do aparelho repressor. “Nesses casos, a partida é a própria garantia de sobrevivência física”. (ROLLEMBERG, 1999, p.44-45). E há também situações em que, por não suportar o regime, os cerceamentos e o ambiente autoritário a que o país está submetido, o indivíduo acaba por partir.

Gradel fala que a VPR via com maus olhos as pessoas que estavam indo embora, e isso era comum em praticamente todas as Organizações, que chamavam aqueles que iam para a Europa ou saíam do país por conta própria, contra a decisão da Organização, de desbundado.

O desbundado era um outro tipo de situação, não era o cara que queria sair porque achava que as condições... Era o cara que tinha uma saída individual. É o cara que começou a fumar maconha em vez de ter uma prática política, que foi estudar na França em vez de ficar aqui. O desbundado era isso<sup>208</sup>.

Ainda segundo Gradel, aqueles que decidiam sair depois de uma prática armada intensa, porque achavam que não dava mais, eram vistos de forma diferente; afinal não dava para obrigar o militante a ficar. Aos poucos as Organizações começaram a perceber que

---

<sup>207</sup> Entrevista realizada pela autora no dia 22 de outubro de 2007, com Álvaro Lins Cavalcante Filho, no Rio de Janeiro.

<sup>208</sup> Entrevista realizada pela autora no dia 06 de novembro de 2008, com José Maurício Gradel, no Rio de Janeiro.

estavam ficando cada vez com menos gente. Militantes iam presos, morriam a cada dia ou mesmo abandonavam a luta. Gradel, que decide sair em 1971, após uma briga com Lamarca, que queria obrigá-lo a ir para São Paulo, comenta ainda sobre a decisão das pessoas de sair do país.

E eu, pode ser elitismo, pode ser sorte, mas eu, em um certo instante, eu achei que as pessoas mais inteligentes que eu conhecia estavam dizendo que era melhor sair e as mais torpes estavam dizendo “temos que ficar”. E eu sempre achei que um pouco de racionalismo é bom. Pensar sempre é bom. É claro que todo mundo queria ficar e ganhar, é óbvio que todo mundo queria<sup>209</sup>.

Ele assinala que era necessário um pouco de racionalismo, que chega num determinado ponto em que não há mais condições materiais de continuidade de luta, era preciso parar, avaliar e até mesmo recuar, pois em muitos casos insistir significou o “suicídio”. Nesse sentido, Gradel afirma que aos poucos descobriu que “as pessoas que pensavam melhor estavam achando que se devia sair e as que pensavam pior estavam achando que se devia ficar. Aí fomos embora”<sup>210</sup>. No último instante ainda tentou convencer Stuart Angel Jones, que foi ao seu encontro entregar o documento falso para que ele pudesse sair em segurança do país, a partir também. Stuart se recusou, dias depois foi preso e barbaramente assassinado pela repressão<sup>211</sup>.

É claro que nosso objetivo aqui não é fazer juízo de valor, julgar as atitudes desses homens e mulheres, protagonistas de uma época. Ao contrário, procuramos entender as escolhas de cada um e analisar quais eram as escolhas possíveis colocadas nesse contexto.

Há ainda que se considerar que muitos saíram porque não tinham mais condições de ficar, estavam tão “queimados” que não podiam sair na rua, e isso dificultava o trabalho da Organização. Alguns que saíam do país dessa maneira iam com o propósito de voltar para o Brasil, a reintegração na luta era algo que permanecia no horizonte. Muitos saíam

---

<sup>209</sup> Entrevista realizada pela autora no dia 06 de novembro de 2008, com José Maurício Gradel, no Rio de Janeiro.

<sup>210</sup> *idem*.

<sup>211</sup> Stuart Edgar Angel Jones era militante do MR-8. Nasceu a 11 de janeiro de 1946, na Bahia, filho de Norman Angel Jones e Zuleika Angel Jones. Era estudante de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro e casado com Sônia Maria Morais Angel Jones (morta pela ditadura militar). Foi preso no Grajaú, no Rio de Janeiro, em 14 de junho de 1971, por agentes do Centro de Informações da Aeronáutica (CISA), para onde foi levado e torturado. “Ao cair da noite, após inúmeras sessões de tortura, já com o corpo esfolado, foi amarrado à traseira de um jipe da Aeronáutica e arrastado pelo pátio com a boca colada ao cano de descarga do veículo, o que ocasionou sua morte por asfixia e intoxicação por monóxido de carbono”. Desaparecido desde 1971, aos 26 anos de idade. Zuzu Angel, mãe de Stuart, passou a procurar incansavelmente pelo filho; morreu em acidente de carro, comprovadamente organizado pela repressão. Disponível em: <http://www.torturanuncamais-rj.org.br/>. Acesso em: 15/12/2008.

clandestinos e voltavam do exílio, também como clandestinos. David Capistrano, importante dirigente do PCB, acabou sendo assassinado pela repressão ao tentar retornar clandestino para o Brasil pelo Uruguai<sup>212</sup>.

Nessa tentativa, José Dirceu é exemplo emblemático. Foi banido do Brasil em troca do Embaixador dos Estados Unidos, em 1969. Nesse caso, é preciso considerar um outro elemento, que é o fato de ele ter sido banido. Em relação a isso, Denise Rollemberg (1999) aponta que o banimento não era visto como “a porta de saída do país nem o início do exílio, mas ao contrário, a porta de (re) entrada”. (p.45). O próprio José Dirceu fala em seu livro de memórias que quando soube, depois do sequestro, que a ditadura o havia banido do país e cassado sua nacionalidade, ele prometeu: “Eu vou voltar para o Brasil. Jamais três militares vão assinar um papel dizendo que eu não sou mais brasileiro. Não posso admitir”. (DIRCEU; PALMEIRA, 1998, p.187).

Além desse desejo de desafiar a ditadura e voltar a todo custo, havia também o projeto político de se reintegrar à luta armada. Dirceu, banido, seguiu para Cuba e, em 1971, estava de volta a São Paulo, preparando clandestinamente a luta armada. Passou a integrar o MOLIPO, Organização criada por brasileiros naquele país. Devido às quedas da Organização e por ser muito conhecido, retorna a Cuba para se preparar melhor. Os próprios cubanos, segundo José Dirceu (1998), achavam que era suicídio voltar ao Brasil.

Somente em 1975 permitiram que ele voltasse. Mas para isso, ele conta como foram os preparativos:

(...) Fiz uma plástica com uns médicos cubano-chineses que haviam estado no Vietnã: coloca prótese no nariz, abre aqui, levanta um pouco ali, puxa o olho – e eu estava completamente mudado<sup>213</sup>. Tenho fotografias da época, ninguém me reconhecia mesmo. (DIRCEU; PALMEIRA, 1998, p.185).

Passa por vários estados do país e depois da notícia da prisão de contatos da Organização, resolve parar em Cruzeiro do Oeste, interior de São Paulo, onde casou, teve um filho, virou empresário, construiu uma outra vida.

---

<sup>212</sup> David Capistrano da Costa foi sequestrado aos 61 anos de idade, juntamente com José Roman, no dia 16 de março de 1974, no percurso entre Uruguaiana e São Paulo. Sua bagagem foi vista por presos políticos no DOPS de São Paulo, o que indica a passagem de David por aquele departamento policial. Figura desde então na lista de Desaparecidos Políticos pela ditadura militar. Disponível em: <http://www.torturanuncamais-rj.org.br/>. Acesso em: 15/12/2008.

<sup>213</sup> José Dirceu ressalta que a estrutura clandestina dos cubanos era profissional; para fazer a cirurgia, como eram ele e outro companheiro, criou-se uma história de que eles haviam sofrido um acidente de trator e estavam lá para serem atendidos, fizeram até boletim do hospital para comprovar a história.

A história inventada era que sua família possuía recursos, mas que ele estava brigado com ela e não gostava de tocar no assunto. Mesmo assim, de vez em quando apareciam algumas suspeitas, o próprio prefeito da cidade chegou a conversar uma vez com Clara, esposa de José Dirceu, para perguntar se ela sabia mais coisas sobre o marido, porque muitos desconfiavam que ele podia ser um “terrorista”. Usou durante todo o tempo de clandestinidade um passaporte de boa qualidade, fornecido pelos Montoneros: “eu era um judeu argentino de sobrenome Hoffman, que tinha uma família brasileira”, arrastava até um sotaque.

Sua esposa Clara só veio a conhecer sua verdadeira identidade depois da anistia, em 1979.

... durante dez anos não mantive nenhum contato com minha família e não revelei a ninguém minha verdadeira identidade. Aliás, acho que estou vivo porque, além de todo o apoio que recebi, jamais quebrei as regras básicas da clandestinidade. (DIRCEU; PALMEIRA, 1998, p.187).

Ainda em 1979, embarcou num voo para Lima, no Peru, de onde os cubanos o mandaram para a ilha com outro documento falso. Tudo isso para que Dirceu conseguisse entrar legalmente no Brasil, como se não houvesse estado antes aqui: dessa maneira, o José Dirceu, banido em 1969, voltava pela primeira vez ao país. E assim, no dia 19 de dezembro de 1979, entra no Brasil como se tivesse vivido dez anos em Cuba. Além disso, para “voltar”, Dirceu desfez a plástica, “um negócio complicado, ainda tenho cicatriz: na primeira vez não tinham cortado a pele, só grampearam de lado. Depois para reconstruir, foi preciso abrir e soltar, procurando recuperar as formas originais”. (DIRCEU; PALMEIRA, 1998, p.188).

Foi assim que ao desembarcar em Congonhas, São Paulo, José Dirceu recuperou seu rosto e seu nome. “Era a hora de começar uma nova vida”, como ele mesmo afirma. Voltou para São Paulo, capital, e para a Faculdade de Direito na PUC-SP.

Outra vertente da experiência clandestina é a clandestinidade nos chamados “aparelhos”.

### **3.3- Trancado no aparelho**

“Aparelho” era o nome empregado para designar as casas usadas para atividades políticas. Eram locais que abrigavam militantes, material gráfico e de propaganda e armas. A



partir da nova conjuntura imposta pelo golpe civil-militar e implantação da ditadura, “Do velho PCB aos novos movimentos voltados para a contestação armada, todas as organizações tiveram de montar (ou também reativar, como no caso do Partidão)” (ALMEIDA; WEIS, 1998, p.378) uma ampla rede de “aparelhos”.

Essa rede variava de acordo com as condições financeiras e de segurança da Organização. Podiam ser quartos de pensão alugados, apartamentos ou casas montadas para esse fim. Podia ser também casas de simpatizantes que por um determinado momento eram transformadas em “aparelhos” ou serviam de alojamento temporário para militantes em perigo ou em trânsito.

Fernando Gabeira (1980) descreve a casa alugada para servir de “aparelho” em sua estadia em São Paulo. A casa, segundo ele, era boa para o que pretendiam, tinha dois cômodos grandes e uma cozinha com teto alto e, além disso, “apresentava condições ideais de fuga, caso fosse atacada pela frente: dava para um campo aberto com uma vegetação rasteira, alguns arbustos que poderiam confundir o perseguidor” (p.146); ele não pensava que fosse “cair”<sup>214</sup>, era antes de tudo uma casa para morar, mas era bom se precaver e antecipar alguns possíveis perigos e saídas.

A vida clandestina era uma constante encenação, “e talvez o aspecto mais difícil da condição de clandestino, era construir um cenário de normalidade” (ALMEIDA; WEIS, 1998, p.378) num clima de tensão constante. Segundo Almeida e Weis (1998) tornavam-se estudantes, vendedores, casais sem os ser, e por isso tinham que simular os papéis de marido que sai toda manhã para o trabalho, enquanto a mulher fica cuidando da casa, o dia-a-dia do estudante que vai para a escola ou para a faculdade e chega à noite, cansado e cheio de novidades sobre as aulas para contar.

Quando montavam casas, essas possibilitavam a convivência com vizinhos, muitas vezes até recomendada para que se criasse um clima de normalidade. Lamarca, um dos homens mais procurados pela repressão, jogava futebol com os vizinhos no “aparelho” montado na Penha, no Rio de Janeiro, para receber o Embaixador suíço depois do sequestro.

A integração na produção gera conseqüentemente a necessidade de integração com os moradores e com os problemas locais. Jussara estava sempre na casa da vizinha D. Ditinha, ajudando-a a fazer flores artificiais para vender, era uma forma de estreitar relações e conhecer um pouco mais da vizinhança.

---

<sup>214</sup> “Cair” era uma expressão usada pelas Organizações à época para dizer que o militante havia sido preso, ou seja, “caído”, nas mãos da repressão.

Nesse aspecto, para o militante integrado era mais fácil criar a fachada e socializar com a vizinhança.

(...) Não só por fingimento, mas também pelo equilíbrio emocional dos ativistas, tentava-se reproduzir nos aparelhos um mínimo de normalidade cotidiana – quase sempre em vão. Era preciso estar sempre atento a tanta coisa, à atitude dos vizinhos, ao movimento de pessoas, aos carros estranhos estacionados na rua. (ALMEIDA; WEIS, 1998, p.316).

Entretanto perdia-se o gesto e o cotidiano banais. Era tudo calculado, pensado, era preciso estar atento a tudo e a todos, a interação com os vizinhos devia ser cordial, mas sem dar margem para intimidades. Novamente as relações entrecortadas, sitiadas, que marcam a vida cotidiana da clandestinidade; havia um limite que não se podia transpor, ultrapassar esse limite era arriscar-se e arriscar a Organização.

Gilse conta que no primeiro lugar em que viveu clandestina, no Bairro Gorete, em Belo Horizonte, foi exatamente a relação estabelecida com os vizinhos que protegeu ela e o marido da repressão. É claro que em seu caso há um diferencial, pois ela já havia feito um trabalho comunitário no bairro anteriormente, a comunidade acabava ajudando a vigiar a chegada da polícia, criou-se uma rede de proteção com os moradores. O combinado era que quem morava na entrada da vila, ficaria vigiando, e se aparecesse qualquer pessoa ou coisa estranha, rapidamente uma criança avisaria; ela avalia que foi essa rede de solidariedade que os protegeu da repressão nessa época.

Outra coisa interessante que Gilse aponta é que, mais do que pensar simplesmente se ia ou não socializar com a vizinha, essa relação faz parte de algo mais amplo, estaria ligada à própria concepção de trabalho revolucionário, em que de um lado estavam os “massistas”, incluindo a AP da qual ela fazia parte, e de outro “os foquistas”.

nós partíamos do princípio de que nós tínhamos de ter uma relação muito boa, ser respeitado, ser querido, ser amigos, inclusive para que os vizinhos fossem um dos instrumentos de segurança da gente, essa era uma diferença muito grande, por exemplo, entre nós que acreditávamos na mobilização popular, no trabalho de massas, coletivo, que era chamado de massistas, que era PCdoB, AP, e os foquistas, né? Quer dizer o pessoal dos assaltos a banco, entendeu? Que era uma outra coisa, outra visão da luta, que eles tinham, outra tática, outra forma de enxergar, que eles formavam um grupo que se isolavam<sup>215</sup>.

Na prática não houve uma diferenciação tão bem estabelecida como explica Gilse. Tanto para integrados, ou “massistas”, como para aqueles de Organizações da luta armada em

---

<sup>215</sup> Entrevista realizada pela autora no dia 07 de abril de 2008, com Gilse Cosenza, em Belo Horizonte.

“aparelhos” de fachada, em vários momentos era recomendada a aproximação com os vizinhos. Talvez existissem algumas diferenças em relação ao nível de intimidade, mas mesmo para os integrados havia o risco de serem descobertos pela repressão caso se abrissem demais, afinal eram tempos de ditadura.

Ela ainda aponta traços da forma como os integrados se portavam em relação aos vizinhos e que era um traço diferencial: “... nós, por exemplo, a gente ia para uma casa, uma tapera que fosse, a gente arrumava a casa, botava móvel, botava tudo bonitinho, do jeito que eram as casas dos vizinhos, e aí ia na casa, visitava os vizinhos, convidava os vizinhos para ir na casa da gente”<sup>216</sup>.

O casal procurava ter uma vida igual à dos moradores locais, convidavam pra tomar café em casa, levavam as filhas nos aniversários das outras crianças, tanto que “... as nossas meninas, eram criadas exatamente como as filhas deles, tudo que eles faziam com os filhos deles nós fazíamos também, então nós procurávamos ser assim muito iguais, e isso nos ajudava a proteger a gente, entendeu?”<sup>217</sup>.

Fazia parte da segurança a integração com a população, e se integrar significava se adaptar a forma de trabalhar e de viver, aos costumes da população local, ao mesmo tempo em que se tornava uma forma de se proteger. Essa integração, como ressalta Gilse, era também um elemento de aproximação que possibilitava “conversar sobre tudo que eles conversavam, mas aí, achando aos poucos os ganchos de como você poderia introduzir a questão política com eles, entende?”<sup>218</sup>.

Baseada nesse princípio ela considera que muitos militantes foram assassinados e “aparelhos” descobertos por terem sido entregues pelos vizinhos, “porque eles, (os militantes) se isolavam, ficavam um pouco de tempo só numa casa, ou num apartamento, não punha móvel, não montava a casa, nem tinha relação com vizinho nem nada, entendeu?”<sup>219</sup>. Esse isolamento aliado à propaganda da ditadura para denunciar os “terroristas”, acabou levando muitos militantes a serem presos através de denúncias dos próprios vizinhos, “que achavam estranho aquele grupo de jovens que de repente tá aí, não fala com ninguém, nunca convidou ninguém para ir lá (referindo-se a casa)”<sup>220</sup>.

As questões levantadas por Gilse são pertinentes, mas é importante considerar que o isolamento das Organizações armadas não se deu exclusivamente por vontade dos grupos, é

---

<sup>216</sup> Entrevista realizada pela autora no dia 07 de abril de 2008, com Gilse Cosenza, em Belo Horizonte.

<sup>217</sup> *idem.*

<sup>218</sup> *idem.*

<sup>219</sup> *idem.*

<sup>220</sup> *idem.*

preciso observar a conjuntura; vários fatores contribuía e aumentavam cada vez mais esse isolamento, a censura a um setor da imprensa que desejava denunciar e por outro lado o colaboracionismo de alguns meios de comunicação, a propaganda da ditadura de caça aos “terroristas”, o medo instaurado nas pessoas, afinal, o vizinho, o porteiro ou síndico do prédio poderiam ser delatores em potencial.

Outro aspecto a ser analisado em relação às Organizações que atuavam na luta armada, era que elas podiam contar com soldos das espoliações, entretanto, cada vez que se fazia uma ação dessa natureza, boa parte do dinheiro arrecadado era gasto, no planejamento da atividade, na segurança prévia e posterior dos seus militantes.

Contudo, mesmo as Organizações de luta armada passavam por altos e baixos. A vida financeira também era instável. Em um momento os militantes mal tinham dinheiro para comer, e em outro tinham dificuldades de trocar as notas grandes conseguidas nas ações de expropriação. Gradel se lembra de um fato ocorrido com ele no Bob’s de Copacabana,

ali na Domingos Ferreira, que era um dos únicos que havia na época. (...) Então a gente tava sem um tostão, andando com arma na cintura, mas sem um tostão. Aí eu passava na padaria e pedia dois pães. Aí ao lado do balcão do Bob’s, ficava comendo o pão e sentindo o cheirinho do cachorro-quente. Aí os caras do Bob’s (...) tava me vendo comer o pão, um dia ele fez assim “vem cá, abre o pão”, aí ele pegou aquela concha com o molho, porque a salsicha eles contam. Aí ele pegou o molho e me jogou o molho do cachorro- quente e eu disse “obrigado, obrigado”<sup>221</sup>.

Com dinheiro apenas pra comer pão puro, no dia seguinte, ao cobrir um ponto com um companheiro de São Paulo e reclamar que não aguentava mais, ele lhe deu um saco cheio de dinheiro, pois tinham “feito” um banco. Conseguiram uma quantia que Gradel calcula que seria o equivalente a trezentos mil reais em dinheiro. Fim do período de “vacas magras”, não comeria pão com molho, mas apresentavam-se outros problemas. O primeiro era andar com uma mala cheia de dinheiro pela cidade, o segundo, pagar o táxi com aquelas notas novas do banco e o último era trocar o dinheiro sem levantar suspeitas.

... passava quinze dias trocando o dinheiro. Entrava em um bar, dizia “escuta, eu só tenho dez mil cruzeiros, dá pra comprar um cigarro?”. Aí trocavam, a gente saía e jogava o cigarro fora. Ia no próximo bar trocando dinheiro (...) pra não andar com aquelas notas<sup>222</sup>.

---

<sup>221</sup> Entrevista realizada pela autora no dia 06 de novembro de 2008, com José Maurício Gradel, no Rio de Janeiro.

<sup>222</sup> idem.

Fernando Gabeira (1980) também fala sobre as ações armadas, cujo objetivo era a compra de armas e montagem do foco guerrilheiro. Além disto, parte do dinheiro conseguido nessas ações era utilizada mensalmente na manutenção da Organização, que segundo ele, “era uma família pesada, em termos de orçamento” (p.96). Os problemas de segurança era o que mais onerava os cofres das Organizações.

Abandonar os aparelhos “deixando para trás mimeógrafo, máquina de escrever, móveis velhos e também uma parte do depósito, pago adiantadamente” (GABEIRA, 1980, p.96) era uma constante, e para isso, era preciso ter dinheiro em caixa para manter essa estrutura, pois para alugar uma casa que serviria de “aparelho” com rapidez era preciso ter dinheiro disponível. Se chegassem com o suficiente para pagar três meses de aluguel, por exemplo, as coisas andavam muito mais depressa, e não havia tempo a perder.

Além disso, “Cada um dos deslocamentos forçados custava os olhos da cara, se comparássemos com os magros salários que os militantes usavam para viver: todos estavam nos limites do salário mínimo”. (GABEIRA, 1980, p.96). Ou seja, mesmo a estrutura das Organizações de luta armada, em termos financeiros, em muitos momentos funcionou de forma precária. Como Gradel mesmo disse, os cofres das Organizações viviam em altos e baixos e os militantes profissionais sobreviviam com muito pouco.

José Gradel chama atenção para dois aspectos da clandestinidade em aparelhos. No primeiro caso, ele cita o exemplo do casal que ia ficar com o Embaixador em casa depois do sequestro. Para isso, o casal procurou um lugar em um bairro mais distante, alugou uma casa, contou uma história, pois precisava se tornar parte do bairro para não levantar suspeitas. Então a mulher convidava as vizinhas pra fazer bolo na casa dela, o homem ia para o bar tomar cerveja com os vizinhos. Ou seja, os dois tinham uma vida de bairro comum.

Esse é um tipo de clandestinidade. O nosso era diferente. Nós precisávamos estar ativos, prontos sempre pra fazer alguma coisa, ocupados cobrindo os pontos e não podendo aparecer em casa. Então era outro tipo. Esta era a clandestinidade dos que estavam guardados em aparelhos. O Lamarca, coitado, ele tava doente. Ele ia de um lugar pro outro, entrava em um quarto, era branco porque não pegava sol, sei lá. Coisa assim, de não poder sair pra lugar nenhum, muito poucas pessoas podiam ir no aparelho em que ele tava. Se quisesse falar com alguém, tinha que armar um esquema maluco. Então é complicado, digamos. A minha experiência se dá nos dois últimos casos. Eu passei guardado um tempo<sup>223</sup>.

---

<sup>223</sup> Entrevista realizada pela autora no dia 06 de novembro de 2008, com José Maurício Gradel, no Rio de Janeiro.

O que mais caracterizava o perfil do clandestino em “aparelhos” era sempre estar pronto para executar as ações. Gradel coloca o caso de Lamarca como exemplo, mas foram muitos; na verdade, a maioria dos militantes da luta armada passou por essa experiência, tendo que viver mudando de um lugar pra outro, sem paradeiro, nem destino certo. Com restrições para receber visitas, vivendo em quase total isolamento, ao mesmo tempo em que o cerco ia se fechando e a clandestinidade tornando-se cada vez mais difícil, associada à angústia de ver os companheiros “caindo”, sendo presos, mortos e torturados.

Álvaro Cavalcante divide sua clandestinidade em duas fases. Para ele, são dois momentos bem diferentes. “No caso de São Paulo, da minha presença em São Paulo, lá era uma coisa de, quase uma coisa de guerra, né? Eu estou com o nome falso, estou numa missão contra a ditadura, a gente achava que a gente ia derrubar a ditadura, eu estou como um soldado, né?”<sup>224</sup>. Já a outra fase que ele passa no Rio de Janeiro, “era uma missão, mas uma missão que era de mobilizar a classe operária”<sup>225</sup>.

Ficou aproximadamente dois anos em São Paulo, capital, de julho de 1969 a julho de 1971, atuando na luta armada em atividade totalmente clandestina. No primeiro momento, viveu um tempo fechado numa casa, um “aparelho”, na expectativa de ir para o Sul do país, depois começou a participar de algumas ações e levar material para onde seu grupo estava.

A expectativa de Álvaro, fechado em um “aparelho”, se transforma em uma espera sem fim. Era necessário esperar sempre. Esperar a orientação da Organização, esperar o melhor momento para sair, esperar para saber quais eram as tarefas a cumprir. A vida na clandestinidade é marcada por constantes esperas. Os militantes muitas vezes ficavam dias aguardando um contato, que às vezes demoraria semanas. É um tempo que não passa e que para eles era como se parasse. Havia tanto trabalho a fazer e eles trancados no “aparelho”, esperando e muitas vezes sem notícia do que acontecia do lado de fora. Eram dias que pareciam meses, meses que aparentavam anos; não havia como precisar quanto tempo, pois era estabelecida uma nova relação com ele, como afirma José Pacheco Pereira (1993).

Mudar de identidade, inventar e reinventar uma história, vivenciar outros hábitos, construir novas relações, descobrir amores, ter filhos na clandestinidade, tudo isso se soma a essa experiência que com certeza deixou marcas nas subjetividades desses indivíduos. Marcas corporais como a do tiro que Álvaro, clandestino, levou na perna quando fugia da polícia, ou marcas invisíveis que se revelam no momento da entrevista, pelo choro contido, pela recusa

---

<sup>224</sup> Entrevista realizada pela autora no dia 22 de outubro de 2007, com Álvaro Lins Cavalcante Filho, no Rio de Janeiro.

<sup>225</sup> idem.

em tocar em determinado assunto, pela mudança ou tremor na voz. São sutilezas que somente o trabalho com a memória através da história oral nos possibilita. É o que pretendemos verificar no próximo capítulo.

## Capítulo 4

### MARCAS DA CLANDESTINIDADE

*“Contar é muito dificultoso  
Não pelos anos que se já passaram  
mas pela astúcia que tem certas  
coisas passadas”.*  
João Guimarães Rosa

Este capítulo tem por objetivo discutir se a clandestinidade interfere, e como interfere nas subjetividades dos indivíduos que a vivenciaram; como eles reconstróem suas relações sociais na clandestinidade e quando saem dela, e como os clandestinos tornaram-se *outsiders* dentro da nova ordem estabelecida pela ditadura militar. Para isso, a relação entre o testemunho, a memória social e a subjetividade torna-se peça fundamental. Além disso, pretendemos analisar que tipo de relação os indivíduos clandestinos estabelecem com as memórias dessa experiência, como lidaram e como lidam com as rupturas enfrentadas ao longo da clandestinidade, as relações com a família, os amores perdidos e encontrados, os filhos.

#### 4.1- Clandestinidade e Subjetividades

Segundo Félix Guattari (2007), a subjetividade é produzida por instâncias individuais, coletivas e institucionais. Trata-se de uma produção múltipla, não determinista, onde os diferentes registros não mantêm relações hierárquicas, fixas e definitivas. Os componentes de produção de subjetividade envolvem elementos que se manifestam através da família, da educação, do meio ambiente, da religião, da arte, do corpo, e, até mesmo através dos elementos fabricados pela mídia.

Contudo, o autor assinala que



Não existe uma subjetividade do tipo “recipiente” onde se colocariam coisas essencialmente exteriores, que seriam “interiorizadas”. As tais “coisas” são elementos que intervêm na própria sintagmática da subjetivação inconsciente. São exemplos de “coisas” desse tipo: um certo jeito de utilizar a linguagem, de se articular ao modo de semiotização coletiva (sobretudo da mídia); uma relação com o universo das tomadas elétricas, nas quais se pode ser eletrocutado; uma relação com o universo de circulação na cidade. Todos esses são elementos constitutivos da subjetividade. (GUATTARI, 2007, p.43).

Nesse sentido, o indivíduo não é mero receptor de uma subjetividade, de coisas externas a ele que se tornam interiorizadas. O sujeito interage com esses elementos que compõem sua subjetividade ao mesmo tempo em que eles intervêm na dinâmica da subjetivação. O sujeito é pensado como um campo de forças múltiplo, complexo, marcado por múltiplas influências.

O indivíduo, como o entende Guattari (2007), está na encruzilhada de múltiplos componentes de subjetividade e vai sendo produzido a todo tempo. Entre esses componentes, alguns são inconscientes, outros são mais do domínio do corpo, há ainda aqueles que são mais do domínio dos chamados “grupos primários” (o clã, o bando, a turma). “Outros, ainda, são do domínio da produção de poder: situam-se em relação à lei, à polícia e a instância do gênero”. (GUATTARI, 2007, p.43). Entretanto, é importante considerar que além das subjetividades hegemônicas existe um processo de singularização, linhas de fuga onde são produzidas singularidades, ou seja, “(...) fatores de resistência consideráveis, processos de diferenciação permanentes” (GUATTARI, 2007, p.54).

Pensando a subjetividade a partir dessas reflexões de Guattari, temos que a ditadura militar tinha em seu domínio importantes instrumentos de produção de subjetividades. Controlava a imprensa, a mídia, as leis, a polícia, e através desses dispositivos controlava a educação, a cultura, a família, as artes. Eram produzidas assim novas subjetividades que interessavam ao regime.

Entretanto, mesmo em meio a uma hegemonia, surgiram opositores, os chamados *outsiders*, aqueles que estão fora da ordem estabelecida. Os *outsiders* também produzem subjetividades. Rolando Álvarez (2003) analisa que “el dispositivo clandestino (...) fue capaz de generar un proceso de singularización ante la hegemonia subjetiva de la dictadura (...)”. (p.15).

Nesse sentido, cabe aqui retomar o conceito de *outsider* discutido por Norbert Elias e John L.Scotson (2000)<sup>226</sup>. Para entender a categoria *outsider* é preciso apreender a categoria *estabelecido*, pois uma se funde na outra, dialeticamente, para negar ou para reafirmar uma a outra. Estabelecidos, então, é um termo utilizado para designar grupos e indivíduos que ocupam posições de prestígio e poder. Esse poder é fundamentado no fato de autoperceberem-se e reconhecerem-se como um modelo moral para os outros.

Dessa forma, essas duas categorias, como assinala Federico Neiburg no prefácio do livro N.Elias e J.L.Scotson (2000), “(...) se definem na relação que as nega e que as constitui como identidades sociais. Os indivíduos que fazem parte de ambas estão, ao mesmo tempo, separados e unidos por um laço tenso e desigual de interdependência (...)”. (p.8). Esse par estabelecidos-*outsiders* traz em si elementos que caracterizam as relações de poder definidos como superioridade social e moral, autopercepção e reconhecimento, pertencimento e exclusão. “Costumeiramente, os membros dos grupos outsiders são tidos como não observantes dessas normas e restrições”. (p.26). Essa é a forma como os estabelecidos veem essa categoria social.

Pensando o contexto da ditadura militar, temos que qualquer atitude de contestação ao regime vigente significava sair da ordem estabelecida. Nesse sentido, os militantes de oposição estão fora do estabelecido, assumem a condição de *outsider* ou são colocados nessa condição.

O que ocorre é o estabelecimento de regras por um determinado grupo social e sua transgressão por outros agentes, situação em que fica criado o desvio. Nesse momento, os que infringem as normas do grupo são excluídos e marcados como outsiders. Assim, o desvio não é uma condição inerente a algum indivíduo em particular ou a algum grupo social, e sim uma definição construída a respeito de alguém ou de algum conjunto de indivíduos a partir de determinados atores ou de seu conjunto e que, num campo específico da sociedade, visa a garantir seus interesses. (FERREIRA, Elizabeth, 1996, p.62).

A opção pela luta armada, com a conseqüente entrada na clandestinidade, coloca grande parte dos militantes na condição de *outsider* em relação a uma estrutura oficial e legal. Os clandestinos constroem uma vida paralela, tornam-se anônimos sociais, desterritorializados, ou levados a reconstruir uma identidade social numa “situação-limite”.

---

<sup>226</sup> Os autores analisam as relações entre os habitantes de um povoado industrializado batizado com o nome fictício Winston Parva. Eles revelam as propriedades gerais de todas as relações de poder: “... encontram-se ali, nessa pequena comunidade de Winston Parva, como que em miniatura, um tema humano universal. Vez por outra, podemos observar que os membros dos grupos mais poderosos que outros grupos interdependentes se pensam a si mesmos (se auto-representam) como humanamente superiores”. (p.19).

Os clandestinos construíram uma lógica própria, produziram subjetividades que só a vida clandestina possibilitou, deixou marcas múltiplas. Concebidas numa trama de relações com o “outro”, o outro no sentido mais amplo, desde as outras pessoas com quem conviveram até o ambiente em que viveram, o cotidiano, as mudanças, as escolhas, preferências, as memórias produzidas. Dessa forma, Elizabeth Jelin e Susana G. Kaufman (2006) consideram que

Incluir la dimensión de la subjetividad nos lleva a plantear los deseos, ilusiones, sentimientos y fantasmas que pueblan los recuerdos del pasado de quienes rememoran y la imaginación de mundos futuros posibles. La subjetividad refiere a procesos y dinámicas que constituyen lo propio de la existencia humana: dar sentidos y crear sentidos, articular de manera singular y única experiencias, representaciones y afectos. Es siempre individual, pero también social, porque las experiencias y afectos están siempre inmersos en lazos sociales. (JELIN; KAUFMAN, 2006, p.9-10).

A subjetividade ou a produção de subjetividade é individual e coletiva, ou social, e se dá também na dimensão da memória, na forma como rememoramos o passado e ainda em como imaginamos o futuro. Refere-se a processos pelos quais damos e criamos sentidos e na forma como articulamos nossas representações e experiências. A clandestinidade produziu e continua produzindo subjetividades, como memória e como projeção, à medida que articula as experiências vividas e as representações produzidas acerca dessas experiências.

As Organizações de esquerda entram em confronto com a ordem estabelecida pela ditadura militar e ao divergir da ideologia oficial, passam a representar o comportamento “desviante”. A esquerda, segundo Elizabeth F. Xavier Ferreira (1996: 62), passa a disputar com o regime a legitimidade de seu código político, que, segundo seus princípios, poderá ressignificar e recriar as práticas sócio-econômicas, forjando com isso uma nova ética e uma nova forma de organização social. Contudo, para o regime militar, a divergência é vista como uma atitude de rompimento com o sistema e como uma ameaça à sociedade. Dentro desse quadro, a militância e as Organizações políticas e antagônicas ao governo são perseguidas e se protegem entrando para a clandestinidade<sup>227</sup>.

---

<sup>227</sup> É importante salientar que a clandestinidade não é algo produzido pela ditadura militar, entre 1964 e 1985; essa experiência foi vivenciada por vários militantes do Partido Comunista Brasileiro (PCB) na Ditadura Getulista, e também em 1947, quando depois de um breve tempo na legalidade, o Partido Comunista é novamente levado à ilegalidade, colocando seus líderes também nessa situação. Devemos lembrar exemplos emblemáticos como o de Luís Carlos Prestes, Carlos Marighela, Apolônio de Carvalho, entre outros, que passaram grande parte de suas vidas na clandestinidade. A ditadura militar os fez voltar a essa condição em 1964, logo após o golpe.

Assim, como em toda relação de poder, ao colocarem o adversário, opositores do regime como *outsider*, os estabelecidos têm sua posição e seus valores realçados e reafirmados, passando inclusive a se utilizar do comportamento e das ações das Organizações de esquerda clandestinas como reforço para a legitimação das práticas repressivas e arbitrárias do governo militar.

#### 4.2- Incidentes de percurso, amores e desejos clandestinos

O fato de encontrar na Organização a única possibilidade de pertencer ao mundo, bem como a maneira de estar seguro da repressão e das dificuldades financeiras que se apresentavam, fazia com que os clandestinos passassem a depender do esquema planejado pela Organização; “... porque a gente não trabalhava, ninguém trabalhava, ninguém fazia nada, a gente vivia em reunião, em planejamento, e viagens, né? Aí a gente recebia da Organização, e havia ação de assalto a banco, mas depois não”<sup>228</sup>. O “depois” a que Álvaro se refere é quando ele vai para o Rio de Janeiro e começa a trabalhar, deixando de depender financeiramente da Ala.

(...) A primeira fase clandestino, ação armada, o tempo eu ficava na biblioteca, tanto estudando como fazendo levantamento, por exemplo, a gente tinha uns planos, projetos de sequestro luxuoso, que incluía sequestro de empresários, então ficava na biblioteca municipal de São Paulo, eu passei quatro, cinco meses lendo todos os jornais do estado de São Paulo para ver o dia da ata da constituição da nova direção da empresa, porque na ata publicada dava o endereço residencial do executivo, e a partir daí passava a vigiar o executivo em revezamento, então roubar placas de carro, né? Muita reunião, estudava, estudava (sic) nosso grupo era maoísta, tinha que ler o livro do Mao-Tsé-Tung todo, estudar a realidade chinesa...<sup>229</sup>

Além de estudar muito e planejar ações armadas, a rotina dos clandestinos não era fácil; muitas vezes tinham que passar o dia perambulando pela cidade, cobrindo “ponto” ou simplesmente por não ter como voltar pra casa, e tudo com muito cuidado, pois poderiam colocar em risco a segurança do grupo. Álvaro conta que muitas vezes passava o dia dentro do cinema ou da biblioteca pra não levantar suspeita. Matava o tempo também na Ceasa, um porto em São Paulo; levava uma hora para ir, uma hora para voltar, lendo jornal. Em uma

---

<sup>228</sup> Entrevista realizada pela autora no dia 22 de outubro de 2007, com Álvaro Lins Cavalcante Filho, no Rio de Janeiro.

<sup>229</sup> idem.

dessas constantes viagens de ônibus pela cidade, foi acometido pelo cansaço, caiu no sono e só acordou na garagem da empresa do Expresso Brasileiro.

Álvaro fala da história desse período de sua vida, tentando, a todo tempo, dar um ar de leveza ao que viveu. Conta casos como se estivesse conversando com amigos, brinca com as situações vividas e tenta imprimir humor em várias passagens. Para ele, a memória é seletiva.

a cabeça da gente é muito seletiva, né? A gente guarda as coisas boas, ainda bem, né? Eu não tenho a memória das coisas ruins, então eu lembro do susto, da vez que, deixamos o rapaz em casa, um amigo nosso, fomos em casa para pegar um mimeógrafo e quando voltamos a polícia estava lá dentro, ele tinha sido preso, saíram atirando na gente<sup>230</sup>.

Ao mesmo tempo em que Álvaro fala da seletividade da memória e que não guarda coisas ruins dessa época, relata fatos que causaram muito susto. Como esse episódio e um outro, no qual ele levou um tiro na perna. Ele e uns companheiros estavam trocando a placa de um carro, quando chegou um camburão da polícia. Era dia vinte e um de abril, feriado de Tiradentes, e segundo Álvaro, a polícia estava na rua esperando alguma ação das Organizações. Mandaram todos colocarem a mão na cabeça, um dos militantes reagiu, atirando na polícia. Começa então uma fuga cinematográfica. Os militantes entram no carro e vão pela contramão do Rio Pinheiros perseguidos por quatro carros da polícia com sirene ligada. Álvaro dirigia um opala branco e aproveita pra contar que é péssimo motorista. Fecham um táxi, um fusca alaranjado, trocam de carro e continuam a fuga até que Álvaro entra numa rua sem saída, bate o carro e machuca a cabeça no retrovisor. Desce do carro e começa a correr; só foi sentir o tiro que levou na fuga cinco horas depois. “Só furou a calça, furou a calça, podia ter acabado com minha perna, né?<sup>231</sup>”. Apesar do tiro de raspão em sua perna, o ferimento exigia cuidado.

A versão oficial para o episódio narrado por Álvaro consta em documento produzido pela 2ª Secção do II Exército, que diz o seguinte<sup>232</sup>:

“2. Sobre os indivíduos ora apresentados, informo-vos o seguinte:  
a. ANTÔNIO... (“CARLOS MARCELO DE SOUZA”, “JUCA”, “CHICO” OU “JORGE”  
(1). Foi prêso pelo DEIC, a 21 de Abril, na Rua Fernão Dias, em Pinheiros, ocasião em que estava, com LEMOS... (“RINGO”) e ÁLVARO LINS CAVALCANTE FILHO

<sup>230</sup> Entrevista realizada pela autora no dia 22 de outubro de 2007, com Álvaro Lins Cavalcante Filho, no Rio de Janeiro.

<sup>231</sup> *idem*.

<sup>232</sup> À exceção de Álvaro, que nos havia autorizado utilizar seu nome completo no trabalho, colocamos somente o primeiro nome das outras pessoas que aparecem no documento.

(“TIMÓTEO”), trocando placas de um veículo que haviam roubado ainda naquele dia. Reagiu à tiros, pois portava um Rv Cal 38, o qual foi apreendido. “TIMÓTEO” logrou evadir-se”<sup>233</sup>.

O texto produzido pela repressão mostra que a polícia conseguiu identificar o nome completo de todos os envolvidos na prisão de 21 de abril, com seus respectivos “nomes frios”.

Com a prisão dos companheiros e um tiro de raspão na perna, Álvaro tem problema de encontrar alguém a quem pedir ajuda nesse momento. A primeira providência foi comprar outra calça e jogar no lixo aquela com marca de bala e sangue. Passou quinze dias morando em um ônibus. “Não tinha para onde ir, eu passei quinze dias, eu passava o dia em São Paulo e pegava o ônibus de meia-noite vindo para o Rio, dormia no ônibus, passava o dia no Rio pegava o ônibus para São Paulo, durante quinze dias eu fiquei assim”<sup>234</sup>. Não podia recorrer à família, pois ninguém sabia onde ele morava e não era seguro. Não podia ir para um hotel ou qualquer outro lugar, pois para se hospedar ou morar, era preciso se identificar e preencher uma ficha de cadastro, o que poderia fazer com que ele fosse descoberto, já que até mesmo seu “nome frio” estava “queimado”. A polícia havia conseguido seu “nome frio” - Paulo Rodrigues Carvalho - em um diploma do SENAI encontrado em alguma das casas por onde ele havia passado. Só restou o ônibus como moradia provisória. Depois foi para a casa de um amigo.

O tiro aconteceu em abril de 1971 e em julho do mesmo ano Álvaro segue para o Rio de Janeiro definitivamente. Para tranquilizar os pais, Álvaro escreve uma carta em guardanapo de papel; é provável que date de maio ou junho de 1971, segundo sua própria identificação<sup>235</sup>.

---

<sup>233</sup> A cópia desse documento nos foi passada pelo próprio Álvaro. É em papel timbrado do Ministério do Exército e possui marca de carimbo escrito “reservado”. O documento é do Chefe da 2ª Seção do II Exército ao Sr. Diretor do DOPS/SP.

<sup>234</sup> Entrevista realizada pela autora no dia 22 de outubro de 2007, com Álvaro Lins Cavalcante Filho, no Rio de Janeiro.

<sup>235</sup> Essa carta faz parte de um conjunto de outras cartas encontradas pela mãe de Álvaro por ocasião dessa dissertação. Álvaro e Ana Amélia fizeram uma seleção, identificaram as datas e nos encaminharam uma cópia de cada. Como partes da carta encontram-se ilegíveis, transcrevemos aqui o trecho citado: “Saudável, corado, forte e disposto. Gostei bastante da escolha da (ilegível). Tudo está indo. Tive de recorrer ao amigo do Rio antes da data prevista. É bom, muito bom, o que vocês, e em especial, você estão fazendo aí. Vai ser de grande valia esse dinheiro. Foi ótima a sua idéia da Rita”.

VIVO E SOLTO

ESCREVE O FILHO Nº 1 :

Saudável, corado, forte e disposto.  
 Gostei bastante da corolha da ~~curitiba~~  
 Rio. Tudo está indo. Tive de recorrer  
 ao amigo do Rio antes da data  
 prevista. É bom, muito bom, o que  
 vocês e <sup>o</sup> especial, vocês estão fazendo  
 aí. Vai ser de grande valor  
 esse diuheiro. Foi ótima a sua  
 ideia da Rita. É importante

Álvaro e Ana Amélia costumavam se identificar nas cartas aos pais como filho número um e filho número dois. Na carta aparece um dado interessante, Álvaro chama a irmã Ana Amélia de “Rita”, nome falso que ela usava, evidenciando que eles procuravam cumprir com as regras de segurança mesmo em família. Além disso, ele reforça o fato de estar bem e seguro, mas demonstra uma certa tristeza em relação aos companheiros que “caíram” no dia 21 de abril: “(...) É duro perder de uma vez três dos mais chegados companheiros”. Dentre os presos estava também o namorado de sua irmã Ana Amélia, a quem Álvaro se refere da seguinte forma: “O noivo da mana é um grande sujeito, sério e responsável (e bonito!)”. Por fim, ele manda recado para os outros irmãos reforçando a necessidade de eles se dedicarem ao estudo e se prepararem para o futuro.

Gradel também passou por uma situação como a de Álvaro. Em uma ação da qual participava, “um camarada” levou um tiro no dedo. A princípio pode parecer algo simples, mas não era. Uma situação dessas demorava horas para ser resolvida, pois tudo devia ser feito sem levantar suspeitas.

Porque todo mundo acha que o mundo é como se vê na televisão, mas não é nada assim. Quando alguém leva um tiro não faz “oh!”. O cara, primeiro dá duas voltas no ar, quase sempre, porque levar um tiro é uma coisa séria. Depois, sangra e suja, e tem que tomar um táxi, não pode chegar assim em casa e tem que tirar a roupa do cara do táxi pra trocar com a sua. E tem que amarrar o cara e tem que abandonar ele em lugar que dê

tempo de você sair, antes que o cara chame a polícia... Sabe... às vezes por um detalhezinho você cria uma situação que leva horas. Então era tudo complicadíssimo, digamos<sup>236</sup>.

O sequestro do Embaixador alemão, fato ao qual se refere apenas como “sequestro do alemão”, fez com que José Maurício Gradel entrasse para uma clandestinidade mais séria, pois no dia seguinte ao sequestro sua foto saiu estampada nas páginas do Globo. Primeiro ele passou um mês escondido na Baixada Fluminense, daí seguiu para Teresópolis, onde ficou um mês escondido em um “aparelho” comendo apenas comida macrobiótica. Depois um companheiro alugou um quarto para duas pessoas dizendo que um primo dele estava chegando de fora pra estudar, aí foram morar juntos no bairro do Engenho Novo, no Rio de Janeiro.

O sequestro para Gradel foi um divisor de águas. Ele foi de uma semi-clandestinidade ou semi-legalidade para a clandestinidade completa. Já tinha vivência em “aparelhos”, mas mantinha vida legal, trabalhava em uma multinacional, tomando todos os cuidados para que ninguém soubesse seu endereço ou suas atividades políticas. Morou primeiro em um edifício no Bairro Rio Comprido, no Rio de Janeiro, que o pai de um amigo do Colégio de Aplicação acabara de construir. Os apartamentos estavam vazios e o prédio não tinha nem mesmo o “Habite-se”, ordem legal pra funcionar.

Então ele falou com o porteiro que um amigo dele ia passar uns tempos lá. E ele me deu uma chave. Aí eu morava num apartamento de três quartos, dois banheiros e lá não tinha nada. Tinha um colchão no chão. Aí eu comecei a namorar uma moça que era da organização e a gente foi morar lá<sup>237</sup>.

Somente nessa fala de Gradel podemos levantar várias questões. A primeira é em relação ao porteiro. Para os militantes, os porteiros e síndicos de prédios passaram a representar um risco, pois se tornara obrigatório informar à polícia sobre qualquer novo morador que passasse a residir nos prédios, “a ditadura tinha tomado medidas para transformar os síndicos e porteiros dos edifícios em acagüetes”. (GULLAR, 1998, p.27). Todo novo morador tinha que preencher uma ficha que era entregue à polícia: “Isso pra gente era péssimo. Uma das coisas que mais atrapalhou a gente foi isso. Porque os caras descobriram que era uma forma de multiplicar o controle, usava o porteiro como se fosse um

---

<sup>236</sup> Entrevista realizada pela autora no dia 06 de novembro de 2008, com José Maurício Gradel, no Rio de Janeiro.

<sup>237</sup> idem.



policial”<sup>238</sup>. Por isso, o amigo de Gradel trata logo de avisar o porteiro sobre sua presença antes de entregar a chave.

Outra observação é em relação às condições materiais em que se vivia. Os clandestinos viviam em casas enormes que não tinham nenhum móvel. Entretanto, como afirma Gabeira (1980), “Era irracional alugar uma casa de três quartos sem ter um único móvel no seu interior”. (p.96). Por isso, grande parte do dinheiro para manter a Organização destinava-se ao pagamento das casas e à reposição da fachada. Cada casa tinha de ter uma fachada.

Algumas soluções, como alugar apartamentos já mobiliados, ou mobiliar apenas um ambiente para dar a casa um ar de casa comum, ou ainda, caso recebessem alguma visita, dizer que os móveis estavam chegando, eram opções. Por fim, evitava-se ao máximo essas visitas indesejáveis que pudessem levantar suspeitas. Além disso, no aspecto “visitas desavisadas”, também era norma de segurança só recebê-las “... em último caso, pois um cômodo podia estar abrigando um companheiro escondido ou servindo de depósito para os mais variados tipos de materiais esquisitos”, (ALMEIDA; WEIS, 1998, p.379) como armas, panfletos ou propaganda suspeita.

Um último aspecto a ser analisado diz respeito às relações amorosas. Gradel começou a namorar uma companheira de Organização, o que para muitos não era uma situação vista com bons olhos. Os namoros, o amor, são vistos com certa hostilidade nas Organizações clandestinas. Por outro lado, em alguns casos as relações externas às Organizações poderiam representar mais risco à segurança do que as relações entre pessoas da mesma Organização.

Naqueles espaços confinados, havia também vida amorosa. Quase todos os relatos e as obras de ficção sobre a experiência da clandestinidade mencionam relações entre homens e mulheres nascidas da vida comum em aparelhos. A nova moralidade sexual dos anos 60 ajudava, mas nem sempre foi assim. (ALMEIDA; WEIS, 1998, p.380).

Antônio Roberto fala que além das relações dentro do próprio grupo, havia ainda outra possibilidade, que era se relacionar com os chamados “grupos afins”, “porque também, um detalhe, a gente tinha contato não só com os da AP, mas como o pessoal do Partido, pessoal da POLOP, com o pessoal não sei de onde, dos movimentos, né? Da (inaudível), aí havia aproximações...”<sup>239</sup>. Ao perguntar se para quem estava clandestino as relações amorosas eram

---

<sup>238</sup> Entrevista realizada pela autora no dia 06 de novembro de 2008, com José Maurício Gradel, no Rio de Janeiro.

<sup>239</sup> Entrevista realizada pela autora no dia 04 de abril de 2008, com Antônio Roberto, em Belo Horizonte.

mais difíceis, Antônio Roberto responde que não, pelo contrário, “porque aí fica igual casal mesmo, morando junto no aparelho”<sup>240</sup>. Ele chama atenção também para a questão da liberação sexual que é algo importante nesse contexto:

Agora também era um momento de maior liberação sexual também do ponto de vista afetivo, já era, então a gente transava, né? Sem a preocupação assim, se namorava, ou transava simplesmente, a gente transava com aquela pessoa que você gostava, mas não necessariamente tinha que casar, não tinha que ficar junto não<sup>241</sup>.

Nos espaços confinados dos “aparelhos”, além de vida amorosa e liberação sexual, existiam, por outro lado, desejos reprimidos. Jussara Ribeiro, logo que chegou ao ABC paulista dividiu um “aparelho” com dois companheiros. Um deles, que ela identifica apenas como P.<sup>242</sup>, tinha dezessete anos na época, era secundarista e acabou sendo resgatado pelos pais, que foram a São Paulo para buscá-lo. O fato é que depois de quinze anos, o P., que havia conseguido o telefone de Jussara com uma amiga dela, telefonou dizendo que queria vê-la.

aí ele ficou ligando de 10 em 10 minutos e falando “tô chegando, tô indo aí, quero te ver, não sei quê, tô chegando, tô em São Paulo, tô chegando, tô não sei quê”, de 10 em 10 minutos me ligava, quando chegou na minha casa (...) ele falava assim: “você não imagina o quê que era (gargalhada) um garoto de 17 anos, cheio de hormônio dormindo do lado de uma mulher”, - porque eu era mulher, uma mulher de 24 anos, - “do lado de uma mulher e não poder levantar um dedo”, e então aquelas brigas horrorosas, aquelas discussões que varavam a madrugada (...) entendeu, mas aí eu falei: “não P., nunca passou pela minha cabeça, não vai dar, realmente não dá” (risos), porque eu nunca pensei isso, essa não foi minha fantasia e acabou que nunca mais eu ouvi falar dele, acho que ele foi embora bravo (mais risos)<sup>243</sup>.

A espera de P. para se declarar para Jussara foi grande. E eram situações passíveis de acontecer. Paixões, amores resolvidos ou mal resolvidos, desejos, são sentimentos que fazem e fazem parte de qualquer contexto. “Pô, isso era dentro daquela tragédia que a gente vivia, a gente tinha um código moral muito rígido, a gente não tolerava nenhum deslize, e qualquer coisa podia ser dita numa reunião com várias pessoas e autocríticas obrigatórias”<sup>244</sup>. Sendo assim, para que não pudessem ser acusados de terem “atitudes antirrevolucionárias”, ainda que sentissem desejos, muitos buscavam se segurar ou pelo menos tentavam se reprimir, mas

<sup>240</sup> Entrevista realizada pela autora no dia 04 de abril de 2008, com Antônio Roberto, em Belo Horizonte.

<sup>241</sup> *idem*.

<sup>242</sup> Jussara preferiu identificá-lo somente por P., tentando preservá-lo. Apesar de não saber seu nome verdadeiro até hoje, ela ficou com receio de que alguém o reconhecesse pelo “nome frio”.

<sup>243</sup> Entrevista realizada pela autora no dia 05 de outubro de 2007, com Jussara Ribeiro de Oliveira, no Rio de Janeiro.

<sup>244</sup> *idem*.

apesar de toda essa repressão, esses sentimentos existiam, pois são sentimentos que qualquer pessoa pode ter, inclusive, os militantes políticos.

Jussara conta em sua entrevista que foi duramente criticada pelos companheiros de Organização porque estava tendo “um caso” com um operário na fábrica. A crítica se baseava na alegação de que esse caso poderia levar pessoas a “caírem” se descobrissem que ela era militante de Organização de esquerda, “quer dizer a gente era muito duro um com o outro”<sup>245</sup>.

Outra questão que José Pacheco Pereira (1993) levanta é que, para além dos riscos relativos à segurança das Organizações, as relações amorosas podiam representar um risco de outra natureza. Poderiam levar o militante ao desejo de voltar à normalidade da vida. Mesmo tendo em vista que “as condições árduas da vida clandestina, a sua inerente instabilidade e o seu intercalamento com longos períodos de prisão impedissem uma vida sentimental normal”. (PEREIRA, 1993, p.165).

Dessa forma, a Organização procurava controlar tudo, inclusive os afetos dos militantes. Os mais sectários acreditavam que o amor poderia desviá-los do caminho da revolução, além disso, havia a questão de segurança, tendo em vista que as relações afetivas poderiam aumentar a vulnerabilidade de militantes em caso de prisão. O companheiro ou a companheira tornava-se alvo da repressão, que tentava arrancar informações a qualquer custo; existem vários relatos de homens que foram torturados na frente de suas mulheres, e o contrário também.

Algumas histórias românticas aparecem nesse contexto de rupturas e clandestinidade. Gilse foi avisada por uma amiga de que precisava sumir. Não ia dar tempo de colar grau e receber seu diploma como ela havia programado. Foi até a faculdade de Ciências Econômicas da UFMG falar com o namorado, que era do DCE, para comunicar que ia ter que fugir;

fui lá, chamei ele e falei: Olha, tô com prisão preventiva e eu estou sumindo, eu vim te avisar que eu estou sumindo. Ele falou assim: ‘uai, se você sumir, como eu vou te achar? espera aí que eu vou pegar meus livros, que se você sumir, eu sumo junto’, ele pegou os livros, não sei para que os livros não, mas pegou os livros (risos)<sup>246</sup>.

O namorado acabou entrando na clandestinidade junto com Gilse, apesar de ela analisar que a vez dele logo chegaria, pois ele era uma importante liderança no DCE. Antes de sumirem juntos, porém, eles se casaram. “Gilda minha irmã, é um pouquinho mais nova do

---

<sup>245</sup> Entrevista realizada pela autora no dia 05 de outubro de 2007, com Jussara Ribeiro de Oliveira, no Rio de Janeiro.

<sup>246</sup> Entrevista realizada pela autora no dia 07 de abril de 2008, com Gilse Cosenza, em Belo Horizonte.

que eu, e nessa confusão toda ai, nós nos casamos juntas (...) casei correndo, sumi correndo, fizemos um casamento conjunto para o meu pai ficar feliz que a gente casou na Igreja e tudo”<sup>247</sup>. Casou na Igreja para agradar a família, para deixar o pai feliz, mas de uma coisa não abriu mão: a minissaia.

É interessante perceber as nuances do contexto. Conviviam posturas e atitudes conservadoras ao lado de rupturas de paradigmas próprios dos anos sessenta. Desse modo, estudantes, jovens contestadores que abriram caminho para uma série de mudanças, que moravam juntos, faziam sexo antes do casamento, tomavam pílula anticoncepcional e usavam minissaia, também abriam concessões e se casavam na igreja.

Outra coisa que marca as relações afetivas na clandestinidade são as constantes rupturas e deslocamentos. Isso muitas vezes provocava separações. O sequestro do Embaixador alemão foi o responsável por Gradel ter se separado de sua mulher. Depois de morarem no apartamento no Bairro Rio Comprido, no Rio de Janeiro, alugaram um “aparelho” na Rua Júlio Otoni, em Santa Teresa. Ele, funcionário de uma multinacional, e ela, dona-de-casa, não tinham contato com os vizinhos, passavam o dia todo em ações.

Era uma casa assim que desce com vários platôs e um terraço em cada um com um apartamentinho. Aí tudo bem, a gente tava vivendo bem. Aí veio o alemão. Só que a rota de fuga do alemão era aqui. A gente veio com o alemão até a entrada do túnel da rua Alice, que é aqui em cima. Aí tinha uma ruinha, aí paramos. Pusemos o alemão dentro de uma caixa, uma caixa numa Kombi. A Kombi foi pra essa casa onde tava o pessoal... e os outros carros foram embora pra outro lado. E eu morava a 100 metros e à noite, nesse dia ia estar *assim* (fazendo gesto com a mão) de polícia. Aí eu fui direto pra casa do meu primo, com as armas e tudo, nos abraçamos e ele disse “que merda”. Eu disse “é, mas depois eu te explico porque”. Mas ia passar a noite lá e no dia seguinte eu ia voltar pra cá. Aí saiu a minha foto no... Aí já mudou tudo, o aparelho caiu, quer dizer, não sei quando, mas obviamente o dono da casa viu o inquilino dele na primeira página do Globo quando sequestrou o embaixador. Aí a minha mulher teve que ir pra um outro aparelho, aí eu fui pra baixada e deu essa confusão toda<sup>248</sup>.

Essa “confusão toda”, a qual Gradel se refere, significa sequestro do Embaixador, fuga do “aparelho”, separação da mulher, busca de um lugar seguro.

A relação entre os dois acabou de maneira abrupta em função do aparecimento de uma foto de Gradel nos jornais. Ele faz questão de frisar que foi uma época feliz, essa em que ele morou em Santa Teresa com sua companheira, mas que o fim da relação foi algo traumático. Fugiram separados e se separaram. Vieram a se reencontrar seis meses depois, mas a relação

---

<sup>247</sup> Entrevista realizada pela autora no dia 07 de abril de 2008, com Gilse Cosenza, em Belo Horizonte.

<sup>248</sup> Entrevista realizada pela autora no dia 06 de novembro de 2008, com José Maurício Gradel, no Rio de Janeiro.

havia terminado nesse meio tempo, sem que um dissesse ao outro absolutamente nada. Relações entrecortadas, marcadas por silêncios, separações repentinas, rupturas que deixaram e deixam marcas.

Gradel ainda ressalta que talvez as pessoas julguem que em termos históricos, as relações amorosas não seja o que mais interesse, mas como todo jovem, eles, militantes políticos, tinham uma vida normal, se apaixonavam, "ficavam", mas que havia questões de segurança que muitas vezes eram desobedecidas ou podiam acabar com a relação, como aconteceu com ele.

Ana Amélia também vivenciou uma separação abrupta com seu namorado. Na carta escrita por ela em 1º de maio<sup>249</sup>, logo após a prisão, Ana agradece a solidariedade da família e fala da imensa tristeza que sentiu e que achou que não aguentaria, que não merecia esse sofrimento. Ela não fala claramente quem a faz sofrer, utiliza apenas “eles” para designar os responsáveis por sua tristeza, a repressão. Outra coisa relevante na carta de Ana é que ela fala de sua dor, mas ao mesmo tempo transforma esse sofrimento individual em algo coletivo quando afirma que assim como ela, “outras mulheres passaram por isso”.

---

<sup>249</sup> Essa carta faz parte de um conjunto de outras cartas encontradas pela mãe de Álvaro por ocasião dessa dissertação. Álvaro e Ana Amélia fizeram uma seleção, identificaram as datas e nos encaminharam uma cópia de cada.

1º de Maio

Querido papai.

Eu estava mesmo precisando da solidiedade e do carinho de vocês.

O meu compromisso para com o meu povo é o que me mantém de cabeça fria. ~~Mas teve um momento~~ <sup>em</sup> que eu pensei que não ia aguentar e senti uma tristeza tão grande que pensei que estava sozinha. Achei que eu não merecia este sofrimento e me espantei com a dor que desta vez me atingiu bem de perto. Eles cometem injustiças e crueldades imensas o objetivo é nos ~~arrastar~~ e nos impedir de despertar o povo por fim a exploração desses criminosos. Esta contribuição de me arrastar eu não vou dar a eles e continuo minha luta. Eu sei que não sou só eu que sofro, que muitas outras mulheres passaram por isso que eu estou passando agora. Sinto que eu tenho que ser forte, como elas foram.

Na continuação da carta, Ana pede ajuda ao pai, deputado à época, para conseguir um advogado para o namorado, pois a família dele não tinha condições financeiras para isso, além do mais, ela, na situação de clandestina, não podia deixar seu nome aparecer.

A situação dele não é muito boa. A família dele não tem condições por vários motivos de ajudá-lo. Sinto uma responsabilidade muito grande nesse ajuda. Mas estou feiada por uma porção de coisas, primeiro ~~meu nome~~ não pode aparecer na contratação do Advogado e até agora não consegui encontrar a família dele. Tenho que ter paciência. Isto me deixa muito preocupado por que ele é o único que ainda não tem advogado.

1. ... e encontrar um advo-

Além da ruptura com a família, que é a primeira que inaugura uma série de outras ao longo de sua vida clandestina, Ana Amélia vivenciou a ruptura com o namorado e com amigos. Desse momento guarda uma poesia escrita depois de uma “visita” aos companheiros presos.

#### A Visita

Eu cheguei e tive uma comitiva de mãos a minha espera  
 Que bom foi ter suas mãos nos olhos,  
 Apenas nos olhos mas tôdas minhas  
 Mãos redondas em torno das grades metal  
 Mãos acenando.  
 Mãos.  
 Suas mãos queridas, preparadas para as armas do povo  
 Que hoje fizeram uma homenagem a mim.  
 Mãos presas e fui visitá-las  
 Mãos importantes que feliz me fizeram!  
 Hoje há sol e céu azul  
 Ando pelas calçadas alegre  
 Carregando no coração os companheiros,  
 Reintroduzidos por suas mãos.  
 09/07/1972<sup>250</sup>

<sup>250</sup> Faz parte do conjunto de documentos dos quais Ana Amélia fez cópia e nos passou.

A “visita” de Ana, no entanto, não foi nada convencional, até porque sua condição de clandestina a impedia de fazer isso. O combinado então com os amigos presos era que eles chegariam da janela para que ela os pudesse ver, Ana ficaria do outro lado da rua. O que ela viu foram as mãos, nada mais; porém, “mãos significativas”.

Uma dessas mãos era de Antônio Fernando Bueno Marcelo, amigo preso também na queda de 21 de abril em 1971, junto com seu namorado, e que escreve pra ela em tom carinhoso. A carta é datada de 05/06/73 e Antônio inicia a conversa de maneira que nos faz concluir que Ana estava passando por um momento difícil:

Pode te parecer estranho que eu fique feliz paca com tua carta. Que eu fique contente. Como é que eu posso ficar contente quando você me fala que está dentro de um poço seco e fundo? (...) Qualquer um pode ter momentos (mesmo que dure um bocado) em que se sente lá em baixo, momentos de crise, frente aos quais a gente não sabe como se manter ou como agir. Momentos, apenas isso. Para quem tem à sua frente todo o tempo do mundo, todo o futuro, por mais que dure; é só um momento<sup>251</sup>.

O amigo reconhece sua dor ao mesmo tempo em que tenta animá-la, dizendo ser isso só um momento. Além disso, ele fala:

Eu estou doido para ir ao cinema. E para passear pelas ruas, pelas esquinas, até andar de tobogã (sentado, não em pé) e ir à praia. Te prometo um chopp para quando eu sair (chopp não, chops). (...) Mas por hoje chega. Tem muito futuro pela frente e eu te prometo mais um monte de cartas<sup>252</sup>.

Aos nossos olhos, pode parecer estranho que um preso político, que com toda certeza foi torturado, que passou por sofrimentos inimagináveis, esteja tentando consolar alguém que está livre. Entretanto, é preciso analisar a clandestinidade de maneira mais profunda, pois essa liberdade é relativa, é uma liberdade aparente.

O clandestino não pode dizer quem é, usa “nome frio”, nome falso, não pode visitar a família, não pode sair com os amigos, não pode frequentar todos os espaços que deseja, pois isso seria trazer riscos para si e para a Organização. Não pode exercer sua profissão, ou se integra na produção trabalhando como operário ou camponês, ou se profissionaliza como militante. Muitas vezes não pode ler determinada coisa, ou não pode ler nada, existe um não poder até mesmo na linguagem e no pensamento. Não poder emitir opiniões e conversar sobre determinado assunto ou de determinada forma, pois poderia denunciar o disfarce. Esse constante calar, ao qual o clandestino está submetido, e o cerceamento por uma série de “não

---

<sup>251</sup> Faz parte do conjunto de documentos dos quais Ana Amélia fez cópia e nos passou.

<sup>252</sup> idem.



pode” imprime marcas nas subjetividades e muitas vezes aumentam o sentimento de solidão, tensão e desamparo.

Outro documento guardado por Ana Amélia é a carta da amiga Nobuê, citada na entrevista, e que foi embora do país depois da prisão do marido, também em 1971. Ana havia morado com o casal durante o seu primeiro ano como clandestina em São Paulo, e construíram uma amizade a partir daí. Nunca mais viu Nobuê; a única lembrança é essa carta de 1974.

A carta de Nobuê evidencia um momento de revisões, não só dela, como também de boa parte da esquerda revolucionária. É assim que Nobuê fala do orgulho que sente dos companheiros presos, inclusive seu marido: “Dos meninos que está lá dentro tenho recebido sempre cartas, principalmente do meu menino em particular. Eles estão bem e firmes. Tenho um bocado de orgulho deles. E acá fora eles são muito respeitados”. Ao mesmo tempo em que inicia a carta dizendo que mudou:

Sabe, os anos passaram, as coisas passaram e eu andei muito pela (ilegível) e conheci coisas, cai muitas vezes mas como não podia deixar de ser aprendi muito e me amadureci muito. Hoje, creio que sou bem diferente daquela que você conheceu. Talvez a única coisa que não mudei é a risada. Continuo rindo e olho com coragem as coisas. Tenho monte de saudade do nosso tempo e lamento também como a gente era imatura e cega. Mas creio que isso faz parte da vida e os erros e fracassos, que pareciam negativos, são hoje uma escada pra gente ser mais gente...<sup>253</sup>

Esse momento de revisões é marcado pelo golpe no Chile, que já havia se consolidado e se transformado em uma ditadura, e pela derrota da guerrilha do Araguaia<sup>254</sup>. É assim que a “derrota da luta armada impusera às organizações e aos militantes que haviam sobrevivido a necessidade da definição de uma nova linha de atuação política”. (ARAÚJO, 2004, p.243). Dá-se início ao processo de autocrítica da luta armada e a tentativa de construção de uma nova linha política, que segundo Maria Paula Araújo (2004), começou no Chile, nos primeiros anos da década de 1970, a partir de debates de militantes exilados de várias Organizações. Entretanto, depois do golpe que derrubou Salvador Allende, este debate extrapolou para outros países que receberam exilados e banidos, centrando-se em Paris, na França. Nesse sentido, a revisão de Nobuê, amiga de Ana, acerca do contexto e das escolhas feitas, além de ser individual, tendo em vista a prisão do marido que lhe causou bastante

---

<sup>253</sup> Essa carta faz parte do conjunto de documentos dos quais Ana Amélia fez cópia e nos passou.

<sup>254</sup> A última campanha do Exército na região do Araguaia foi em 1974. A guerrilha foi derrotada e vários militantes do PCdoB foram mortos, a maioria encontra-se desaparecida até hoje.

sofrimento, é também uma revisão coletiva, pois ela estava exilada em Paris e provavelmente tinha contato com outros exilados.

Observamos assim que as relações afetivas na clandestinidade, namoros, paixões, desejos, casamentos, amizades ou até mesmo os ódios e antipatias se fizeram num terreno sitiado, num espaço fechado, onde o controle da situação muitas vezes escapa, ainda que parcialmente, dos agentes das relações. Muitas vezes relações são estabelecidas ou rompidas à revelia dos desejos individuais. As circunstâncias ditam determinadas situações sobre as quais o militante não tem o controle, e não encontra espaço para a expressão da individualidade afetiva plena. A família também é um ponto importante nessa discussão; rompimento, saudade, encontros raros, é algo que perpassa essa relação.

### 4.3- A família do clandestino

Para se comunicar com a família ou encontrá-la, todo um sistema de segurança era pensado.

(...) depois de 73, meu pai comprou um apartamento em Petrópolis, então eu ia a Petrópolis e encontrava com ele na Semana Santa. Eu vinha sempre na Semana Santa e apesar de ser separado ele levava minha mãe, mas o resto das vezes eram coisas assim muito esporádicas, foi muito sofrimento pra ele. Um dia ele falou: “– não existe nada mais doloroso pra um pai do que não saber onde o filho está” (silêncio)<sup>255</sup>.

Essa fala de Jussara é reafirmada em uma carta escrita por seu pai e endereçada a ela<sup>256</sup>.

---

<sup>255</sup> Entrevista realizada pela autora com Jussara Ribeiro de Oliveira, no dia 07 de outubro de 2007, no Rio de Janeiro.

<sup>256</sup> Essas cartas fazem parte de um conjunto de outras, trocadas entre Jussara e o pai Jurandy, no período em que estava clandestina.

Rio de Janeiro, 6 de Abril de 1972

Sareco, querida:-

Em meu poder a sua carta de 24 e também as que destinou a sua Mãe e sua Avó que encaminharei.

De qualquer maneira, receber suas notícias, em cartas, muito me alegra, se bem que fique a magoa de não saber com exatidão por onde anda, o que faz, o que necessita, em que posso ser útil. Nem avalio o que se passa e o pensamento - em situações tais - somente dar conotações mais delicadas.

Nada posso fazer, senão aguardar. Senão esperar, resignadamente. Espero reve-la. Também a seu irmão, cuja despedida no Aeroporto me deu a sensação de um adeus...

Como se lê, é notória a tristeza do pai de Jussara por não saber sobre o paradeiro da filha; a única coisa que lhe restava, como ele mesmo diz, era aguardar suas cartas e confiar nas notícias que ela lhe enviava. A espera, estado permanente para o clandestino, se estendia também aos seus familiares, que viviam num eterno “aguardar” por notícias, cartas ou telefones que não tinham data certa para acontecer.

Com certeza, não eram todos os pais que entendiam o caminho escolhido pelo filho. Entretanto, alguns, por mais que não concordassem com essas escolhas, demonstravam um profundo respeito. Em carta escrita pelo pai de Ana Amélia, ele fala da sua admiração pelo ideal da filha, ao mesmo tempo em que com muita sutileza diz que não existem certezas absolutas, num contexto em que os jovens acreditavam exatamente nisso.

Admiro o seu ideal e a sua disposição para atingi-lo. Como todo pai é inevitavelmente conselheiro, quero lembrar que não existe o verdadeiro Conhecimento, nem Ciência, nem Certeza, nem Sabedoria, sem Sensibilidade e Sentimento. E que não há coisas absolutamente certas. Aprovo seu amor pelo seu namorado. Sei e sinto que o amor existe. Não se prenda a convenções nem preconceitos. Pouco me importa, minha filhinha única que você se case ou não. O importante é que seja leal, autêntica e sincera. Honesta. E que seja feliz. E, se não for, seja como for, voltará para mim, e aqui encontrará a mais completa solidariedade e compreensão<sup>257</sup>.

Assim também o pai de Jussara, senhor Jurandyr, em várias cartas, deseja à filha “paz de espírito e tranquilidade”. Ao mesmo tempo em que procura manter Jussara próxima à família, participando a filha de todas as notícias, ainda que não sejam boas, como o

---

<sup>257</sup> Essa carta faz parte do conjunto de documentos dos quais Ana Amélia fez cópia e nos passou. Foi escrita pelo pai de Ana Amélia em papel timbrado da Câmara dos Deputados, data de 12/12/1971.

falecimento de sua avó, a doença de sua mãe, a morte de um amigo da família, a viagem do irmão para os Estados Unidos<sup>258</sup>.

Recebi finalmente a sua carta, tão e tão esperada. Fiquei, em parte, tranquilizado. Espero que voce esteja feliz no seu emprego, ou na sua atividade, e que consiga paz de espirito.

Na impossibilidade de ve-la em data proxima, espero que me traga alegria com outras cartas.

Tenho noticias para voce: sua avó Lola faleceu dia 28 e sua Mãe viajou para uma derradeira visita, mas foi suppreendida no Aeroporto com a noticia do óbito. Regressou no dia seguinte, após o sepultamento.

Mamãe está passando bem, ainda que tenha sentido forte abalo com o falecimento de Geraldo, irmão de Marília.

Caso seja possivel, gostaria que escrevesse algumas linhas para Mamãe que daqui providenciarei a remessa da carta. Pergunta muito por voce, insistentemente quer saber o que se passa com voce, o que está fazendo, o trabalho que executa, do mesmo modo que quer noticias de Potyguara, que, como voce já deve saber, dia 22/9/71 viajou para a América do Norte, estando trabalhando numa Livraria em Nova York.

Espero que tudo se acomode e que um dia nossos caminhos voltem a se encontrar e que tudo seja lembrado como um pesadelo.

Nesse sentido, conviver com o sofrimento da família não devia ser fácil para os militantes. A todo o momento era necessário reafirmar as escolhas e as renúncias feitas. A escolha por um tipo de vida diferente, pela revolução, e a renúncia do aconchego do lar, o carinho da família, a conversa descompromissada com amigos.

O mundo particular, segundo os autores Almeida e Weis (1998), virava de ponta-cabeça quando se fazia da oposição à ditadura uma profissão de tempo integral, nos partidos e movimentos políticos proibidos. Cedo ou tarde, a participação se tornava sinônimo de existência clandestina, dominadora infiltração da privacidade pela política. Nessas circunstâncias, tudo ficava subordinado aos imperativos da luta contra o regime.

Álvaro Cavalcante encontrou o pai durante a clandestinidade apenas duas vezes, e com a mãe quatro. Telefonava de vez em quando para uma vizinha “muito solidária” e avisava que

---

<sup>258</sup> Essas cartas fazem parte de um conjunto de outras, trocadas entre Jussara e o pai Jurandy, no período em que estava clandestina. 08/03/1972.

ia ligar de novo em quinze minutos, a vizinha então chamava a mãe. Os irmãos ele viu muito pouco, “era muito perigoso, né? Porque a família é um caminho de achar a gente, o telefone era censurado, a casa era vigiada, foi difícil”<sup>259</sup>. Não foi a Brasília nenhuma vez no período em que esteve clandestino, mas havia alguns esquemas de segurança montados para que seus pais pudessem visitá-lo de vez em quando.

uma vez eles foram a Santos, outra vez minha mãe, quando nasceu meu filho, que era o primeiro neto, minha mãe veio num esquema de segurança bem complicado; tinha senha na rodoviária, uma pessoa procurou ela e tal, meteram ela no carro e ela achava na cabeça dela que eu morava em Vitória. Aí, nem ela desconfiava que eu morava no Rio, ninguém sabia, mas ninguém sabia mesmo onde eu tava, ela passou uns quinze dias lá em casa, foi uma complicação danada minha mãe, madame, tinha que ser Maria Teresa, ai a moça ficava: “Dona Maria Teresa, Dona Maria Teresa” e a ficha não caía, “Dona Maria Teresa é você”, “ah é, sou eu”. (risos)<sup>260</sup>.

Até a mãe de Álvaro torna-se clandestina por uns dias, passa pelo ritual do “batismo conspirativo”, recebe um “nome frio” para evitar uma possível identificação caso acontecesse algo. Entretanto, para ela, era difícil se apropriar daquela nova situação, ser chamada de Maria Teresa e atender por esse nome, “a ficha não caía”, como diz Álvaro. Outra situação que o filho comenta em tom cômico é quando sua mãe, para fazer um agrado, prepara sua marmita: “eu levei a marmita e comi escondido, era um filé *mignon* à milanesa dessa altura (fazendo gesto com a mão) que nenhum peão comeu aquilo na vida, nunca, e não pode, eu não posso levar filé *mignon* na marmita”. (risos)<sup>261</sup>.

O esquema de segurança era tão bem planejado por Álvaro e Ana Amélia, os filhos número um e número dois, que as instruções eram passadas por escrito e em códigos para diminuir os riscos das já escassas visitas.

---

<sup>259</sup> Entrevista realizada pela autora no dia 22 de outubro de 2007, com Álvaro Lins Cavalcante Filho, no Rio de Janeiro.

<sup>260</sup> *idem*.

<sup>261</sup> *idem*

①

## SECRETO

## INSTRUÇÕES PARA O TRANSPORTE FAMILIAR:

1- É PROIBIDO FALAR NO TELEFONE SOBRE A VIAGEM - só confirmar a alternativa da vinda

2- 5ª feira: - Confirma-se a quem <sup>se for tudo certo</sup> ~~deve~~ a quantidade de ~~o~~ ~~alimento~~ para ser transportado ~~o~~ para quem.

3- ~~NINGUÉM DA CASA DEVE TRANSPORTAR A BARRA.~~ ←

4- A bagagem e as pessoas devem sair de casa em veículos e horários diferentes.

5- Para as vizinhas mais próximas dizer que vai para o Rio.

6- Sair de casa normalmente como quem vai para o cinema

- 2 ROTETROS A ESCOLHER:

I - Trem

Se tiver trem que sai de

②

manhã (o importante é que cheque aqui de manhã) vir de trem.

Em frente a estação do trem apertar um taxi até o "Rápido Brasil" na praça ~~(João)~~ João Mendes. Lá pegar onibus para Santos. Descer na Rodoviária. Sentar. Esperar e mandar o mano maior (M.M.) ~~no~~ pegar um taxi e ir ao Cine Independência na praça. IMPORTANTE: 12 horas ou 14 horas do dia 21 ou 22.

- Prestar atenção se está sendo acompanhado por "alguém".

II - Se ~~o~~ C.A. puder vir antes será BEM melhor e simples. ~~Se~~ Vir de onibus, deve sair no bus das 18 horas do dia 20 ou 21 chegará dia 21 ou 22. Nesse mesmo dia os outros saem de trem à noite (20 ou 21) Portanto chegando 12 horas depois do C.A. que se encontra e se

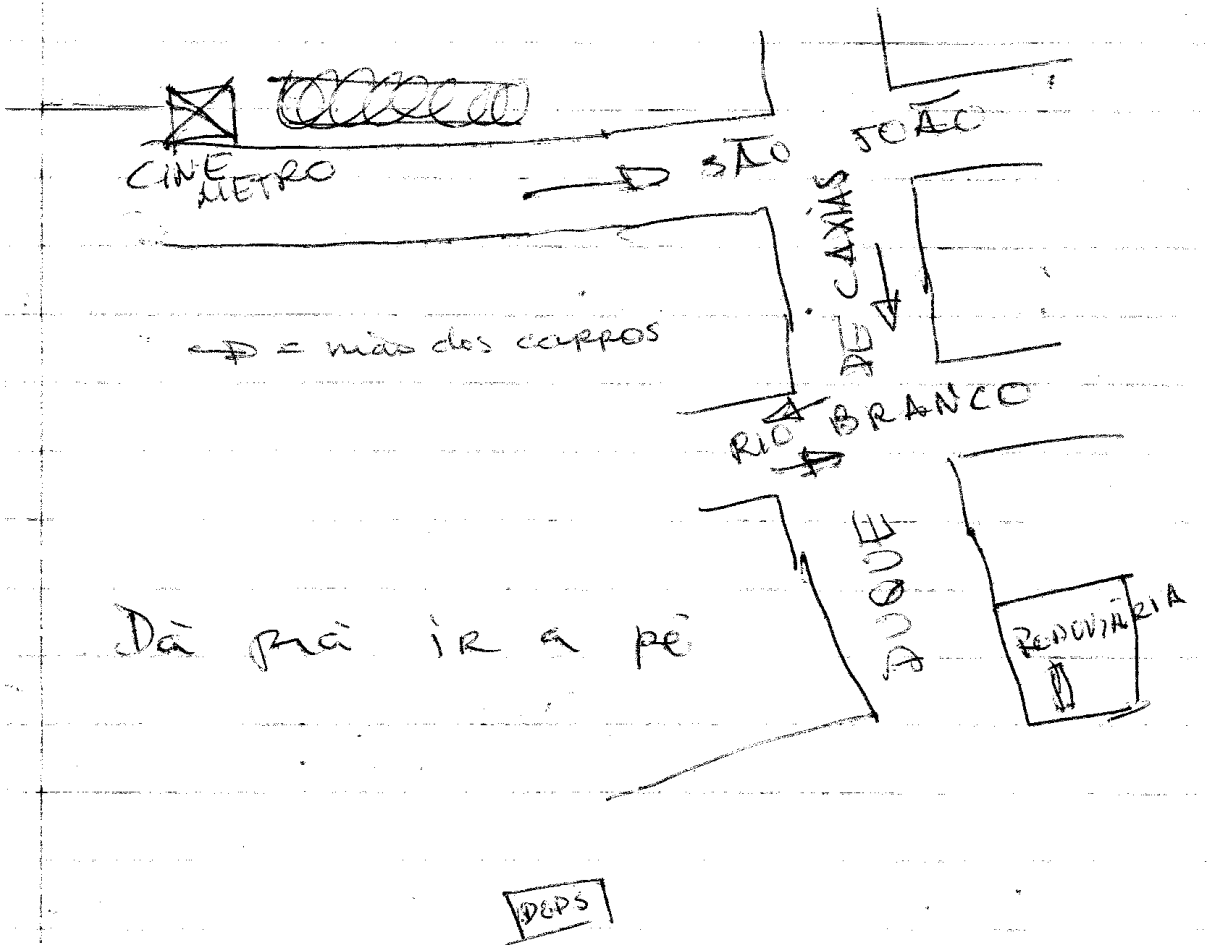
3

rande no estacão do trem. Já  
instruido para tomar todas  
as providências.

Espionemos o C.A. as 10, 12 ou  
15 horas em frente ao Cine  
Metro na S. João. Cuidado!

- dar umas voltas prestando  
atenção. Dias 21 e 22.

Mapa do cine Metro



Dá pra ir a pé

DEPS

segue



④

## III alternativa.

Ir pro Rio - ônibus em avião - e de lá via pra cá. Mandar o mano na frente mantendo as gentes em São Paulo da alternativa II ou separar Dias, 21 ou 22

10, 12, 15 horas em frente ao cine Metro na São João.

IV - Trazer pouca de cama só. Mas é convenientemente trazer muita coisa. Fica mais difícil de transportar e coisa e tal.

Esperando estar sendo dado esperanças que tudo dê certo. No dia 20 às 20hs telefonar nos para confirmar a saída e chegada do mano médio.

Se tiver dinheiro dar logo 500 contos pra Tânia transferir, se não tiver, no telefone a gente <sup>acerta</sup>

(5)

Beijos  
saudades  
dos filhos  
no 1 e 2

---

CONFIANÇA E  
LUTA!

ABAIXO A  
DITADORA!

Alguns militantes, no entanto, não eram tão cuidadosos quanto Álvaro e Ana Amélia que fizeram questão de demarcar no mapa até mesmo a localização do DOPS. Almeida e Weis (1998) apontam que como os contatos com a família e amigos era coisa muito rara e o enclausuramento na clandestinidade chegava a ser insuportável, os militantes de vez em quando burlavam regras básicas de segurança, “aparecia na casa de um velho amigo ou de um parente, cujo endereço, supunha, não era vigiado pela polícia; ou simplesmente ia dar uma volta por lugares que costumava freqüentar antes de mudar de vida”. (p.384).

Outra situação que representava riscos para o militante e sua Organização era em relação aos filhos; nesse contexto, um dilema e um desafio se apresentavam para esses jovens: ter filhos ou não.

#### **4.4- Destinos traçados: Filhos Clandestinos (Os filhos dos filhos deste solo...)**

Elizabeth F. Xavier Ferreira (1996), analisa a partir de pesquisa de gênero, que as Organizações exerciam forte controle sobre a vida do militante, até mesmo em relação à vida afetiva e à gravidez, geralmente repudiada pelos dirigentes por ser considerada um risco a mais para a Organização. Entretanto, como é sabido, muitas militantes transgrediram algumas dessas regras, como por exemplo, quando a Organização decidia pelo aborto, e elas, mesmo assim tinham os filhos. Mas também aconteceu de algumas militantes fazerem o aborto, juntando a opção pessoal à ordem da Organização.

É notório que do ponto de vista organizacional, a gravidez é um situação que deveria ser evitada, pois representava um risco, principalmente para aqueles militantes que fizeram a opção pela luta armada.

Ser mãe ou pai na condição de clandestino não era tarefa fácil. Enfrentar uma gravidez impunha aos militantes vários riscos e colocava a sua segurança e da Organização em jogo. Além disso, cuidar de uma criança implicava em cuidados especiais e gastos aos quais muitas vezes os pais não estavam preparados; ou a própria Organização, quando esta mantinha financeiramente o militante. Filhos poderiam também significar um entrave nos deslocamentos, que eram constantes para o militante clandestino, ou numa possível tentativa de fuga caso fosse encontrado pela repressão.

Os filhos como veremos adiante, também se tornaram alvos da repressão, na medida em que a ameaça à sua vida ou à sua integridade física era usada para arrancar confissões dos

pais, militantes políticos presos. Gilse por exemplo, passou dias e noites sofrendo tortura psicológica em relação à sua filha.

eles ficavam me descrevendo, às vezes a noite inteira, quando eles viram que não funcionava a tortura física e mesmo a tortura sexual pra gente falar o que eles queriam, dar as informações que eles queriam, eles falaram comigo: “- vamos ver se você é (inaudível), porque já já sua menina está aqui, e aí nós vamos fazer experiências para o progresso da ciência, nós estamos cansados de trabalhar com adultos, as reações são iguais, nós queremos ver como é que reage uma criança de quatro meses, nisso nós não temos experiência, vocês vão contribuir para o progresso científico, né? Então, por exemplo, nós vamos botar ela na banheira cheia de pedra de gelo e você vai marcar quanto tempo ela demora para virar um picolé, mas nós não vamos matar ela rápido não, não tem graça, porque nós temos que fazer experiências, como será que ela reage ao cassete, (inaudível), ao pau de arara. Como ela reage diante das outras formas de tortura? E você que vai nos ajudar, para ver quais as reações e a resistência da criança, mas nós não vamos matar ela não, aliás acho que nós não vamos matar nem você, já que você é uma mãe comunista desnaturada, matar é muito fácil, morrer pra você é muito fácil, nós vamos quebrar todos ossinhos dela, nós vamos derreter, porque a gente vai fazer experiências, vamos por os eletrodos de choque no ouvido dela e o quê que será, será que os miolos viram mingau ou torra?”<sup>262</sup>

Colocava-se diante dessa conjuntura uma importante escolha: ter ou não ter filhos em um contexto diferenciado, em que novos padrões de sexualidade estavam surgindo, inclusive para a mulher, com o surgimento da pílula anticoncepcional e a possibilidade da vivência de uma maior liberdade sexual. Outro fator que se impunha nessa escolha era o próprio contexto político; muitos não queriam ter filhos em um contexto de ditadura militar. Afinal, qual seria o destino dessa criança? Alguns preferiam esperar que a revolução fosse vitoriosa para consumir a maternidade e a paternidade. A outros simplesmente não foi possível a escolha, ser mãe ou pai aconteceu.

Gilse, integrada na produção na cidade, perseguida pela repressão, segue para o campo juntamente com o marido Abel, grávida de dois meses. A vida no campo era muito pesada, além disso, ela passou toda a gravidez sem ir ao médico. Após a decretação do AI-5, Gilse e Abel recebem uma mensagem do comando convocando para uma reunião em Belo Horizonte/MG, a realizar-se em fevereiro, para avaliar a atuação política no campo e os rumos a tomar pós-AI-5. Gilse, já no sétimo mês de gravidez, enfrenta uma viagem nada confortável para reunir-se com os companheiros da AP.

No dia 26 de fevereiro de 1969, logo cedo, dá-se início à reunião do núcleo de militantes deslocados para o campo na pequena casa de fundos, - também chamada de “barracão” - da Rua Oswaldo Cruz, no bairro da Gameleira, em Belo Horizonte. Estavam

---

<sup>262</sup> Entrevista realizada pela autora no dia 07 de abril de 2008, com Gilse Cosenza, em Belo Horizonte.

presentes na reunião Loreta e Carlos, Oldack e Solange, vindos da Mata da Jaíba, interior de Minas Gerais, Gilse e Abel vindos de Ipatinga/MG, Luizinho, do Comando Regional e Pestana, da Direção Nacional da AP. O “barracão” da Oswaldo Cruz serviu e continuava servindo de “aparelho” para muitos militantes clandestinos, era considerada uma casa segura, já que era conhecida de poucos militantes e dirigentes da Organização, por isso havia sido escolhida para sediar esse encontro clandestino com os chamados quadros do campo.

Durante toda reunião, Gilse sente-se mal, dores fortes pelo corpo, ânsias de vômito, vertigens, até que no dia seguinte ela entra em trabalho de parto.

Em fevereiro, eu já com sete meses de gravidez, viemos para a reunião, fomos fazer a reunião num barraco clandestino ali na Gameleira, (...) e estávamos em reunião quando eu entrei em trabalho de parto, a bolsa d'água arrebentou (risos) e aí foi aquela confusão: - “por que?”, “como é?”, “quê fazer?” – desmantelou a reunião, os companheiros saíram procurando médico ginecologista que topasse, para arranjar um lugar que eu não fosse presa, eu fui, tivemos que sair porque estava escorrendo muito água, fomos para o Hospital das Clínicas, com a água escorrendo, o chinelinho fazia pocinha, e aí na hora que eles foram me examinar lá no Hospital das Clínicas, viram que eram gêmeos, e falaram comigo: “olha são dois, são gêmeos e estão nascendo”, e aí o pessoal saiu correndo, eu falei: “eu posso ficar aqui?” – “Aqui não, não tem vaga”<sup>263</sup>.

Sem vaga no Hospital das Clínicas, os companheiros de Gilse saíram à procura de um médico que estivesse disposto a fazer o parto naquelas condições. Arranjaram um médico espírita que aceitou fazer o parto e ajudar a protegê-la para que ela não fosse presa enquanto estivesse tendo a criança. “Me botaram num hospital ali, pequenininho, até hoje eu não sei onde me levaram, um hospital pequeno, afastado e lá então tive as duas meninas, né? As gêmeas, a Juliana e Adriana, de sete meses, muito fraquinhas, né?”<sup>264</sup>.

A Adriana veio a falecer com quinze dias de vida e a Juliana, muito frágil e com várias doenças, - gastroenterite, otite, pneumonia - apresentava pouca expectativa de sobrevivência, mesmo assim o médico orientou como deveriam ser os cuidados com a pequena Juliana. Contando com a ajuda do médico que fez o parto das gêmeas e com a solidariedade de pessoas próximas, Gilse, que já era clandestina, passa a se esconder juntamente com Juliana na casa de amigos, mudando de casa constantemente para não ser presa.

Quando uma casa parecia que estava perigosa, eles achavam que: “- olha está parecendo que tem perigo aqui”, aí arrumava outra casa, me transportava no porta-malas de um carro junto com ela, e eu sempre andava tampando a boca dela para ninguém escutar ela

---

<sup>263</sup> Entrevista realizada pela autora no dia 07 de abril de 2008, com Gilse Cosenza, em Belo Horizonte.

<sup>264</sup> *idem*.

chorando, e fui mudando de uma casa para outra, de outra para outra, uma corrente de solidariedade assim, para me esconder com minha filha (...) <sup>265</sup>.

Entretanto, mesmo com toda a rede de solidariedade formada para proteger Gilse e Juliana, inclusive com ex-colegas da faculdade de Serviço Social, Gilse é presa em junho do mesmo ano. Ao saber por acaso da prisão de seu irmão Gildo, também militante da AP, e também clandestino, ela, mesmo contrariando orientações de segurança, se sente na obrigação de avisar os companheiros que o “aparelho” onde ele estava morando com outros clandestinos tinha “caído”. Vai até o “barracão” da Oswaldo Cruz, onde é presa; os militares já estavam lá. O “aparelho” da Gameleira já não era tão clandestino e seguro; assim como Gilse, muitos outros militantes foram presos na mesma casa ou a partir da queda deste “aparelho”.

Gilse vai ao encontro da repressão. Ao saber da sua prisão, a amiga que estava escondendo Gilse e a filha, imediatamente pegou um avião para o Rio de Janeiro e entregou Juliana para Gilda, irmã mais nova de Gilse, casada com Henfil, como estava combinado. O casal cuidou da criança até a saída de Gilse da prisão um ano depois, quando ela entra novamente para a clandestinidade.

A Gilda mais Henriquinho (Henfil) criaram a Juliana até eu sair da prisão, já me entregaram ela bonita, crescidinha, com saúde, salvaram lá, esconderam da repressão fingindo que era deles mesmo, e criaram a Juliana, me devolveram depois linda maravilhosa, quando eu saí da prisão (...) <sup>266</sup>.

Gilse faz questão de ressaltar a importância das redes de solidariedade, em especial a atuação de sua irmã Gilda e seu cunhado Henfil.

Porque uma coisa todo mundo conhece, o papel do Henriquinho enquanto artista, cartunista, etc e tal, agora uma coisa pouco conhecida era o papel clandestino que ele e a Gilda desempenharam de apoio aos perseguidos, não só a mim que era irmã, criaram a minha filha, não só, meu irmão, mas outras pessoas e muitas pessoas que eles ajudavam a sair, fugir para o exterior. A Gilda criou uma creche, construiu uma creche, que ela é pedagoga, psicóloga, etc e tal, gostava de cuidar de menino pequeno e acolhia lá os filhos de gente que estava sumido, fugido, sem cobrar nada <sup>267</sup>.

A história dessa creche foi confirmada pela própria Gilda, que chegou à casa de Gilse durante a entrevista. De acordo com ela, a creche abrigou filhos de clandestinos, que estavam

---

<sup>265</sup> Entrevista realizada pela autora no dia 07 de abril de 2008, com Gilse Cosenza, em Belo Horizonte.

<sup>266</sup> idem.

<sup>267</sup> idem.

com outro nome, fazendo com que a creche se tornasse um verdadeiro “desaguadouro de criança, de filho de clandestino”, como comenta Gilse.

Gilda conta que Fernando Santa Cruz foi preso e morto logo após deixar seu filho na creche, e que naquela época essa situação era muito comum, uma mãe militante e jornalista também foi presa na porta da creche. Ela ressalta que a creche “foi um trabalho que existiu e ninguém sabe”.

Álvaro Caldas também foi pai em condições nada convencionais. Estava clandestino e não pôde participar do nascimento da filha, sabendo da notícia somente no dia seguinte, quando ligou do telefone público para a sogra para saber como estava sua esposa Suely. Surpreende-se então com a notícia, a menina tinha nascido, e ainda não tinha nome, comemorou com o jornaleiro que lhe deu “parabéns, mesmo sem saber porque um pai precisa ligar para a sogra para se informar sobre o nascimento de sua filha”. (2004, p.220-222). São tempos de ditadura.

E assim como o pai, “Brancaleone”, como Álvaro a chama no livro, também viveu aquela fase perigosamente.

Para começar, nasceu clandestina, às 21 h do dia 24 de dezembro de 1969, procuradas ela e a mãe pela repressão. As dores do parto começaram uma semana antes, no mesmo dia em que fomos jogados na clandestinidade. Enquanto as contrações aumentavam de ritmo, os órgãos de segurança apertavam o cerco, vigiando casas de parentes, maternidade. Ficou difícil: uma alternativa foi fazer o parto numa clínica de aborto. Ali, pelo menos, tudo seria clandestino. (CALDAS, 2004, p.220-222).

Essa situação evidencia a que tipo de riscos estavam sujeitos os militantes políticos nesse contexto de perseguição. E cabe ressaltar que a mulher de Álvaro, Suely, não era militante de nenhuma Organização, mas a perseguição se fez na tentativa de chegar até Álvaro. Entretanto, “a clínica apresentou-se como um novo risco, já que “o “médico”, que fez o exame, demonstrou tal imperícia, que a clínica saiu dos planos”. (CALDAS, 2004, p.220).

Diante disso, a alternativa encontrada foi arriscar-se pelo menos em relação à repressão, pois a vida das duas não seria colocada em risco numa clínica clandestina de aborto. Suely procurou seu médico particular, contou o drama e pediu apoio para entrar na maternidade com nome falso. O médico, depois de hesitar, concordou em fazer o parto desde que ela desse entrada no hospital com o nome de solteira, isso o comprometeria menos.

Na noite de Natal, Suely entrou em trabalho de parto, e mesmo com todas as recomendações de segurança para que não chamasse atenção, pois estava escondida em casas de amigos da Organização, ela, sozinha em casa e já com contrações, foi obrigada a pedir

ajuda ao porteiro que a conduziu ao único apartamento com telefone no prédio, para chamar uma ambulância.

Depois de violar essa primeira regra de segurança, Suely se vê obrigada a ignorar mais uma. Ligou para sua mãe para pedir ajuda, mesmo sabendo que o telefone da casa de seus pais estava censurado. Em seguida, avisa ao seu médico que a criança estava nascendo. Ele pede que ela vá para a maternidade. Sua irmã chega ao prédio e elas enfrentam as ruas engarrafadas na véspera do Natal. Finalmente chegam ao hospital e “a intrépida Brancaleone” nasce às nove e meia da noite de 24 de dezembro de 1969.

Álvaro Caldas relata o nascimento da filha como se lá estivesse. É uma reconstituição de todo o processo não vivido, não visto. Ele estava clandestino em um “aparelho”, incomunicável e impedido de sair, pois seria um risco para ele, para sua esposa e para a recém chegada ao mundo, Flávia-Brancaleone.

Ana Amélia não aborda na entrevista como foi ter seus filhos na clandestinidade. O seu caso é diferente em relação ao de Gilse e Álvaro Caldas, pois a sua clandestinidade é diferente. Ela é obrigada a assumir a identidade de Ana Rita com documentos, história, tudo dessa outra pessoa. Quando ela teve filhos, já tinha feito o supletivo, o vestibular, faculdade de história e trabalhava no Banco do Brasil como concursada. Ana Amélia teve os filhos como Ana Rita.

É claro que o medo existia e continuou existindo, tanto que Ana Amélia só toma coragem de entrar com o processo para voltar ao seu verdadeiro nome na década de 1990. Após o resultado favorável do processo, ela teve que mudar todos os documentos, inclusive dos filhos. “Tive que consertar as certidões dos meus filhos, pois eles estavam com nome falso por minha causa, o sobrenome era diferente também, aí regularizou”<sup>268</sup>. Ao ser indagada sobre qual o significado disso para seus filhos, Ana Amélia afirma que sempre teve uma relação muito aberta e quando eles estavam maiores ela pôde contar tudo, e eles acharam “legal”. Entretanto, é notória a sua preocupação em relação a como seria para os filhos essa mudança, como seria com os colegas de escola. Essa mudança, entretanto, coincide com o momento em que a família se muda do Rio de Janeiro para Brasília. Dessa forma, para ela, os filhos

... deram sorte também porque a gente foi pra Brasília. Em Brasília eu voltei pro meu nome, a gente foi passar quatro anos em Brasília em 91, então eles já chegaram em

---

<sup>268</sup> Entrevista realizada pela autora no dia 09 de outubro de 2007, com Ana Amélia Gadelha Lins Cavalcante, no Rio de Janeiro.



Brasília com o nome verdadeiro, não teve esse choque no colégio, entendeu? E quando eles voltaram para o Rio já estavam em outra série, já não teve esse choque no colégio. Eles não viveram isso, eu expliquei para o diretor do São Vicente que eles foram pra Brasília com um nome e voltaram com outro, mas era só o sobrenome, então só quem sabia disso era o diretor, os colegas nem chegaram a saber<sup>269</sup>.

Álvaro Cavalcante se casou e teve quatro filhos na clandestinidade, sua esposa e filhos adotaram o sobrenome falso que ele usava, “Tavares”. “Eu tive quatro filhos nessa época, casei, os meninos tinham nome falso, né? A mãe sabia, não fiz igual ao José Dirceu que não contou para a mulher, eu contei”<sup>270</sup>. Ele, ao tratar essa parte de sua história, aproveita para questionar a postura de José Dirceu, que foi clandestino até mesmo para a mulher, durante anos.

Os filhos de Álvaro foram criados na Vila Kennedy, uma favela do Rio de Janeiro, atualmente área do Comando Vermelho. Quando a família se mudou da Vila, o filho mais velho de Álvaro, Carlos, já tinha onze anos, ou seja, havia passado praticamente toda a infância convivendo com uma realidade diferente da que ele teria se seu pai não estivesse clandestino. Entretanto, Álvaro ressalta que essa experiência para os filhos, de viver na favela, teria sido boa.

Somente com a separação da mulher é que os sobrenomes, tanto dela quanto dos filhos, foram modificados: “... quando nós separamos ela entrou com uma ação para regularizar o nome dela, porque ela acrescentou um Tavares, uma pessoa que não existia, então eu registrei os quatro filhos novamente com nome verdadeiro, já grandinhos, com cinco, seis anos”<sup>271</sup>.

Em relação a essa mudança no nome dos filhos, Álvaro relembra um fato curioso, que foi a reação de sua filha Rosa. A criança reclamou com o pai que “... agora que aprendi a escrever Tavares, você me aparece com o nome comprido como esse Cavalcante”<sup>272</sup>.

Flora também comenta sobre a clandestinidade dizendo que ela e o marido, enquanto estiveram clandestinos, principalmente em Duque de Caxias/RJ, sempre procuraram transformar a realidade próxima. Tornar a vida de seus filhos mais tranquila numa situação de adversidade como essa, e melhorar de alguma forma o local onde eles viviam.

---

<sup>269</sup> Entrevista realizada pela autora no dia 09 de outubro de 2007, com Ana Amélia Gadelha Lins Cavalcante, no Rio de Janeiro.

<sup>270</sup> Entrevista pela autora no dia 22 de outubro de 2007, realizada com Álvaro Lins Cavalcante Filho, no Rio de Janeiro.

<sup>271</sup> idem.

<sup>272</sup> idem.

Essa coisa de melhorar as condições materiais da rua que a gente morava, conseguimos colocar luz de mercúrio, a gente arborizou toda a rua com as crianças. Cada criança tinha sua árvore, cuidava, tinha nome, botava plaquinha, fazíamos acontecer, criamos grupo de estudo com as crianças que estavam desniveladas na escola, o tempo que eu tinha adiantava, entendeu? Estudava com eles, eles adoravam, criou-se uma coisa muito boa de relacionamento e solidariedade.<sup>273</sup>

Flora e a família moraram quase três anos em Caxias, de lá foram para o exílio na Argentina, pois a situação ficou insustentável mesmo na clandestinidade. Ela afirma ter sido uma época muito feliz para ela e os filhos, mas o risco de prisão era iminente.

meus filhos se lembram dessa época, como uma época muito feliz, porque brincavam na rua, nossa casa era uma casa aberta, que as pessoas iam, as crianças brincavam, podiam comer lá em casa. Era uma coisa assim bem, (Pausa) bem tranqüila, entendeu? Era melhor do que morar na zona sul, porque era um bairro bom, era em Caxias. Então era tranqüilo, muito legal<sup>274</sup>.

Antônio Roberto e Jussara não tiveram filhos quando estavam clandestinos. E Gradel só veio a ser pai em seu exílio na Argentina, quando também se casou por lá, o que se transformou num risco pra ele e para a família caso alguém soubesse que as crianças eram filhas de brasileiro exilado.

Ao ser perguntado sobre como os filhos veem sua história de militância, Gradel afirma que todos eles gostam, apóiam, e contam essas histórias. E que para os seus três filhos argentinos, até 1988, ele não podia falar nada sobre o assunto.

(...) Porque a barra ali era pesada. Se eles falassem na escola: “- meu papai é brasileiro e foi perseguido” no dia seguinte, eu tava morto. Não é que iam lá perguntar, iam entrar atirando na minha casa. Então, na infância deles todos, nunca souberam de nada. Só depois, quando mudou o governo lá, acabou a ditadura, não sei quê lá... Que eles começaram... Eu comecei a fazer viagens pra cá de férias, aí que eles foram começando a aprender, já tinham 10, 12 anos, começaram a entender um pouco quem eram meus amigos, por quê. Agora, obviamente, todo mundo apóia<sup>275</sup>.

Com o filho de catorze anos, do seu segundo casamento já no Brasil, foi diferente; primeiro pelo contexto, a ditadura já havia terminado e o fato de a mãe dele também ter o mesmo passado. A mãe dele é a Maria Augusta, a Guta, a única mulher que saiu no grupo dos quinze militantes trocados pelo Embaixador dos Estados Unidos. “Então ele também tem o

---

<sup>273</sup> Entrevista realizada pela autora no dia 31 de outubro de 2007, com Flora Abreu, no Rio de Janeiro.

<sup>274</sup> *idem*.

<sup>275</sup> Entrevista realizada pela autora no dia 06 de novembro de 2008, com José Maurício Gradel, no Rio de Janeiro.

pai e mãe com essa história, então ele já sabe. Ele acredita nessa história do mundo e não em outra”<sup>276</sup>.

O depoimento de Wladimir Gomes no filme “15 Filhos”<sup>277</sup>, filho de Virgílio Gomes da Silva, assassinado pela OBAN em 1969, é emblemático nesse sentido. Ele relata que quando seu pai e sua mãe foram presos, ele e os dois irmãos foram levados a uma casa de custódia em São Paulo, e quando a tia foi buscá-los, ele nega conhecê-la, diz nunca tê-la visto, e que não sabia de quem ela falava. A tia, aos prantos, vai embora, mas entende a atitude e volta no dia seguinte para uma nova tentativa. Ela então explica ao sobrinho que os pais estavam presos e que ele já podia falar quem era, só então o menino confirma que ela realmente era sua tia. Essa é uma marca evidente do que a clandestinidade e a ditadura militar provocaram nessas crianças, nos filhos clandestinos. Em Wladimir e nos irmãos, a negação da identidade, do nome, da família, na tentativa de se manter em segurança.

São os filhos que nasceram ou viveram no período da ditadura, que adultos, tentam transformar em linguagem o horror da violência política. A memória desses filhos é marcada pela dificuldade e até mesmo impossibilidade de compreensão do ocorrido com seus pais, são lembranças de uma época em que eles viram seus pais sendo presos, torturados, assassinados diante dos seus olhos infantis.

O mistério, o segredo, as inúmeras identidades e ao mesmo tempo nenhuma. Janaína Telles<sup>278</sup>, por exemplo, se lembra que chamava os pais de tio, tia, mãe, pai, e que demorou anos para descobrir que não sabia o nome verdadeiro dos pais, na verdade não sabia nome nenhum: “Achei um absurdo: ‘como que eu sou filha de alguém e não sei o nome dos pais’”. São relações e situações absurdas dentro do conceito estabelecido de normalidade, mas esses sujeitos que não mais podiam se manifestar no espaço público são levados a criar novos padrões de normalidade para o cotidiano.

Essa memória traz também em si a marca do silêncio, de coisas ouvidas na escuridão da noite, sussurradas ou não-ditas,

... lembranças de pais "sem profissão", porque clandestinos, sem família com avós, tios ou primos. Lembranças de conversas que não podiam ser explicadas. Sussurros e corre-corre à noite, cheiro de papel queimado – textos e documentos sendo destruídos –,

---

<sup>276</sup> Entrevista realizada pela autora no dia 06 de novembro de 2008, com José Maurício Gradel, no Rio de Janeiro.

<sup>277</sup> Documentário "15 filhos", de Marta Nehring e Maria de Oliveira, produzido em 1996.

<sup>278</sup> idem.

armários trancafiados e sem chave, escondendo o que não podia ser visto. (ARANTES, 2008, p.6)<sup>279</sup>.

Mistério que envolveu militantes políticos e seus filhos, transformando a vida cotidiana em algo pesado demais para uma criança, o peso do segredo.

Diante da imposição de uma lógica que encapsulou a realidade da vida cotidiana em um espaço eminentemente privado, eliminando grande parte dos espaços públicos, restou aos militantes que ficaram no Brasil, durante a vigência da ditadura militar, tornar-se clandestinos políticos, única possibilidade para os que permaneceram no país e queriam continuar a luta de resistência ou sobreviver.

Abandonaram sua casa paterna, seus nomes de família, seu emprego e profissão, seus documentos de identidade e se tornaram anônimos, sem sobrenome, sem o que dizer para os filhos, sem lhes contar o que realmente faziam. Homens reservados, mulheres taciturnas, relações entrecortadas no convívio familiar. Eram os tios e as tias de todos os sobrinhos, que eram os filhos de outros, igualmente, tios ou tias. Esse anonimato desconcertante foi passando para os filhos como o pulsar de um abraço materno, que é inscrito como uma sensação, por isso indizível e, exatamente por isso, inesquecível. (ARANTES, 2008, p.7).

Por outro lado, José Pacheco Pereira (1993) afirma que em alguns casos, a existência de uma criança podia dar um ar de mais normalidade ao “aparelho” clandestino, ajudava a conferir legitimidade à família, dando certa cobertura aos casais. Contudo, passados os primeiros anos de vida, a criança tornava-se um risco de segurança pelo que poderia revelar das atividades dos pais, mesmo que não soubesse exatamente do que se tratava.

Dessa forma, caberiam algumas alternativas: evitar possíveis contatos perigosos, fechando as crianças em casa, fornecer aos filhos uma história para contar na escola ou para os amigos ou então, proibi-las de relatar o que viam em casa e o que sabiam. Gilse relata, ainda com o gravador desligado, que quando sua filha Gildinha, agora adulta, soube da entrevista e da presente pesquisa, achou interessante e comentou sobre o assunto dizendo que não conseguia se lembrar de quase nada do período em que viveram em São Paulo, de tanto Gilse pedir para que ela não falasse nada, ou de tanto ficar lembrando a história inventada pela mãe.

... esse período todo de clandestinidade, essa coisa toda que houve aí, claro foi muito difícil, muito complicado, era muito difícil você vestir a pele de um personagem, de

---

<sup>279</sup> ARANTES, Maria Auxiliadora de Almeida Cunha. Dor e desamparo – filhos e pais, 40 anos depois. *Psicologia Clínica*. vol.20, no.2, Rio de Janeiro, 2008. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-56652008000200006](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-56652008000200006) . Acesso em: 15/10/2008.

vestir outro, porque corria muito risco, ora você era camponesa, ora você era fotógrafa, ora você era operária, ora você morava no Sul, ora você morava no Nordeste, ora em outro canto, e com criança pequena era mais difícil ainda da gente fazer isso, elas mudarem o nome também, não entregarem informações, e elas nunca entregaram, nunca deram um fora, e tivemos que criá-las assim. Nós tínhamos uma minha vermelha, delas, enroladinha que dentro tinha o telefone da minha irmã, da Gilda, e a gente ensinava a elas: “- se alguma dia o papai ou mamãe sumirem vocês pegam essa minha e leva para a vizinha, pede pra ela ligar a cobrar para esse telefone que está dentro da minha vermelha e pedir pra tia Dida vir buscar vocês, porque papai e mamãe sumiram”. Mas elas nunca tiveram de pegar a minha vermelha, mas elas sabiam da minha vermelha, e quando a gente mudava nome quando era pequenininha, a gente sentava elas e fazia repetir até decorar, como é teu nome, nome do teu pai, nome da tua mãe, nome do teu avô, onde você nasceu, até decorar, novo nome, nova história, quando elas aprenderam a escrever aí ficou fácil, a gente comprava um caderno de caligrafia e elas copiavam até decorar, e elas nunca deram um fora, né? Depois assim da vida legal e tudo muita gente achava que criança criada dessa forma só podia ficar doida, elas não são doidas coisa nenhuma, tem uma bela de uma cabeça e são de bem com a vida, lutadoras, são duas mulheres maravilhosas, então na realidade depois desse treco todo eu sou uma pessoa que me considero vitoriosa, muito feliz, realizada, como lutadora, como mãe, como mulher...<sup>280</sup>

José Pacheco Pereira (1993) chama atenção para essa situação, pois a criança quer ter amigos, ir à escola, brincar na rua, como qualquer outra criança. Mas ela se torna uma criança vigiada, constantemente interrogada pelos pais para verificar se não disse nada comprometedor e que isso poderia trazer problemas afetivos e psicológicos, reflexo do constante silenciar e da imposição do esquecimento. São estas as marcas que a ditadura militar jamais imaginou que deixaria através das gerações, e são estas memórias que agora tentamos compreender.

Outro dado interessante sobre gravidez e filhos em “situações-limite” no período da ditadura, é levantado por Denise Rollemberg (1999), mas em relação ao caso do exílio no Chile. Para a autora “é digno de nota o *baby-boom* entre os exilados brasileiros, sobretudo em 1973. Apesar do sentido de provisoriedade presente sobretudo na primeira fase, muitas crianças nasceram no exílio chileno”. (p.101). A explicação para tantos nascimentos talvez esteja na vitória da revolução socialista no Chile com Salvador Allende, o que provavelmente inspirou o desejo de ser pai ou mãe nesse contexto; com a sensação de liberdade no Chile e a esperança de que o projeto revolucionário para a América Latina estava em curso, em contraste com o isolamento na clandestinidade vivida no Brasil, ter um filho também podia significar a continuidade de si mesmo, da luta.

A opção de viver dentro do país, à margem da legalidade imposta pelo regime militar, torna-se assim um risco e um desafio. Para isso, alguns artifícios se transformavam em algo fundamental, o disfarce era um deles.

---

<sup>280</sup> Entrevista realizada pela autora no dia 07 de abril de 2008, com Gilse Cosenza, em Belo Horizonte.

#### 4.5- O disfarce

O clandestino deverá buscar fora e dentro de si as possibilidades de enfrentamento da luta. E isso não é uma tarefa fácil, principalmente para aqueles que não conseguem ampliar politicamente a luta nessa nova rede de relações estabelecidas, seja na fábrica ou no campo.

Para tentar amenizar o risco, os clandestinos passam a usar o disfarce como forma de mudar, esconder sua imagem conhecida. E o disfarce se coloca de duas maneiras; para fugir da repressão ou para convencer as pessoas da sua nova identidade quando integrado na produção, no campo ou na fábrica, ou ainda em “aparelhos” de fachada quando a socialização com os vizinhos se fazia necessária.

Ferreira Gullar (1998), em seu livro de memórias sobre o exílio, no qual dedica trinta e oito páginas à sua experiência como clandestino, fala sobre o disfarce da seguinte forma:

Àquela altura havia tomado algumas providências para não ser facilmente reconhecido. Tratei de apagar os traços mais acentuados do meu rosto pouco comum: deixei crescer um bigode para encobrir o desenho marcado da boca, raspei os pêlos que emendavam as sobrancelhas, outro traço característico de minha fisionomia; pensei em raspar a cabeça mas, considerando que isso chamaria atenção, limitei-me a desbastar a cabeleira. Quando saía a rua, usava uns óculos escuros que abandonei pois, segundo Thereza, eu ficava com olhos de besouro e, pior, a figura mesma do clandestino. — Parece disfarce de português! – brincou ela” (p.32).

Quando o clandestino escolhe o disfarce, supõe que seguindo as normas de segurança propostas pela sua Organização, não iria ser preso. Nesse aspecto, a identidade “fria” lhe dava condição de passar por eventuais barreiras ou revistas, trabalhar, viver; além disso, no disfarce procurava-se encobrir os traços mais marcantes.

José Gradel, em relação aos disfarces, afirma que usava muito pouco. Como sempre foi cabeludo, quando precisou cortou o cabelo bem curto; depois do congresso de Ibiúna, por exemplo, teve que fazer isso. Usava também bigodes de vez em quando e nas ações todos colocavam boinas e óculos pra não serem reconhecidos. Fora isso, não.

Outro aspecto do disfarce para além da aparência física, bastante utilizado pela VPR, segundo Gradel, foi a escolha dos locais de reunião. Ele diz que como o Comando da VPR sabia que a repressão sempre os procurava em lugares “que eles achavam que a gente ia estar.

Na avenida suburbana, na Baixada Fluminense”<sup>281</sup>, resolveram então fazer o caminho inverso, passaram a se reunir na Zona Sul, no “Quincas Berro D’água”, uma boate que existia num edifício em Ipanema. O Comando, composto por cerca de cinco pessoas, se reunia e pedia “um Bloody Mary, um não sei o que, tragam uma... na época o estrogonofe. (...) Era caríssimo e a gente pagava tudo, vendo como íamos destruir o sistema e ninguém entendia e ninguém se metia com a gente. Imagina a gente sentado em um bairro em Ramos?”<sup>282</sup>.

Gradel conta também um episódio ocorrido depois do sequestro do Embaixador alemão, quando sua foto saiu no jornal O Globo. Seu primo, preocupado em ajudá-lo, diz assim:

“- tira os óculos, todo mundo conhece você de óculos, na foto tá de óculos. Tira os óculos”. Eu disse “- mas se eu tirar os óculos eu não vejo nada”. “- É, mas não te reconhecem”. “- É, mas eu posso ir de encontro a uma patrulha do exército, eu não vejo”. “- Tira os óculos, eu to vendo, não sei que lá”. Aí ele queria pintar os meus cabelos de louro. Aí eu disse “- pelo amor de Deus, não faça isso, inventa outra coisa”. Aí ele mudou o penteado, essas coisas. Mas foi por um período curto.

O primo, cujo nome ele não cita, acabou sendo preso por ajudá-lo. Ao contrário de Gradel, que não aceita que pintem seu cabelo de loiro, outro personagem também envolvido em um sequestro, do Embaixador dos Estados Unidos, se vê obrigado a aceitar o cabelo amarelo. Fernando Gabeira (1980) relata que após o sequestro, todos os participantes caíram na mais profunda clandestinidade.

Depois de uma passagem muito rápida pela primeira casa em que ficou, um companheiro da Organização chamado Zé Roberto vai até o encontro de Gabeira para buscá-lo, entretanto, leva consigo um artista de teatro que cortou e pintou de louro o cabelo de Gabeira, que se descreve da seguinte maneira:

Os irmãozinhos punk que moram perto do meu prédio, se vivessem no Brasil na época, iam gostar tanto do corte irregular, como do escândalo da cor. Quando saí do carro e cruzamos com algumas companheiras da Organização que me pegariam ali, me vendariam os olhos e me conduziriam à nova casa, senti que todos riam de mim. Para os padrões estéticos mais clássicos que vigoravam na época, estava horrorosa a nova figura que compunha. (1980, p.133).

Mesmo assim, ele reflete mais adiante que o clima para questionamentos não era do mais propício, e que se fazia necessário sacrificar os impulsos pessoais pela revolução e

---

<sup>281</sup> Entrevista realizada pela autora no dia 06 de novembro de 2008, com José Maurício Gradel, no Rio de Janeiro.

<sup>282</sup> idem.

sempre que esses fossem obstáculo à causa ou um risco para a segurança de todos. Ele, que passaria meses na chamada “geladeira”, diz que somente lá no fundo aquele novo visual o incomodava, “no fundo, onde as idéias dançam mais livremente”. (p.133). O que mais o preocupava era o que seria dele passando meses num mesmo lugar. “E se não houvesse gente simpática em torno? Como sair para descobri-las, com aquele cabelo colorido e aquele corte tão singular?” (p.133). Acabou resignando-se com o visual escandaloso, pois não haveria espaço para uma discussão sobre isso.

Pintar o cabelo foi uma coisa comum entre os muitos disfarces. Menos traumático que o visual louro escandaloso de Gabeira, foi o novo cabelo de Álvaro Cavalcante, quando foi para o Rio de Janeiro; pintou o cabelo castanho claro de preto e fez um bigode fininho, “daquele à moda antiga e botei um óculos de crente”<sup>283</sup>.

O grande problema para ele era a manutenção do visual, “porque pintar cabelo dá trabalho, em quinze dias já estava o cabelo a parte da ponta avermelhado por causa do sol e da tinta, o meio preto e as raízes castanho claras, então estava tricolor, então tinha que pintar de novo”<sup>284</sup>. Quem passou a cuidar do seu disfarce, incluindo cabelo e bigode foram “umas meninas que moravam em Copacabana”, cujos nomes ele não cita, mas ressalta o quanto elas foram solidárias ao ajudá-lo. Era algo tão simples como pintar o cabelo, mas que no período da ditadura significava um pouco mais de segurança para o militante clandestino, e por sua vez, ficar em segurança nessa época era não ser preso, torturado e até mesmo assassinado pela repressão. Mesmo “sem ter nenhuma compreensão política foram muito mais solidárias que muito comunista que se dizia militante”<sup>285</sup>.

Já sobre o jeito de se vestir não houve mudanças, até porque na época, a juventude tinha um jeito próprio de se vestir. Se vestiam de maneira simples, calça jeans e camiseta, pois não tinham dinheiro para ficar comprando roupa. A mãe de Álvaro era quem mandava dinheiro e roupa às vezes. E mesmo quando passou a trabalhar em fábrica, continuou se vestindo do mesmo jeito. Álvaro ressalta em tom bem-humorado: “não me vestia como o Agostinho, não”, fazendo referência ao personagem do ator Pedro Cardoso, do seriado “A grande família”, da Rede Globo, que se veste de maneira peculiar.

Esses disfarces algumas vezes provocavam situações embaraçosas. Certa vez, Álvaro estava usando um casaco caro e chique que a mãe tinha mandado, e andando pela Consolação,

---

<sup>283</sup> Entrevista pela autora no dia 22 de outubro de 2007, realizada com Álvaro Lins Cavalcante Filho, no Rio de Janeiro.

<sup>284</sup> idem.

<sup>285</sup> idem.



em São Paulo, escuta alguém chamando: “- ei tio, ei perai”, pensou “- pronto estou preso”, o rapaz então pergunta: “- onde você comprou este casaco?”. Hoje ele ri muito ao contar esse caso, mas naquele momento de constante tensão e medo em que viviam, deve ter sido um grande susto. Rapidamente ele entra em contato com a mãe e pede que ela não mande mais roupa chique “que eu não posso andar chique, eu passo susto”<sup>286</sup>.

Jussara também se coloca em uma situação embaraçosa para evitar desconfianças e tentar se socializar com a vizinhança. A vizinha do lado, cujo nome era dona Ditinha, costumava chamar Jussara a todo momento na cerca que separava as casas pra tomar cachaça, “e eu que nunca tinha tomado cachaça, dava uma que tomava cachaça”. (fala entre risos)<sup>287</sup>.

#### **4.5.1- Largando a minissaia**

Em casos em que o disfarce tinha papel importante no sentido de dar veracidade àquela identidade, também foi preciso muita resignação.

Gilse, ao se transformar em Ceci, experimentou um verdadeiro choque cultural. Teve que aprender a fazer coisas com as quais não estava acostumada, como cozinhar e lavar. Além disso, teve uma preparação prévia antes de ir para o interior de Coronel Fabriciano/MG; ela e o marido procuraram os companheiros para se orientarem sobre como deveriam se vestir e se comportar para não chamar atenção.

Teve que usar vestido longo, não podia mais depilar a perna, largou a lambreta e a minissaia. Líder estudantil acostumada a subir em caminhão pra fazer discurso, passou a se conter em um universo do campo totalmente machista, em que a mulher não podia participar das discussões sobre os problemas locais ou mesmo em conversas banais. Para caminhar de uma localidade a outra, a mulher não podia ir ao lado do marido, eles andavam na frente e as mulheres tinham de ir atrás. À noite, quando os trabalhadores se reuniam pra beber cachaça e comer um tira-gosto, os homens ficavam sentados em volta da fogueira e contanto causos, enquanto as mulheres tinham que ficar dentro de casa, na cozinha, fazendo a comida e só iam do lado de fora para levar, não podiam ficar junto com eles, compartilhar o momento; havia uma divisão sexual de espaços e tarefas.

---

<sup>286</sup> Entrevista realizada pela autora no dia 22 de outubro de 2007, com Álvaro Lins Cavalcante Filho, no Rio de Janeiro.

<sup>287</sup> Entrevista realizada pela autora no dia 07 de outubro de 2007, com Jussara Ribeiro de Oliveira, no Rio de Janeiro.

... a coisa lá era atrasada, atrasada, atrasada machista até onde podia ser, né? Uma experiência assim meio complicada, eu ficava quase doida lá, tendo que usar aqueles vestidos, não podia depilar a perna, estava acostumada a andar de microsaia, andar de lambreta, subir em caminhão de melancia e fazer discurso, né? Aquela coisa de liderança estudantil, não podia fazer nada que a gente fazia antes, os costumes eram muito atrasados<sup>288</sup>.

Além disso, acostumada àquela agitação de cidade grande, à movimentação febril dos estudantes àquela época, muitas vezes ficava desesperada com o ritmo da vida no campo: “não acontecia nada, estava vendo aquela coisa massacrante, atrasada em todos os aspectos, culturalmente machista, aquela coisa lenta, tudo era lento, assim um desespero, né?”<sup>289</sup>. Foram coisas as quais Gilse teve, aos poucos, que se acostumar e aprender para dar legitimidade ao disfarce montado. Antes, ainda como operária Márcia, Gilse também se disfarçou, mudou o cabelo e passou a se vestir como as operárias da fábrica onde trabalhava, procurava também ser discreta e não chamar atenção para si.

Já Antônio Roberto usava a barba como disfarce, quando precisava a deixava crescer e assim também a tirava se fosse necessário. Uma vez, tendo ele ido a Ouro Preto/MG para entrar em contato com um companheiro da Organização, foi surpreendido pelos pais do estudante, que era secundarista e que, desconfiados, o destratarem e ameaçaram. Antônio decidiu ir embora e ao entrar no ônibus, o pai do estudante se aproximou da janela e disse que ia denunciá-lo à repressão.

Antônio Roberto, que andava com um aparelho de barbear a pilha, fez a barba durante a viagem pra tentar evitar ser reconhecido caso houvesse alguma barreira policial no caminho. Foi uma forma de tentar escapar da polícia quando chegasse a Belo Horizonte. Contando que a repressão pudesse estar esperando por ele na rodoviária, Antônio Roberto, sem querer se arriscar, convenceu o motorista a deixá-lo descer antes de chegar, coisa que não era permitido. Andou horas pelo mato e chegou muito tempo depois a Belo Horizonte. “... não sei se tinha alguém ou não me esperando lá, então o disfarce era dessa natureza, deixar o bigode crescer, usava era mais isso, né? Não precisa chegar aquele extremo de plástica”<sup>290</sup>. Comum nos depoimentos é a crítica, ora velada, ora aberta, à opção de José Dirceu de fazer plástica e voltar clandestino para o Brasil.

Outro aspecto do disfarce está relacionado à linguagem. Jussara, por exemplo, procurava não conjugar alguns verbos de maneira correta, não fazer o subjuntivo, porque era

---

<sup>288</sup> Entrevista realizada pela autora no dia 07 de abril de 2008, com Gilse Cosenza, em Belo Horizonte.

<sup>289</sup> idem.

<sup>290</sup> Entrevista realizada pela autora no dia 04 de abril de 2008, com Antônio Roberto, em Belo Horizonte.

um tempo verbal que não estava presente na linguagem cotidiana dos operários, não era um código que fazia parte da vida deles. Nesse caso, para ela o subjuntivo poderia soar como “algo muito metido”, então tomava alguns cuidados e ao invés de dizer, por exemplo: “... - se você vir o chefe vem me avisar”, ela dizia assim: “- óh se você ver o chefe me avisa” (risos)<sup>291</sup>. Em relação ao sotaque carioca, não teve grandes problemas, para todo mundo ela tinha sido registrada em São Paulo, mas criada no Rio de Janeiro, então, “todo mundo sabia que eu tinha sotaque, que eu falava diferente”<sup>292</sup>.

No caso de Álvaro, na tentativa de disfarçar demais, acabou exagerando.

... no primeiro emprego, eu todo cheio de teoria me patrulhando muito para não falar difícil, né? Para não usar palavras que não eram do uso comum, procurando aprender e lembro bem que tinha um cara lá, todo lugar tem sempre o mais gaiato, né? O cara que faz a sacanagem, a brincadeira, que bota gracha no sapato do outro e tal, ele chegou e disse assim: “Ceará, todo mundo gosta de ti aqui na fábrica, tu é um cara legal, trabalha direitinho, mas tu não fala”<sup>293</sup>.

Depois dessa fala do colega “gaiato”, Álvaro se dá conta de que, pra quem estava na fábrica para mobilizar as massas, ele estava falando “de menos”, e que nesse sentido havia exagerado no disfarce. Aos poucos foi se soltando e se tornou uma liderança. Passou a fazer coisas na fábrica pelo fato de ter o segundo grau, “como o torneiro usa um pouco de trigonometria para calcular o ângulo da peça, para fazer um cone, e eu passei, o cara tinha preguiça, aí lá dizia: “- Ceará, faz pra mim, é trinta de dois graus, como é que faz? Eu fazia lá”<sup>294</sup>. Depois começou a fazer imposto de renda. Lembrou-se do filme “Um Sonho de Liberdade”, por achar que o tema era parecido, e contou que “... em 73, 74, o encarregado passou por mim e disse: “- Ceará, daqui a cinco minutos na minha sala”, a sala dele ficava num alto onde eles ficam vigiando, né? Todo mundo, “- aí, o bicho vai pegar pra ti hein, Ceará”<sup>295</sup>; ao chegar na sala, o que o encarregado queria era que Álvaro, “o Ceará”, fizesse seu imposto de renda.

Quem enfrentou mudanças na linguagem foi Gilse. Para integrar-se, ela afirma que eles eram obrigados a aprender a falar como as pessoas do lugar para o qual iriam ser deslocados. Procuravam ouvir a forma como eles falavam, os termos que usavam e só

---

<sup>291</sup> Entrevista realizada pela autora no dia 07 de outubro de 2007, com Jussara Ribeiro de Oliveira, no Rio de Janeiro.

<sup>292</sup> *idem*.

<sup>293</sup> Entrevista realizada pela autora no dia 22 de outubro de 2007, com Álvaro Lins Cavalcante Filho, no Rio de Janeiro.

<sup>294</sup> *idem*.

<sup>295</sup> *idem*.

começavam a falar mais na medida em que iam aprendendo, para não chamar atenção. Entretanto, ela comenta que havia características na linguagem que eram muito próprias, eram culturais, e que isso dificultava. Para amenizar essas dificuldades eles se “... apresentavam como tendo vindo, se é no campo, veio da cidade, então explica certas diferenças, que a gente não conseguia assim esconder. Chegamos no Nordeste, no Ceará, veio de São Paulo, aí explicava as diferenças também, né?”<sup>296</sup>. O movimento era sempre inverso. Inventavam uma história que justificava o fato de terem saído da cidade grande e ido para a roça ou o contrário.

Flora Abreu afirma que não encontrou dificuldade em relação à linguagem. Nascida e criada na Penha, no subúrbio do Rio de Janeiro, “conhecia muito aquele mundo”, não sentindo essas diferenças quando vai clandestina para Caxias:

Provavelmente, algumas pessoas devem ter tido dificuldades, porque se você sai de um lugar, de classe média e vai para um bairro operário, uma coisa assim você pode ter dificuldade, mas não foi meu caso. Primeiro porque eu era uma pessoa, de classe média baixa (risos), Fui para um bairro de classe média baixa, embora bem mais pobre. Caxias, principalmente naquela época tinha muito mais dificuldade que tem hoje, naquela época faltava água e sobrava mosquitos (risos), esses eram alguns dos problemas<sup>297</sup>.

Nesse caso, o processo de inserção junto à comunidade local foi mais fácil, e a própria adaptação dela e da família mais tranquila, tendo em vista que as diferenças culturais e sociais não eram tão díspares.

Quando se trata de disfarces em termos de aparência, Flora teve que se utilizar desse recurso somente em determinados momentos, principalmente após a primeira prisão de seu ex-marido. Vinda de um “aparelho” em que estava com o irmão, teve que tomar alguns cuidados. Usou uma peruca para não ser reconhecida caso tivesse alguém observando, mas depois disso não usou mais.

Elio Ramires foi o único entrevistado que afirmou não ter usado disfarce, e aproveita o momento para dizer que não precisou fazer isso, pois os recursos da repressão eram rudimentares e como ele não tinha nenhuma característica física marcante a disfarçar, “a não ser a de ser magro de dar dó...”, não fez uso do disfarce<sup>298</sup>.

---

<sup>296</sup> Entrevista realizada pela autora no dia 07 de abril de 2008, com Gilse Cosenza, em Belo Horizonte.

<sup>297</sup> Entrevista realizada pela autora no dia 31 de outubro de 2007, com Flora Abreu, no Rio de Janeiro.

<sup>298</sup> A entrevista de Elio Ramires foi feita via internet, entregue no dia 13 de dezembro de 2008, por e-mail.

#### 4.6- Pontos e Sinais

José Pacheco Pereira (1993) afirma que, no espaço clandestino, há dois locais principais: a casa e a “rua”. A casa, ou “aparelho”, é onde habita o militante clandestino, onde se guarda equipamentos, material de propaganda, em alguns casos é onde abriga a gráfica e as armas. A rua não é apenas a rua, mas representa todo o espaço exterior ao “aparelho”, é onde se realizam as tarefas, os movimentos, “os pontos”.

Os pontos são caracterizados principalmente pela tentativa de manter o contato entre militantes da Organização. Era o momento de marcar reuniões, transmitir decisões e recados, planejar ações ou apenas refazer os quadros da Organização depois de prisões ou “quedas” de militantes devido à ação da repressão, que passou a ser uma constante, principalmente a partir do início da década de 1970.

Cobrir um ponto era sempre um risco, muitos militantes foram presos assim. Os pontos aconteciam em lugares públicos, “pois as regras da clandestinidade – nem sempre cumpridas à risca – proibiam um militante de saber onde viviam e como se chamavam de verdade os demais companheiros”. (ALMEIDA; WEIS, 1998, p.382) Além disso, acreditava-se que os encontros em lugares públicos chamariam menos atenção, tendo em vista que os militantes poderiam se misturar as outras pessoas, e ainda poderiam facilitar uma possível fuga, caso a repressão aparecesse.

Era uma tarefa árdua, que consumia grande parte do dia do militante em horas de viagens de ônibus e caminhadas pela cidade. Muitos procuravam guardar de cabeça as datas, horários e locais na tentativa de se proteger e proteger a Organização, pois caso a polícia os pegasse, não haveria nenhuma prova material, nenhum documento com nomes e locais que pudessem levar outros companheiros a “cair”.

Ana Amélia quase foi presa cobrindo um ponto que um amigo havia entregado para a polícia.

... tenho muita sorte, um amigo meu me entregou num ponto, eu dei a sorte de encontrar com ele minutos antes, ele já tava preso, eu não sabia, eu fiquei escondida pelo ônibus do qual eu desci na hora que ele passou por mim, aí eu vi que ele tava com o rosto muito machucado, eu pensei que era alergia, aí eu falei “que foi isso, foi a pizza?” - que a gente tinha comido uma pizza na véspera -, aí ele: “vai embora! vai embora!”, aí eu

saquei que tinha alguma coisa errada, ele tava preso, só faltou eu atravessar a rua pra encontrar com ele, a gente se encontrou um segundo antes, sabe? Muita sorte não é?<sup>299</sup>

A vida militante para além dos pontos era repleta de perigos. Ana Amélia conta uma segunda vez que escapou de ser presa. Morava em um “aparelho”, cujo fiador era o mesmo de um carro da Organização que “caiu” com todo o levantamento de um sequestro. Juntando as informações, a polícia chegou ao apartamento, que por sorte já havia sido desocupado, afinal era preciso ser mais rápido que a repressão. “Eu escapei, eu dou muita sorte, a minha mãe diz que é minha vó que reza por nós”<sup>300</sup>.

Uma regra básica de segurança em relação aos pontos era de não permanecer por muito tempo no lugar marcado. A pontualidade era a regra de ouro e era a garantia de que estava tudo bem. Quando alguém faltava a um encontro era sinal de que algo tinha dado errado, já se pensava no pior.

Na VPR havia o chamado “ponto alternativo”, como explica José Gradel: “Se o cara não apareceu às quatro da tarde aqui, no dia seguinte às duas da tarde em outro lugar tinha outro ponto. Aí você chegava antes e via se iam armar algum esquema ou não, em outro ponto pra ver se o cara tinha caído ou não”<sup>301</sup>.

Além dos “pontos alternativos”, existiam também os chamados “pontos de recuperação”, utilizados pelo militante para recuperar contatos com a Organização caso acontecesse alguma coisa a ele. Funcionava da seguinte forma: “... no primeiro dia do mês, no quinto poste, da avenida tal, no quinto ponto de ônibus da avenida tal. Aí você tinha que esperar dez dias e a gente ia lá, fazia os sinais e voltava a se encontrar com o grupo”<sup>302</sup>.

Sobre esses sinais, cada Organização tinha os seus. Eram sinais utilizados para entrar em um ponto, por exemplo, combinações feitas entre os militantes como forma de saber se estava tudo bem, se podiam se aproximar.

Todas as Organizações tinham alguns sinais: tocar a gola esquerda com a mão direita. Se o cara fizesse o mesmo sinal, deu merda. Ele tinha que ter um outro sinal, tocar o bolso da calça, aí tudo bem. Porque o cara podia ter apanhado, podia ter entregue um ponto, mas na última hora podia tentar evitar que outra pessoa entrasse. Então havia uma série de sinais<sup>303</sup>.

---

<sup>299</sup> Entrevista realizada pela autora no dia 09 de outubro de 2007, com Ana Amélia Gadelha Lins Cavalcante, no Rio de Janeiro.

<sup>300</sup> *idem*.

<sup>301</sup> Entrevista realizada pela autora no dia 06 de novembro de 2008, com José Maurício Gradel, no Rio de Janeiro.

<sup>302</sup> *idem*.

<sup>303</sup> *idem*.

Dessa forma, não era aconselhável chegar em um ponto e dizer simplesmente “- oi, fulano”, os sinais eram importantes para evitar que outras pessoas fossem presas. Outra tentativa para que a queda de um militante evitasse prisões de outros, no caso da VPR, foi criar grupos estanques, evitando que os grupos tivessem uma noção do todo da Organização. Isso, na opinião de Gradel, dava muito trabalho, pois os militantes passavam metade do dia pensando nos horários pra não furar um ponto. Caso furassem, isso fazia com que outro militante começasse a utilizar os “pontos alternativos”, dando origem a uma situação de tensão.

Certa vez, ele estava na Zona Sul da cidade do Rio de Janeiro, namorando uma moça, e tinha que chegar a casa no Engenho Novo, às dez da noite; era uma distância relativa. Saiu no horário, mas no trajeto o ônibus bateu, não podia chegar em casa de táxi porque era um bairro pobre e ele era um estudante, e seria difícil explicar isso. Esperou outro ônibus e chegou em casa às 10:30 da noite, meia-hora de atraso era muito tempo. O companheiro que dividia o quarto havia ido embora e levado tudo, deixou apenas um revólver 38, caso Gradel precisasse se defender. Saiu desesperado pelo bairro e o encontrou duas ruas depois no carro roubado que eles utilizavam: “Aí eu fiz aquele sinal “- tá tudo bem”, “- tá legal”. Ele disse “- pô, o que aconteceu?”. Aí eu disse “- pô, o ônibus bateu”. Tivemos que guardar tudo e estacionar o carro em outro lugar. Era uma vida difícil, mas funcionou assim durante algum tempo”<sup>304</sup>.

Além de histórias tensas e perigosas sobre os pontos, existem também histórias engraçadas. Gradel conta que durante um carnaval, tinha marcado um ponto com um Comandante da Organização e estava com uma companheira na Banda de Ipanema do Rio de Janeiro, ele fantasiado de frade e ela de Maria Chiquinha, brincando o carnaval.

Quando deu seis horas, disse “- olha, vamos embora, que sete horas temos um ponto na Tijuca”. Aí fomos pra casa de um amigo, trocamos de roupa, limpamos. Aí chego no ponto, aqueles sinais todos e eu não vi mas eu tava com um brilho, porque eu via as amigas no baile, se beijava, aí eu cheguei lá, fiz aqueles sinais e disse “- tudo bem, comandante?”, ele olhou pra mim e disse assim: “- Embichou?”. Eram os comentários políticos da época<sup>305</sup>.

Assim como qualquer jovem da época, Gradel gostava de namorar, brincar carnaval, ir à praia, tentava garantir uma certa normalidade em sua vida. Saía nos blocos de carnaval do

---

<sup>304</sup> Entrevista realizada pela autora no dia 06 de novembro de 2008, com José Maurício Gradel, no Rio de Janeiro.

<sup>305</sup> idem.

Rio de Janeiro e afirma que não tinha risco nenhum, “imagina eu de sunga na praia, ninguém acha ninguém”<sup>306</sup>.

Mas é interessante ressaltar que nem todo militante fazia isso; na verdade poucos aproveitavam essas datas. O Carnaval, como afirma Antônio Roberto, servia para que a Organização se recolhesse, era um tempo de reflexão, mesmo porque nessa época, Carnaval e outras atividades do gênero eram vistas como coisas “pequeno-burguesas”. Ele continua:

Ideologicamente teria que haver aquela transformação, não se dava o valor, todavia a questão emocional, era um pessoal afetoso, mas que descuidou do afeto, né? Dessas questões da importância do lazer, do brincar, das coisas, a gente brincava, mas era mais assim de dançar, passear e acabava namorando com as companheiras, tendo coisa<sup>307</sup>.

Nesse sentido, as datas comemorativas como Natal, Ano Novo, eram vistas de maneira diferente. No “aniversário, a gente ainda podia brincar, dar parabéns ao companheiro e tal, não sei o que, hoje é aniversário dele; agora Natal, Ano Novo, batizado do sobrinho (risos), isso não”<sup>308</sup>.

Gradel também costumava “armar alguns esquemas” pra ver sua mãe; na verdade, para que ela o visse e tivesse a certeza de que estava tudo bem. Era algo perigoso, pois o colocava em risco, assim como à Organização e sua mãe também; mesmo assim ele achava que a polícia nunca ia imaginar que ele iria ver justamente a mãe.

O esquema montado acontecia da seguinte maneira: combinava um ponto com a mãe e outros companheiros davam segurança, vigiando o local para ter certeza que não havia nada suspeito por perto. Primeiro um amigo passava com um carro e olhava, logo depois passava outro carro e olhava e por último vinha uma mulher a pé e olhava, se não tivesse nada, davam sinal verde para ele ir. Gradel, então, passava de carro e pegava sua mãe, conversavam um pouco, ela trazia roupa limpa e ele deixava roupa suja. D.Berta trazia também comida, salada de batata, bife à milanesa e bolo, que ele adorava.

Havia na Organização uma disputa para decidir quem acompanharia Gradel nos pontos; até hoje antigos companheiros de Organização falam da famosa comida de dona Berta:

---

<sup>306</sup> Entrevista realizada pela autora no dia 06 de novembro de 2008, com José Maurício Gradel, no Rio de Janeiro.

<sup>307</sup> Entrevista realizada pela autora no dia 04 de abril de 2008, com Antônio Roberto, em Belo Horizonte.

<sup>308</sup> *idem*.



Você pergunta até hoje a um cara, de repente: “- e o Zé Gradel?”, aí eles dizem “- pô, a gente saía com o Zé Gradel pra ver a dona Berta, porque sempre sobrava alguma coisa pra gente”. E ela trazia mais: “- isso é pra você, isso pros teus amigos, isso é não sei o quê”. Era uma coisa errada. Mas a gente tomava um cuidado, tanto que nunca aconteceu nada nesses casos<sup>309</sup>.

Gradel e os companheiros estavam cientes de que desobedeciam uma importante norma de segurança da Organização, entretanto, tentavam se precaver. Por sorte, nunca aconteceu nada nem a eles, nem à mãe de Gradel.

Para cobrir esses pontos, era imprescindível que o militante tivesse noção da cartografia da cidade. Dessa forma,

A clandestinidade também impunha uma forma diferente de se relacionar com a cidade. A pessoa comum pode atravessar a cidade sem vê-la. O ativista precisa dominá-la, conhecê-la intimamente para permanecer anônimo e seguro. (...) A regra mais importante para a segurança de um guerrilheiro é o domínio da topografia. (ALMEIDA; WEIS, 1998, p.382).

Não era possível perder tempo errando caminhos. Diante disso, Gradel fala sobre sua recusa em ir pra São Paulo, cidade que ele não dominava, e sua briga com Lamarca por causa disso: “eu tive uma briga muito séria com o Lamarca. Eu escolho as pessoas erradas pra ter briga”<sup>310</sup>.

Depois do sequestro do Embaixador alemão no Rio de Janeiro, Lamarca saiu do Vale da Ribeira com um grupo pra tentar remontar a VPR em São Paulo, tentando fazer contato com os que haviam sobrado; exigiu que Gradel fosse para São Paulo:

o Lamarca diz “- eu quero que esse cara venha pra cá”, que era eu. O motorista da ação, o cara que atirava, o cara não sei que lá, “- eu quero ele aqui em São Paulo”, aí eu disse “- eu não vou”. São Paulo, eu? Eu ia pra Bienal de Artes em São Paulo e não conseguia voltar para o hotel, imagina pra lutar em São Paulo sem conhecer as ruas. Eu não entendo de São Paulo até hoje. Aí eu disse “- não, ir pra São Paulo eu não vou”<sup>311</sup>.

Gradel se recusa a ir exatamente por não ter o domínio da topografia da cidade, ele considerava que não era viável para ele como guerrilheiro ir para um lugar que não conhecia, poderia acabar morrendo nas mãos da repressão. A partir daí, deu-se início a uma discussão que durou cerca de quinze dias, na qual o Lamarca chegou a ameaçá-lo de lhe dar um tiro se

---

<sup>309</sup> Entrevista realizada pela autora, no dia 06 de novembro de 2008 com José Maurício Gradel, no Rio de Janeiro.

<sup>310</sup> *idem*.

<sup>311</sup> *idem*.

ele não fosse para São Paulo, afinal um quadro não poderia desobedecer uma ordem do Comando da Organização. É nesse momento que Gradel decide romper com a VPR e partir para o exílio.

Aí eu disse “- olha, você está com toda a razão, eu não sou um quadro, descobri que eu não vou obedecer essa ordem, eu sou um aliado”. A gente tinha níveis que era quadro, aliado e simpatizante. “- Eu sou um aliado, eu não sou um quadro, mas eu sou um aliado ótimo, eu assalto banco, sequestro embaixador, eu sou porreta. Agora, quadro eu não sou não, porque pra São Paulo eu não vou”. E, afinal, era parte de uma ideia que eu tive naquela época que desembocou em ir embora<sup>312</sup>.

A sensação de insegurança era uma constante; o medo, uma companhia diária. Era “preciso estar atento e forte”; atento à movimentação dos vizinhos, de automóveis, de pessoas estranhas.

Nessa nova relação estabelecida com a cidade, a atitude do clandestino se apresenta de maneira ambígua, se “Por um lado, os sinais da vida de todos os dias dos “outros” são muitas vezes entendidos como um símbolo de liberdade. (...) de outro, o clandestino teme todos os sinais, desconfia de todos os gestos e tudo à sua volta parece suspeito”. (PEREIRA, 1993, p.147).

Nessa rotina, o tempo para o clandestino ganhava contornos diferentes. O presente era sempre instável, não se criava raízes. A consequência deste tempo interiorizado é um estado de permanente estresse, que por sua vez levava o militante a desenvolver sentimentos como irritação, depressão, paranoia, solidão, pânico, mania de perseguição, agravando o estado emocional do clandestino.

Esta percepção do tempo faz consideráveis estragos na disposição inicial do clandestino. A tensão da vida clandestina, o isolamento da família, as dificuldades materiais, a falta de privacidade, conflitos dentro de casa ou de carácter político, o cansaço e a apatia crescente levam a uma usura acentuada, na qual a própria circunstância da prisão pode ser sentida como um alívio. (PEREIRA, 1993, p.159).

No caso de Gradel, ele não queria ser preso, mas também não tinha condições de continuar a luta na clandestinidade, a única alternativa que se colocou viável para ele foi a ida para o exílio.

Ficou clandestino até março de 1971, quando vai embora do país. Primeiro para a Argentina e, no dia seguinte, para o Chile. Depois do golpe no Chile, volta para a Argentina,

---

<sup>312</sup> Entrevista realizada pela autora no dia 06 de novembro de 2008, com José Maurício Gradel, no Rio de Janeiro.

“passei a ditadura argentina toda lá, escondido, porque eu não tinha como sair”<sup>313</sup>. Torna-se uma espécie de exilado clandestino. “É, na Argentina eu era isso. E eu tive sempre muita sorte porque em muitos lugares onde eu estive eu soube, anos depois, que passou gente procurando por mim e não me achou, e eu estava legal. Tive sorte”<sup>314</sup>. Sorte mesmo, pois há casos de brasileiros que foram presos e mortos na Argentina, em função da Operação Condor.

Jussara também viveu um desgaste emocional muito grande, principalmente depois da notícia do golpe do Chile.

me lembro que quando teve o golpe do Chile, eu tive que ir até o departamento médico da fábrica e o médico percebeu que eu tava muito deprimida me deu tranquilizante e falou que era pra eu ficar uns três dias em casa. Eu acho que ele percebeu do que se tratava porque eu fiquei muito deprimida com o golpe do Chile, por que sempre a gente tinha uma esperança fora, aqui tá tudo ruim, mas o Chile tá bom, aqui tá tudo ruim, mas os bolivianos tão fazendo greve nas minas, então a gente se encontrava pra falar de fora, entendeu?<sup>315</sup>

Assim como para Jussara, o golpe do Chile, a morte do presidente Allende, a queda da Unidade Popular e o terror desencadeado naquele país simbolizaram, tragicamente, não só o fim da experiência socialista chilena, como também a derrota da revolução na América Latina. É nesse momento que Jussara decide ir embora do ABC para São Paulo, capital. A mudança é uma tentativa de diminuir a frustração diante da nova conjuntura, aquele espaço, o ABC paulista, passara a representar pra Jussara a derrota de um projeto político, perdera o sentido continuar ali.

## 4.7- Territórios de memória

### 4.7.1- *“Se tivermos sorte, haverá alguém lá para abrir a porta...”*<sup>316</sup>

Remexendo essas imagens arquivadas na cabeça ao escrever o livro, senti uma enorme curiosidade de rever aquele lugar, e voltei lá, em fevereiro de 1980, dez anos depois. Não me lembrava mais do nome da rua, mas cheguei a ela com uma incrível e

---

<sup>313</sup> Entrevista realizada pela autora no dia 06 de novembro de 2008, com José Maurício Gradel, no Rio de Janeiro.

<sup>314</sup> *idem*.

<sup>315</sup> Entrevista realizada pela autora no dia 07 de outubro de 2007, com Jussara Ribeiro de Oliveira, no Rio de Janeiro.

<sup>316</sup> José Gradel escreveu essa frase em um e-mail em resposta a um pedido meu para que fossemos até o “aparelho” em que ele vivera em Santa Teresa.

surpreendente facilidade. A casa da frente, da proprietária da vila, permanece a mesma casa verde, com uma varanda lateral que dá passagem para os fundos. A pequena vila é que mudou inteiramente. (CALDAS, 2004, p.228).

Caldas ainda procura por uma antiga vizinha, mas ninguém a conhece, lembra-se da noite da prisão de Suely quando ainda morava na vila. Na rua se sentiu mais a vontade, tocado pela “preguiçosa tranqüilidade das ruas do subúrbio”. (p.228).

Os espaços são referências, são como objetos, suportes de memória. Álvaro Caldas esperou dez anos para voltar ao antigo “aparelho” em que viveu com a mulher no subúrbio do Rio de Janeiro. José Gradel demorou quarenta anos para conseguir parar em frente ao número 294 da Rua Júlio Otoni, em Santa Teresa também no Rio de Janeiro, mesmo tendo amigos que moram nessa rua, em um prédio próximo<sup>317</sup>.

O primeiro passo foi reviver o chamado “minuto conspirativo”. Ao entrarmos no carro para seguir da Rua Alice à Rua Julio Otoni, de início o que se colocou foi o que diríamos quando batêssemos naquela porta. Criou-se logo uma história, como tantas inventadas na clandestinidade; ele estaria escrevendo um livro de memórias e como já tinha morado ali, queria tirar umas fotos para o livro.

Tocamos o interfone. O porteiro, Sr. Zé, nos atendeu e veio conversar conosco. Trabalha naquele edifício há mais de quarenta anos, não se lembrava de Gradel, mas se lembrava do armário de jacarandá esquecido no apartamento pelo morador. Quando da abrupta desocupação do “aparelho”, Gradel não teve chance de voltar para buscar o armário ganhado da mãe. De início, Gradel ficou em dúvida se havia morado no apartamento 201 ou no 301. Sr. Zé nos deixou entrar, batemos no 201 e o morador nos atendeu, primeiramente pela fresta da porta. Quando Gradel contou a história do livro de memórias, o morador chamado Barata, que também é escritor, abriu e mostrou-nos o apartamento. Gradel visivelmente emocionado falou da paisagem que via da janela na época. Tiramos algumas fotos da vista e também do quintal. Ao ir até a varanda, Gradel lembrou que de fato havia morado no apartamento 301, pois a varanda é bem maior. Também soube pelo Barata que o proprietário não era mais o alemão que conheceu.

---

<sup>317</sup> Manhã do dia 14 de março de 2009.



José Gradel fotografando a vista do “aparelho” da Rua Júlio Otoni em Santa Teresa.



Foto da vista do “aparelho” de Santa Teresa.

Gradel manteve a história até o final da visita insólita. Não explicou o que realmente estava fazendo ali, naquele espaço de tantas lembranças e eu preferi respeitar o seu silêncio. A garagem observada atentamente permanecia do mesmo jeito da época, “só faltava o Chevette bege zero quilometro”, como ele disse, comprado com dinheiro da Organização nos tempos áureos das expropriações e que ele usava para fazer “fachada”.

Saindo do “aparelho” da Rua Júlio Otoni. Vista da escada de acesso.



Foto da fachada do “aparelho”, à esquerda vê-se a garagem, a qual Gradel disse continuar a mesma.



Na descida da Julio Otoni, passamos por onde ocorreu a troca de carros no sequestro do Embaixador alemão, uma rua sem saída próxima ao “aparelho” em que Gradel morava; com toda certeza, era um risco continuar no número 294.



Local onde ocorreu a troca de carros no sequestro do Embaixador alemão, em Santa Teresa, final da Rua Júlio Otoni.

Gradel morou no “aparelho” da Júlio Otoni por cerca de oito meses. Revisitar esse espaço o fez revisitar suas próprias lembranças, memórias de um tempo de lutas e amores perdidos.

Foi obrigado a mudar-se depois do sequestro para a Baixada Fluminense/RJ. Neste outro “aparelho”, José Gradel permanecia grande parte do tempo sozinho, como as pessoas saíam de casa, ele não podia fazer barulho ou abrir a janela, para não levantar suspeitas. Ficar todo o tempo sozinho era algo difícil, o sentimento de solidão é evidente em sua fala e atingia a todos os clandestinos obrigados a ficar trancados nos “aparelhos”.

Assim também se sentia Fernando Gabeira. Foi de tal forma atingido pelo sentimento da solidão que fez amizade com um mosquito, o qual ele batizou de Eduardo e que passou a ser sua companhia diária. Passava horas imaginando formas variadas de matar Eduardo, contudo, ele conclui: “Não me tomem a sério: jamais mataria Eduardo. Sei muito bem a falta que nos faz um inimigo numa situação como aquela”. (1980, p.136).

Gradel chegou a adoecer devido às condições em que vivia no “aparelho” da Baixada, teve uma gripe que durou muito tempo. Estava acostumado a comer bem e passou a comer muito mal, acabou adoecendo. À noite, os dois companheiros que moravam com José Gradel traziam o jantar e as notícias, sendo a Copa do Mundo, a notícia mais quente do momento.

(...) Essa parte de ficar guardado em um “aparelho” tem outras coisas interessantes, mas não tem nenhum vínculo. Eu passei a Copa de 70 inteira sem poder gritar um gol porque teoricamente não tinha ninguém na casa. As pessoas saíam e eu ficava escondido lá e não podia fazer barulho<sup>318</sup>.

---

<sup>318</sup> Entrevista realizada pela autora no dia 06 de novembro de 2008, com José Maurício Gradel, no Rio de Janeiro.

Ao ser perguntado se iria torcer pelo Brasil na Copa de 70, Gradel é categórico em sua resposta:

Iria. Não. Eu não misturo as coisas. Eu não sou sectário não. Futebol, eu não gosto muito. Eu sou flamengo, mas não acompanho. Agora, quando o Brasil joga, eu gosto. E gosto e pronto e ninguém vai me fazer mudar de idéia quanto a isso. Eu gosto. Eu não digo, não é que eu abandone a política por isso. Estou vendo um jogo que eu quero ver. Realmente, ta, pronto, acabou. Acabou o jogo, vamos continuar falando de política. Esses caras que “quero que o Brasil perca, porque assim o povo sofrerá mais”. Não funciona. Então eu quero que ganhe depois a gente vê como é que faz pra fazer a revolução<sup>319</sup>.

Gradel fala aqui com muita clareza que não mistura as coisas, pode até ser que ele torcesse pelo Brasil se não estivesse trancado no “aparelho” sem poder assistir aos jogos e gritar gol, mas a questão é que o dilema: torcer ou não pelo Brasil na Copa estava colocado nesse contexto.

A Copa de 1970 é um assunto que aparece também na entrevista de Jussara. Sua vizinha Dona Ditinha, com quem dividia a cachaça na cerca e as tardes fazendo flores artificiais e conversando, convidou os três militantes ocupantes daquele “aparelho”, para assistir à copa do mundo. Com certa relutância, aceitaram o convite de Dona Ditinha:

“- ai que aborrecimento, a gente vai ter que ver a copa do mundo, mas não podemos torcer, porque nossos companheiros tão presos, esse jogo é um jogo da ditadura, nós não podemos torcer de jeito nenhum, mas a gente vai ter que ir, vai ser um aborrecimento”. E fomos né, porque não dava pra não ir, chegou na hora todo mundo torceu desesperadamente (risos) e foi uma coisa (risos)<sup>320</sup>.

Talvez depois até tenham feito autocrítica. Afinal, torcer pelo Brasil na Copa era uma atitude altamente “antirrevolucionária”, um problema ideológico a ser discutido em reuniões. A questão é que esse conflito “ideológico”, não atingiu somente os militantes de esquerda mais sectários, tornou-se um dilema comum entre a camada mais esclarecida da população e que era crítica em relação ao regime implantado, que mesmo não fazendo oposição declarada, encontrava naquele grande evento da seleção “canarina” uma forma de evidenciar sua indignação.

---

<sup>319</sup> idem. Gradel lembra o que houve na Argentina. Os militares teriam comprado o time do Peru para que a Argentina passasse para a fase final da Copa do Mundo.

<sup>320</sup> Entrevista realizada pela autora no dia 05 de outubro de 2007, com Jussara Ribeiro de Oliveira, no Rio de Janeiro.



Enfim, José Gradel passou a Copa de 1970 na Baixada Fluminense, um lugar terrível em sua opinião, porque além de não poder gritar gol e acompanhar os jogos, ele comenta, em tom irônico, que seus companheiros de “aparelho” achavam que pra ser revolucionário tinha que sofrer muito.

Eu tava lá o dia inteiro esperando eles chegarem, não podia acender a luz, não podia cozinhar, nada. Aí à noite, eles faziam, por exemplo, arroz com ovo. Primeiro, tinha uma única panela. Eles faziam arroz, aí punham uma folha de jornal no chão, jogava o arroz no chão. Aí fazia os ovos, punham na folha, aí dividiam e cada um comia o seu. Eu disse “não podia comprar outra panela pra fazer o arroz?”. Eles me olhavam com cara de... Eu era chamado de filisteu pequeno-burguês, porque os revolucionários não se preocupam com essas coisas<sup>321</sup>.

Pairava um clima de desconfiança no ar, Gradel estava esperando ordens pra ir pra outro lugar e essa ordem não chegava nunca, não sabia se o Comando havia dito que sim ou que não a seu pedido de sair daquele lugar. “E eu tava certo de que eles não transmitiam que eu queria sair dali, que eu achava que era um lugar ruim pra eu ficar. (...) Então foi um período meio negro em que eu mal conseguia ler”<sup>322</sup>.

O dia-a-dia nos aparelhos, inevitavelmente, era um árduo exercício de convivência forçada. A todo instante se deviam compartilhar espaços limitados com pessoas de origens e hábitos diversos, em condições materiais difíceis, 24 horas sob tensão. (ALMEIDA; WEIS, 1998, p.379).

Além disso, a clandestinidade funciona como uma caixa de ressonância, que maximiza sentimentos, conflitos, independentemente de sua motivação.

Finalmente Gradel conseguiu sair desse “aparelho” e seguiu para Teresópolis/RJ, para morar com um casal de amigos macrobióticos. “Então eu passei um mês comendo arroz integral só. Quase morro, porque eu tava acostumado com outras coisas”<sup>323</sup>. Mas lá havia outras compensações, ele tinha livros e lia, conversava com os amigos, discutia coisas, além disso, havia televisão e ele podia ver as notícias, saber o que estava acontecendo.

O casal foi depois pra área de campo da Organização e “conseguiram sair os dois vivos”. E essa era uma das discussões que eles travavam no “aparelho” de Teresópolis, “a gente falava muito sobre isso, o que era ir para o campo, que eu já tinha essa posição de que não era um quadro de campo. Depois eu vi que não era nem quadro. Mas na época eu achava

---

<sup>321</sup> Entrevista realizada pela autora no dia 06 de novembro de 2008, com José Maurício Gradel, no Rio de Janeiro.

<sup>322</sup> *idem*.

<sup>323</sup> *idem*.

que não era quadro de campo”<sup>324</sup>. Contudo, mesmo tendo coisas pra passar o tempo, o fato de não poder sair, não saber o que estava acontecendo com a Organização, angustiava Gradel.

E nisso mora uma contradição. O clandestino lida o tempo todo com o querer e o poder, ou querer e não poder. O que em última instância o contém é a certeza do perigo de ser descoberto pela repressão. E a certeza de que aquilo vai terminar. E de fato termina, depois de oito, dez, até dezenove anos, essas pessoas deixam a clandestinidade, mas é algo que não passa, permanece na memória: “Você tem impressão que isso vai passar rápido, você não sabe que isso é pra ficar, quando você topa; “- não, nós vamos fazer revolução”, você pensava que a revolução já tava né, agora (pausa) é uma coisa que fica a vida toda”<sup>325</sup>.

Esta crença de que a clandestinidade era passageira, remete ao caráter da decisão tomada. São motivos internos aliados aos motivos políticos, que determinarão para o militante o rumo da escolha.

Não tinha como voltar, né? Quantas pessoas já morreram, quantas pessoas tão presas. Não dá pra esquecer essas pessoas. Não dá pra dizer que tava tudo errado, entendeu? Apesar de você ver que tava tudo degradingolando. Que a gente já não significava nada. Não dava pra ignorar o que tinha acontecido<sup>326</sup>.

O clandestino não está submetido a espaços materiais inacessíveis, como afirma Maria Auxiliadora C. Arantes (1999). Ele não está preso. Ele não está fora do país. Ele poderia bater à porta de sua família. Abraçar os seus pais, seus irmãos, sair para beber com os amigos, mas ele não pode porque escolheu, fez a passagem à clandestinidade e, sobretudo, porque se o fizesse, estaria arriscando-se a ser localizado pela polícia, preso e morto, vulnerando sua Organização.

No Bairro do Engenho Novo no Rio de Janeiro, as coisas foram um pouco diferentes, pois José Gradel teve que mudar de nome, criar uma vida nova, contar histórias para os vizinhos, diferente do que era viver trancado no “aparelho” da Baixada. Voltou a sair e aos poucos foi retomando as tarefas de militante. Morou também em uma pensão na Praça Saens Peña, também na capital fluminense, onde passou os últimos dois meses antes de ir embora para o exílio. “E nessa pensão, a gente teve, talvez assim, por forças das circunstâncias,

---

<sup>324</sup> Entrevista realizada pela autora no dia 06 de novembro de 2008, com José Maurício Gradel, no Rio de Janeiro.

<sup>325</sup> Entrevista realizada pela autora no dia 05 de outubro de 2007, com Jussara Ribeiro de Oliveira, no Rio de Janeiro.

<sup>326</sup> idem.

contato um pouco maior com as pessoas”<sup>327</sup>. Gradel procurava se integrar nesse ambiente, pela manhã conversava e fazia ginástica com os filhos da dona da pensão, um tipo de ginástica muito famosa à época, da Força Aérea Canadense. Viam televisão na sala junto com a família. “A gente participava um pouco mais. Aí a gente viu junto, se não me engano, a chegada do homem na Lua. A gente viu a luta em que o Mohamed Ali perdeu. A gente depois ficava batendo papo”<sup>328</sup>. Para ele era terrível assistir os americanos chegarem à Lua, o herói do boxe perder e ainda saber que estava indo embora do país e não poder falar nada. “... e lá a gente ficava sorrindo –hahahahaha – era assim. Era difícil”<sup>329</sup>.

A clandestinidade em “aparelhos” possui algumas diferenças. Existia a “geladeira”, que significava sair completamente de circulação. Essa situação foi vivida por um tempo por Gabeira, Gradel e Gullar. E existiam também os “aparelhos” em que se montava uma “fachada”, entretanto uma categoria não anula a outra, em um “aparelho de fachada” podia ter um militante na “geladeira”.

Essa fachada também era feita de formas distintas. Alguns militantes alugavam quartos em pensões, normalmente esses quartos alugados eram lugares para clandestinos solitários ou necessitando de uma solução imediata. Entretanto, podiam ser mais perigosos do que as casas, pois o clandestino tinha que lidar com a falta de privacidade, a curiosidade dos outros moradores em relação à sua vida, os hóspedes e a própria dona da pensão.

“A casa enquanto espaço privado de preservação da intimidade familiar era transformada em aparelho”. (ALMEIDA; WEIS, 1998, p.316). Ou seja, a privacidade e a intimidade ficavam comprometidas e era assim tanto em casas previamente montadas para servir de “aparelho” com fachada, como em casas que tiveram que se transformar em “aparelhos”. Mesmo no caso dos simpatizantes que abrigavam militantes perseguidos, ocorriam mudanças na rotina diária, pessoas estranhas tornavam-se uma constante e quebravam o cotidiano habitual daquele espaço que era, antes de tudo, uma casa. Também para Gullar, que ficou escondido somente em casa de amigos, é preciso considerar que sua presença introduzia um elemento novo e estranho à rotina daqueles que o abrigavam, além de representar um risco para essas pessoas caso a repressão descobrisse.

Foi assim que Gabeira, ao entrar na clandestinidade, além de mudar de casa também mudou de bar. Além do mais, o novo orçamento permitia bem menos do que aquilo a que ele

---

<sup>327</sup> Entrevista realizada pela autora no dia 06 de novembro de 2008, com José Maurício Gradel, no Rio de Janeiro.

<sup>328</sup> *idem*.

<sup>329</sup> *idem*.

estava acostumado. Trocou a carne assada com molho de ferrugem pelo prato feito e caipirinha antes do almoço. Afinal a revolução exigia. “(...) Mas eu estava de acordo, era feliz e, afinal de contas, acabei descobrindo botequins com incríveis pratos-feitos. (...) “Começava nossa vida dupla, feita de mil segredos e cumplicidades”. (GABEIRA, 1980, p.72).

Além dos espaços, outro importante suporte de memória a ser analisado são os objetos.

#### **4.7.2- No museu da memória**

Por mais que Gilse arrumasse a casa com flores, móveis e deixasse “tudo bonitinho” como ela mesma diz, tornava-se a casa um cenário, palco da encenação clandestina. Talvez em menor proporção para os integrados, mas para quem vivia em “aparelhos”, a casa clandestina era casa de passagem, uma casa de momento, que podia ser abandonada, “e num sentido completo não é casa de ninguém: é um espaço para habitar, uma defesa face à exterioridade. O número de mudanças era elevado – o clandestino, como o caracol, anda sempre com a casa às costas”. (PEREIRA, 1993, p.139). Era preciso estar sempre preparado para mudar, e quase sempre em situações de emergência.

E é assim que Fernando Gabeira (1980), com o exemplo do caracol, descreve a casa que carregava consigo em todas as mudanças; sua vida cabia em uma sala e em uma pasta negra.

A pasta negra foi colocada no chão da sala. A sala era um elemento estável na minha vida clandestina. Nela estavam todos os móveis que ia carregando comigo, nos deslocamentos sucessivos: a mesa circular branca, a estante improvisada com tijolos, a poltrona onde dormia lendo os clássicos e acordava com o corpo colado ao couro, molhado de suor. (p.108).

A sala, como um elemento estável da vida clandestina, era onde se guardava a memória dos lugares por onde ele havia passado. Uma memória sempre em trânsito, pronta para ir embora de qualquer lugar em qualquer momento.

Gabeira cita os clássicos que lia na poltrona de couro e que procurava carregar consigo. Os livros são elementos constantes nas narrativas, é um objeto sempre lembrado no momento de tornar-se clandestino. Gilse conta em tom bem humorado que quando foi ao encontro do namorado para dizer que ia ter que sumir ele a pediu somente para esperar que pegasse seus livros, pois sumiria também. Ela ainda brinca “não sei pra que livro”.

Álvaro Caldas (2004), quando narra sua entrada na clandestinidade, descreve tudo que estaria deixando para trás, e os livros entram na lista de despedidas. Também Ferreira Gullar (1998), “Apressadamente, como se os milicos já estivessem a caminho” (p.10), coloca algumas roupas numa bolsa de mão, escova, pasta de dentes, dois ou três livros e sai.

É fácil imaginar tanto Álvaro Caldas como Ferreira Gullar levando consigo alguns livros ou sentindo pesar por ter que deixá-los, mas é preciso considerar ainda que o grupo ao qual estamos analisando, composto basicamente de universitários, era extremamente intelectualizado, lia muito, discutia, estudava. Nesse sentido seria natural pensar no livro como uma importante companhia para o clandestino, apesar de em alguns momentos o nível de tensão ser tão grande que não sobrava ânimo e nem energia para a leitura, como confessa Gradel.

Álvaro Cavalcante fala em sua entrevista dos dias e das horas em que passava dentro de bibliotecas, lendo, estudando e planejando ações, tanto que ele guardou sua carteira de usuário da Biblioteca Nacional, datada de 1971, quando ele usava o nome de Paulo Rodrigues Carvalho. É algo diferente ou até mesmo estranho pensar que dentre tantos documentos necessários e talvez mais importantes na condição de clandestino, que Álvaro tenha se preocupado em fazer uma carteira de biblioteca. Seria mais uma fachada criada? Uma maneira de dar “um certo” ar de normalidade a sua vida? Ou talvez ele realmente tivesse o hábito de frequentar a Biblioteca Nacional, e por isso era necessário ter a carteira de usuário para consultar os livros.

Os militantes não carregavam nada em termos de objetos, ou levavam muito pouco. Isso pode ser explicado em função do aspecto de transitoriedade que marca o viver clandestino. Dificilmente se sabia o que estava para acontecer, para onde iriam.

A casa clandestina não tinha objetos biográficos, não havia fotos sobre a mesa, lembranças de viagens, nada. A falta de relação com a casa torna-a seca, é um local sem significado. Não havia objetos pessoais, não havia marcas de identidade. A casa não possuía traços da personalidade de quem a habitava, não havia sinais da história de vida dos seus habitantes, porque a vida deles não passava por aquele espaço. Essas marcas ficaram na memória da experiência e na memória das coisas, coisas perdidas pelo caminho.

Os clandestinos não acumularam objetos ao longo da vida na clandestinidade, levavam consigo o mínimo possível, mas acumularam memórias e experiências.

Na maior parte das vezes, o ‘esvaziamento do aparelho’ se fazia precipitadamente [...] mesmo sem a maletinha providencial, onde tinha o mínimo indispensável para se ir levando [...] Não ter nada não era razão também para infelicidade. A gente descobre

rapidamente que precisa de muito pouca coisa [...] A falta que os objetos deixam é como marca e símbolo: uma necessidade de se continuar nas coisas que a gente faz [...] Aí a gente vê, nessa ausência, a gente mesmo como era. Por isto vamos carregando aparentes inutilidades vida afora: memória viva. Ao termos de abandonar drasticamente nossos pequenos cacos perdemos contato conosco mesmo, a vida passa a ser descontínua. Cacos. (DANIEL *apud* ALMEIDA; WEIS, 1998, p.381-382).

O abandono dos objetos ou “pequenos cacos” pode provocar a perda do contato consigo mesmo, tornando a vida descontínua, sem marcas materiais.

Temos assim duas vertentes: aqueles que guardaram coisas, objetos, cartas, documentos da vida clandestina, e aqueles que guardaram apenas a memória desse tempo.

Antônio Roberto, por exemplo, diz que “era da cultura não guardar”. Os documentos eram feitos em papel de seda para que em qualquer eventualidade fosse mais fácil engolir, ou ainda porque quando jogado na privada dissolvia mais rápido; logo, evitavam guardar assim qualquer papel que pudesse servir de provas.

Em relação à cartas e fotos, ele diz que era considerado um absurdo. “Nada disso não, enlouqueceu! “vamos tirar uma foto para lembrar” (risos), não podia não, máquina fotográfica era proibido... Agora os jornais têm, né? Tem jornais da época que aparece, eu inclusive apareço no meio de uma passeata”<sup>330</sup>. Ao contrário, quanto menos gente visse uma foto melhor, o ideal era que ela desaparecesse no tempo, porque a foto podia tornar-se motivo de prisão.

Gilse também tem uma postura parecida. É interessante porque os dois são da mesma Organização; é possível que essa tenha sido uma importante orientação de segurança das Organizações, mas no caso desses dois militantes da AP, é algo que aparece muito forte: não guardar nada. “Uma das características da clandestinidade é você dar um passo e apagar o rastro do passo de trás, né? Então em toda clandestinidade, a gente foi destruindo tudo”<sup>331</sup>.

Fotografia, por exemplo, em hipótese alguma ela deixava tirar, principalmente se fosse dela e do marido. Uma contradição que aparece na fala de Gilse é que, por mais que ela tenha colocado a importância de integrar-se, fazer amizade com a vizinhança, aqui ela afirma que “relacionamento é com companheiros de luta”<sup>332</sup>.

Outra medida tomada era não deixar nada que pudesse comprometer. Tudo deveria ser engolido ou queimado. Não podiam deixar qualquer rastro material, como relembra Gabeira (1980) no trecho abaixo:

---

<sup>330</sup> Entrevista realizada pela autora no dia 04 de abril de 2008, com Antônio Roberto, em Belo Horizonte.

<sup>331</sup> Entrevista realizada pela autora no dia 07 de abril de 2008, com Gilse Cosenza, em Belo Horizonte.

<sup>332</sup> *idem*.

Gavetas inteiras por esvaziar. Toledo me ajudava rasgando papel e jogando na privada. É uma atividade irritante que, infelizmente, tive de enfrentar de novo, em várias etapas de minha vida. Compreendo agora a paciência de Toledo – ser da oposição e viver na clandestinidade é também aprender a rasgar suas anotações e jogá-las na privada, incessantemente. (p.125).

A destruição desses rastros é algo que acompanha todos os clandestinos em diversos momentos, qualquer sinal de perigo ou possibilidade de mudança era precedida da destruição de papéis. Com isso, pouca coisa ficou em termos de registros. Depois de anos, Gilse encontra negativos em preto e branco de fotos das filhas sem revelar, escondidos dentro de uma revista antiga; as filhas, Juliana e Gilda, resolvem então revelar essas fotos para poderem guardar.

... você não podia ter, então você não tinha, porque isso era risco, vai deixar bilhetes, cartas, fotografia, não deixa, porque você enterra uma personagem antes de assumir outra, enterra sua identidade verdadeira e começa a assumir sua personagem, cada personagem que você vai assumir, você tem de enterrar e lavar o chão para não deixar pegadas da personagem anterior, então a gente fica sem memória concreta desse período aí, você tem lembranças, mas coisas concretas não fica não<sup>333</sup>.

Novamente a necessidade de apagar as pegadas. Assumir outra identidade, como foi o caso de Gilse, que teve várias ao longo de sua clandestinidade, era destruir um personagem, sua história e qualquer tipo de vestígio de sua existência para construir outro.

Contudo, é importante dizer que mesmo para aqueles que guardaram, isso não se deu a partir de um desejo prévio de preservar a memória desse período através dos vestígios materiais; aconteceu de maneira espontânea, ou foram guardadas por outras pessoas, pais, amigos, sem que os militantes soubessem, pois a orientação era destruir tudo que pudesse servir de prova.

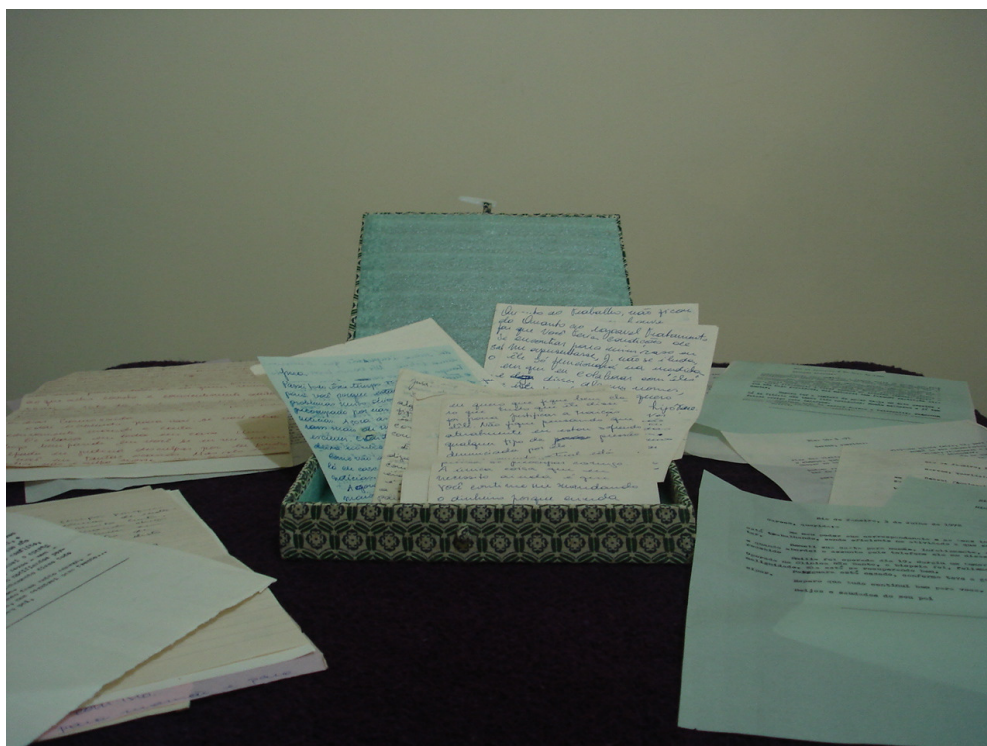
Existem assim duas dimensões acerca dos objetos: a ausência deles à época, no campo da vivência, e a presença deles hoje no campo da memória, seja como vestígio material ou imaterial.

Dessa forma, outra relação pode ser estabelecida entre a memória dos clandestinos e os suportes em que essas lembranças muitas vezes se ancoram. Alguns entrevistados guardaram coisas que compõem, juntamente com suas memórias, seu acervo pessoal. Cartas, documentos pessoais, objetos. Cartas trocadas com os pais e amigos que deveriam ter sido destruídas, mas foram guardadas, e por que o foram?

---

<sup>333</sup> Entrevista realizada pela autora no dia 07 de abril de 2008, com Gilse Cosenza, em Belo Horizonte.

Objetos como a caixa de Jussara, uma caixa simples, quadrada, em tamanho 20x20 cm, e cerca de 3 cm de profundidade, forrada com tecido fino. De fundo bege, mistura figuras geométricas com motivos florais verdes. Uma pequena flor de quatro pétalas estilizada é a figura que se repete inúmeras vezes em todo o tecido que recobre a caixa. Ela está dentro de um losango cujas partes vão formando círculos sobrepostos. O interior da caixa é forrado com uma espécie de espuma bem fina, de um verde bem suave para proteger o que ali for depositado.



A caixa de cartas de Jussara.

A caixa encanta à primeira vista por sua aparência e encanta uma vez mais por seu conteúdo. Como a caixa de Pandora, a caixa de Jussara guarda muitas surpresas<sup>334</sup>: as cartas que o pai guardou e que a filha nunca teve coragem de reler. E por que o pai as guardou?

Ele era advogado. E eu acho que essa formação profissional dele foi um aspecto importante. Advogado não destrói provas. Outra coisa era o afeto. Ele sempre queria um fio da meada pra me ter perto dele. Até quando eu falava com ele, ele dizia: “Eu vou assistir o Jornal Nacional, assiste o Jornal Nacional também que a gente vai tá vendo a mesma coisa”. Então tinha esses dois aspectos: um profissional, que era forte, e outro do

---

<sup>334</sup> Esta expressão caixa de Pandora vem do mito grego e é muito utilizada quando se quer fazer referência a algo que gera curiosidade, mas que é melhor não ser revelado ou estudado, sob pena de se vir a mostrar algo terrível, que possa fugir de controle.



afeto. Apesar de que eu nunca pedi pra ele guardar, ele guardou misturado com documentos da minha irmã<sup>335</sup>.

Como advogado, preservar as cartas poderia ser a forma de ter provas de que a filha estava viva e bem. Como pai, guardar as cartas era se sentir perto da filha, restabelecer o fio que os ligava. E por que Jussara, depois de mais de quarenta anos, continua guardando essas cartas trocadas há tanto tempo, ela que nem mesmo sabia que as cartas existiam?

... eu não sabia que essas cartas existiam, eu descobri quando ele morreu. Quando eu abri o arquivo dele e tava separando papéis, eu vi a minha letra, senão poderia ter jogado fora. Mas eu vi minha letra e vi que aquelas eram as cartas. Então eu guardei dentro dessa caixa e botei no fundo do armário. Eu não tinha coragem de olhar, não tinha coragem de olhar de jeito nenhum. Eu tentei ler algumas, mas eu não consigo ler. Talvez não sejam nem tão fortes como eu imagino, mas elas remetem a um momento forte. Então ainda não tenho condições de ler. Vamos ver o que a vida diz<sup>336</sup>.

Descobrir essas cartas foi uma surpresa para Jussara. Foi restabelecer o fio que a ligava tão fortemente ao pai e redescobrir um período importante de sua vida. Guardar numa caixa verde com motivos florais é preservar, lembrar; colocar no fundo do armário é querer esquecer. Não ter coragem de olhar para essas cartas é não ter coragem de olhar para o passado, para esse passado e para si mesma. Tentou ler e não conseguiu, mas não fechou essa memória no armário junto com a caixa, pois na fala tem um “ainda não tenho condições”; “não ter coragem de olhar”, é um estado momentâneo. A caixa de Jussara representa muito mais do que um objeto, representa uma experiência vivida, remete a um momento forte de sua vida.

Compõe esse pequeno e valioso acervo, um conjunto de cartas escritas por Jurandyr R. Oliveira, que é como ele assina, enderaçadas à “Sareco”, apelido carinhoso pelo qual Jussara é tratada por seu pai, e cartas de Jussara enviadas a “Jura”, ou simplesmente “J.”, seu pai. Nenhuma carta recebe a assinatura dela.

Todas as cartas escritas por Jurandyr foram datilografadas e sem que a filha Jussara soubesse, seu pai fazia cópia de todas as cartas que escrevia, uma ele enviava e a outra guardava. Provavelmente utilizava um papel carbono para fazer cópia das cartas sempre que as datilograva, pois elas evidenciam manchas que parecem de papel carbono.

---

<sup>335</sup> Segunda parte da entrevista realizada pela autora no dia 4 de novembro de 2008, com Jussara Ribeiro de Oliveira, no Rio de Janeiro.

<sup>336</sup> idem. No dia 29 de janeiro de 2009, em conversa por telefone, Jussara me disse que já tinha conseguido ler as cartas que ela havia escrito ao pai, mas que as dele ainda era difícil.

Suas cartas estão bem conservadas, possuem marcas de dobras, e o amarelado do tempo. A maioria é em papel mais fino, muito frágil, são com toda certeza a cópia, o material evidencia isso, é preciso manuseá-las com cuidado, para não rasgar ou amassar. São todas em tamanho ofício, duas variam a cor, uma rosa e outra azul. Só uma delas é de papel grosso, parecendo papel cartão.

Todas as cartas possuem uma linha centralizada e feita pela máquina de datilografar no final para assinatura à mão; em duas ele escreve o nome todo à máquina embaixo da mesma linha feita em todas para assinatura. As cartas de Jussara são todas escritas à mão e sempre maiores, ocupam muitas vezes os dois lados da folha, algumas vezes mais do que isso, à exceção de uma que é praticamente um bilhete pedindo notícias ao pai e que em carta posterior ela chega a reclamar desse fato, dizendo que as cartas estão se transformando em bilhetes.

Os tamanhos e formas dos papéis utilizados variam. Provavelmente pegava o que tivesse à mão para escrever. As quatro últimas cartas foram escritas com o mesmo tipo de folha, com pauta, menor do que papel tipo ofício. Estão relativamente conservadas, apresentam sinais do tempo, como o amarelado, marcas de dobra, entretanto em algumas o efeito da tinta de caneta é evidente, com o passar do tempo a tinta mancha e começa a passar para o outro lado do papel, dificultando a leitura.

À exceção de duas das cartas que não têm nenhuma referência a data, todas as outras foram datadas, não por Jussara, mas por seu pai, que sempre escrevia “Recebi em” ou “Recebida em” ou simplesmente “em”, ou ainda só a data com a sua letra. Posteriormente guardava as cartas, contrariando os pedidos de Jussara para destruí-las por questão de segurança. É provável que mostrasse ou lesse as cartas para toda a família, pois todos sabiam da situação de Jussara, talvez levasse para que a mãe pudesse ler e ter certeza de que a filha estava bem, pois a essa época eram separados. E talvez depois sentasse calmamente, ou não tão calmamente assim, para responder à filha.

Pergunta por todos os irmãos chamando-os apenas pela primeira letra do nome. Ela é sempre carinhosa com o pai, apesar de ser muito firme em suas convicções e de suas palavras parecerem rudes em algumas cartas na tentativa de se mostrar decidida. O pai às vezes é bem formal, talvez seja pela condição de advogado, a formalidade que a profissão exige, ou também para segurança.

Quem também guardou seu pequeno acervo de lembranças foi Ana Amélia. Antes de nos entregar, teve o cuidado de identificar todos os documentos que o constituem: Uma carta de um amigo, datada de 5/6/73, com carimbo da Casa de Detenção de São Paulo - Chefia

Pavilhão 5, que está endereçada “à priminha”. A legenda de Ana: “Carta de meu amigo para mim: Antônio Fernando Bueno Marcelo. Preso e torturado, em 1971, em São Paulo”; uma carta da amiga exilada em Paris, na França, de 11/1/74, endereçada à “Saraiva minha cara”. Sua legenda: “Carta da minha amiga Nobuê que foi embora do país depois da prisão do marido em 1971, em São Paulo. Morei com o casal no 1º ano de São Paulo. Nunca mais tive notícias dela”. Um poema escrito por ela, cuja legenda está assim: “Poesia que fiz depois de “visita” do outro lado da calçada. Combinado para que os amigos presos chegassem na janela e pudéssemos nos ver de longe”. A sentença do juiz Fernando Cabral sobre o processo de restauração do seu verdadeiro nome. A resposta da Agência Brasileira de Inteligência ao Requerimento de Ana Amélia solicitando informações sobre ela existentes nos arquivos da ABIN, datada de 14 de janeiro de 2002.

No dia 06 de janeiro de 2009, Ana Amélia encaminhou, por e-mail, cartas selecionadas por seu irmão. Ela não sabia da sobrevivência dessas cartas que contam uma parte importante de sua história. O novo achado foi feito, como relata Álvaro à irmã, também por e-mail, “a partir da descoberta, pela mamãe, de um monte de cartas antigas”. Fizeram uma seleção das cartas e as identificaram da seguinte maneira:

- “1.alvaro para os pais em 20 de janeiro de 1970. São Paulo
- 2.alvaro para os pais em 12 de setembro de 1969. São Paulo
- 3.ana para o pai em 29 de maio de 1971. São Paulo logo após as prisões de 21 de abril, inclusive a do seu namorado.
4. alvaro e ana, carta aos pais e irmãos com instruções para um encontro em Santos. provavelmente em maio/junho de 1970 de São Paulo.
5. em guardanapo de papel, de alvaro para os pais provavelmente em maio/junho de 1971. São Paulo.
6. alvaro para o pai, data incerta, provavelmente antes de outubro de 1970. São Paulo.
7. ana para o pai em 1. de maio de 1970, de São Paulo.<sup>337</sup>”

José Maurício Gradel guarda e usa a mesma carteira de identidade que usava em 1968. Quando entrou para a clandestinidade, juntou todos os documentos pessoais com o nome verdadeiro e deixou na casa dos pais. Só teve acesso novamente aos seus documentos verdadeiros quando sua mãe foi visitá-lo no exílio no Chile. “E, inclusive, a carteira de identidade eu uso até hoje a mesma, eu tenho que trocar agora que ninguém me reconhece”<sup>338</sup>.

E os objetos “imateriais”? Objetos que já não mais existem, a não ser na dimensão da memória, a exemplo de quando Ana Amélia percorre a casa onde viveu no ABC paulista e se

---

<sup>337</sup> Mantivemos a ordem e a forma como eles escreveram.

<sup>338</sup> Entrevista realizada pela autora no dia 06 de novembro de 2008, com José Maurício Gradel, no Rio de Janeiro.

lembra do toca-discos e dos discos do Chico Buarque e do Paulinho da Viola que ouvia baixinho para que os vizinhos não suspeitassem de nada. Assim, “(...) Mais que um sentimento estético ou de utilidade, os objetos nos dão um assentimento à nossa posição no mundo, à nossa identidade”. (BOSI, 1995, p.441). Ana Amélia relembra o objeto toca-discos, mas ele não é um toca-discos comum, é aquele em que ela ouvia as músicas que gostava, Chico Buarque e Paulinho da Viola. Mais do que isso, ele remete aos sons, à música de uma época que marcou toda uma geração.

Há também aqueles objetos cuja história contada hoje se transformou em algo cômico, contada quase de forma anedótica, mas que naquela época trouxe complicações nada divertidas. É a história da televisão narrada por Jussara. Em uma das idas dela ao Rio de Janeiro para visitar a família, o pai lhe dá uma televisão de presente.

Aí eu falei assim “meu Deus, que merda, como eu vou fazer pra aparecer no quadro com a televisão”. E eu tava com uma raiva da televisão, eu chutava a televisão no caminho, com uma raiva terrível. (...)Aí cheguei em casa com a televisão, falei assim “olha, tem um problema, ganhei uma televisão, como nós vamos falar pros vizinhos que temos uma televisão?”<sup>339</sup>.

A televisão se transformou em um grande problema. Ela e as companheiras de “aparelho” decidiram esconder a TV. Quando não tinha ninguém por perto, elas fechavam a casa e assistiam à televisão; quando alguém tocava a campainha ou batia na porta, elas guardavam a televisão. Mas não dava pra continuar escondendo a televisão toda hora que aparecia um vizinho. Resolveram então criar uma história para justificar seu aparecimento na casa: “A gente fez um alibi pra televisão aparecer. Algum parente muito distante tinha morrido e era herança, uma coisa assim”<sup>340</sup>. Era uma simples televisão, muito pequena, tanto que Jussara trouxe de ônibus do Rio de Janeiro para o ABC em São Paulo, mas aquele objeto, considerado artigo de luxo na época, ainda mais para um contexto de operários, não era compatível com a história contada por elas.

A máquina fotográfica, que aparece no relato de Gilse, foi um objeto que a ajudou a sobreviver trabalhando como fotógrafa quando estava clandestina no Ceará. Álvaro Cavalcante também se lembra de alguns objetos e lamenta, dizendo:

---

<sup>339</sup> Segunda parte da entrevista realizada pela autora no dia 4 de novembro de 2008, com Jussara Ribeiro de Oliveira, no Rio de Janeiro.

<sup>340</sup> idem.

coisa que eu queria ter era o meu primeiro taquímetro que é o instrumento que eu usei no primeiro emprego, mas nesse negócio de mudança casamento e tal... (...) Tinha uma pistola alemã, muito bonita antiga que a gente tinha pedido para uma pessoa guardar, o tio de um companheiro nosso, e para não abrir a mala que tinha muita bala de metralhadora, a pistola e documentos, era para não olhar, mas aí, abriu, viu e levou para Bahia, e a pistola eu gostaria de ter porque ela era muito bonita, e o taquímetro são dois momentos, né? A pistola de São Paulo e o taquímetro da fábrica aqui<sup>341</sup>.

São objetos biográficos, que mesmo não permanecendo com o indivíduo, diz alguma coisa sobre a experiência vivida. Esses objetos podem assim representar tanto “a pacífica impressão de continuidade” (BOSI: 441), como a violenta sensação da ruptura.

Muitos objetos eram largados ou esquecidos quando um “aparelho” caía. Não havia como retornar ao local, na verdade não era aconselhável voltar a um “aparelho” depois de desocupá-lo. Dentre esses “perdidos e achados”, Gradel se recorda que no “aparelho” da Rua Júlio Otoni, ficou um armário que a mãe tinha dado a ele, “um armário de jacarandá de parede a parede, maravilhoso, que caiu ali”, como ele conta. Dentro do armário de Jacarandá ficou também uma espingarda, uma *winchester* 44,<sup>342</sup> que ele gostava muito. “(...) Aí eu não posso chegar assim, trinta anos depois “- escuta, eu morei aqui há 30 anos, não ficou aqui um armário meu com uma arma dentro?”. Ficaria esquisito. Então eu não guardei nada disso não. Eu guardei os meus documentos”<sup>343</sup>.

Elio Ramires guarda da época de clandestinidade uma piteira de madeira, trabalhada à mão, desenhos entalhados e anéis, feitos por um artesão da Ásia Central, a carteira de identidade e a Certidão de Nascimento de Eliodir Garcia Ortega, nome que usava na época, a escritura da casa em que ele mora até hoje, um cartão de inscrição num clube em São Paulo em nome de Eliodir. O lenço vermelho, em losango, dos “Pioneiros”, organização infanto-juvenil da China, da qual ele participou da solenidade, com juramento, entrega e amarração no pescoço. E ainda dentre as coisas listadas, ele cita: “Também guardo Maria, Marcos (40), Márcia (31) e Mônica (30)...”<sup>344</sup>, a esposa e seus três filhos.

São vestígios constitutivos das subjetividades – cartas, objetos, documentos pessoais, memórias, testemunhos, literatura, fotos e porque não dizer o ideário de uma época, que compõem o acervo desse Museu da Memória e passam a ser pensados como importantes

<sup>341</sup> Entrevista realizada pela autora no dia 22 de outubro de 2007, com Álvaro Lins Cavalcante Filho, no Rio de Janeiro.

<sup>342</sup> Entrevista realizada pela autora no dia 06 de novembro de 2008, com José Maurício Gradel, no Rio de Janeiro.

<sup>343</sup> *idem*.

<sup>344</sup> A entrevista de Elio Ramires foi feita via internet, entregue no dia 13 de dezembro de 2008, por e-mail.

fontes para a escrita da história e para reconstrução da memória social de um tempo de lutas, derrotas, tempo em que muita gente andava “... falando de lado e olhando pro chão”<sup>345</sup>.

#### 4.8- Teatro clandestino

Os personagens foram apresentados com suas histórias, seus disfarces. O cenário também, com seus objetos ou a falta deles. Falta a encenação, o teatro clandestino.

A clandestinidade não se trata apenas de um modo de vida encontrado para ocultar práticas políticas consideradas ilegais pela ditadura, como reuniões de partidos, por exemplo. É antes uma forma de esconder a própria vida, “inclusive de seu possuidor, numa situação de ruptura total com a normalidade familiar, profissional, etc”. (PEREIRA, 1993, p.118).

Há ainda duas maneiras de se conceber a clandestinidade, definida por José Pacheco Pereira (1993) como clandestinidade mole ou dura. No primeiro caso, o centro da vida encontra-se à superfície e só ocasionalmente se “mergulha” na ação clandestina, é quando, por exemplo, um médico torna-se clandestino somente ao realizar a ação para a qual foi designado ou aceitou participar por solidariedade, como foi o caso do nascimento da filha de Gilse; o médico fez o parto que constituiu a ação clandestina e depois voltou à normalidade de sua vida. No segundo caso, na chamada clandestinidade dura, não há superfície, o clandestino está totalmente imerso naquela situação.

Nesse sentido, cria-se uma racionalidade na ação clandestina, com uma multiplicidade de comportamentos fictícios em que a representação é algo vital, pois dela depende a vida e a segurança do militante clandestino e de sua Organização. É como se o clandestino estivesse sempre em território inimigo a ponto de ser descoberto.

O enredo ganha uma dupla função, proteger a identidade do clandestino com uma história razoável e ao mesmo tempo possibilitar que ele continue executando suas tarefas de militante, imprescindíveis para a ampliação dos quadros. Para José Pacheco Pereira (1993) algumas dificuldades que poderiam ser encontradas na clandestinidade num primeiro momento dizem respeito à predisposição do militante em aceitar a representação e suas consequências, incluindo aí a duplicidade; muitas vezes, para os clandestinos de “primeira

---

<sup>345</sup> Trecho da música “Apesar de você”, de Chico Buarque.

viagem”, era difícil aceitar o jogo teatral que essa forma de militância exigia, depois isso tornava-se rotina para muitos.

Ao ser questionada sobre como era conviver com essa dualidade, Jussara responde que só era Jussara quando vinha ao Rio. Lá no ABC paulista, na fábrica, nessa outra vida, ela era Maria Clara. O outro ponto importante ao discutir essa questão da dualidade e do sentir saudade ou não da Jussara, da sua vida, é respondido por ela de uma forma que coloca uma dimensão interessante para analisar:

Eu achava que ia dar tudo certo, né? que enfim, até perto do golpe do Chile, até o golpe do Chile, quando eu acho que foi um divisor de águas, depois do golpe do Chile eu me arrastei assim mais uns dois anos por uma questão intelectual, assim moral, né? “- Pô, morreu tanta gente como que eu vou sair fora?”, não dá pra sair fora, né? mas até o golpe do Chile eu tava certa que ia dar certo, que a gente ia tomar o poder e resolver todos os problemas do país e que tudo isso ia se resolver, até o golpe do Chile eu tinha essa, o golpe do Chile foi a grande visão, né? de que tudo tava indo mal aqui e lá também<sup>346</sup>.

Nesse sentido, tornar-se clandestino, assumir outra identidade e conseqüentemente, outra vida, é algo entendido como provisório, que tinha data certa para terminar, e terminaria logo que se tomasse o poder. Não tinha um sentido de duração, era mais uma tarefa dentre as muitas assumidas pelos militantes das diversas Organizações. Entretanto, para muitos a clandestinidade durou anos. Tem ainda a dimensão do compromisso, com a escolha feita e com os companheiros.

A pergunta “como é assumir outra identidade”, trouxe respostas interessantes e em alguns momentos divergentes para o trabalho. Gilse considera que assumir outra identidade era algo complicado, porque implicava no fato de ter

... de fechar e trancar à chave a sua identidade anterior, com tudo que ela significa, a identidade de características familiares, de características pessoais que você criou até aí, é a cultura que você teve, do estudo que você teve, dos costumes que você teve, das formas de agir, e você assume outra identidade, você não assume apenas um nome, você não tem apenas de acostumar a falar aquele nome, você tem de assumir o personagem que aquele nome é, entende?<sup>347</sup>

Nesse ponto, ela compara a vida clandestina ao teatro ou ao cinema, em que o artista assume a vida do personagem que ele representa durante a filmagem ou durante a peça de

---

<sup>346</sup> Segunda parte da entrevista realizada pela autora no dia 4 de novembro de 2008, com Jussara Ribeiro de Oliveira, no Rio de Janeiro.

<sup>347</sup> Entrevista realizada pela autora no dia 07 de abril de 2008, com Gilse Cosenza, em Belo Horizonte.

teatro. O clandestino, por sua vez, assimila um personagem que não sabe quanto tempo vai durar, por quantos anos será necessário viver aquilo. “E depois você tem de guardar esse personagem e assimilar outro personagem, diferente do primeiro, do segundo, do terceiro, né?”<sup>348</sup>.

Para ela, isso demanda um “esforço mental de comportamento muito grande, espreme os miolos, você conseguir, sabe? É quase você viver assim, uma vida, depois outra vida, depois outra vida, depois outra vida, então é bem complicado, é bastante complicado...”<sup>349</sup>.

Outra dificuldade apontada por ela se deu com a decretação da anistia. Assim como Gilse, outros militantes tiveram que voltar ao nome verdadeiro; o que é considerado um processo complicado: “você tem a maior dificuldade, é muito difícil”. Alguns não voltam, como foi o caso da Ana Amélia, que teve medo de ser presa por falsidade ideológica, perder o emprego ou ser perseguida, só retoma seu nome verdadeiro na década de 1990. Ou o caso de Álvaro, que já com o nome verdadeiro, precisa criar uma história pra justificar o fato de não ter experiência comprovada na carteira de trabalho para conseguir emprego.

Para Elio, ao contrário de Gilse, apesar de achar a “Perguntinha danada de difícil”, ele rebate com outra pergunta: “Assumir outra identidade ou apenas usar outra documentação, portar “documentos alternativos” e continuar tendo a mesma identidade?”<sup>350</sup>. Ele compreende a questão “assumir outra identidade” apenas com o significado de utilizar documentos com outros nomes; para ele não significou mais do que isso, era apenas uma necessidade para preservar a segurança.

Eu continuava sendo eu mesmo: apenas utilizava documentos falsos, por necessidade, e usava nomes diversos para cada coletivo onde eu atuava, também por óbvias razões de segurança. Estes nomes nada tinham que ver com os nomes nos documentos. Quanto aos vários nomes, tinha uma pequena obrigação: a de decorar novos nomes (nem tantos assim), datas de nascimento, cidades, nomes de pai, mãe, etc...<sup>351</sup>

Nesse sentido, observamos como a clandestinidade foi vista e vivida de maneiras diversas. Antônio Roberto afirma não ter à época “se tocado sobre isso”, “essa possibilidade da perda da identidade”. Mas para ele isso é um processo muito particular, pois ele já tinha um problema de identidade com seu nome, anterior à sua militância, que só veio a resolver mais tarde, com terapia. Nesse caso, considera que se chamar Fernando, “nome frio” adotado

---

<sup>348</sup> idem.

<sup>349</sup> idem.

<sup>350</sup> A entrevista de Elio Ramires foi feita via internet, entregue no dia 13 de dezembro de 2008, por e-mail.

<sup>351</sup> idem.



na clandestinidade, ou Antônio, seu verdadeiro nome, não teve problema, pois o problema em relação aos conflitos de identidade eram anteriores.

Em tom bem humorado, Antônio Roberto conta que quando nasceu, estava morrendo, então sua mãe o levou para ser batizado com o nome de Aroldo; chegando na igreja, o padre disse que não poderia batizá-lo com o nome escolhido porque não tinha santo com esse nome, e como ele havia nascido no dia de Santo Antônio, sua mãe, por influência do padre, na última hora mudou seu nome pra Antônio. Outra relação complexa no que se refere ao seu nome é a própria origem familiar, o fato ter demorado anos a ser reconhecido pela família paterna.

eu já tinha um problema, então o que eventualmente poderia ter pela clandestinidade eu já tinha, e essas coisas, e com a terapia, e ah! Para piorar, a data do meu nascimento é de treze de junho, mas na hora de registrar lá no cartório colocaram vinte de junho, quer dizer então eu tenho um problema com a minha identidade, o nome, o sobrenome é falso, a data de nascimento é falsa, tudo falso (risos)<sup>352</sup>.

Essa discussão em relação a assumir ou não outra identidade internamente, ou de como o indivíduo se entende e se vê diante de “situações-limite” como a clandestinidade, precisa ser analisada, tendo em vista que muitos indivíduos à época, envolvidos que estavam no contexto e mergulhados a fundo na vida clandestina, não se colocavam essa questão da identidade; isso é algo pensado a posteriori, como um trabalho da memória em que o passado está sendo revisitado com o olhar do presente.

Outra questão que aparece é o fato de cada experiência ser única, e os resultados, consequências inclusive psíquicas para o indivíduo, também devem ser pensados a partir de uma história de vida anterior a essa experiência, como é o caso de Antônio Roberto, que completa dizendo que imagina que muita gente pode ter tido esse problema, “por exemplo, no caso inclusive de quem fez plástica, deve ser pior ainda, você perde também até identidade visual”<sup>353</sup>.

Nesse sentido, consideramos a experiência da clandestinidade bastante heterogênea. Como vimos, são histórias distintas, vividas em função de uma série de circunstâncias, inclusive dos traços de personalidade de cada indivíduo que passou por isso. Houve quem suportasse situações adversas, as mesmas nas quais outros sucumbiram. Houve aqueles que conseguiram se proteger, outros tantos que tombaram pelo caminho. Há quem foi capaz de

---

<sup>352</sup> Entrevista realizada pela autora no dia 04 de abril de 2008, com Antônio Roberto, em Belo Horizonte.

<sup>353</sup> idem.

lutar, reorganizar o movimento operário, os sindicatos, se integrar na produção e tornar-se também operário ou camponês. Outros que viveram solitários, trancados em “aparelhos”; houve aqueles que entraram em processo de depressão, isolamento e solidão, e nem por isso algumas trajetórias tornam-se mais ou menos importantes que outras. Cada indivíduo viveu a clandestinidade de uma maneira muito singular, “segundo razões explicadas, muitas vezes, pelas circunstâncias históricas, mas que vão muito além destas, dizem respeito a um mundo subjetivo que só a História não dá conta”. (ROLLEMBERG, 2004, p.192).

## Considerações Finais

O objetivo desse trabalho foi analisar a experiência da clandestinidade vivida por militantes políticos de Organizações de esquerda que faziam oposição à ditadura militar.

Considero que a experiência da clandestinidade transformou as memórias desses sujeitos em algo também clandestino; o silêncio é uma marca impressa na memória da clandestinidade, silêncio esse construído pelos próprios atores ou imposto por uma conjuntura social. Desta forma o não reconhecimento dessas memórias gera injustiça social e porque não dizer injustiça histórica. Muitos desses atores não foram reconhecidos por suas escolhas, dentre elas, a mais importante, a de permanecer no Brasil e, no anonimato, continuar a luta revolucionária.

Além do silêncio, uma outra questão que perpassa a experiência da clandestinidade é a tentativa de simplificação dessa experiência que, no entanto, não condiz com os relatos aqui apresentados e analisados. Como pude verificar, a clandestinidade se mostra tão complexa e peculiar quanto o exílio ou a prisão no período da ditadura militar.

Em linhas gerais pretendi delinear algumas perspectivas com as quais a questão da clandestinidade pode ser vista.

No primeiro capítulo busquei na memória social o suporte teórico que ajudasse a entender como determinadas memórias acerca da ditadura militar foram construídas e como a lembrança, o esquecimento e o silêncio se conjugam nesse processo. É importante ressaltar que a teoria da memória foi peça fundamental para a discussão da clandestinidade, tendo em vista que esse é um tema que ainda carece de estudos mais aprofundados. Dessa forma, não foi possível lançar mão de categorias já construídas, pois elas não existem; o trabalho assim ganhou caráter bastante empírico, como tentativa de construir determinadas categorias a partir das falas dos entrevistados que ajudassem a compreender a experiência da clandestinidade.

No segundo capítulo, a clandestinidade foi discutida a partir do contexto no qual ela se apresenta, de forma generalizada, para a grande maioria dos militantes políticos de esquerda: a ditadura militar instaurada a partir do golpe civil-militar e que perduraria por vinte e um anos. A clandestinidade, assim, se insere na mesma lógica do exílio, prisão, assassinatos, tortura, ou seja, apresenta-se como uma tentativa de afastar e eliminar aqueles que contestavam, a partir de um projeto político, o da revolução, a nova ordem imposta pela ditadura militar.

No capítulo 3, parti para a análise das formas como a clandestinidade se apresenta: a clandestinidade que se coloca a partir da chamada *integração na produção* ou *proletarização*, que surge como uma prática política que visava promover a integração dos militantes com os trabalhadores, buscando corrigir os chamados desvios “pequeno-burgueses”. Posteriormente, a integração passa a ser vista como uma necessidade de proteger dirigentes e militantes das Organizações, já que o risco de prisão, tortura e assassinato pela repressão era cada vez mais iminente. A outra forma de clandestinidade é a denominada clandestinidade de “Aparelho”. Funcionava como uma espécie de profissionalização do militante, que passava a ficar vinte e quatro horas por dia disponível para a Organização e pronto para realizar ações.

Essas duas formas de clandestinidade trazem em si diferenças e aproximações, e dessa maneira me foi possível, a partir dos testemunhos, mapear as formas de agir e sentir a clandestinidade a partir dessas duas categorias estabelecidas. O novo cotidiano, os novos hábitos, tendo em vista que entrar para uma Organização significava sentir um mundo novo de referências afetivas, culturais e políticas.

Por último, busquei analisar como a experiência da clandestinidade se assenta nas subjetividades, deixando marcas nos sujeitos que a vivenciaram. Ao mesmo tempo em que novas subjetividades são produzidas a partir daí. Romper com o mundo social onde aprenderam a se mover, mudar de nome, se disfarçar, “construir” uma história, vivenciar outros hábitos, estabelecer novas relações afetivas, descobrir amores, perder amores, ter filhos na clandestinidade, tudo isso se soma a essa experiência que com certeza deixou marcas nas subjetividades desses indivíduos. Marcas corporais, como a do tiro levado em uma ação, ou ainda na forma como a voz diminui de volume ao contar determinada coisa, como se o indivíduo voltasse a se sentir clandestino; época em que sussurrar ou calar era a tônica. Ou ainda as marcas invisíveis que se revelam no momento da entrevista, pelo choro contido, pela recusa em tocar em determinado assunto, pela mudança ou tremor na voz.

Também foi possível identificar a relação desses indivíduos com suas lembranças, seu acervo acumulado durante o período em que ficaram clandestinos; ainda que a orientação fosse destruir esses documentos, muitos os guardaram. São lembranças/documentos, vestígios de um passado traumático. Percebi a validade da utilização das fontes orais, na perspectiva da história oral e do acervo pessoal desses indivíduos para a construção desse trabalho e significação dessas memórias.

Parti assim da relação da clandestinidade com a memória, sabendo que além de ser seletiva, a memória é sempre fragmentada, fenômeno construído, sendo o trabalho de organização sempre parcial. O que dá sentido à memória, em última instância, é a relação que

se estabelece entre o passado e o presente. O passado descontínuo é organizado a medida em que fragmentos de lembranças, pedaços de fatos, falas, cartas, objetos e cheiros ganham sentidos a partir de uma necessidade ou desejo do presente.

Nesse sentido, os silêncios, o não dito e o esquecimento vão aos poucos se transformando em memória. As memórias de indivíduos que viveram na clandestinidade deixam aos poucos de ser também clandestinas.

A partir dos testemunhos, percebi que a experiência da clandestinidade é bastante diversa, vivida em função de uma série de singularidades, que vão desde traços de personalidade de cada indivíduo até as circunstâncias específicas da época.

Percebi também que estudar a ditadura militar a partir da clandestinidade contribui para inscrever outros sujeitos na memória social, desvelando silêncios e fornecendo elementos para a luta contra o esquecimento e para que esse passado não se repita. Sendo assim, os relatos da clandestinidade aparecem como algo também relevante em termos de experiência desse período.

Gostaria de evidenciar que o estudo da clandestinidade é um campo que se abre. O que se viu aqui foi uma mostra do universo de possibilidades que se apresentam para o estudo do tema em pesquisas futuras. Em tempo, gostaria também de ressaltar meu crescimento como pessoa e como pesquisadora e a certeza de que há ainda muito o que pesquisar sobre a ditadura militar e as marcas produzidas por ela.

Cabe por fim ressaltar que mesmo que a vida desses sujeitos tenha sido marcada pela dor, pelo trauma, pela imposição de uma situação-limite que por sua vez também produziu marcas na memória e nas subjetividades, há por outro lado a afirmação da vida, a elevação e superação de si.

Jussara Ribeiro de Oliveira, clandestina por oito anos, é advogada aposentada e participa do Fórum de Reparação e Memória do Estado do Rio de Janeiro, ajudando nos processos de reparação dos atingidos pela ditadura.

Ana Amélia Gadelha Lins Cavalcante que deixou de ser Ana Rita somente em 1990, recuperando seu nome verdadeiro, formou-se em história, é aposentada pelo Banco do Brasil e trabalha com alfabetização de adultos pelo Comitê de Ação e Cidadania fundado por Betinho.

Flora Abreu, clandestina por mais de dois anos e exilada, é fundadora e militante do Grupo Tortura Nunca Mais do Rio de Janeiro.

Álvaro Lins Cavalcante Filho, clandestino de 1969 a 1980, trabalha atualmente como “marketeiro político”, como ele mesmo se define; realizou a campanha de Fernando Collor para a presidência da República nas eleições de 1989.

José Maurício Gradel voltou para o Brasil somente em 1994. É tradutor, traduziu obras importantes como do filósofo e sociólogo esloveno Slavoj Žižek.

Gilse Cosenza, que foi monitorada pela polícia até 1990, é dirigente do PCdoB em Belo Horizonte. Para ela “A vida só vale a pena se a gente tiver força de lutar, alegria de viver e prazer de amar”.

Antônio Roberto, clandestino por dois anos, atualmente é deputado federal pelo Partido Verde, de Minas Gerais, além de consultor comportamental; tem programa semanal de televisão e rádio em Minas Gerais.

Elio Ramires Garcia reassumiu seu nome verdadeiro em junho de 1983, no Espírito Santo. Pertence até hoje ao Pcdob, foi candidato a prefeito de Colatina/ES nas últimas eleições municipais.

São pessoas que construíram e reconstruíram suas trajetórias, levam consigo as memórias de um tempo muitas vezes difícil de ser lembrado ou esquecido. Nesta trajetória, três modos de ser do homem se entrecruzam. No camelo, o qual Nietzsche (2001) apresentou como aquele que carrega todo o peso do passado, levando um fardo de vivências tão pesado que não possibilita a transformação, a superação. No estágio do leão o espírito se rebela contra seu fardo para fazer de sua vida a sua própria vontade, é um constante vir-a-ser, contudo o leão pode tornar-se preso a um futuro que nunca chega. E por fim, no processo de transmutação, o espírito vira a criança, “inocência e esquecimento, um novo começar, um brinqueado, uma roda que gira por si própria, primeiro móbil, afirmação santa”, (NIETZSCHE, 2001, p.26) é a vida no aqui e agora. É um

... dizer Sim à vida, mesmo com seus problemas mais duros e estranhos; a vontade de vida, alegrando-se da própria inesgotabilidade no *sacrifício* de seus mais elevados tipos – a isso chamei dionisíaco, nisso vislumbrei a ponta para psicologia do poeta *trágico*. Não para livrar-se do pavor e da compaixão (...) mas, para além do pavor e da compaixão, ser em si mesmo o eterno prazer do vir-a-ser – esse prazer que traz em si também o *prazer no destruir*... E com isso toco novamente no ponto do qual uma vez parti – o *Nascimento da tragédia* foi minha primeira transvaloração de todos os valores: com isso estou de volta ao terreno em que medra meu querer, meu saber – eu, o último filósofo Dionísio – eu, o mestre do eterno retorno... (NIETZSCHE, 2006, p.106-107)

É nesse transmutar-se em criança que essas subjetividades revelam uma disposição acima da dor e da memória.

## Referências Bibliográficas

ALBERTI, Verena. *Manual de História Oral*. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares de; WEIS, Luiz. Carro-zero e pau-de-arara: o cotidiano da oposição de classe média ao regime militar. In: SCHWARCZ, Lilia (org.). *História da vida privada no Brasil: contrastes da intimidade contemporânea*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. v.4.

ÁLVAREZ, Rolando. *Desde las sombras: Una historia de la clandestinidad comunista (1973-1980)*. Santiago: LOM Ediciones, 2003.

ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e oposição no Brasil (1964-1984)*. Petrópolis: Vozes, 1984.

AQUINO, Maria Aparecida de. Um certo olhar. In: TELES, Janaína (Org.). *Mortos e Desaparecidos políticos: reparação ou impunidade?*. 2. ed. São Paulo: Humanitas/ USP, 2001.

AQUINO, Rubim Santos Leão de (et all). *Sociedade Brasileira: Uma história através dos movimentos sociais*. 4. ed. Rio de Janeiro: Record, 2001.

ARANTES, Maria Auxiliadora de Almeida Cunha. *Pacto Re-velado: psicanálise e clandestinidade política*. 2. ed. São Paulo: Escuta, 1999.

ARANTES, Maria Auxiliadora de Almeida Cunha. Dor e desamparo – filhos e pais, 40 anos depois. *Psicologia Clínica*. vol.20, n.2, Rio de Janeiro, 2008. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-56652008000200006](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-56652008000200006) . Acesso em: 15/10/2008.

ARAÚJO, Maria Paula. A luta democrática contra o regime militar, 1974-1985: estratégias de luta e resistência contra a ditadura. In: FICO, Carlos et. al. (Orgs.). *40 anos do golpe: ditadura militar e resistência no Brasil*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2004. p. 243-260.

ARAÚJO, Maria Paula. Esquerdas, juventude e radicalidade na América Latina nos anos 1960 e 1970. In: FICO, Carlos et. al. (Orgs.). *Ditadura e democracia na América Latina: balanço histórico e perspectivas*. Rio de Janeiro: FGV, 2008. p. 247-273.

ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO. *Brasil: Nunca Mais*. Petrópolis: Vozes, 1986.

AVELAR, Idelber. *Alegorias da derrota: a ficção pós-ditatorial e o trabalho de luto na América Latina*. Trad. Saulo Gouveia. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

BERSTEIN, Serge. A Cultura Política. In: RIOUX, Jean-Pierre; SIRINELLI, Jean-François. (Dir.). *Para uma História Cultural*. Lisboa: Editorial Estampa, 1998.

BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína. (Org.). *Usos & Abusos da História Oral*. 8. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

BOSI, Ecléa. *Memória e Sociedade: lembranças de velhos*. 4. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

BRETAS, Marcos Luiz. Polícia e Polícia Política no Rio de Janeiro dos anos 1920. *Revista do Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, n. 3, p. 1-62, out.2007.

CABRAL, José Pedro Cabrera. Trajetória do Movimento de Libertação Nacional – Tupamaros –, 1962-1973: algumas questões de identidade e poder. *Revista de Estudos Ibero-Americanos*, PUCRS, v. XXXIII, n. 2, p. 156-171, dezembro 2007.

CALDAS, Álvaro. *Tirando o capuz*. 5. ed. rev. e aum. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

CARVALHO, Alessandra; CATELA, Ludmila da Silva. 31 de marzo de 1964 en Brasil: memórias deshilachadas. In: JELIN, Elizabeth (comp.). *Las conmemoraciones: Las disputas en las fechas “in-felices”*. Madrid: Siglo XXI de España Editores, 2002. p. 195-244. (Colección Memorias de la Represión).

CATELA, Ludmila da Silva. *Situação-limite e memória: a reconstrução do mundo dos familiares de desaparecidos na Argentina*. São Paulo: Hucitec, Anpocs, 2001.

CHAGAS, Mario. Memória Política e Política da Memória. In: ABREU, Regina; CHAGAS, Mario (Org.). *Memória e Patrimônio: ensaios contemporâneos*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

COIMBRA, Cecília Maria Bouças. *Guardiães da Ordem: uma viagem pelas práticas psi no Brasil do “Milagre”*. Rio de Janeiro: Oficina do Autor, 1995.

COMISSÃO Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos. *Direito à memória e à verdade*. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2007.

D'ARAÚJO, Maria Celina. Geisel e Figueiredo e o fim do regime militar. In: *1964-2004: 40 anos do golpe: ditadura militar e resistência no Brasil*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2004. p.93-104.

DEPUTADOS pedem que ex-tenente de BH seja punido. *O Tempo*, Contagem, 04 dez. 2008.

DIRCEU, José; PALMEIRA, Vladimir. *Abaixo a ditadura: o movimento de 68 contado por seus líderes*. Rio de Janeiro: Garamound, 1998.

DREIFUSS, René. *1964: A Conquista do Estado*. Petrópolis: Vozes, 1981.

ÉBOLI, Evandro. Entrevista com Valdésio Guilherme de Figueiredo. *Jornal O Globo*, Rio de Janeiro, 7 abr. 2007. Caderno Prosa & Verso, p.3.

ELIAS, Norbert; SCOTSON, John L. *Os estabelecidos e os outsiders*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000.

FAUSTO, Boris. *História Concisa do Brasil*. São Paulo: Edusp, Imprensa Oficial, 2001. p.257



FERNANDES, Florestan. O significado da ditadura militar. In: TOLEDO, Caio Navarro. *1964: visões críticas do golpe: democracia e reformas no populismo*. Campinas: Editora da Unicamp, 1997.

FERRAZ, Joana D'Arc Fernandes. Os Desafios da Preservação da Memória da Ditadura no Brasil. In: Encontro Anual da Associação Nacional de Pós Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais, 30, 2006, Caxambu.

FERRAZ, Joana D'Arc Fernandes. As Memórias Políticas da Ditadura Militar do Brasil: as disputas entre o passado e o futuro. In: ABREU, Regina; CHAGAS, Mário de Souza; SANTOS, Myriam Sepúlveda dos. (Orgs.). *Museus, coleções e patrimônios: narrativas polifônicas*. Rio de Janeiro: Garamound, MinC/IPHAN/DEMU, 2007.

FERRAZ, Joana D'Arc Fernandes. *Movimentos Sociais: Dilemas e Desafios das Ações Patrimoniais*. Rio de Janeiro. Programa de Pós-graduação em Memória Social – UNIRIO, 2007 a. Mimeo.

FERRAZ, Joana D'Arc Fernandes. Por que lembrar? Para que lembrar? Dilemas sobre a Ditadura Militar Brasileira. In: Simpósio Nacional de História (ANPUH), 24, 2007b, São Leopoldo.

FERREIRA, Elizabeth F. Xavier. *Mulheres, militância e memória*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1996.

FERREIRA, Marieta de Moraes. Oralidade e memória em projetos testemunhais. In: LOPES, Antônio Herculano; VELLOSO, Mônica Pimenta; PESAVENTO, Sandra Jatahi (Orgs.). *História e Linguagens: Texto, Imagem, Oralidade e Representações*. Rio de Janeiro: Viveiros de Castro Editora Ltda.; 7 letras, 2006. p. 195-204.

FICO, Carlos. Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar. *Revista Brasileira de História*, Rio de Janeiro, v. 24, n. 47, p. 29-60, jul. 2004.

FRANÇOIS, Etienne. A fecundidade da história oral. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína. (Org.). *Usos & Abusos da História Oral*. 8. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

FRANK, Anne. *O Diário de uma Jovem*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1988.

FREIRE, José Ribamar Bessa. *Faltam convidados para a festa dos 40 anos*. Rio de Janeiro: 2007. 6 p. Mimeo.

FRISCH, Michael; THOMSON, Alistair; HAMILTON, Paula. Os debates sobre memória e história: alguns aspectos internacionais. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína. (Org.). *Usos & Abusos da História Oral*. 8. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. p.65-92.

GABEIRA, Fernando. *O que é isso companheiro?* 14. ed. Rio de Janeiro: Codecri,1980.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. *Lembrar escrever esquecer*. São Paulo: Editora 34, 2006.

GIANNOTTI, Vito. *História das lutas dos trabalhadores no Brasil*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

GOHN, Maria da Glória. *História dos movimentos e lutas sociais: a construção da cidadania dos brasileiros*. São Paulo: Loyola, 1995.

GOMES, Angela de Castro. Nas malhas do feitiço: o historiador e os encantos dos arquivos privados. *Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n.19, p.1-9, 1997.

GORENDER, Jacob. *Combate nas trevas. A esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada*. 3. ed. São Paulo: Ática, 1987.

GREENHALGH, Luiz Eduardo. Um regime que destrói. In: ELOYSA, Branca (Org.). I Seminário do Grupo Tortura Nunca Mais: Depoimentos e Debates. Petrópolis: Vozes, 1987. p. 109-120.

GUATTARI, Félix; ROLNIK, Sueli. *Micropolítica: cartografias do desejo*. 8. ed. Petrópolis: Vozes, 2007.

GULLAR, Ferreira. *Rabo de foguete: Os anos de exílio*. 2. ed. Rio de Janeiro: Revan, 1998.

HALBWACHS, Maurice. *A Memória Coletiva*. São Paulo: Vértice, 1990.

JELIN, Elizabeth. *Los trabajos de la memoria*. Madrid: Siglo XIX de España Editores, Social Science Research Council, 2002. (Colección Memorias de la Represión).

JELIN, Elizabeth. KAUFAMAN, Susana G. (comps). *Subjetividades y figuras de la memoria*. Buenos Aires: Siglo XIX Editora Iberoamericana; Nueva York: Social Science Research Council, 2006. (Colección Memorias de la Represión).

JELIN, Elizabeth. Exclusión, memorias y luchas políticas. *Cultura y transformaciones sociales en tiempos de globalización*. Disponível em: < [bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/mato/jelin.pdf](http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/mato/jelin.pdf) >, p.91-110. Acesso em: 10 out.2007.

LENINE. Vladímir Ilitch. Que fazer? In: *Obras Escolhidas*, v. 1. São Paulo: Alfa-Omega, 1979. p. 79-214.

LIMA, Haroldo; ARANTES, Aldo. *História da Ação Popular: da JUC ao PCdoB*. São Paulo: Alfa-Omega, 1984.

MATTOS, Marcelo Badaró. O governo João Goulart: novos rumos da produção historiográfica. In: *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 28, n. 55, p. 245-263, 2008.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. O anticomunismo militar. In: *1964-2004: 40 anos do golpe – Ditadura Militar e Resistência no Brasil*. Rio de Janeiro: 7 letras, 2004. p. 290-305.

NIETZSCHE, Friedrich. *Assim falou Zaratustra*. São Paulo: Maria Claret, 2001.

NIETZSCHE, Friedrich. *Genealogia da Moral: uma polêmica*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

NIETZSCHE, Friedrich. *Crepúsculo dos Ídolos*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

ORLANDI, Eni Puccinelli. *As Formas do Silêncio: No movimento dos sentidos*. 6. ed. Campinas: Ed. da Unicamp, 2007.

PADRÓS, Enrique Serra. Repressão e violência: segurança nacional e terror de Estado nas ditaduras latino-americanas. In: FICO, Carlos et. al. ( Orgs.). *Ditadura e Democracia na América Latina: balanço histórico e perspectivas*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008. p. 143-178.

PAIVA, Marcelo Rubens. Nós não esquecemos. In: TELES, Janaína (Org.). *Mortos e Desaparecidos políticos: reparação ou impunidade?*. São Paulo: Humanitas/ USP, 2001. p. 45-49.

PEREIRA, José Pacheco. *A sombra: Estudo sobre a clandestinidade comunista*. Lisboa: Gradiva, 1993.

POLLAK, Michael. Memória e Identidade Social. *Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-212, 1992.

POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. *Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

POMER, Leon. *As Independências na América Latina*. 3.ed. São Paulo: Brasiliense, 1981.

PORTELLI, Alessandro. O massacre de Civitella Val di Chiana (Toscana: 29 de junho de 1944): mito, política, luto e senso comum. In: FERREIRA, Marieta de Moraes, AMADO, Janaína. (Org.). *Usos & Abusos da História Oral*. 8. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. p.103-130.

REIS, Daniel Aarão. Ditadura e sociedade: as reconstruções da memória. In: *40 anos do golpe: ditadura militar e resistência no Brasil*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2004. p. 119-139.

REIS FILHO, Daniel Aarão; SÁ, Jair Ferreira. *Imagens da Revolução: documentos políticos das organizações clandestinas de esquerda dos anos 1961 a 1971*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1985.

REIS FILHO, Daniel Aarão. *A Revolução Faltou ao Encontro: os comunistas no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1990.

RESENDE, Ana Cláudia de Freitas. Globo Repórter: o discurso social escamoteado na ditadura e cerceado na democracia. In: Congresso Nacional de História da Mídia, 5, 2007, São Paulo.

RIDENTI, Marcelo. *O fantasma da revolução brasileira*. São Paulo: Unesp, 1993.

ROLLEMBERG, Denise. *Exílio: entre raízes e radares*. Rio de Janeiro: Record, 1999.

ROLLEMBERG, Denise. Esquerdas revolucionárias e luta armada. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *O Brasil Republicano: O tempo da ditadura – regime militar e movimentos sociais em fins do século XX*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. v.4.

SIRKIS, Alfredo. *Os carbonários: memórias da guerrilha perdida*. 10. ed. São Paulo: Global, 1988.

SKIDIMORE, Thomas E. *Brasil: De Getúlio a Castelo*. 7. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

SORIANO, Francisco. *A Grande Partida: Anos de Chumbo*. Rio de Janeiro: Editor, 2006.

TAPAJÓS, Renato. *Em câmera lenta*. 2. ed. São Paulo: Alfa-Omega, 1977.

TELES, Janaína (Org.). *Mortos e Desaparecidos políticos: reparação ou impunidade?*. 2. ed. São Paulo: Humanitas/ USP, 2001.

TOLEDO, Caio Navarro de. *O Governo Goulart e o golpe de 64*. 5. ed. São Paulo: Brasiliense, 1984.

MORTOS e desaparecidos políticos: um resgate da memória brasileira. In: TELES, Janaína (Org.). *Mortos e Desaparecidos políticos: reparação ou impunidade?*. 2. ed. São Paulo: Humanitas/ USP, 2001. p.157-198.

TODOROV, Tzvetan. *Los abusos de la memoria*. Barcelona: Paidós Ibérica, 2000.

VASCONCELOS, José Gerardo. *Memórias da Saudade: Busca e Espera no Brasil Autoritário*. São Paulo: Annablume, 2000.

WEIS, Mariana Tello. La sociedad del secreto: memorias sobre la lucha armada. *Revista Lucha Armada*, Buenos Aires, n. 10, p.26-39, 2008.

WEISSHEIMER, Marco Aurélio. Movimento deixou marcas profundas. In: *Revista Teoria e Debate*, São Paulo, edição especial, p. 25-30, mai. 2008.

YERUSHALMI, Yosef H. et al. *Usos del olvido*. 2. ed. Buenos Aires: Ediciones Nueva Visión, 1998.

Sítios pesquisados:

<http://www.nodo50.org/insurgentes/textos/brasil/08cuberoentrevista.htm>. Acesso: 5/10/2008.

<http://palabra.ezln.org.mx/>. Acesso: 30/01/2009

<http://www.archivo-chile.com>. Acesso: 5/10/2008

[http://chile-mir.org/index.php?option=com\\_content&task=view&id=22&Itemid=37](http://chile-mir.org/index.php?option=com_content&task=view&id=22&Itemid=37). Acesso: 5/10/ 2008.

<http://www.lafogatadigital.com.ar/santucho/msantucho.pdf>. Acesso: 5/10/2008

<http://www.dhnet.org.br>. Acesso: 10/04/ 2008 e 15/12/2008.

<http://www.pedagogiaemfoco.pro.br/heb07a.htm>>. Acesso em: 01/07/2008

[http://www.cpdoc.fgv.br/dhbb/verbetes\\_htm/3388\\_3.asp](http://www.cpdoc.fgv.br/dhbb/verbetes_htm/3388_3.asp) . Acesso em: 10/10/2008.

<http://www2.fpa.org.br/portal/modules/news/index.php?storytopic=635>. Acesso: 08/04/2008

<http://www.torturanuncamais-rj.org.br/>. Acesso em: 15/12/2008.